

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E
SOCIEDADE

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
INCLUSIVAS NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA À PROPOSTAS
DIRECIONADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.

Tássia Milene Cruz

Itajubá-MG
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E
SOCIEDADE

Tássia Milene Cruz

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
INCLUSIVAS NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA À PROPOSTAS
DIRECIONADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade como parte dos requisitos para a obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**. Área de concentração: Desenvolvimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Silva

Itajubá-MG

2023

DEDICATÓRIA

À memória do meu avô Antônio. Que sua luta por justiça social seja sempre honrada.

AGRADECIMENTOS:

A Deus por ser o meu sustento e minha força diária, e me auxiliar na conquista de mais esse sonho.

Aos meus pais, Celia Maria da Silva Cruz e Agnaldo José da Cruz e irmão, Thales Willian Cruz, por me auxiliarem durante todo esse percurso, cada um ao seu modo, seja através de palavras animadoras, motivacionais, atitudes de carinho, amor e também orações.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Felipe Silva, pelos muitos ensinamentos, por toda a paciência, disponibilidade, compreensão e competência.

Aos professores doutores membros da banca, Dra. Daniele Ornaghi Sant'anna, Dr. Renato Augusto Passos e Dr. Aidecivaldo Fernandes de Jesus, por compartilharem de suas vastas experiências, e por lapidarem este meu trabalho.

A esta universidade, administração e direção por me darem o que preciso para alcançar meus objetivos.

A todos os professores do Programa de Mestrado DTECS, pelas discussões e ensinamentos. Aos colegas de mestrado, por compartilharem experiências e conhecimentos.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este percurso pudesse ser concluído.

Serei eternamente grata a cada um de vocês por cada aprendizado e momentos compartilhados.

“[...]”

*Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi*

*Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí”*

(Emicida)

RESUMO

Como um instrumento de importante capacidade de transformação, dotada de estrutura dialética e coletiva, a Análise Institucional (AI) tem sido empregada em um campo vasto de instituições. Neste estudo, o objetivo foi estudar a dinâmica histórica do processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas direcionadas ao segmento da pessoa com deficiência - PCD a partir do referencial teórico da AI. Realizou-se uma revisão de literatura sistemática, incluindo leis relativas às políticas públicas, quanto à bibliografia acadêmica, por meio de teses, dissertações, livros e artigos científicos que abordavam a temática pesquisada. Buscou-se estudar os processos instituintes, os avanços e os retrocessos do processo histórico de formação dessa política. Foram analisados também uma amostra de 440 bibliografias acadêmicas nas bases de dados: Novo SciELO e Google Acadêmico encontradas no período entre os anos 2000-2022 com objetivo de compreender como a AI está sendo aplicada em estudos referentes a PCD e Saúde Coletiva. Observa-se que, embora a AI cresça na temática da Saúde Coletiva, não tem sido empregada com a frequência esperada no território de estudo da PCD. Conclui-se que a AI apresenta um potencial expressivo para contribuir no processo das políticas públicas inclusivas, sobretudo tendo as PCD como instituintes de expressão e sugere mais pesquisas usando a metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Institucional; Pessoa com deficiência; Políticas públicas; Inclusão.

ABSTRACT

As an instrument of important transformation capacity, endowed with a dialectical and collective structure, Institutional Analysis (IA) has been employed in a vast field of institutions. In this study, the goal was to study the historical dynamics of the institutionalization process of inclusive public policies directed to the segment of people with disability - PWD from the theoretical framework of IA. A systematic literature review was carried out, including laws related to public policies, as well as academic bibliography, by means of theses, dissertations, books and scientific articles that approached the researched theme. We sought to study the instituting processes, the advances and setbacks of the historical process of formation of this policy. A sample of 440 academic bibliographies were also analyzed in the databases: New SciELO and Google Academic found in the period between the years 2000-2022 with the objective of understanding how IA is being applied in studies regarding PWD and Collective Health. It is observed that, although IA is growing in the theme of Collective Health, it has not been employed with the expected frequency in the study territory of the PWD. It is concluded that IA presents an expressive potential to contribute to the process of inclusive public policies, especially having the PWD as instituting expression and suggests further research using the methodology.

KEYWORDS: Institutional Analysis; People With Disability; Public Policies; Inclusion.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Questões balizadoras para o cumprimento dos objetivos específicos | 20 |
| Quadro 2: Evolução da terminologia usada na área | 43 |
| Quadro 3: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados SciELO | 77 |
| Quadro 3: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados SciELO – Continuação..... | 78 |
| Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico..... | 79 |
| Quadro 5: Amostras analisadas que utilizam a AI como metodologia, mas não contemplam o segmento das pessoas com deficiência – Base de dados Google Acadêmico..... | 167 |
| Quadro 6: Amostras analisadas que utilizam a AI como metodologia, e também contemplam o segmento das pessoas com deficiência – Base de dados Google Acadêmico..... | 170 |
| Quadro 7: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados SciELO | 173 |
| Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico | 177 |
| Quadro 9: Amostras analisadas que não utilizam a AI como método mas estabelecem um diálogo com os conceitos da metodologia – Base de dados Google acadêmico | 229 |
| Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico..... | 236 |

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Combinação de palavras-chaves e número de produções encontradas: 75

Tabela 2: Combinação de palavras-chaves elaboradas e número de produções encontradas:..... 76

LISTA DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Linha do tempo da evolução da luta da PCD no mundo (autoria própria) | 53 |
| Figura 2 – Linha do tempo da evolução da luta da PCD no mundo (autoria própria) | 53 |
| Figura 3: Número de artigos encontrados na base de dados SciELO .. | 267 |
| Figura 4: Número de artigos encontrados na base de dados Google Acadêmico – GA | 268 |
| Figura 5: Artigos encontrados na base de dado Google Acadêmico - SciELO..... | 269 |
| Figura 6: Artigos encontrados na base de dado Google Acadêmico - SciELO..... | 269 |
| Figura 7: Análise dos artigos publicados nos anos 2000 – 2010, utilizando a combinação de palavras “Políticas públicas para as pessoas com deficiência e AI” na base de dados Google Acadêmico | 271 |
| Figura 8: Análise dos artigos publicados nos anos 2010 – 2022 utilizando a combinação de palavras “Políticas públicas para as pessoas com deficiência e AI” na base de dados Google Acadêmico | 272 |
| Figura 9: Análise dos artigos publicados nos anos 2000 – 2010 utilizando a combinação de palavras “AI, Políticas Públicas e Saúde Coletiva” na base de dados Google Acadêmico | 273 |
| Figura 10: Análise dos artigos publicados nos anos 2010 – 2022 utilizando a combinação de palavras “AI, Políticas Públicas e Saúde Coletiva” na base de dados Google Acadêmico | 274 |

LISTA DE SIGLAS

AACD – Associação de Assistência à Criança Defeituosa

ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação

AI – Análise Institucional

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

APAE – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAIDI – Centro de Apoio e Integração do Deficiente de Itajubá

CER – Centro especializado em reabilitação

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CMDDPD – Conselho Municipal de Direitos e Defesa da Pessoa com Deficiência

ESF – Estratégia de Saúde da Família

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa Com Deficiência

RAS – Rede de Atenção à Saúde

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SUS – Sistema Único de Saúde

UPIAS – Liga dos lesados Físicos Contra a Segregação

SUMÁRIO

Sumário

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 15 |
| 2. JUSTIFICATIVA: | 18 |
| 3. OBJETIVOS: | 20 |
| a. OBJETIVO GERAL: | 20 |
| b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: | 20 |
| 4. INTERDISCIPLINARIDADE: | 22 |
| 5. PERCURSO METODOLÓGICO:..... | 23 |
| 6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 26 |
| a. Análise Institucional - AI: | 26 |
| b. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTITUIÇÃO:..... | 30 |
| c. Histórico das Políticas Públicas no mundo e no Brasil: | 34 |
| d. AI NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA | Erro! Indicador não definido. |
| 7. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: | 40 |
| a. O que é deficiência?..... | 40 |
| b. Evolução da Terminologia: | 42 |
| c. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência: ... | 47 |
| d. Construção Da LBI:..... | 53 |
| 8. PLANO VIVER SEM LIMITE: | 57 |
| a. O desafio da construção de uma política intersetorial e transversal: | 57 |
| b. Os quatro eixos temáticos do plano “Viver Sem Limite” são:..... | 59 |
| c. Políticas públicas em saúde para a pessoa com deficiência: | 60 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| d. Redes de apoio e pessoas com deficiência: inserção social e acesso aos serviços em saúde coletiva: | 61 |
| e. Barreiras para implantação da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência: Análise de fatores instituintes a institucionalização das políticas públicas inclusivas em saúde coletiva..... | 64 |
| 9. COVID-19 COMO ANALISADOR DA INSTITUIÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS: | 68 |
| 10. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA À PROPOSTAS DIRECIONADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO: | 74 |
| a. Resultados: | 74 |
| 11. CONCLUSÃO: | 277 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 279 |

1. INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Psicologia no Centro Universitário de Itajubá - FEPI, já era grande o meu interesse pela questão das pessoas com deficiência. Quando cursava o nono período, ingressei no estágio no Centro de Apoio e Integração do Deficiente de Itajubá – CAIDI, onde permaneci quatro anos após minha formatura. No centro tive a oportunidade de realizar atendimentos individuais e em grupos. Particpei também da administração do centro, trabalho que me levou ao interesse às políticas públicas voltadas para o tema.

Neta de políticos, sempre vi as políticas públicas como forma de inclusão social, pois como diz Stucky (1997) as políticas públicas estão intimamente ligadas à transformação da realidade: elas partem de uma insatisfação e visam estabelecer uma situação ideal ou próxima do ideal para todos, de forma paritária. Me aproximei de várias instituições que buscam pelos direitos da pessoa com deficiência e o CMDDPD (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência) foi uma delas. Como representante do CAIDI estive até o ano de 2021 como primeira secretária do grupo e nesse tempo pude participar de várias audiências públicas e reuniões com pautas direcionadas a inclusão e acessibilidade. Minha saída do conselho se deu pelo meu ingresso como assessora parlamentar na Câmara Municipal de Itajubá, outro desafio que me conecta as políticas públicas.

Vivenciar o dia a dia das pessoas com deficiência e de sua família, a busca pelos direitos e aplicabilidade das leis já instituídas me fez perceber um campo vasto para pesquisa o que motivou a construção deste projeto.

Um fato em específico que contribuiu muito para o nascimento do projeto de pesquisa foi a minha participação na elaboração das políticas públicas municipais para a pessoa com deficiência no município de Itajubá. No processo de elaboração ficou em evidência para mim o que Stucky (1997) quer nos dizer quando a autora aponta que as políticas públicas emergem de um contexto social, onde ocorre um jogo de forças, envolvendo grupos políticos, e

econômicos, classes sociais e demais componentes da sociedade civil. Ela é muito mais que um conjunto de normas administrativas ou burocráticas.

Em minha vivência com as pessoas com deficiência pude perceber a dimensão da exclusão social e como a desigualdade social assombra esse grupo. Tal desigualdade não é exclusiva apenas do grupo da pessoa com deficiência, mas um grande problema que assombra nosso país.

Busca-se, diante das potencialidades do Brasil, criar uma configuração que permita chegar em um país mais igualitário. Porém isso implica numa articulação política de conjunto ações sociais, governamentais e não governamentais nos níveis Municipais, Estaduais e da União.

Pela construção da história da pessoa com deficiência, conceito esse que será tratado no capítulo 7, percebe-se que desde muito tempo todos aqueles que não se enquadram no padrão de “normalidade” estabelecido pela sociedade e momento em que ela se encontra sofrem estigma da discriminação e da exclusão. Percebe-se que, mesmo atualmente, como afirmam Costa e Fernandes (2014) as pessoas com deficiência:

[...] ainda sofrem, embora de forma mais atenuada, a exclusão e a discriminação decorrentes do descaso do Poder Público e da falta de comprometimento de diversos âmbitos da sociedade.

Sabe-se que a deficiência é vivenciada não somente pela pessoa que a possui, mas também pela família e/ou grupo de pessoas envolvidas em seu cuidado.

Quando pensamos em políticas públicas e inclusão, é impossível não falar sobre o ano de 1988, no Brasil e a consolidação do estado democrático de direito por meio da promulgação da Constituição Federal, afirma-se a necessidade de garantir a inclusão das pessoas com deficiência (PCD) na sociedade (Brasil, 1988).

A redemocratização no Brasil motivou diretamente as PCDs a se unirem e viabilizar a participação política e social, motivadas pelos movimentos que aconteciam no mundo das minorias culturais, étnicas, sociais com base nos princípios de reconhecimento e de valorização da diversidade humana (LEITE e LUVIZOTTO, 2017).

Uma completa reformulação do Ministério da Saúde aconteceu com a implementação das ações estabelecidas no “Viver sem limite”. No dia 17 de novembro de 2011, houve o lançamento do Plano, descrita no manual Diálogo (bio)político (2014) como “uma agenda comovente”, de interessa nacional, promove a inclusão produtiva (BRASIL, 2014).

2. JUSTIFICATIVA:

Pela construção da história da pessoa com deficiência, percebe-se que desde muito tempo todos aqueles que não se enquadram no padrão de “normalidade” estabelecido pela sociedade e momento em que ela se encontra sofrem estigma da discriminação e da exclusão. Percebe-se que, mesmo atualmente, como afirma Costa e Fernandes (2014) as pessoas com deficiência:

[...] ainda sofrem, embora de forma mais atenuada, a exclusão e a discriminação decorrentes do descaso do Poder Público e da falta de comprometimento de diversos âmbitos da sociedade.

É importante compreender os modelos da deficiência e como atravessam as dinâmicas culturais e produzem implicações que marcam trajetórias e modos de organização social dos espaços e das relações (GOMES et al., 2019). Segundo os mesmos autores “a deficiência, pode ser compreendida como produto do entrelace de diversas produções discursivas, que se inter-relacionam com a linguagem, a ideologia e o imaginário social, influenciando condutas e práticas frente a ela.” (GOMES et al., 2019).

A análise da implantação das políticas públicas inclusivas trará luz às implicações dos atores envolvidos neste processo. Conforme Gil (2006):

A organização dos serviços não acontece ao acaso e as práticas profissionais, no seu interior, ocorrem articuladas a um corpo e as práticas profissionais, no seu interior, ocorrem articuladas a um corpo de ideias, a um conjunto de ações coordenadas que configuram um determinado processo de trabalho em saúde estruturado pela forma como serviços são organizados, geridos e financiados.

A pesquisa visa trazer bibliografias que abordam às necessidades singulares à formulação dos cuidados e à organização dos serviços e da gestão em saúde das pessoas com deficiência.

Conhecer o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas no campo da saúde coletiva facilitará viabilizar estratégias que favoreçam a eficácia destas políticas destinadas as pessoas com deficiência. Para L'Abbate (2003) saúde coletiva pode ser definida como um conjunto complexo de saberes e práticas relacionados ao campo da saúde. Em saúde coletiva une-se as organizações de assistência à saúde da população até instituições de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil.

Assim, a Rede de Cuidados à saúde desta população se efetuará de modo a produzir acesso qualificado à saúde que inclua as pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva, ou estável; intermitente ou contínua, contemplando a áreas de deficiência auditiva, física, visual, intelectual, múltipla e ostomia (BRASIL, 2014).

A pergunta norteadora deste trabalho é: como se deu o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas no campo da saúde coletiva?

3. OBJETIVOS:

a. OBJETIVO GERAL:

Elaborar uma revisão bibliográfica que contemple o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas no campo da saúde coletiva.

b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

As perguntas expostas no quadro 1 são as balizadoras para os objetivos específicos da pesquisa, descritos logo abaixo.

Quadro 1: Questões balizadoras para o cumprimento dos objetivos específicos

| Questão | Hipótese |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Que políticas públicas para o segmento da pessoa com deficiência estão implantadas no Brasil? | Supõe-se que para o nível federal, considerando a característica socioeconômica do Brasil, as esperadas políticas para o segmento da pessoa com deficiência estejam implantadas. |
| Essas políticas públicas inclusivas têm atendido adequadamente a população da pessoa com deficiência? | Deve haver ainda lacunas e obstáculos para a sua consolidação plena no país. |
| O estudo do processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas contribui para o conhecimento sobre a saúde coletiva? | Conhecer o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas é de suma importância para conhecer os movimentos relacionados a |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | temática, proporcionando assim melhores diretrizes para melhorá-la. |
| A COVID-19 afetou o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas no Brasil? | Acredita-se que a pandemia da COVID-19 tenha causado muitos impactos no processo de institucionalização, sofrendo diversas modificações. |

- Analisar se as políticas públicas têm atendido as PCD.
- Analisar se o processo de institucionalização das políticas públicas têm contribuído para o conhecimento.
- Analisar o impacto provocado pela pandemia da COVID-19 na institucionalização das políticas públicas inclusivas....

4. INTERDISCIPLINARIDADE:

O trabalho com a pessoa com deficiência traz para o profissional uma ampla experiência em diversas áreas, desde saúde em seus aspectos físicos e psicológicos até o conhecimento de leis e desenvolvimento social.

A proposta deste trabalho é fazer um levantamento bibliográfico que contemple o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas no campo da saúde coletiva.

Pensando no conceito da interdisciplinaridade como aquela que busca adquirir um domínio dentro da qual ainda não existe um saber consolidado, sendo o maior desafio de pesquisar e buscar novos territórios de conhecimento e colocá-los em prática, ela estará presente neste projeto, pois, para compreender o trabalho realizado em saúde pública, será necessário a utilização de vários saberes como a estrutura do setor público em saúde, as leis instituídas, estudos das próprias deficiências abordadas e os saberes populares.

Interdisciplinaridade deve ser vista, segundo Raynaut (2011), como uma “nova postura intelectual, em face com a natureza complexa dos problemas com os quais o cientista contemporâneo se confronta”. Assim, conhecendo as ações dos atores de diversas áreas, envolvidos, será possível levantar possíveis questionamentos que provocarão reflexões sobre o tema.

5. PERCURSO METODOLÓGICO:

Para apresentar e descrever o percurso utilizado para responder à pergunta problema que direciona esta pesquisa, serão apresentados os elementos que direcionam este estudo.

Esta pesquisa foi construída dentro do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, que tem como foco temas que possibilitam as reflexões interdisciplinares. A pesquisa interdisciplinar é importante pois “na medida em que as disciplinas se fecham ou pouco se comunicam, os fenômenos ficam fragmentados” (CAVALCANTE et al., 2014, p.20). Desta forma o saber é construído conjuntamente, com a contribuição de pesquisadores de diversas áreas e temas do objeto de estudo dessa pesquisa.

O estudo também se trata de uma pesquisa qualitativa, que busca o aprofundamento e o entendimento de grupos específicos – pessoas com deficiência - para, então, identificar as questões que envolvem o objeto dessa pesquisa: o processo de institucionalização das políticas públicas de inclusão em saúde coletiva. Ou seja, a pesquisa procura a compreensão dos fatos, em vez de mensurá-los. Busca-se também a construção do conhecimento através da compreensão do fenômeno estudado, utilizando-se das fontes de significados produzidas pelos participantes da pesquisa, considerando que este é um sujeito social e histórico (STÜPP, 2018).

Para obter os resultados foi utilizada a metodologia “Revisão de literatura”. Esta forma de pesquisa é o desenvolvimento da busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento na procura de resposta a uma pergunta específica.

Considera-se “Literatura” todo o material produzido e relevante sobre o tema como: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos. (BIBLIOTECA PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS, 2015).

Existem três tipos de “Revisão de literatura”: A “Revisão Narrativa”, a “Revisão Sistemática” e a “Revisão Integrativa”. (UNESP, 2015).

Para a construção deste trabalho foi utilizada a “Revisão Sistemática” que é considerada um tipo de investigação científica. Elas são estudos observacionais retrospectivos ou estudos experimentais de recuperação e análise crítica da literatura. Segundo a biblioteca professor Paulo de Carvalho (2015) elas testam hipóteses e têm como objetivo levantar, reunir, avaliar criticamente a metodologia da pesquisa e sintetizar os resultados de diversos estudos primários. Procura responder a uma pergunta de pesquisa claramente formulada. Uma pesquisa que utiliza a “Revisão Sistemática” usa métodos sistemáticos e explícitos para resgatar, selecionar e avaliar os resultados de estudos relevantes. Reúne e sistematiza os dados dos estudos primários (unidades de análise). É considerada a evidência científica de maior grandeza e são indicadas na tomada de decisão na prática clínica ou na gestão pública. Assim, para a revisão foi utilizada a literatura brasileira, contemplando artigos ou teses publicados no período compreendido entre os anos 2000 a 2022. As bases de dados consultadas foram a: SciELO – Scientific Electronic Library Online e Google Acadêmico. As palavras chaves utilizadas para a pesquisa foram: Pessoa com deficiência, Políticas Públicas, Inclusão, Saúde Coletiva e Análise institucional - AI. A escolha dos anos se deu pelo interesse em conhecer o desenvolvimento de produções acadêmicas utilizando a AI como metodologia no século XXI. Já as bases de dados foram escolhidas por sua popularidade no meio acadêmico e por serem bancos multidisciplinares.

A escolha do período para a pesquisa foi para compreender o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas em saúde coletiva, contextualizando a partir do presente século. Em alguns momentos do trabalho foi-se necessário recorrer a bibliografias mais antigas para contextualizar a história, como o uso de leis sancionadas em períodos anteriores do ano 2000.

Foi realizado o levantamento com as seguintes combinações de palavras chaves: “Políticas Públicas e Inclusão”, “Políticas Públicas e Pessoas com deficiência”, “AI e Saúde Coletiva”, “Pessoas com deficiência e AI” e “Pessoas com deficiência e saúde coletiva” (Quadro 3).

Para a busca da resposta sobre a importância ou não da contribuição do estudo do processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas para

o campo da saúde coletiva, foi realizado um novo levantamento dos materiais publicados no mesmo período de tempo com uma nova combinação de palavras chaves: “Políticas públicas para pessoas com deficiência e a AI” e “Análise institucional, políticas públicas e saúde coletiva” (Tabela 4).

A apreciação dos artigos selecionados se debruçou sobre o método aplicado no desenvolvimento do texto ou pesquisa e os resultados podem ser conferidos nas tabelas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

a. Análise Institucional - AI:

Compreendida como uma abordagem que desenvolve um conjunto de conceitos e instrumentos para a análise e intervenção nas instituições (L'ABBATE, 2003), a AI se originou na década de 1960 na França e difundiu-se, a partir de 1970, no Brasil. Guattari, um dos fundadores da teoria a define como:

A análise institucional implica um descentramento radical da enunciação científica. Mas, para consegui-lo, não basta dar a palavra aos sujeitos envolvidos – às vezes formal, inclusive jesuítica. Além disso, é necessário criar as condições de um exercício total, paroxístico mesmo, desta enunciação. A ciência nada tem a ver com medidas justas e compromissos de bom-tom. Romper, de fato, as barreiras do saber vigente, do poder dominante, não é fácil... É todo “um novo espírito científico que precisa ser refeito (GUATTARI, apud LOURAU, 2004)

Formado por um conjunto de correntes, o movimento institucionalista traz consigo algumas diferenças entre si e possuem o objetivo de analisar as instituições, restituir o protagonismo dos sujeitos provocando processos de mudança (VICARI et al., 2022).

Para professora L'Abbate (2012) a AI (AI) também tem por objetivo compreender uma determinada realidade social e organizacional, a partir dos discursos e práticas dos sujeitos.

Para Rodrigues e Souza (2002) a proposta vem sendo re-significada à luz do pensamento institucionalista, tratando-se, não de uma metodologia com justificativas epistemológicas, e sim de um dispositivo de intervenção no qual afirme o ato político que toda investigação se constrói (RODRIGUES E SOUZA, 2002).

A AI originou-se das ciências sociais e é construída a partir do diálogo de diferentes campos do conhecimento como: antropologia, psicologia, direito, economia e a sociologia. Ela é formada também pelas correntes de pensamento: marxismo, filosofia do direito, psicossociologia, psicanálise, psicopedagogia e pedagogia institucional (KASPER et al., 2020).

Marcada por uma insatisfação social nos anos de 1960 na França, uma fração da sociedade questionava o papel de algumas organizações como: as famílias com a escola, estudantes com a universidades, dos trabalhadores com as empresas. Neste contexto, houve fortes movimentos contestatórios. Eles questionavam as práticas dos partidos políticos de esquerda, dos hospitais psiquiátricos, das escolas de nível médio, das universidades e das fábricas (KASPER et al., 2020; RODRIGUES 1994, 2000 e 2004).

As crises e rupturas que aconteceram na França evidenciaram a brecha entre o papel esperado das instituições e o que era de fato efetivado por elas na sociedade. Tal brecha motivou o sociólogo francês René Lourau (1933-2000), a publicar em 1970. O livro “A AI”, baseado em sua tese de doutorado, defendida em 1969 na Universidade de Nanterre.

René Lourau é um dos principais nomes da AI, foi professor emérito de sociologia e de ciências da educação teve sua carreira ligada ao movimento da Pedagogia Institucional. Neste livro citado o autor propõe um dos principais conceitos da AI: o conceito de instituição e sua relação dialética em três momentos: instituído, instituinte e institucionalização, desconstruindo a ideia de que instituição é algo estático. Além da grande relevância do conceito para os pesquisadores da AI atualmente (KASPER et al., 2020; RODRIGUES 1994, 2000 e 2004).

Hegel e Castoriadis foram os autores nos quais Lourau se baseou para construir o conceito de instituição. O primeiro fundamenta a noção de dialética a partir da concepção de um movimento de afirmação/negação e negação da negação (HEGEL, 1980); enquanto para Castoriadis (1982), cada instituição social é entendida como resultado de um movimento dialético contínuo entre instituído/instituinte (L'ABBATE, 2012).

Além da grande relevância do conceito de instituição para os pesquisadores da AI, a publicação do livro também foi importante, para esse campo de estudo, a publicação, em 1972 no Brasil, do livro Chaves da Sociologia. A obra “A AI” teve sua primeira edição brasileira em 1975 (KASPER et al., 2020).

Já no Brasil, num cenário político diferente, marcado pela privação ainda violenta das liberdades civis e políticas e do desrespeito ao direito de cidadania, em que pese os primeiros sinais de abertura política a partir de 1975. A AI iniciou junto a Departamentos de Psicologia de algumas universidades públicas em diversos grupos de pesquisas. Mas a articulação da AI com a Saúde e a Saúde Coletiva se daria somente nos anos 2000 (KASPER et al., 2020; L’ABBATE, 2012).

Para Kamkhagi e Saidon (2002) a compreensão da AI no Brasil deve ser buscada nas fontes em Paulo Freire e sua pedagogia do oprimido, nos movimentos de resistência de 1964 e 1968, nas comunidades de base e na influência do exílio latino-americano, com suas proposições de práticas massivas no campo da psicologia e da psicanálise. (KAMKHAGI e SAIDON, 2002)

Para os mesmos autores a AI no Brasil procura dar a palavra à favela, ao manicômio, à escola pública, à universidade. Para eles a abordagem busca dar a palavra para aqueles que ali trabalham, se jogam, se sujam, estudam, se cansam, criticam, tudo menos manter-se na assepsia tediosa e esterilizante do especialista (KAMKHAGI e SAIDON, 2002)

Com o surgimento de novos modelos, ou paradigmas, com base na pesquisa-ação, é certo também que estes se distanciam cada vez mais dos “neutralismos” e “artificialismos”. Passando pela inspiração da clínica e da antropologia, aproximam-se, isto sim, dos movimentos políticos: o pesquisador torna-se, nesta perspectiva, um dispositivo que tenta dar voz ao acontecimento político, ao experimento social (RODRIGUES e SOUZA, 2002).

Um conceito que também será utilizado no trabalho é o de implicação. Segundo Lourau (2004) somos o tempo todo movidos pelas nossas escolhas afetivas, ideológicas e profissionais, com relação à nossa prática de pesquisa e/ou de intervenção, com as instituições às quais pertencemos, com nosso

campo teórico-metodológico e com a sociedade da qual fazemos parte (LORAU, 2004).

Para Rodrigues e Souza (2002):

“[...] À necessidade de analisar a maneira como aquele que intervém se vincula aos indivíduos, grupos e instituições com os quais trabalha. Aqui estamos ao nível das identificações, rivalidades ou no máximo, das alianças e conflitos políticos dentro de certa organização, por exemplo. Constitui o que costuma ser chamado contra-transferência do analista, que se, conduzida ao nível mais político, denomina-se contratransferência institucional” (RODRIGUES E SOUZA, 2002)

Ainda para as autoras, a análise das implicações:

“Trata-se, isto sim, da análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) com as instituições em análise naquela intervenção em tal ou qual organização e, de forma ainda mais generalizada, da análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) com todo o sistema institucional” (RODRIGUES E SOUZA, 2002).

A análise de implicação pode ser compreendida como um exercício de compreensão dos pertencimentos e das posições ocupadas nas relações sociais. (COSTA et al., 2013). Para Costa et al. (2013) a análise das implicações expressa a impossibilidade de neutralidade na relação entre pesquisador e pesquisa (COSTA et al., 2013).

b. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTITUIÇÃO:

Outro conceito utilizado nesta pesquisa é o conceito de “instituição” que na AI tem uma história europeia, eminentemente francesa (RODRIGUES e SOUZA, 2002). O conceito passa por uma construção e adaptação ao longo do tempo e análises de seus autores.

Segundo Lapassade a atenção ao termo “instituição” vem da Psicoterapia Institucional que aparece oficialmente em 1952 em uma comunicação de Daumezon e Koechlin (LAPASSADE, 1977).

A primeira ampliação do termo, originária da Psicoterapia Institucional, responde pela grande parte do uso do termo feito atualmente. (RODRIGUES e SOUZA, 2002). Assim, esse primeiro conceito é definido pelas por Rodrigues e Souza (2002) como:

“[...] Todos os estabelecimentos ou organizações, com existência material e/ou jurídica: escolas, hospitais, empresas, associações, etc. Tal sentido está presente em afirmações tais como: ‘eu trabalho em uma instituição’; ‘estamos em uma instituição’ ou, em nosso contexto universitário particular [...]” (RODRIGUES e SOUZA, 2002).

As instituições como dispositivos instalados no interior dos estabelecimentos marcaram o segundo momento da construção do conceito de instituição para Lapassade (RODRIGUES e SOUZA, 2002). Assim, o trabalho institucional usaria tais dispositivos.

Neste segundo momento, para Rodrigues e Souza (2002), o sentido de instituições-dispositivo está presente, transformado em “técnicas de trabalho institucional”. Adquirir a prática e as informações de tais dispositivos é aprender a trabalhar em instituições (estabelecimentos) (RODRIGUES e SOUZA, 2002).

Assim, nesse momento da história, o trabalhador é um “técnico de dispositivos” e a Instituição permanece identificada como estabelecimento ou organização (RODRIGUES e SOUZA, 2002).

O terceiro momento citado por Lapassade traz novidades que mudam o sentido do conceito de Instituição. É nesse período da história em que o autor dá atenção aos movimentos antiinstitucionais como por exemplo a antipsiquiatria ou a antiescola. Lapassade (1977) diz:

“Quando IvanIllich, por exemplo, questiona a forma geral, mundial, da universidade, a adoção em todas as partes desta forma geral das relações de formação, chamada escola, não fala dos estabelecimentos escolares e universitários e sim de um dado mais fundamental, de uma escolha geral e estrutural que aparece na história em um momento determinado e que logo é encontrada em toda parte. E isto é a instituição, este produto da sociedade instituinte em tal momento de sua história.” (LAPASSADE, 1977)

Para ilustrar melhor sua nova visão pelo conceito de Instituição, Lapassade usa como exemplo do movimento antipsiquiatria:

“O mesmo ocorre com o enclausuramento da loucura, que é instituição da doença mental e da separação entre os ‘loucos’ e as ‘as pessoas normais’ que não é feita por todas as sociedades (assim, o ‘possuído’ não é nem ‘louco’ nem ‘doente mental’, no sentido em que nós entendemos). E, também aqui, é antipsiquiatria que faz análise institucional da loucura, que o estabelecimento psiquiátrico instrumenta”.

A institucionalização envolve o processo dinâmico e contínuo entre o instituído e instituinte. Nas instituições, existem duas vertentes que se contrapõem dialeticamente. O instituinte e por outro lado, sua parte instituída. Há

uma tensão dialética constante entre esses dois polos com o instituinte transmitindo uma característica dinâmica, mutável e mutante e o instituído portando uma característica estática, assentada (PEREIRA, 2000). Pereira (2000) explica que é o instituído que representa a lei, a ordem e o conhecido, enquanto o instituinte mostra seu lado transformador, criativo, revolucionário. mas sempre informado pelo instituído, que o gera e que é regenerado por ele (PEREIRA, 2000).

Dito isso, cabe salientar que o Brasil sempre atravessou uma crise social política que, violentamente delata as mazelas do sistema público e se opõe ao instituído, ou seja, temos políticas públicas instituídas por meio de leis e decretos que buscam equilibrar e trazer igualdade entre as pessoas, mas nitidamente não funcionam como deveriam. Neste trabalho busca-se compreender o “instituído”, da instituição “políticas públicas” destinadas a pessoa com deficiência no seguimento da saúde coletiva, ou seja, a ordem estabelecida, valores considerados normais e habituais de previsão, como as leis e portarias, construídas ao longo da história para essa população. Por “instituinte” entenderemos a contestação dessas leis e portarias.

A implicação com a instituição políticas públicas é uma questão fundamental, pois elas estão intimamente ligadas à transformação da realidade: elas partem de uma insatisfação e visam estabelecer uma situação ideal ou próxima do ideal para todos, de forma paritária. As políticas públicas são como a ponte entre a situação existente e aquela aonde se quer chegar (STUCKY, 2016).

Segundo Batista (et al, 2021) o campo de políticas públicas ficou conhecido como a análise do “Estado em ação”. Para os autores o principal mecanismo de atuação do Estado na sociedade, as políticas públicas podem ser de vários tipos, assumir diferentes escopos e horizontes temporais. Podem, inclusive, refletir a decisão do Estado de se omitir sobre determinado assunto. Porém, um aspecto pode ser considerado comum às políticas públicas: a complexidade do processo decisório para a materialização dos seus efeitos (BATISTA et al., 2021).

Ainda para Stucky (2016) as políticas públicas surgem de um contexto social, onde ocorre o que a autora chama de “um jogo de forças”, envolvendo grupos políticos, e econômicos, classes sociais e demais componentes da sociedade civil. Ela é muito mais que um conjunto de normas administrativas ou burocráticas. Ela é uma manifestação de um jogo de forças, de conflito de interesses (STUCKY,2016).

A construção das políticas públicas, num modo geral, deveria passar pela necessidade comum de determinado grupo e assim com a participação ativa das pessoas inseridas neste grupo junto a técnicos da área, com diálogo em sua construção e atuação, visando sempre os direitos e a dignidade da população. (JESUS, 2022).

Porém as políticas públicas brasileiras têm sido desencontradas, suas ações são desintegradas, com programas desenvolvidos em diferentes secretarias e setores que não se comunicam. Muitas delas têm caráter assistencialista ou tutelar, gerando incapacidade das ações de alterar a situação de pobreza e exclusão da população. Essas políticas cumprem uma função compensatória e não emancipatória ou de promoção e garantia de direitos (OLIVEIRA, 2003).

Outro desafio enfrentado pelas políticas públicas no Brasil, segundo Bacelar (2003), o “Estado brasileiro é, tradicionalmente, centralizador”, ou seja, existe pouca ênfase no bem-estar, na tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e desatentar a proteção social. Para Bacelar isso fez com que o Estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador. O autor cita que:

“Nós não temos tradição de Estado regulador, mas de Estado fazedor, protetor; não temos tradição de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos, o que só hoje estamos aprendendo a fazer.” (BACELAR. 2003).

No processo da criação e execução das políticas públicas, problemas são identificados, definidos e alçados à agenda governamental para solução. A

formulação das intervenções pode seguir critérios de racionalidade, incrementalismo ou uma combinação de ambos (BATISTA et al., 2021).

Assim, pode-se refletir como as políticas públicas destinadas as pessoas com deficiência são construídas no Brasil, frente a seus objetivos e como elas podem potencializar a grande desigualdade social encontrada no país.

Vale lembrar que compete ao Estado brasileiro responsabilizar-se pela garantia do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que garante ser possível a homens e mulheres uma existência com plena fruição de direitos fundamentais (ALENCAR et al., 2020).

As provisões comunitárias fortalecem os laços de afiliação e, por medidas políticas passam a ser instituídas como direitos fundamentais, ou expectativas normativas que estão imersos no sistema jurídico. A ação do Estado, sua iniciativa, investimentos, prioridades estão diretamente ligados ao conceito de políticas públicas (NUNES, 2020).

A instituição a ser analisada neste trabalho surge das demandas da sociedade e para compreendê-las melhor no Brasil é necessário voltar na história.

c. Histórico das Políticas Públicas no mundo e no Brasil:

As últimas décadas revelam a importância da instituição “políticas públicas”, assim como seu processo de institucionalização, com suas regras e modelos instituídos que regem sua elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores instituintes contribuíram para a maior visibilidade desta área.

Nasce nos EUA a política pública enquanto disciplina acadêmica e área de conhecimento, modificando as etapas instituídas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (SOUZA, 2006).

Na Europa, o campo das políticas públicas aparece como uma expansão de um trabalho baseado em teorias explicativas do papel do Estado e do governo. Ao contrário, nos Estados Unidos, o campo surgiu na academia sem estabelecer contato com a fundamentação teórica pautada no papel desse Estado (SOUZA, 2006).

Souza (2006) lembra que a trajetória da disciplina, nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público.

Em seu artigo, Souza (2006) destaca que a disciplina das políticas públicas conta com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduziu a expressão “*policyanalysis*” (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006).

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*polycymakers*), discorrendo, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para este autor, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores etc., mas a racionalidade, segundo Simon (1957), pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadrem o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton (1965), políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

No Brasil com a Proclamação da República, estabeleceu-se um formato de organização Jurídica-Política próprio do estado capitalista. No entanto, para Poligano (2008), essa reorganização do aparelho estatal “assegurou apenas as condições formais da representação burguesa clássica, especialmente a adoção do voto direto pelo sufrágio universal”. Ainda para o autor a tradição de controle no período do coronelismo impôs normas de exercício do poder que representavam os interesses capitalistas predominantemente agrários (POLIGANO, 2008).

Apenas o voto para eleição do Presidente da República, por meio da votação direta, produziu o que Poligano (2008) chama de “lutas efetivas” em que substanciavam os conflitos no interior do sistema. Os programas partidários nunca chegaram a se configurar numa perspectiva de âmbito nacional. De fato, das 19 organizações políticas que atuaram até o movimento de 1930, nenhuma excedeu a disciplina imposta pela defesa de interesses regionais, embora pudessem compor, eventualmente, alianças que dominaram as práticas políticas até aquela data (POLIGANO, 2008).

Embora os anos tenham se passado os desafios e oportunidades para o Brasil implicam considerar a heterogeneidade do país, e nesse aspecto é equivocada a trajetória das políticas públicas, por conta da visão centralizadora (BACELAR, 2003). Para este autor as políticas generalizadoras vêm de cima para baixo, a tendência é operar como se o Brasil fosse um país uniformemente semelhante, o que não é. Porém, na heterogeneidade, é possível encontrar pontos de semelhança; generalizar o que é comum e operar sobre o que é diferente. É um desafio porque não temos essa tradição nas políticas públicas governamentais (BACELAR, 2003).

Assim do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública está num campo multidisciplinar, que requer a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

As políticas públicas em saúde se instituem no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 no Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo a universalidade e a equidade como princípios, o SUS operacionaliza-se pelas diretrizes de hierarquização, regionalização e descentralização do cuidado e de participação social.

Fruto da reforma sanitária brasileira, na contramão das propostas dos sistemas de saúde operantes nos anos de 1980, o SUS institui a saúde como um direito universal (FERRAZ e KRAICZYK, 2010). Para Ferraz e Kraiczky (2010) as políticas para promoção de saúde devem ser instituídas e implementadas com a atuação da comunidade, descentralizada nas três esferas de gestão (FERRAZ e KRAICZYK, 2010).

d. AI NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA

A AI tem sido usado por diversos pesquisadores em várias temáticas dentro do campo da saúde pública a fim de analisarem o processo de institucionalização das mesmas.

No território da saúde pública, como já citado, há um potencial interessante para aplicação do método de AI, como asseverado por L'Abbate (2013). Tal território, particularmente na atenção básica à saúde, e seus paradoxos foi investigado por Zambenedetti e da Silva (2015) quando se dedicaram a analisar a questão da estigmatização de diagnóstico de AIDS. Tensões foram reveladas pelo método, em que o acesso facilitado ao diagnóstico convive com perspectivas ainda assentadas no preconceito e possibilidades de constrangimento.

Usuários de saúde mental que recorrem a serviços da Estratégia de Saúde da Família (ESF) se constituíram como os sujeitos de estudo empreendido por Andrade et al.. (2013), empregando a AI como instrumento de pesquisa. Os autores puderam identificar a necessidade de aprimoramentos na busca de uma formação permanente, de modo a valorizar a abordagem em

saúde mental nos territórios e contornando o que os autores denominam como “especialismos”. (ANDRADE et al., 2013).

No que concerne à saúde da população idosa, o emprego da Análise Intitucional, tem se revelado como uma oportunidade de valor para avaliar de modo sistemático as políticas de promoção à saúde neste grupo populacional (SITKO et al., 2016).

Articulando a Cartografia de Deleuze e Guattari aliada ao método de AI, Mendes et al. (2017) desvelaram as possibilidades de contribuição de intervenção em rede de assistência a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente no que se refere a casos de violência sexual na cidade de Ouro Preto (MG). Pelo estudo, se traçou a perspectiva de confeccionar, assentadas em um diagnóstico, ações de curto a longo prazo, identificando os mecanismos de proteção e promoção e discutindo formas de aprimoramento.

Resistência a políticas públicas de saúde dotadas de rigidez organizacional e geradora de tensões assume formas de movimento, sobre o qual a AI também pode se debruçar e oferecer assim perspectivas interessantes de análise. A análise desses movimentos, ocorrido no âmbito da política de saúde mental na cidade de Campinas (SP), segundo Dobies e L’Abbate (2016) é considerada essencial para dar suporte às ações de cuidado e atenção solidários e assim servir de subsídio ao enfrentamento de ações voltadas ao retrocesso na área.

Compreendido fundamentalmente como um processo de reflexão acerca dos variados elos com as instituições, o conceito de implicação se reveste de maior importância em pesquisa socioclínica levada a cabo por Fortuna et al.. (2014) sobre a parentalidade. Com a aplicação da AI, por meio da observação participante, grupos de discussão com pais e profissionais, entrevistas e sessões de restituição, os autores puderam desvendar uma tensão constante entre os propósitos de quem solicitou o estudo e os pesquisadores, que deve ser mais bem explorada, salientando, desse modo, a relevância da análise da implicação no processo.

Instrumento importante da AI, a análise da implicação foi ressaltada por Fortuna et al.. (2016) pela possibilidade de produzir conhecimento, seja no âmbito da análise como o da intervenção, quando analisaram a implantação da Rede Cegonha no interior do estado de São Paulo. Propriamente na gestão, o procedimento de análise identificou uns instituição com perfil Taylorista.

Integração entre a atenção primária e a vigilância em saúde consiste em um mecanismo importante e necessário para as efetivas políticas de promoção de saúde. Garcia et al.. (2015), por meio da AI, desenvolveram estudo com o fim de descrever os vínculos para que o processo se consolide. O fluxo de sentimentos e perspectivas subjetivas entre os sujeitos envolvidos se caracterizou como um mecanismo relevante para o diálogo entre as áreas.

A partir de um caso clínico de um centro psicopedagógico voltado para o atendimento de crianças, Romagnoli e Magnani (2012), cujo objetivo foi o de avaliar as relações no território equipe e família, que podem se colocar como obstáculo para a participação desta no processo. Pela AI, os autores constataram que, embora a terapia seja restrita à família, a condução e realização do estudo propiciou estímulos importantes na equipe, que servem de subsídios para favorecer a aproximação ou a conexão entre os grupos.

7. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

O presente capítulo aborda a participação das pessoas com deficiência na implantação, avaliação e fiscalização de políticas públicas destinadas para este grupo. Utiliza-se como marco teórico as questões de democracia participativa e da representação social da deficiência.

a. O que é deficiência?

As diferenças fazem parte da história e da construção da humanidade. São as particularidades na forma de ser e agir que determinam a evolução e continuidade do mundo e modificam a sociedade. As pessoas possuem idiossincrasias, assim como grupos sociais. Para Lôbo (2016) “As pessoas com deficiência são apenas pessoas diferentes, com limitações impostas pela sociedade que ainda não acabou com todas as barreiras”.

O grupo social em que o indivíduo está inserido é determinante em decidir em quais diferenças são aceitáveis ou não. Numa sociedade capitalista como a nossa, diferenças que não se enquadram nas linhas de produção do capital são ignoradas, excluídas e muitas vezes tornam-se invisíveis. Segundo Silva (1986), um determinado “grupo social [...] que irá estabelecer quais divergências que poderão ser consideradas como prejudiciais ou como vantajosas”. Lobô (2016) entende que as elites locais que orientam os padrões de divergências aceitáveis, desde que possuem, muitas vezes, os meios de produção e ditam quais são os perfis mais adequados para o mercado atual e o padrão de diferença aceitável nem sempre é o da pessoa com deficiência (LÔBO, 2016).

Diversas literaturas sobre as pessoas com deficiência reconhecem as deficiências como um estilo de vida diferente. Diniz (2007) fala que “o que existe

são contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal como diferentes estilos de vida” (DINIZ, 2007).

No século passado, em quase todo ele, o modelo biomédico de deficiência imperou nas orientações normativas de cuidados e atenção a pessoas com deficiência. Isso significa que a deficiência, na maior parte da sua concepção tinha como foco o tratamento de uma doença ou da “anormalidade” que criava os impedimentos para as pessoas (LÔBO, 2016). Esse modelo, como pode-se ver, exclui de responsabilidade toda a sociedade no cumprimento e promoção dos direitos sociais e humanos das pessoas com deficiência. O modelo médico colabora para a afirmação da segregação, do desemprego, dos impedimentos sociais, discriminação etc. A exclusão da pessoa com deficiência é justificada pelas causas naturais devido à incapacidade de um corpo diferente desenvolver um trabalho produtivo e competitivo na sociedade capitalista (DINIZ, 2007). Assim, no modelo citado, Lôbo (2016) afirma que “a conjuntura social e econômica fica livre de responsabilidade de fornecer subsídios estruturais para que as pessoas com deficiência desenvolvam todo o seu potencial”.

O modelo médico não é completamente ruim, visto que as pessoas com deficiência devem ter acesso a tratamentos e acompanhamentos profissionais de qualidade para melhor qualidade de vida. Porém, a crítica realizada a esse modelo é a forma que vê a deficiência como parte exclusiva da pessoa e não de toda a sociedade que, muitas vezes, não fornece inclusão, acessibilidade, acesso a saúde, educação e seus direitos fundamentais.

Criada na década de 1970 por pessoas com deficiência, na Inglaterra, a Liga dos lesados Físicos Contra a Segregação (UPIAS) criou o chamado “modelo social” da pessoa com deficiência que atribui a responsabilidade das limitações a sociedade e impedimentos das pessoas com deficiência. Essa corrente de pensamento distinguiu as noções de lesão e deficiência.

A lesão corporal é algo natural do ser humano. Um corpo com lesão pode ser de nascença ou então causado por acidentes, guerras, doenças ou no envelhecimento do próprio corpo (LÔBO, 2016). Para o modelo social, o que faz um corpo com lesão deficiente é o meio social discriminatório que restringe suas ações e limita suas potencialidades. A partir desse momento, “deficiência passou

a ser um conceito político: a expressão da desvantagem social sofrida pelas pessoas com diferentes lesões” (DINIZ, 2007).

b. Evolução da Terminologia:

O termo “pessoa com deficiência” nem sempre foi usado. Nos anos anteriores eram utilizadas expressões que ofendiam e rebaixavam as pessoas com deficiência. Alguns termos tinham conotações pejorativas como de pessoas inúteis ou inválidas. Eram utilizadas expressões como “retardado”, “incapazes”, “inválidos”, “aleijados” ou próprio “deficiente” que caracterizava a pessoa como unicamente deficiente (LÔBO, 2016).

Estudos trazem outras diversas terminologias que acompanharam a pessoa com deficiência durante muito tempo trazendo a ideia de discriminação como “portadora de necessidades especiais” ou “pessoa com necessidades especiais”. Essas duas últimas expressões vão de encontro com a luta dos movimentos das pessoas com deficiência, já que caracterizam essas pessoas com alguma especialidade e não com direitos iguais diante toda sociedade (LÔBO, 2016).

O pesquisador Romeu Sasaki (2003) fez um levantamento do percurso temporal, dos significados e valores sociais das terminologias da expressão “pessoa com deficiência” em cada época, no Brasil, conforme Quadro XX.

Quadro 2: Evolução da terminologia usada na área

| ÉPOCA | TERMOS E SIGNIFICADOS | VALOR DA PESSOA |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>No começo da história, durante séculos.</p> <p>Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”. Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).</p> | <p>“os inválidos”. O termo significava “indivíduos sem valor”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo. Outro exemplo: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (Diário Popular, 21/4/76).</p> | <p>Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional. Outros exemplos: “Servidor inválido pode voltar” (Folha de S. Paulo, 20/7/82). “Os cegos e o inválido” (IstoÉ, 7/7/99).</p> |
| <p>Século XX até ± 1960. “Derivativo para incapacitados” (Shopping News, Coluna Radioamadorismo, 1973). “Escolas para crianças incapazes” (Shopping News, 13/12/64). Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”,</p> | <p>“os incapacitados”. O termo significava, de início, “indivíduos sem capacidade” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “indivíduos com capacidade residual”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de</p> | <p>Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os</p> |

“Os incapacitados agora exigem qualquer idade. Uma variação foi o termo aspectos: físico, psicológico, social, reabilitação física” “os incapazes”, que significava “indivíduos profissional etc. que não são capazes” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham

De ± 1960 até ± 1980. “Crianças defeituosas na Grã-Bretanha tem educação especial” (Shopping News, 31/8/65). No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente). Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae.

“os defeituosos”. O termo significava “indivíduos com deformidade” (principalmente física). “os deficientes”. Este termo significava “indivíduos com deficiência” física, mental, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade. “os excepcionais”. O termo significava “indivíduos com deficiência mental”.

A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria.

De 1981 até ± 1987. Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” ao ano de 1981. E o mundo achou difícil

“pessoas deficientes”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo

Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país. A Organização Mundial de Saúde (OMS)

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>começar a dizer ou escrever “pessoas deficientes”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p> | <p>“pessoas”. A partir de 1981, nunca mais se utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</p> | <p>lançou em 1980 a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>De ± 1988 até ± 1993. Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p> | <p>“pessoas portadoras de deficiência”. Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”. Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p> | <p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>De ± 1990 até hoje. O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.</p> | <p>“pessoas com necessidades especiais”. O termo surgiu primeiramente para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. Daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.</p> | <p>De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo. Depois, com a vigência da Resolução nº 2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.</p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Em junho de 1994. A Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.

“pessoas com deficiência” e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.

O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.

De ± 1990 até hoje e além A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de pessoas com deficiência. A relação de documentos produzidos nesses eventos pode ser vista no final deste artigo.

“pessoas com deficiência” passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.

Os valores agregados às pessoas com deficiência são: 1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e 2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

c. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência:

Ao longo da história da humanidade, vários momentos frente às pessoas com deficiência foram vivenciados. Na antiguidade, quando a agricultura e pecuária sobressaiam e quem tinha os poderes eram os donos das terras, as pessoas que nasciam com alguma “anormalidade” eram abandonadas até à morte, assim como, as leis de Esparta e da Roma Antiga, que autorizava os pais a matar seus filhos “com defeitos”. Os hebreus tinham a crença que a deficiência era uma forma de punição de Deus, e eram excluídos de participar de eventos religiosos. Já na Europa Medieval, eram considerados criaturas malignas por alguns, e por outros, criaturas divinas. Os hindus, estimulavam a participação das pessoas com deficiência na igreja por considerarem a deficiência visual como um atributo que fazia a pessoa ter uma essência interior mais sensível. O cristianismo, portanto, defendia a pessoa com deficiência um ser racional, dotado de alma. A partir de então, deixando de ser aceitável a exterminação do indivíduo (SANTOS et al., 2012).

Segundo o pesquisador Sasaki (2007) o movimento social das pessoas com deficiência passa por quatro estágios: o primeiro é o momento da exclusão, que vai da antiguidade até o início do século XX. O segundo é o da segregação entre as décadas de 1920 e 1940. O terceiro foi a da integração entre os anos 1950 e 1980, já na fase de fortalecimento dos movimentos políticos e sociais das pessoas com deficiência. E por último, a era em que vivemos, a da inclusão.

Para Teixeira (2010), com a Revolução Burguesa (século XV) e a ascensão do capitalismo, a pessoa com deficiência volta a ser excluída socialmente por não ser produtiva para o mercado, que pelo contrário, somente a onerava. Em 1789, foram criadas as cadeiras de rodas, instrumentos criados para propiciar meios de locomoção para as pessoas com deficiência e amenizar o “peso” causado na família e sociedade. No entanto, a integração dos deficientes visuais somente vem ocorrer no ano de 1829, com o código braile, criado por Louis Braille (TEIXEIRA, 2010).

Com o passar dos anos, com a intensificação do modelo capitalista na sociedade, aumenta-se a necessidade de mão de obra para o trabalho. A sociedade então tem-se a obrigação de fazer adaptações e estruturar o sistema de ensino e escolarização para todos. No século XX, as deficiências incapacitantes devido ao trabalho surgiram em razão da precariedade no trabalho e jornadas prolongadas. Era evidente a necessidade da criação do direito do trabalho, como também, de um sistema previdenciário e de saúde que pudesse atender essa demanda (ARANHA, 1995).

Após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, com a necessidade da reabilitação das vítimas, possibilitou o surgimento de um plano de igualdade para assegurar direitos e oportunidades todos os seres humanos. Enfim em 1975, a ONU aprova a declaração dos direitos das pessoas com deficiência, destacando que a pessoa com deficiência física têm os mesmos direitos fundamentais que outros cidadãos (TEIXEIRA, 2010).

A compreensão de Arendt (2010) na obra “A condição humana” entende a vida humana no contexto do “trabalho, da obra e da ação”. A ação é a atividade na qual se concentra toda a atividade política e é por meio dela que se constrói o espaço público.

Assim, os espaços públicos são locais de prática política, ou seja, são espaços destinados a discussões entre atores, para expor as diferentes formas de compreender o mundo e construir, de forma conjunta, ações que compõem interesses e estratégias coletivas (ARENDR, 2010).

Quando olhamos para a história, no Brasil, as pessoas com deficiência tiveram seus direitos políticos e participação social restringidos pela sociedade e pelo estado. Tais restrições vinham de próprios familiares, pois não autorizavam o amadurecimento social desses indivíduos devido à vergonha, medo, ou pela incapacidade de enxergar o potencial contido neles (LÔBO, 2016).

Foi enfrentando essas restrições impostas como barreiras que os movimentos dos direitos das pessoas com deficiência perceberam a necessidade de uma participação social mais ativa na criação de políticas públicas, de leis e outros serviços públicos ou privados que tratassem delas. Diante esse contexto, em 1981 foi criado o lema internacional “Nada sobre nós

sem nós” com a publicação do artigo de William Rowland, “Nada sobre nós, sem nós: algumas reflexões sobre o movimento das pessoas com deficiência na África do Sul” (LÔBO, 2016).

No Brasil, a luta das pessoas com deficiência por seu protagonismo social destacou-se nos anos de 1979 e 1980. Inicialmente, o segmento compôs juntamente com demais setores da sociedade civil, na luta pela redemocratização do país e nos debates sobre as políticas públicas nos setores da educação, saúde e trabalho. E em 1981, com a criação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, estes atores começaram a lutar pelos direitos e necessidades diretamente ligadas a sua condição de deficiência (SILVA e OLIVER, 2019).

A proclamação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes teve como objetivos principais: (i) ajudar no ajustamento físico e psicossocial na sociedade; (ii) promover esforços, nacional e internacionalmente, para possibilitar o trabalho compatível e a plena integração à sociedade; (iii) encorajar projetos de estudo e pesquisa visando à integração às atividades da vida diária, aos transportes e aos edifícios públicos; e (iv) educar e informar o público sobre os direitos de participar e contribuir em vários aspectos da vida social, econômica e política (BRASIL, 2010, p. 41).

Os atores que participavam dessa luta queriam que a deficiência fosse vista para além das perspectivas religiosas e médica; por isso, passaram a solicitar do Estado a institucionalização de políticas públicas e a garantia de equiparação de oportunidades e direitos essenciais. Concomitantemente, buscavam a visibilidade e inclusão social do segmento e a conquista de autonomia para conduzir o próprio percurso de vida (CRESPO, 2009).

O movimento coletivo foi marcado pela grande participação das pessoas com deficiência física e visual que colaboraram para os avanços no campo da deficiência a partir da institucionalização de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência nos três níveis de governo; da inserção do tema “deficiência” na Constituição de 1988; da promulgação da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em 1989 e do aumento das discussões que

visam compreender e intervir sobre a deficiência no campo dos direitos humanos (SILVA e OLIVER, 2019).

Os movimentos brasileiros não se restringiram apenas na era da inclusão. No período imperial, século XIX, em 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que hoje é nomeado “Instituto Benjamin Constant (IBC)”. Em 1856 foi criado também o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esses dois institutos foram as primeiras organizações da América Latina voltadas para o ensino de jovens surdos e cegos. Era lecionado nos institutos matérias como ciências, ofícios em geral e religião (BRASIL, 2010).

Apesar do grande pioneirismo institucional brasileiro, ambas as instituições funcionavam com orçamentos reduzidos e nos primeiros anos só possuíam sede na capital do império, o Rio de Janeiro. Além disso, durante todo o século XIX e início do século XX o estado só reconhecia a cegueira e a surdes como deficiências passíveis de intervenção pública e inserção no mercado de trabalho. As pessoas com deficiência intelectual até metade do século XIX eram consideradas loucas e destinadas a hospícios (LÔBO, 2016).

Ainda no século XX, as organizações da sociedade civil foram mais expressivas do que os feitos do Estado brasileiro. Neste período foram criadas a Sociedade Pestalozzi, idealizada em memória do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) (LÔBO, 2016). O surto da poliomielite deixou sequelas, contexto que justifica o surgimento da maioria das organizações. Estas tentavam amenizar ou reverter as deficiências causadas pela doença. Segundo Diniz (2007), o principal objetivo dessas organizações era afastar os indivíduos com limitações do convívio social, ou então, normalizá-los para tentar introduzi-los na sociedade e devolvê-los aos familiares.

A ditadura civil-militar durou longos 21 anos até a redemocratização em 1985. Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), os movimentos sociais organizados pelas pessoas com deficiência junto com dezenas de outros grupos de outras áreas se articularam em encontros,

audiências públicas e comissões parlamentares para garantir os direitos negados por tanto tempo (LÔBO, 2016).

A autonomia dos movimentos sociais resultou na “Constituição Cidadã”, composta por redações dos direitos garantidos para as pessoas com deficiência. Alguns artigos da constituição de 1988 trazem:

- Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (BRASIL, 1988, art. 7, XXXI).
- É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1988, art. 23, II).
- A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (BRASIL, 1988, art. 203, IV).
- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, art. 208, III).
- É dever da família, da sociedade e do Estado criar programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1998, art. 227, §1º, II).

Com a consolidação do estado democrático de direito em 1988, por meio da promulgação da Constituição Federal, afirmou-se a garantia da inclusão das pessoas com deficiência (PCD) na sociedade (Brasil, 2016).

A redemocratização no Brasil fortaleceu a união das PCD's que viabilizou a participação política e social. Os movimentos internacionais também motivaram os movimentos em prol das minorias como as étnicas, sociais, culturais com base nos princípios de reconhecimento e de valorização da diversidade humana (LEITE e LUVIZOTTO, 2017).

São vários os marcos legais e históricos que asseguram os direitos da PCD na sociedade. Firmada em 6 de julho de 2015 e vigorada em 2 de janeiro de 2016, a Lei n. 13.146/2015 conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI é uma reafirmação da PCD, com inovações dentro de vários institutos jurídicos brasileiros. A lei abrange a diversidade humana, garantindo a dignidade, enaltecendo a importância existencial dos indivíduos. O texto da convenção da ONU das PCD's foi base para um dos aspectos mais bonitos da LBI: a desconstrução da deficiência como um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um (AUGUSTO E AUGUSTO, 2020; GABRILLI, 2016; CAVALCANTE, 2018).

Essa definição de deficiência apresenta uma visão vasta sobre a questão, considerando que, historicamente, os modelos anteriores viam a limitação no e do indivíduo, sem se atentar à importância dos elementos do ambiente com o qual a pessoa está em constante interação. Essa importante descrição citada alinha-se com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) na qual a funcionalidade e a incapacidade de uma pessoa são concebidas como uma interação dinâmica entre os estados de saúde e os fatores contextuais que englobam fatores pessoais e ambientais. É muito importante ressaltar que a CIF reconhece o papel dos fatores ambientais na criação da incapacidade, além do papel das condições de saúde, indo de encontro ao modelo médico que considera a incapacidade como um problema da pessoa, causado diretamente pela doença, trauma ou outro problema de saúde (OMS, 2014; CAVALCANTE, 2018).

Pensando no modelo médico citado, destaca-se mais uma vez a importância da LBI para a luta da PCD, pois é por meio de seu texto que a deficiência deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um. Ou seja, a LBI veio para mostrar que a deficiência está no ambiente, na interação do indivíduo com a sociedade e não nas pessoas (Brasil, 2016).



Figura 1 - Linha do tempo da evolução da luta da PCD no mundo (autoria própria)



Figura 2 – Linha do tempo da evolução da luta da PCD no mundo (autoria própria)

d. Construção da LBI:

É necessário compreender o processo legislativo da LBI para entender todas as mudanças, discussões e transformações pelas quais esta lei passou durante

o tempo em que se tramitou o projeto até a aprovação e, assim, ficar mais objetiva a discussão e reflexão. Só é possível que uma lei seja compreendida em toda sua opulência se a história a quem se destina for conhecida e se seu processo legislativo for entendido (STÜPP, 2018).

Ao Poder Legislativo cabe a elaboração das leis, que são criadas a partir de um conjunto de procedimentos. Esse grupo de ações é denominado processo legislativo (STÜPP, 2018). Para Silva (2006), tal processo legislativo é “o complexo de atos necessários à concretização da função legislativa do Estado” nos quais são necessários que se entendam os aspectos objetivos e subjetivos existentes.

O legislador é o produtor da lei, sendo que no Brasil essa função é atribuída ao Congresso Nacional, que é o responsável pela criação de emendas à Constituição, Resoluções, Leis Ordinárias e Complementares e, ao Presidente da República, responsável por emitir Medidas Provisórias, Decretos e Leis Delegadas (STÜPP, 2018).

A Lei Brasileira de Inclusão teve como propositor o Senador Paulo Paim que, à época, ocupava o cargo de Deputado. A lei, representa “o preceito escrito, formulado solenemente pela autoridade constituída, em função de um poder, que lhe é delegado pela soberania popular, que nela reside a suprema força do Estado” (SILVA, 1993).

A LBI passou por 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, período em que houve mudanças no texto inicial, atendendo às justas demandas dos movimentos sociais da pessoa com deficiência de todo o país, até ser sancionada em julho de 2015. Em seguida, foram mais seis meses para entrar em vigor, em janeiro de 2016 (BRITO E JUNIOR, 2019).

Existem muitas alterações vindas da Lei Brasileira de Inclusão, porém as principais estabelecidas são nas áreas da saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte. No entanto, a inovação mais importante está na mudança do conceito de deficiência, não sendo mais tratada como uma condição biológica da pessoa, mas sim condições impostas pela sociedade. A deficiência é vista como o resultado da interação das barreiras

atribuídas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo (BRITO E JUNIOR, 2019).

Brito e Junior também argumentam em seu trabalho (2019) que esse novo conceito leva a reflexão social sobre quais barreiras que impedem o protagonismo da pessoa com deficiência, bem como a importância de trazer aspectos da realidade vivenciada pelo segmento e com isso levar conhecimento aos profissionais e à população em geral, para que possam atuar também como minimizadores das barreiras entre pessoas com deficiências e a sociedade.

As "incapacidades" recebem os principais impactos da LBI no código civil. No art. 1º do código citado, dispõe: "Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil". O artigo traz a compreensão da unanimidade das pessoas, não permitindo a discriminação das raças, idades, gêneros, etc. Assim o trecho refere-se a capacidade como a aptidão para a execução de direitos e obrigações civis. No entanto, vale a reflexão que nem todas as pessoas possuem tal capacidade (GADELHA et al., 2022).

Com a construção da LBI, os artigos 3º e 4º receberam mudanças. Anteriormente as pessoas com deficiência eram consideradas totalmente incapazes, já com a nova redação, incapazes são pessoas menores de 16 anos. A nova redação do art. 4º com a alteração ficou: "São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de exercê-los: I -os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, II -os ébrios habituais e os viciados em tóxico, III -aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; IV -os pródigos" (GADELHA et al., 2022).

Outra mudança citada no trabalho de Gadelha et al. (2022) é a reformulação no sistema de curatela que era adotado pelo Código Civil. Podem solicitar a curatela os pais, tutores, cônjuges ou demais familiares, além do Ministério Público e do próprio interessado.

O art. 84 da LBI dispõe: "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas"; destacando assim a igualdade das condições com as demais pessoas. Assim, podemos destacar o tema do parágrafo anterior. Os

parágrafos 1º, 4º e 3º, apresentam a possibilidade da representação por cautela e deverá haver a prestação de contas anualmente do curador ao juiz (GADELHA et al., 2022).

Assim, a pessoa com deficiência tem a liberdade de constituir pessoas de sua confiança para que possam agregar nas decisões que serão tomadas. O novo texto se opõe a forma que acontecia anteriormente, onde a maioria das decisões de curatela e tutela eram proferidas sem consentimento do mesmo.

8. PLANO VIVER SEM LIMITE:

a. O desafio da construção de uma política intersetorial e transversal:

O Governo Federal já havia iniciado, em 2008, uma agenda social para PCD. Mas cabia ao Ministério da Saúde um papel muito limitado dentro dessa agenda, restrito à tentativa de responder a demanda do Sistema Único de Saúde (SUS) por órteses e próteses (Brasil, 2011). No manual Diálogo (bio)político (2014) citam que:

[...] dos esforços e, particularmente, no âmbito da saúde, do qual podemos falar com mais propriedade, os compromissos mais destacados do Ministério da saúde recaíram sobre duas grandes questões: acessibilidade e concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPMs). Todavia, a acessibilidade, às vezes, é superação de barreiras ligadas à mobilidade urbana e à arquitetura dos prédios. Apesar, o que é uma redução do conceito e de seus desdobramentos práticos em vários campos, inclusive na área da saúde (BRASIL, 2014).

No governo da presidenta Dilma Roussef (2011), houve o estabelecimento da Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) que dá força para compreensão, a defesa e a difusão dos direitos das pessoas com deficiência. É nesse cenário que surge a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2014).

Ainda no manual Diálogo (bio)político (2014) cita-se que no campo da saúde seria impossível construir uma rede em saúde para a PCD sem articulação coordenada e clara com outros ministérios (BRASIL, 2014).

Uma completa reformulação do Ministério da Saúde aconteceu com a implementação das ações estabelecidas no “Viver sem limite”. No dia 17 de

novembro de 2011, houve o lançamento do Plano, descrita no manual Diálogo (bio)político (2014) como “uma agenda comovente”, de interessa nacional, promove a inclusão produtiva (BRASIL, 2014; BRASIL, 2011).

A deficiência envolve uma multiplicidade de dimensões e fatores de origem socioeconômica, cultural, familiar individual e institucional, conformando trajetórias distintas e demandando ações públicas com abrangência e objetivos diversos. O plano valoriza intervenções intersetoriais e transversais; um modelo de gestão governamental relacional, com redes horizontais e multiníveis.

O processo de elaboração do Viver sem Limite não se constituiu apenas em uma maneira de cumprir as obrigações internacionais do Brasil perante a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Transformou-se em uma grande oportunidade para fazer um balanço da promoção dos direitos humanos no Brasil, em geral, e dos direitos das Pessoas com Deficiência, em especial, favorecendo um planejamento mais eficaz das políticas públicas adotadas e a efetiva implementação da convenção da ONU.

Na cerimônia de lançamento ocasião foi assinado o decreto nº7.612 que estabeleceu as diretrizes:

- a) Garantia de um sistema educacional inclusivo
- b) Garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado.
- c) Ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho mediante sua capacitação e qualificação profissional.
- d) Ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza.
- e) Prevenção das causas de deficiência.
- f) Ampliação e qualificação da rede de atenção da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência à habitação e reabilitação.
- g) Ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade.
- h) Promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

O Plano Viver sem Limite prevê que sua execução esteja a cargo da União em colaboração com estados, Distrito Federal, municípios e com a sociedade. A vinculação dos entes ocorre por meio de termo de adesão voluntária, que implica a responsabilidade de priorizar medidas visando à promoção do exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência, a partir dos eixos de atuação previstos no decreto nº7.612. Também foram instituídas instâncias de acompanhamento do plano nos âmbitos estadual e municipal, sendo que a execução pode ser direta ou por convênio, e o custeio é garantido por recursos orçamentários da União, entes federados ou outras entidades públicas e privadas.

Também foi criado o comitê interministerial de Tecnologia Assistiva, com a finalidade de formular, articular e implementar políticas, programas e ações para o fomento ao acesso, desenvolvimento e inovação em tecnologia assistiva. O Comitê é coordenado pelo ministério da ciência, tecnologia e inovação e envolve a SDH; os ministérios da fazenda; do planejamento, orçamento e gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; e da saúde (BRASIL, 2014).

b. Os quatro eixos temáticos do plano “Viver Sem Limite” são:

1. Acesso à educação, que investe em recursos e serviços de apoio à educação básica e compreende a busca ativa de alunos, transporte acessível, aprendizagem, acessibilidade e qualificação profissional;
2. Atenção à saúde, que cria a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e contempla ações voltadas para a prevenção e reabilitação;
3. Inclusão social, que desenvolve ações de participação social e de combate às desigualdades, visando a incluir às pessoas com deficiência na sociedade, tanto no trabalho, quanto no cuidado diário de pessoas em situação de pobreza;
4. Acessibilidade, na formada busca de acesso à tecnologia e ao desenvolvimento tecnológico, moradia e aquisição de equipamentos.

São 15 os órgãos federais que integram o Viver sem Limite: Casa Civil; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Educação; Saúde; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Social e Combate à fome; Ciência, tecnologia e Inovação; Cidades; Fazenda; Esporte; Cultura; Comunicações; Previdência Social; e Planejamento, Orçamento e Gestão.

c. Políticas públicas em saúde para a pessoa com deficiência:

Após a reformulação do Ministério da Saúde com a implementação das ações estabelecidas no “Viver sem limite”, foi estabelecido um conjunto de normativas que determina como essa política deveria acontecer nos territórios. A partir do planejamento e do desenvolvimento da Rede de Cuidados à Saúde da PCD, implantada em 2012, da volume de recursos investidos pelo SUS (BRASIL, 2014; VIVER SEM LIMITE, 2014).

Esta rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, busca promover a articulação entre os serviços, promover a saúde, identificar precocemente a deficiência, prever agravos, oferecer tratamento e a reabilitação (VIVER SEM LIMITE, 2014).

As ações estabelecidas no eixo de Atenção à Saúde as ações do Viver sem Limite são:

1. Ampliação e qualificação da triagem neonatal;
2. Melhoria dos processos de identificação e intervenção precoce de doenças em crianças de zero a dois meses, com extensão da fase IV do teste do pezinho para todos os estados da federação, qualificação de 175 maternidades para triagem auditiva neonatal (teste da orelhinha); criação do marco normativo da política nacional de triagem neonatal e criação de um sistema de acompanhamento de crianças diagnosticadas;

3. Elaboração e publicação de dez diretrizes terapêuticas sobre como proceder quanto ao diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento de várias deficiências (da triagem auditiva neonatal; síndrome de Down; pessoa amputada, lesão modular; paralisia cerebral; transtorno do espectro autista; traumatismo crânio-encefálico; acidente vascular encefálico, saúde ocular na infância; síndrome pós-poliomelite;
4. Habilitação e Reabilitação: ampliação e qualificação da rede de reabilitação do SUS, em parceria com instituições de referência nacional, e implantação de novos centros especializados em reabilitação – CER;
5. Transporte para acesso à saúde: aquisição de 88 veículos adaptados destinados ao transporte das pessoas com deficiência aos CER;
6. Órteses e Próteses: implantação de oficinas ortopédicas que confeccionam, consertam e aperfeiçoam aparelhos.

d. Redes de apoio e pessoas com deficiência: inserção social e acesso aos serviços em saúde coletiva:

O conceito de saúde coletiva é uma criação brasileira, que surgiu no fim da década de 1970, com o objetivo de constituir um paradigma que permitisse uma nova articulação entre as diferentes instituições do campo da saúde (LABBATE, 2003).

A partir das principais mudanças pelas quais passavam, na década de 1970, a prática médica e a própria saúde pública, diante do aumento do consumo de serviços médicos dado o aumento do número de trabalhadores, com direito à assistência médica previdenciária, levam a transformações, tanto em relação à reorganização do atendimento à saúde, como ao redirecionamento da produção acadêmica, viu-se a necessidade de se repensar os nomes pelos quais era

conhecido o campo da saúde, chegando ao simbólico “coletivo” (LABBATE, 2003).

As pessoas com deficiência formam um grupo heterogêneo que reúne, em uma mesma categoria, pessoas com vários tipos de deficiência, podendo ser: física, sensorial, intelectual e mental. Conseqüentemente, as ações de saúde destinadas para esse segmento têm que considerar a diversidade entre as necessidades. Além disso, cuidados e acompanhamento devem ser iniciados precocemente, tão logo seja diagnosticada alguma lesão potencialmente causadora de incapacidades (BERNARDES et al., 2009).

Entre os diversos direitos garantidos por meio da constituição, podemos destacar o direito à saúde. Segundo o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), todo cidadão brasileiro pode e deve ter acesso aos serviços de saúde, sem nenhum tipo de restrição. O documento que institui a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, aprovado no ano de 2008 pelo Ministério da Saúde, dita diretrizes e deveres institucionais, com o objetivo de criar condições para a reabilitação dessas pessoas. O documento estabelece as competências de acordo com cada esfera de governo, garantindo o cuidado com a saúde e a assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência de forma integral (HOLANDA et al., 2015).

Para Holanda et al. (2015) ainda podemos observar que a assistência à saúde das pessoas com deficiência é bastante limitada aos centros de reabilitação e outros serviços de atenção secundária, dificultando o acesso, reprimindo a demanda existente nesses locais e não garantindo a integralidade da atenção ao segmento.

Ainda para Holanda et al. (2015) devido à dificuldade de deslocamento e de acesso aos serviços de reabilitação, as pessoas com deficiência possuem uma vida social limitada ao convívio com a família, com muitas restrições para inserção nos demais grupos sociais. Dessa forma, então, estabelece uma condição de isolamento social (HOLANDA et al., 2015).

Para Bernardes et al. (2009) o desenvolvimento e a qualidade de vida destas pessoas podem ficar irreparavelmente comprometidos, afetando sua

inserção social na vida em comunidade. Evidentemente, tal perspectiva de natureza preventiva e promocional está ligada à destinação de recursos, o que exige reflexões e debates pensando no planejamento de políticas públicas neste setor.

O cuidado integral é resultado da assistência cotidiana que deve ocorrer por meio do acolhimento, vínculo e responsabilidade. Tais relações devem favorecer a autonomia, refletindo os meios da equipe e usuários. Os atores envolvidos no processo de execução dos direitos em saúde coletiva devem estar alinhados a clínica ampliada, considerando o sujeito imerso em seu contexto e singularidade próprios, contrapondo-se ao modelo biomédico.

A inserção social varia do apoio que a pessoa com deficiência recebe. Tal apoio pode prover da família, dos amigos, vizinhos, bem como, de profissionais de saúde que estão de algum modo envolvidos no processo. Essa união forma-se uma rede de apoio social, que possui uma importância fundamental na vida e na qualidade de assistência à pessoa com deficiência.

Assim o apoio social, pode ser definido como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que obtém efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos (HOLANDA et al., 2015).

Quando uma sociedade reconhece sua diversidade, torna-se menos excludente e é capaz de atender as necessidades de vários seguimentos sociais, garantindo a eles acesso aos serviços necessários.

e. Barreiras para implantação da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência: Análise de fatores instituintes a institucionalização das políticas públicas inclusivas em saúde coletiva.

Diante das diretrizes definidas no Artigo 2º da portaria 793/2012, portaria que institui a rede de cuidados da PCD destaca-se o inciso IV, onde é assegurado as garantias de acesso e de qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar. São muitos os debates entre as equipes da Atenção Básica sobre as responsabilidades profissionais necessárias para que as pessoas com deficiência possam ter seus direitos garantidos e seu acesso a tais serviços com qualidade, sobretudo, no que se refere à interface interdisciplinar.

Apesar da determinação de assistência integral à pessoa com deficiência, um dos instituintes da execução desse direito é citado por Machado (et al, 2018) sendo a falta de delimitação das competências profissionais. Devido a este problema citado pelos autores existe a falha na execução do trabalho multiprofissional.

Com isso existe o prejuízo, inevitável, das pessoas com deficiência que não conseguem se orientar diante de seus direitos. Para Machado (et al, 2018) a integralidade do cuidado e a assistência multiprofissional acabam limitadas à perspectiva teórico-idealista-legal.

Outra portaria que merece atenção é a Portaria 4.279/2010 que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito do SUS, que promoveu grande desenvolvimento. Contudo, Machado (et al, 2018) aponta a dificuldade em superar a intensa fragmentação das ações e serviços de saúde e qualificar a gestão do cuidado no cenário atual.

A Portaria 4.279/2010 também discorre sobre a orientação comunitária, recomendando que a Atenção Básica de Saúde utilize habilidades clínicas, epidemiológicas, sociais e avaliativas, de forma que atendam às necessidades específicas de saúde de um grupo definida (Machado et al., 2018). Para que

aconteça faz-se necessário definir e caracterizar tais grupos, identificar seus atores, seus problemas de saúde, modificar programas para abordar esses problemas, e monitorar a efetividade das modificações do programa.

O objetivo da Portaria 4.279/2010 foi atribuir ênfase na orientação comunitária, no entanto, ela não relata detalhes necessários para que as ações e serviços prestem esclarecimentos sobre acessibilidade, adequações dos ambientes, programas de reabilitação, protetização, entre outras informações relevantes para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de suas regiões de saúde específicas. (Machado et al., 2018). Aqui pode-se identificar mais um instituinte, a falta de informação, detalhes e orientação, faz-se perder, a oportunidade de fortalecer o atendimento as pessoas com deficiência e de desenvolvê-lo para além da dimensão teórica.

Já o NASF deve ter um conjunto de ações intersetoriais, ações de prevenção e promoção da saúde, discussão do processo de trabalho das equipes, entre outras funções. Todas as atividades devem-se ser desenvolvidas nas unidades básicas de saúde, academias da saúde ou em outros pontos do território.

Castro et al. (2011), por análise dos discursos empreendida, apontam sobre as dificuldades sobre o deslocamento ao serviço de saúde sendo variável quanto ao usuário com deficiência e sua forma de ir ao serviço sozinho ou acompanhado, utilizar carro particular, transporte coletivo, ir a pé ou de ambulância e demandar tempo variado para chegar ao serviço de saúde. Para Castro et al. (2011) existem dificuldades oferecidas de acessibilidade pelos serviços de saúde, identificando relatos de demora no atendimento, problemas com estacionamento, falta de rampas, elevadores, cadeiras de rodas, sanitários adaptados e de médicos.

Ainda para os autores Machado (et al, 2018), a posição dos gestores diante da administração dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família NASF's, são fatores que merecem atenção na execução ou não do que lhe é proposto, sendo assim também um instituinte para nossa pesquisa. Os autores falam sobre a confusão das funções e aponta um componente fundamental para potencializar a integralidade do cuidado, a resolubilidade da atenção primária à saúde e

também do SUS, intervindo na cultura dos encaminhamentos desnecessários, promovendo a discussão da formação dos profissionais de saúde.

Nicolau et al. (2013) levantam uma importante questão quando trata-se da saúde para as pessoas com deficiência, especialmente para as mulheres. Para o autor discriminação socioeconômica e a excessiva estão presentes em nosso cotidiano. A ausência do olhar para além das demandas fisiológicas e funcionais de seus corpos, assim como para as diferenças, que constituem efetivamente desigualdades, ou discriminações médico-sanitárias.

Cunha (2021) argumenta sobre a existência de noções de individualismo como estrutura social que produz saberes sobre os corpos, conectados aos discursos no campo da medicina. Para ele os discursos produzidos neste aspecto, tende a separar suas dimensões sociais e políticas da dimensão orgânica.

Fatores de individualização compõem os corpos que se diferem uns dos outros. Contudo, quando é abordado por uma perspectiva do campo social, em que precisa-se da representatividade, o corpo passa a ter características do sujeito. No entanto, os planos das representações também colaboram para manipulações que buscam aos padrões de normalidade (CUNHA, 2021)

Para Foucault (1987), o corpo é um objeto de poder que é modelado, treinado e obedece a regras. Os corpos saem dos aspectos biológicos e se constituem também em uma perspectiva do campo social, permeado pelas relações de poder que determinam sua forma, função e o seu modo de existir em sociedade. As relações de poder que perpassam as diversas instituições da sociedade determinam a funcionalidade e a utilidade dos corpos, ligados a fatores econômicos que os sujeitam à submissão e à dominação, para que tenham as forças adequadas ao modo produtivo (FOUCAULT, 1987). No sistema capitalista, por exemplo, há dominação que ocorre através da disciplina, do controle. As classes são controladas pelo poder exercido sobre os corpos, que moldam sua utilidade para a inserção no modo de produção capitalista (CUNHA, 2021).

Os comportamentos e ações caracterizadas biomédicas buscam aproximar as pessoas a um padrão de normalidade que está relacionado aos

processos de industrialização da sociedade. A construção de padrão de corpos que atendam à lógica produtiva contribui para que as pessoas com deficiência não sejam vistas como aptas para venda de sua força de trabalho, colocando-as como dependentes e iniciando o processo de institucionalização (CUNHA, 2021)

Jesus (2017) afirma que um dos grandes desafios aos trabalhadores de saúde seria o de potencializar a prática em direção à clínica ampliada, buscando a postura que diminua a tendência à clínica tradicional e à clínica degradada.

A falta da incorporação de conhecimentos, formas de identificação e ações de promoção dos direitos humanos e sociais nas práticas de saúde cotidianamente desenvolvidas nos serviços são claramente instituinte no processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas em nosso país.

Nicolau et al. (2013) afirmam que embora a pauta dos direitos da PCD seja sempre lembrada nas políticas de saúde e permeia o discurso programático da atenção integral, pouco se sabe acerca do modo como os direitos são articulados nos processos assistenciais e nas ações de prevenção ou promoção da saúde nos serviços.

9. COVID-19 COMO ANALISADOR DA INSTITUIÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS:

O distanciamento social provocado pela COVID-19, trouxe impactos na vida de todos os brasileiros e brasileiras e dentre eles as pessoas com deficiência. Compreendendo o ser humano como um ser único e que possui vivências e experiências de forma singular e relacional com os contextos de cada um é que se buscou compreender os impactos da pandemia nas políticas públicas destinadas as pessoas com deficiência.

A experiência singular da deficiência é uma condição humana e um fenômeno social que toca a todos em seu cotidiano e as políticas públicas direcionadas para esse seguimento são formas de garantir seus direitos. Porém a pandemia reforçou a inadequação das políticas neoliberais de gestão do Estado nos últimos anos, principalmente, pela inobservância da garantia de direito à dignidade humana, acesso às necessidades humanas básicas (FILHO; JÚNIOR, 2020).

O Brasil, um país latino-americano, federativo, capitalista, heterogêneo e profundamente desigual que, segundo Francisco de Oliveira (2003) é um “ornitorrinco” difícil de compreender, improvável na escala evolutiva, que tem limitada possibilidade de avançar; uma combinação de setores desenvolvidos com desigualdade social e pobreza extrema (OLIVEIRA, 2003).

A implicação com políticas públicas é uma questão fundamental, pois elas estão intimamente ligadas à transformação da realidade: elas partem de uma insatisfação e visam estabelecer uma situação ideal ou próxima do ideal para todos, de forma paritária. As políticas públicas são como a ponte entre a situação existente e aquela aonde se quer chegar (STUCKY, s.d).

Nesse íterim, o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus faz parte das ações principais da Saúde Pública por meio de atuações voltadas para a população ou para grupos com maior risco de contaminação (FILHO et al., 2020). Acredita-se que as pessoas com deficiência estão entre os grupos mais afetados pela Covid-19 (PEREIRA et al., 2021).

O histórico de preconceitos, as diversas maneiras de reconhecer e registrar a deficiência, a lacuna de informações confiáveis em bancos oficiais de dados, a falta de políticas públicas e a ausência de espaços efetivos de participação podem maximizar a invisibilidade das pessoas com deficiência revelada pela crise da Covid-19 (PEREIRA et al., 2021).

No dia 06 de maio do ano de 2020, António Guterres, secretário-geral da ONU, reconhece a vulnerabilidade das pessoas com deficiência diante a pandemia e lança recomendações para Resposta ao Covid-19 Inclusiva para Deficiência. Isso acontece aproximadamente três meses após ser considerada emergência em saúde pública e dois após ser declarada pandemia (PEREIRA et al., 2021).

A ONU reconhece a importância de incluir as pessoas com deficiência em ações globais, porém destacou a importância de pensar em estratégias específicas durante a pandemia. O chefe da ONU defendeu em seu pronunciamento que as pessoas com deficiência devem caminhar rumo a um mundo “mais inclusivo, acessível e sustentável”. (UNITED NATIONS, 2020) Assim, além na tomada de medidas de controle e preventivas, também devia-se buscar a produção de dados quanti-qualitativos sobre as pessoas com deficiência e destacou que as políticas públicas inclusivas e efetivas somente serão possíveis com a participação das pessoas com deficiência (UNITED NATIONS, 2020).

No Brasil, a infecção por Covid-19 da senadora Mara Gabrilli, que é uma pessoa com deficiência e precisa do apoio de terceiros para atividades do cotidiano, acendeu a discussão sobre a necessidade constante de cuidado e as práticas de prevenção entre cuidadores profissionais ou familiares. (PEREIRA et al., 2021). E mesmo havendo a discussão referente ao tema, nada se produziu de fato, enquanto política pública, em resposta a nova realidade da pessoa com deficiência frente a pandemia da COVID-19.

Adicionalmente é importante refletir que, o Governo Federal brasileiro, na figura de seus atores como o Presidente da República, parece desprezar a produção de conhecimento referente a COVID-19. Deste modo, outro aspecto de análise é a formulação discursiva e prática da experiência da pandemia no

Brasil. Diversos pronunciamentos presidenciais demonstram descaso à prática de isolamento domiciliar e à negação da real gravidade da epidemia, produzindo efeitos antagônicos as diretrizes de outros países (RAFAEL et al., 2020)

Sakellariou, Malfitano e Rotarou (2020) realizaram uma importante pesquisa, cujo objetivo foi o de examinar a inclusão da deficiência nas respostas governamentais ao COVID-19 em quatro países da América do Sul: Argentina, Brasil, Chile e Peru. Os autores usaram como metodologia a pesquisa documental, usando análise de enquadramento para analisar relatórios, legislação, decretos e outros documentos oficiais que comunicaram as medidas tomadas em resposta à pandemia, publicados de 1º de fevereiro a 22 de maio de 2020 (SAKELLARIOU et al., 2020). Foi incluído documentos que relatam medidas direcionadas diretamente ou indiretamente as pessoas com deficiência e desenvolvido uma estrutura analítica com base nas recomendações para uma resposta inclusiva da deficiência ao COVID-19 publicadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Organização Mundial da Saúde e outras organizações internacionais (SAKELLARIOU et al., 2020).

Os resultados destacaram que, medidas positivas foram tomadas, porém, mesmo assim as necessidades das pessoas com deficiência não foram totalmente atendidas. Muitos países publicaram respostas inclusivas à deficiência frente ao COVID-19, mas não garantiram a prática das mesmas. Todos os países incluídos na pesquisa tomaram pelo menos algumas medidas para garantir o acesso a apoio financeiro, saúde e educação para pessoas com deficiência, mas ao mesmo tempo também implementaram políticas que tiveram um impacto negativo sobre as pessoas com deficiência. As populações mais expostas aos impactos da COVID-19, incluindo as pessoas com deficiência que vivem em acolhimento institucional, foram protegidas em vários casos apenas por recomendações e não por legislação (SAKELLARIOU et al., 2020).

Os autores e os documentos internacionais identificaram a relevância, porém a inexistência, de respostas organizadas para as pessoas com deficiência. Diante do exposto, pode-se indicar alguns elementos que dificultaram a produção de respostas públicas para amenizar as consequências

da Covid-19 entre as pessoas com deficiência no Brasil: (PEREIRA et al., 2021; SAKELLARIOU et al., 2020).

O primeiro elemento que pode-se destacar é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), ratificada no Brasil em 2009 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015. Embora sancionada em 2016, a maior parte dos dispositivos da LBI não foi regulamentada, o que provoca uma lacuna de legislações para fazer frente a situações emergenciais como a causada pela Covid-19 (PEREIRA et al., 2021; SAKELLARIOU et al., 2020).

Outro ponto de análise é a inexistência de uma forma unificada de avaliação da deficiência. As ações/políticas produzem diferentes sujeitos com base em critérios específicos. Isso fragmenta e provoca a invisibilidade das pessoas desse seguimento, visto que não é possível obter uma informação única e confiável sobre essa população no país (PEREIRA et al., 2021; SAKELLARIOU et al., 2020).

Outro fator que dificultou a elaboração de respostas públicas para a pessoa com deficiência na pandemia foi a configuração dos sistemas de informação. Os dados nacionais para os registros de casos suspeitos de Doença pelo Coronavírus 2019, e-SUS Vigilância Epidemiológica, e confirmados para Síndrome Respiratória Aguda Grave Hospitalizado, Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep Gripe), não possuíam campos para registros da deficiência, impossibilitando qualquer interferência sobre a forma como a epidemia e a doença afetava a saúde das pessoas com deficiência, e tornando-as invisíveis diante o planejamento de serviços de saúde. Apesar de ter declarado Emergência em Saúde Pública Nacional, o Ministério da Saúde emitiu poucas normas regulatórias sem garantia do cuidado ou consideração às individualidades das pessoas com deficiência (PEREIRA et al., 2021; SAKELLARIOU et al., 2020).

Como os sistemas não estão interligados e não geram informações de qualidade sobre as pessoas com deficiência no Brasil. Dados importantes como os do CadÚnico, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do auxílio emergencial não são integrados com outros de setores diferentes do executivo, como da Saúde e da Educação. As consequências da pandemia terão impactos

em diferentes âmbitos e isso exigirá análises das instituições públicas. A falta de diálogo entre os dados produzidos e a invisibilidade das pessoas com deficiência nos sistemas de informação serão um analisador importante. (PEREIRA et al., 2021; SAKELLARIOU et al., 2020).

Para Floss (2020) outros pontos devem ser considerados em análise, quando há a proposta de entender as respostas governamentais frente à pandemia da COVID-19. Para o autor (2020) a saúde em locais biodiversos, principalmente os que abrigam populações em condição de vulnerabilidade, em extrema pobreza, teve iniquidades delatadas pela pandemia do COVID-19. A heterogeneidade dos cenários nas regiões do Brasil reforça a necessidade de diferentes organizações e oferta de serviços de saúde, envolvendo a logística para distribuição de insumos, a organização do processo de trabalho e o sistema de financiamento diferenciado (FLOSS et al., 2020).

Dentre os principais desafios enfrentados pela Saúde Pública, segundo Floss et al.. (2020) estão questões geográficas e climáticas, que podem prejudicar o trânsito terrestre e/ou fluvial, dificultando a circulação de usuários, profissionais e insumos. Também a existência da crença de que COVID-19 é “doença de cidade grande” cria obstáculos a mudanças de comportamento e prevenção da população. Outro desafio é a dificuldade de permanência dos profissionais da saúde, principalmente médicos, em territórios distantes, como exemplo o Programa Mais Médicos (PMM) que permitiu superar parcialmente esta carência, mas enfrenta desafios e, após o encerramento da colaboração cubana os territórios foram comprometidos, principalmente os territórios indígenas (FLOSS et al., 2020).

Diante do exposto é imprescindível que toda ação conte com a participação das pessoas com deficiência. É preciso fomentar o protagonismo dessa população nas políticas específicas e estimulado pelos setores governamentais. A ampliação de espaços coletivos de deliberação e discussão e a inserção das reivindicações das pessoas com deficiência nas pautas públicas podem ampliar a possibilidade de atuação para mitigar as consequências da Covid-19 ao longo dos próximos anos. (PEREIRA et al., 2021; SAKELLARIOU et al., 2020). Assim observa-se a importância da participação popular, por meio

da inclusão de lideranças, e implantação de execução de políticas públicas em saúde no Brasil, ao pensar em sua diversidade. A perspectiva dialógico-comunitária desses atores possibilita encontrar estratégias de enfrentamento a COVID-19 compatíveis com modos de vida, entendimento do corpo e adoecimento (JESUS, 2022).

10. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA À PROPOSTAS DIRECIONADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO:

a. Resultados:

Nas Tabelas podem ser observados os resultados gerados pela combinação de palavras-chave usada no percurso metodológico.

Tabela 1: Combinação de palavras-chaves e número de produções encontradas:

| Combinação de palavras-chaves e número de produções encontradas | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|-------------|-------------------------------|----------------------------------------------|---------------------|------------------------------|------------------------------------------|
| Base de dados: | Período: | Políticas Públicas e Inclusão | Políticas Públicas e Pessoas com deficiência | AI e Saúde Coletiva | Pessoas com deficiência e AI | Pessoas com deficiência e saúde coletiva |
| SciELO | 2000 - 2023 | 368 | 76 | 111 | 3 | 73 |
| Google Acadêmico | 2000 - 2023 | 217.000 | 29.000 | 69.400 | 24.400 | 20.700 |

Tabela 2: Combinação de palavras-chaves elaboradas e número de produções encontradas:

| Base de dados: | Período: | Combinação de palavras-chaves elaboradas e número de produções encontradas | |
|------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| | | Políticas públicas para pessoas com deficiência e a AI | Análise institucional, políticas públicas e saúde coletiva |
| SciELO | 2000 - 2023 | 2 | 6 |
| Google Acadêmico | 2000 - 2023 | 16.100 | 16.700 |

Quadro 3: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados SciELO

Combinação de palavras-chaves: “Políticas públicas para pessoas com deficiência e a Análise Institucional”

Autor/a/es:

Método utilizado e resultados:

Baptista
(2019)

Este estudo foi desenvolvido com base no método da análise documental, realizado a partir da apreciação de dispositivos normativos, diretrizes expressas em documentos públicos e trabalhos acadêmicos resultantes de pesquisa, que nos auxiliam na análise dos fenômenos em questão.

A análise mostrou um aumento no número de alunos com deficiência no ensino regular e um grande número de dispositivos normativos aprovados sobre o assunto. Também foram estabelecidos programas de apoio especializado em diversas modalidades, evidenciando uma mudança no enfoque de estudos desses alunos, priorizando o ensino geral. No entanto, tendências concomitantes reafirmam e refutam os pontos do guia analítico, especialmente quando se considera a dimensão qualitativa do processo formativo.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados SciELO – Continuação.

| | |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Carniel (2018) | <p>O estudo usou uma abordagem linear para orientar o diálogo da análise. Tentou-se esclarecer a biografia (profissional, às vezes pessoal) e as atribuições, percepções e posicionamentos dos entrevistados - abordagem inspirada em parte pela proposta de Vieira (2013).</p> <p>O estudo concluiu assim que o que separa a surdez da audição, a deficiência da normalidade, a inclusão da exclusão não é o modelo educacional que nos apresenta uma identidade cultural particular, mas sim o uso efetivo dessa relação “oficial” com nossa retórica ética cotidiana. Isso sugere que, embora as ideologias estatais muitas vezes dividam a realidade social em pares maniqueístas, seduzindo ou coagindo as pessoas em certas categorias, seu uso é sempre incerto.</p> |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Quadro 5: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico

Combinação de palavras-chaves: “Políticas públicas para pessoas com deficiência e a Análise Institucional”

Autor/a/es:

Método utilizado e resultados:

Brizolla
(2000)

A dissertação de mestrado utilizou como estratégia de pesquisa a análise documental, com base em uma perspectiva hermenêutica relacionada ao conhecimento, tendo como data referencial da pesquisa a sequência histórica de 1967/2000.

O panorama descortinado a partir deste estudo demonstrou conclusivamente, até então, o fracasso do modelo vigente na região e aponta para a necessidade de uma nova ordem na educação especial que comece com a ideia de desinstitucionalização e educação especial.

Real (2000)

Este trabalho analisou as políticas públicas para a educação infantil formalizadas no âmbito federal entre 1988 e 1998 e seu impacto nas ações do órgão no município de Dourados - MS. A análise utilizou, como fontes primárias, a legislação nacional e municipal, documentos oficiais, bem como estatísticas e informações locais obtidas por meio de entrevistas.

A centralidade da educação básica é confirmada e refletida na política fiscal, tornando secundários os demais níveis da educação básica, especialmente a educação infantil. A ênfase explícita no ensino fundamental na política educacional brasileira também aparece nas diretrizes de organismos internacionais como Banco Mundial, UNICEF e UNESCO. A redução dos serviços de acolhimento de crianças em jardim-de-infância e a diferenciação entre creches e pré-escolas são algumas das consequências desta política a nível local. Concluiu-se que as metas da educação infantil indicadas no documento do MEC não foram alcançadas por falta de condições materiais para alcançá-las.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silva (2000) | <p>O método utilizado foi a pesquisa de campo realizada no município de Campinas, na secretaria municipal de educação e em instituições privadas de educação especial sem fins lucrativos.</p> <p>Os dados mostraram que determinados grupos de pessoas que conseguem aceder a determinados serviços desconhecem as condições de vida das pessoas com elevado grau de deficiência resultante da sua deficiência. O estudo também concluiu que a educação especial continua sendo um projeto de política porque requer urgentemente uma revisão de seus princípios e formas de interpretação.</p> |
| Amiralian (<i>et al</i> , 2000) | <p>O estudo utilizou a abordagem analítica do documento da Secretaria Nacional de Reabilitação da Organização Mundial da Saúde e referiu-se aos agrupamentos de: a) conceituação, b) extensão de conceitos, c) questões relacionadas à terminologia, d) modelos teóricos e suas implicações. Também são analisadas divergências, convergências e abrangência dos textos mencionados.</p> <p>O estudo concluiu que o debate deve ser ampliado para envolver profissionais e interessados na área da deficiência, bem como entidades representativas, e utilizar a linguagem comum da comunidade científica de pesquisa para acompanhar as tendências mundiais nessa área do conhecimento e Lançamento regional. A terminologia científica é importante e necessária para trazer mais atenção à comunidade com deficiência, pois a superação de questões conceituais pode levar a outras ações que beneficiem esse grupo e a comunidade como um todo.</p> |
| Albuquerque (2000) | <p>Primeiramente, foi realizada uma análise crítica da literatura sobre o tema.</p> <p>O estudo concluiu que, para nós, o contacto direto com as crianças e o seu envolvimento escolar e familiar representaram uma fonte adicional e as questões sempre atualizadas tornaram os objetivos referidos ainda mais ambiciosos. Assim, percebendo que pouco pode ser conhecido, lembrando que esta pesquisa permitiu coletar informações sobre etiologia, antecedentes socioeconômicos e familiares, aspectos da escolaridade (histórico, situação atual, nível e aquisições) e aqueles identificados como tendo funcionamento intelectual leve em crianças deficientes.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Verschoore Filho (2000) | <p>Uma análise histórica das políticas públicas desenvolvidas na metade sul do Rio Grande do Sul entre 1979 e 1998. Política pública, que pode entender os conceitos centrais das políticas adotadas e desenvolver novas perspectivas de ação.</p> <p>O estudo concluiu que apesar das divergências entre os autores da literatura brasileira sobre os conceitos de integração e inclusão, com base na revisão aqui realizada, confirma-se que o país continua centrado nas pessoas com deficiência, nas causas e causas de sua segregação e exclusão.</p> |
| Aranha (2000) | <p>Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática.</p> <p>O estudo concluiu que apenas cinco estados tinham emprego PPDS na força de trabalho acima do limite de 2 por cento. Esses resultados revelam o alto índice de inadimplência empresarial, a existência de amplo espaço para a melhoria da efetividade legal, a necessidade de reduzir as perdas de eficiência econômica e melhorar a efetividade das políticas que visam tornar as PPD socialmente inclusivas.</p> |
| Costilla (2000) | <p>O estudo traçou o perfil das pessoas com deficiência que ingressaram no mercado de trabalho formal a partir dos dados da RAIS 2000. Os perfis são divididos de acordo com as características individuais das pessoas: sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade e raça), características ocupacionais e econômicas (setor de atividade, quintil e tempo de serviço) e distribuição espacial (por densidade populacional e unidades federativas).</p> <p>O primeiro ponto é que a empregabilidade média nacional do PPD é muito baixa, de 2,05%, um pouco acima da cota mínima legal. Apenas cinco estados têm emprego PPDS na força de trabalho acima do limite de 2 por cento. Esses resultados revelam o alto índice de inadimplência empresarial, a existência de amplo espaço para a melhoria da efetividade legal, a necessidade de reduzir as perdas de eficiência econômica e melhorar a efetividade das políticas que visam tornar as PPD socialmente inclusivas.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dagnino (2000) | <p>A pesquisa sistematizou a contribuição de autores que buscam melhorar a maneira como o processo de elaboração de políticas se desenvolve no âmbito do Estado contemporâneo por meio do levantamento bibliográfico.</p> <p>Concluiu que, embora não haja um procedimento padrão para conduzir a análise, ainda que a administração há muito considere a questão “por que as organizações não funcionam como deveriam?” algumas pistas.</p> |
| Corrêa (2000) | <p>O estudo visou analisar as ações realizadas durante as duas gestões de Almir Gabriel. Destacou-se, portanto, as medidas de política educacional implementadas no nível local nesse período, a fim de compreender sua intersecção com o conjunto de objetivos traçados pelo governo federal para o setor educacional.</p> <p>Consequentemente, com a incorporação dos princípios da tutela da administração pública às novas funções que o Estado deve desempenhar, não há garantia de maior eficácia do sistema educacional nem de universalização do acesso à educação pública de qualidade.</p> |
| Miranda (2001) | <p>Foram realizadas entrevistas com atores responsáveis pela implementação de políticas públicas, informações colhidas em documentos oficiais e discutidos os princípios que norteiam o atendimento à pessoa com deficiência no estado da Bahia.</p> <p>Concluiu que os avanços estão apenas começando, pois a cada momento velhos desafios são reiterados ou novos surgem, o que, obviamente, significa intensificar a discussão sobre a educação profissional e as estratégias articuladas para atuação nesse sentido.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | | |
|------------------------|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silva Dessen (2001) | e | <p>Foi realizado uma análise histórica da concepção da deficiência intelectual ao longo da história.</p> <p>O estudo concluiu que compreender essas três dimensões e suas inter-relações é fundamental para promover a saúde mental e o bem-estar dessas crianças e suas famílias. Concluímos que existe a necessidade de implementar projetos de investigação que se debrucem sobre a dinâmica e o funcionamento familiar, empregando conceitos adequados de deficiência mental e família.</p> |
| Marques al., (2001) | et | <p>O estudo realizou uma revisão bibliográfica de 232 trabalhos nos últimos dez anos, coletando linhas evolutivas por categoria, frequência e dimensões anuais para buscar conclusões e linhas evolutivas.</p> <p>Apesar do consenso sobre conceitos-chave nas áreas de necessidades especiais, atividade física inclusiva e adaptativa, um conjunto de termos e conceitos permanecem válidos e em uso atual e oficial, e tal consolidação não é encorajadora e muitas vezes leva a Confuso.</p> |
| Pinheiro (2001) | | <p>Foi realizado um levantamento bibliográfico e análise histórica.</p> <p>Percebeu-se que as intervenções relacionadas à medicina ocidental se baseiam no conceito normativo do funcionamento do corpo humano, tomando o indivíduo doente como objeto de explicação e comparação de normas de vida e normas científicas, no sentido de comprovação e classificação, daquelas anormalidades que o deixam doente, desde então ele pode resolver intervir.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nahas (2001) | <p>Foi realizado uma análise de políticas e programas de saúde pública de promoção da atividade física e combate ao sedentarismo em dados populacionais de pessoas com e sem deficiência.</p> <p>Concluiu que estimulação, educação e lazer ativo na infância e adolescência são pré-requisitos para uma vida adulta mais saudável e com melhor qualidade, especialmente para pessoas com deficiência. Para fazer isso, as barreiras devem ser removidas e oportunidades criadas para participar em pé de igualdade com os outros.</p> |
| Claser (2001) | <p>A pesquisa utilizou o levantamento bibliográfico referente a temática educação e a pessoa com deficiência no Paraná.</p> <p>A pesquisa concluiu que o planejamento da educação inclusiva deve levar em conta o desenvolvimento contínuo e indomável da ciência, da arte, da tecnologia e, sobretudo, a capacidade de expansão da consciência humana.</p> |
| Cheib ub e Mesquita (2001) | <p>As visitas aos locais de pesquisa foram realizadas em duas fases. Na primeira (16 a 26 de novembro de 1999), foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e gravadas com 40 gerentes. Na segunda fase do estudo (17 a 28 de janeiro de 2000), foram entrevistados 12 supervisores imediatos de gerentes.</p> <p>Das tabelas anteriores, pode-se inferir que os autores obtiveram diversidade na situação profissional dos gestores lotados nos dois ministérios estudados. Essa diversidade garante a representatividade da amostra da pesquisa e, assim, a generalização dos resultados obtidos para a profissão de EPPGG.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Barbosa (2001)</p> | <p>Com base em documentos e entrevistas em profundidade, abordou-se vários testes de políticas públicas que permitem um diagnóstico da situação em vários sectores do sector do desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe.</p> <p>O estudo concluiu que, no plano económico, a dissolução das empresas estatais e a gradual liberalização dos mercados não levaram a um grande reinício do crescimento, à diversificação da produção e do comércio ou à necessária modernização. Infraestrutura e métodos e gestão.</p> |
| <p>Brazuna e Mauerberg-Decastro (2001)</p> | <p>A metodologia utilizou uma revisão de literatura para analisar os requisitos, benefícios e impacto do esporte de alto rendimento na vida de atletas com deficiência desde o início até a aposentadoria.</p> <p>A pesquisa concluiu que a aposentadoria é um fato novo para a população com deficiência praticante do esporte, assim como na literatura profissional, pois muitos atletas de elite que praticaram esportes de alto rendimento nas décadas de 70 e 80 estão se tornando aposentados de primeira geração. Como resultado, pouco se sabe sobre o impacto da saída dos atletas do esporte em suas vidas pessoais. No Brasil, o fenômeno do movimento adaptativo ainda é incipiente.</p> |
| <p>Barboza (2001)</p> | <p>Utilizou-se como metodologia o contexto de sentido que se refere a trechos de situações discursivas interativas, analisadas a partir de uma perspectiva construtivista desenvolvida a partir das contribuições e desdobramentos teóricos de Vygotsky, que constituem áreas de sentido no processo de pesquisa.</p> <p>Constatou-se que a desconfiança do corpo docente em relação às políticas públicas, bem como a falta de programas profissionais, podem ser destacadas. Predomina a representação do desenvolvimento como dado e limitado a temas. Observa-se que a subjetividade da criança é constituída e dialeticamente constituída em sala de aula, configurando-se em situações específicas de exclusão-inclusão. A inclusão não é, portanto, uma entidade autônoma, inerente à condição do sujeito, mas é conferida ou negada em situações interativas dinâmicas em que a professora está sozinha com uma situação com a qual não aprendeu a lidar.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Almeida e Campos (2002) | <p>Com base em dados levantados na literatura e entrevistas, enfoca o modelo hegemônico, de ação centralizada em centros de reabilitação, e a reabilitação baseada na comunidade - CBR, como modelo alternativo de prática institucional da OMS Saúde - Organização Mundial da Saúde.</p> <p>Ao analisar esses dois modelos - levando à conclusão de que políticas e modelos de atenção não foram desenvolvidos em um período que mudou significativamente o deslocamento de recursos públicos para o setor privado e superou as limitações da biomedicina Aponta para a necessidade e viabilidade de expandir os objetivos da ação de reabilitação, invocando o conceito de reabilitação psicossocial que incentiva serviços flexíveis e diversificados.</p> |
| Costilla (et al, 2002) | <p>Os dados da RAIS 2000 foram analisados para obter uma compreensão detalhada da empregabilidade e dos rendimentos das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal em relação às principais características pessoais e econômicas.</p> <p>A pesquisa constatou que apenas cinco estados tinham empregos PPDS acima do limite de 2% da força de trabalho. Esses resultados revelam o alto índice de inadimplência empresarial, a existência de amplo espaço para a melhoria da efetividade legal, a necessidade de reduzir as perdas de eficiência econômica e melhorar a efetividade das políticas que visam tornar as PPD socialmente inclusivas.</p> |
| Oliveira (2002) | <p>Foi realizado uma análise crítica das linhas de ação do Plano Mundial de Ação para Pessoas com Deficiência, documento surgido na década de 1980, em um momento em que se delineava a hegemonia neoliberal na Europa e nos Estados Unidos.</p> <p>A inclusão socioeducativa de homens, mulheres e crianças com deficiência, dada a sua importância no reconhecimento dos direitos civis de todos, requer esforços sistemáticos na expectativa de que a disseminação de um corpo de conhecimento, superando as ideologias de mercado, possa contribuir para o empoderamento de todos (independentemente de deficientes ou não) estejam genuinamente integrados na cultura e na vida com dignidade e qualidade social.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Buscou-se conhecer as percepções dos professores da educação formal do município de Cascavel/Paraná sobre a inclusão nas escolas e compará-las com os ideais veiculados em documentos de políticas públicas do estado do Paraná. Para tanto, realizamos uma pesquisa com professores de escolas municipais e públicas de Cascaville, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário híbrido.

Ogura (2002) Dentre as concepções dominantes sobre o que é inclusão escolar, 85% dos professores conhecem o conceito de inclusão escolar, o que é condizente com o veiculado pelo Estado do Paraná. Quanto à noção de que os alunos com necessidades educativas especiais são discriminados pelos seus pares que ingressam nas escolas regulares, verificamos que 56% dos professores responderam que desde que souberam lidar com isso, não foram discriminados. Teve esse problema. A análise sugeriu que a inclusão escolar requer uma melhor formação dos professores para ser implementada. Além disso, as escolas devem passar por mudanças orgânicas significativas para atender aos requisitos educacionais que se concentram na diversidade humana.

Teve como objetivo estudar e sistematizar aspectos metodológicos relacionados aos sistemas locais de informação e indicadores de qualidade de vida, bem como diferentes arranjos políticos institucionais de instituições voltadas para produzir, armazenar, coletar, analisar e disseminar informações relacionadas à qualidade de vida no nível local.

Keinert
(2002)

Concluiu que ainda há muito a ser feito no uso de sistemas de informação como subsídio para políticas de qualidade de vida urbana. Prova disso é que, à época da finalização deste relatório, novas buscas exploratórias na Internet, semelhantes às realizadas em agosto e setembro de 2001 para identificar experiências abrangidas pelo estudo, encontraram muitas outras iniciativas, sejam elas recém-concebidas ou recém-institucionalizadas.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Amoedo (2002)</p> | <p>Foi realizado um levantamento bibliográfico é utilizado para compreender os aspectos estéticos que se instalaram no mundo da dança ao longo do último século e para pensar as pessoas com deficiência neste contexto.</p> <p>Algumas mudanças nas atitudes e imagens sociais de pessoas com deficiência motora são analisadas. Ao olhar para as atitudes sociais exibidas em cada um dos períodos estudados, aprendemos sobre o estigma do corpo além dos padrões socialmente aceitos, para que possamos abordar a existência desses indivíduos e seu papel paisagístico no mundo da dança inclusiva.</p> |
| <p>Parise (2002)</p> | <p>Foi utilizado um levantamento bibliográfico para compreender o papel do judiciário e do setor público na implementação de políticas públicas para a população com deficiência.</p> <p>Concluiu que enquanto a inovação não surgisse, tanto na sociedade quanto no Judiciário, os MPs dispunham de um instrumento importantíssimo - o inquérito civil público - por meio do qual, conforme os exemplos citados, pode firmar acordos com poderes públicos que cumpram seu mandato constitucional e contribuir para a efetiva justiça distributiva prevista na constituição.</p> |
| <p>Queiroz (2002)</p> | <p>O método utilizado foi o estudo descritivo, que explora aspectos quantitativos e qualitativos através da análise da Lei Orgânica, do orçamento municipal e de entrevistas com secretários do município de Feira de Santana – Bahia.</p> <p>Os resultados mostraram que a Lei Municipal contém diretrizes para políticas públicas. O setor de educação tem o maior orçamento da cidade, com uma taxa de analfabetismo de 20%. Entre outras coisas, desenvolve programas de alfabetização de jovens e adultos. Na área da saúde, o orçamento de 2002 aumentou 34% e espera-se que se transforme numa gestão integral do sistema de saúde. Tanto a esperança de vida à nascença como a mortalidade infantil melhoraram nas últimas décadas. Na área ambiental, as dotações orçamentárias são baixas em relação às necessidades dos municípios; a legislação avança. Devido à ocupação irregular da lagoa, 70% de cobertura de esgoto doméstico e degradação ambiental é insuficiente.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cunha (2002) | <p>Estabeleceu-se um quadro teórico e histórico que inclui um exemplo importante de como o Estado, em parceria com o setor da sociedade civil organizada, tem estimulado a organização coletiva dos segmentos mais pobres e menos organizados da população para facilitar o seu desenvolvimento bibliográfico.</p> <p>Concluiu-se que é preciso atentar para o fato de que iniciativas locais isoladas, mesmo que bem-sucedidas individualmente, correm o risco de não produzir uma economia unificada. Em vez disso, eles precisam ser vistos como uma coleção e relacionados entre si. Por isso é imperativo sistematizar experiências, disseminar ideias e transformá-las em recomendações - que também é um movimento essencialmente político, ajudando a construir uma ponte entre o mundo experimental localizado e o mundo político da economia solidária, alternativas de transformação. e políticas públicas de capacitação, geração de empregos e desenvolvimento.</p> |
| Michels (2002) | <p>A análise documental foi utilizada para documentos coletados de instituições multilaterais e instituições oficiais brasileiras.</p> <p>Pode-se inferir que o ditado da “educação para todos” tão difundido na década de 1990 encontrou expressão na educação especial por meio de “políticas de integração”, porém, isso não está isolado de outros indícios de sua exclusividade.</p> |
| Angelucci (2002) | <p>Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas professoras com experiência em educação inclusiva. Foi analisado o domínio da relação entre as políticas públicas de educação, a história da educação especial no Brasil e a experiência profissional dos entrevistados.</p> <p>A análise de depoimentos das áreas de política pública educacional, história da educação especial no Brasil e a relação com a experiência de trabalho dos entrevistados mostra que a atual política de inclusão de alunos com necessidades especiais acabou substituindo a exclusão escolar, principalmente nas áreas rurais do Brasil. a própria instituição de ensino. A consciência paradoxal dos entrevistados também afirmou que a percepção das condições objetivas em que as referidas políticas ocorrem é constantemente ameaçada de sufocamento.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gomes (2003) | <p>Utilizou-se do levantamento bibliográfico e análise histórica como método para a realização da pesquisa.</p> <p>A pesquisa concluiu que a mudança institucional, as lacunas e questões levantadas indicam a complexidade do quadro institucional do Conselho, pois tal mudança depende fundamentalmente das condições políticas vigentes, admitindo-se, inclusive, a existência de incentivos objetivos ou recomendações normativas, tanto na dinâmica política local e nas complexidades das relações federais.</p> |
| Diniz (2003) | <p>Os autores fornecem uma revisão bibliográfica da estrutura do campo de estudos sobre deficiência nas décadas de 1970 e 1980, antes de comentar sobre a influência e contribuição das perspectivas feministas na década de 1990.</p> <p>A base para esta reestruturação do modelo social da deficiência deve assentar na consciência da centralidade da dependência nas relações humanas, da vulnerabilidade das relações de dependência e do seu impacto nas nossas obrigações morais e, finalmente, na importância destas relações políticas e sistema social.</p> |
| Oliveira (2003) | <p>Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática políticas educacionais inclusivas para a criança com deficiência: no período de 1978-1999.</p> <p>A pesquisa evidenciou a fragilidade teórica expressa pela confusão conceitual e ecletismo teórico das obras analisadas, carentes de rigor científico, o que, sem dúvida, torna mais frágeis as reflexões apresentadas pelos autores dos textos em questão. Nesse sentido, foi importante ressaltar que certas fragilidades no trabalho científico dos pesquisadores da área foram constatadas por alguns pesquisadores, como Silva (1997) e Brandão (1993), e por outro lado, um em busca de um esporte de maior qualidade científica. O CBCE certamente tem papel central nessa busca e, além disso, tem proporcionado avanços inegáveis na pós-graduação em educação física.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Costa e Bronzo (2003) | <p>Procurou-se criar um quadro conceptual para a análise de processos específicos de exclusão social e estabelecer a relação entre este quadro normativo ou normativo e o quadro institucional e organizacional, evidenciando os constrangimentos que esta temática coloca à concessão e gestão de políticas públicas inclusivas.</p> <p>A conclusão foi que o desenvolvimento social deve ser o objetivo final, e o desenvolvimento econômico deve estar vinculado ao desenvolvimento social. Sem tais representações, é impossível uma ação com resultados efetivos e sustentáveis no combate à exclusão social.</p> |
| Gomide (2003) | <p>A metodologia de pesquisa foi um estudo exploratório desenvolvido pelos autores dentro do programa de trabalho do Conselho de Pesquisas Regionais e Urbanas do Ipea sobre a importância da oferta adequada de serviços públicos de transporte público urbano como ferramenta para erradicar a pobreza e promover a inclusão social.</p> <p>Essas conclusões reforçaram a necessidade de desenvolver uma agenda de política de transporte urbano para o país sob uma nova perspectiva, e partir dela para atender às necessidades das populações mais pobres dos grandes centros urbanos do país.</p> |
| França (et al, 2003) | <p>O estudo analisou a Portaria 3.298/99 e o currículo disciplinar do currículo de graduação em enfermagem para verificar o conteúdo da participação das enfermeiras de projeto no processo de inclusão da pessoa com deficiência. As disciplinas compartilhadas pelas quatro universidades são selecionadas e alocadas de acordo com os níveis de atenção à saúde.</p> <p>Entendeu-se que a Portaria nº 3.298/99 foi recentemente promulgada, sendo este um dos motivos pelos quais os cursos de enfermagem analisados não contemplam em seus programas disciplinares itens relacionados à integração social de pessoas com necessidades especiais. Também não incluem planos de ação que ajudem a integrar esses indivíduos à sociedade com equipes multidisciplinares.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Guhur (2003)

Procurou-se entender dialeticamente como se dá a discussão atual sobre a inclusão de pessoas com deficiência no sistema formal de ensino. Primeiramente, fez um breve levantamento sobre a forma e o conceito do paradigma da inclusão, para em seguida tomar como ângulo de análise seu limite, a exclusão e a contradição histórica entre ambos.

Concluiu que, do ponto de vista epistemológico, a inclusão precisa ser vista como um processo amplo, integrado e complexo, como se deve expressar, para diferentes categorias – não apenas para pessoas com deficiência, mas também para raça e minorias, idosos, inaptos, desempregados, etc.

Oliveira
(2003)

O percurso metodológico foi constituído por 11 alunos que participaram do Programa de Acompanhamento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - PROENE - que participaram do estudo no ano letivo de 2002 com deficiência física, visual e múltipla. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. O roteiro foi preparado e ajustado com a ajuda de juízes externos.

Os resultados apontaram a presença e a ausência da acessibilidade nas trajetórias acadêmicas dos alunos com necessidades especiais, independentemente do tipo de deficiência. Segundo os participantes, eles contribuíram para criar acessibilidade para professores e colegas.

Souza (2003)

Foi utilizado o instrumento da entrevista semi-estruturada para coleta de informações, permitindo a análise qualitativa de conteúdo, ou seja, do objeto de estudo.

Como resultado e conclusão desta análise, acreditou-se que a sociedade deve se “recuperar” para entender, aceitar e permitir conscientemente que pessoas com deficiência ingressem no mercado de trabalho, analisando os recursos disponíveis na comunidade ou em um ambiente social mais dinâmico, juntamente com as forças políticas sociais, públicas e privadas, ajudando assim a eliminar preconceitos e dificuldades e a facilitar a integração na sociedade de sujeitos com limitações superáveis, talentos e capacidades para o trabalho produtivo.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Chagas e Viotti (2003) | <p>Realizou-se um comparativo dos dados do censo da pessoa com deficiência de 2000 com o do ano de 1991</p> <p>Os resultados mostraram que, devido à concentração da população, a deficiência concentra-se principalmente na região sudeste; de todos os tipos de deficiência, os homens são mais acometidos do que as mulheres; a faixa etária de 60 anos ou mais é a de maior incidência de deficiência, principalmente devido a deficiência sensorial e motora; mais de um quarto das pessoas com deficiência são casadas e, portanto, têm responsabilidades familiares; a maioria é analfabeta; em contraste com outras, as mulheres com deficiência têm menos probabilidade de frequentar a escola do que os homens; trabalho; sua renda concentra-se entre 1/4 e 1 salário mínimo, um quinto deles pertence a domicílios com salário mínimo per capita de até 1/4 e quase metade dos domicílios com salário mínimo per capita de até meio.</p> |
| Garcia (2004) | <p>A investigação foi desenvolvida por meio de análise documental de fontes nacionais e internacionais com base na "análise de discurso textualmente orientada.</p> <p>A análise das reivindicações políticas da educação especial no Brasil, em sua relação com a ideia de inclusão disseminada internacionalmente, permitiu discutir três pontos de tensão: governança, formas de organização do trabalho docente e formação e trabalho docente.</p> |
| Neri e Soares (2004) | <p>Foram utilizados três métodos diferentes (análise bivariada, regressão logística e análise de correspondência) foram usados para obter os resultados do estudo.</p> <p>A conclusão foi que o censo de 2000 incluiu a categoria "dificuldade ou dificuldade" como deficiência e acabou classificando uma parcela significativa da população idosa como deficiente, sugerindo a necessidade de políticas diferenciadas para cada grupo.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lancilotti (2004) | <p>Uma revisão de literatura foi utilizada como base para a discussão de uma pesquisa realizada entre 1998 e 2000 no mercado de trabalho formal em Mato Grosso do Sul.</p> <p>Resumiu-se a importância do estudo organizacional proposto e suas ações práticas para que possamos ampliar a compreensão de seus contornos a partir da sistematização de alguns elementos analíticos, subsidiando assim a recomendação de ações orgânicas estreitamente relacionadas às necessidades e interesses desses trabalhadores.</p> |
| Lima et al. (2004) | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica e documental para entender a proposta de educação inclusiva no município de São Luís.</p> <p>A pesquisa mostrou que dentro do contexto político da cidade de St. Louis, independente da esfera administrativa, a concepção de incorporar segmentos de mercado nas propostas difere significativamente da política educacional. O domínio do discurso inclusivo é bem conhecido e se esforça para construir iniciativas para a educação inclusiva.</p> |
| Mantoan (2004) | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.</p> <p>As propostas de matricular todos os alunos em uma única modalidade de ensino (ensino regular) conflitou-se com a cultura assistencialista/tratamento da educação especial e com o conservadorismo de nossa política pública no distrito. No entanto, a Constituição de 1988 é avançada o suficiente para se opor a essas políticas, nossa Lei de Educação e outros instrumentos derivados delas, porque não permite a discriminação com base na deficiência.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Glat (2004) | <p>Foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de sistematizar algumas linhas de ação que indicam o papel das universidades na implementação de políticas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema formal de ensino.</p> <p>Conclui-se a reflexão reafirmando a crença de que a implementação de políticas de qualidade voltadas para a educação inclusiva será diretamente influenciada pelo nível de engajamento e parcerias efetivas entre universidades e sistemas de ensino. O papel e a responsabilidade social das universidades, em especial das universidades públicas, estará na produção de conhecimento para o desenvolvimento e debate crítico da política educacional, na formação de educadores e no desenvolvimento de parcerias e iniciativas inovadoras com a comunidade escolar.</p> |
| Neri e Costilla (2004) | <p>O trabalho fez uma análise das políticas de cotas, implementadas em 1999.</p> <p>A conclusão deste trabalho foi que a lei pode estar mudando o comportamento. Se olharmos apenas para os vínculos formados após o sistema de cotas, essa forma indireta de verificar se está de acordo com a lei, verificamos que as grandes empresas aumentam a taxa de contratação para 2,97% em média. Ou seja, embora o emprego formal no PPD seja baixo, ele tende a crescer.</p> |
| Quintão (2004) | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.</p> <p>O empreendedorismo social comporta um elevado potencial de inovação na intervenção social e intervenção social e de criação de oportunidades de trabalho, sobretudo entre os profissionais do setor social.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Perrucho Filho (2004)</p> | <p>A pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira foi a pesquisa bibliográfica, priorizando a revisão e seleção de bibliografias, e a análise de documentos relacionados à questão e ao tema da tese e subtópicos relacionados. Metodologia, seleção de fontes para coleta de dados e seleção de instituições para pesquisa e análise de dados.</p> <p>A análise apontou um aparato conceitual que merece ser aprofundado pela profissão, tais como: Estado, burocracia, capacidade governativa, instituição, mudança institucional, atribuições e competências necessárias ao exercício profissional.</p> |
| <p>Oliver (<i>et al</i>, 2005)</p> | <p>Descreveu-se as características da atuação do terapeuta ocupacional (formação e experiência profissional) e da enfermagem por meio de entrevistas com profissionais que prestam assistência e/ou planejamento e gestão de serviços, bem como pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários.</p> <p>A terapia ocupacional foi apontada como um elemento importante na sustentação do cuidado a essas populações. A sua perspectiva desloca o foco da deficiência/sofrimento mental para a pessoa e as suas necessidades específicas, procurando respostas que ajudem a melhorar as situações indiretas e diretas da vida. Assim, cria-se uma nova cultura de cuidado na terapia ocupacional que, ao contrário do pressuposto mais prevalente de inserção hospitalar necessária, ajuda a sustentar hospitais-dia, centros comunitários e cooperativas, lares de idosos e instituições psiquiátricas agudas, hospitais gerais e unidades básicas de saúde unidades. É evidente o impacto das práticas de saúde mental (como atendimento em grupo, acompanhamento interdisciplinar e uso de recursos não tradicionais de tratamento) sobre outras questões que os profissionais do serviço acompanham e atendem.</p> |
| <p>Mioto (<i>et al</i>, 2005)</p> | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.</p> <p>Concluiu que é necessário também fortalecer o estatuto da família como sujeito de direitos, com maior atenção aos que têm maiores necessidades e membros que sofrem maiores impactos adversos, sem estigmatizá-los conceitualmente e em um esforço para atender às necessidades da sociedade, seus membros excluem as necessidades das pessoas que os excluem.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Glat Fernandes (2005)</p> | <p>e Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.</p> <p>No que diz respeito à produção de conhecimento, o Brasil acumulou na última década um grande corpo de pesquisa que fornece dados importantes sobre o processo de inclusão e as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro em sua implementação. No entanto, ainda há poucas pesquisas, experiências e práticas educativas validadas cientificamente que mostrem como incorporar alunos com diferentes tipos de NEE no cotidiano das classes regulares.</p> |
| <p>Sutil (2005)</p> | <p>Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, compreendendo principalmente livros e artigos científicos, além de literatura institucional e entrevistas para coleta de dados, por se tratar de uma pesquisa quantitativa e qualitativa.</p> <p>Entendeu-se que o contexto institucional em que se realiza o estágio é o Município de Chapecó/SC, sua gestão e modelo administrativo. Outro ponto aqui destacado é o contexto histórico e epistemológico da deficiência e sua terminologia, bem como a compreensão histórica das políticas públicas, em especial da assistência social, em relação às políticas nacionais de inclusão da deficiência e às questões de seus direitos. A análise das experiências de estágio começa com a identificação dos indivíduos, descrevendo os perfis dos membros do grupo de acordo com as fontes de literatura existentes no Distrito de Assistência Social San Cristobal e entrevistando-os por meio do cadastro dessas famílias. A análise qualitativa foi realizada por meio de 'apresentações dos assuntos' sobre a importância desse grupo para as pessoas com deficiência e seus familiares.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Barbosa Filho (2005) | <p>Na preparação, os autores realizaram 59 entrevistas semiestruturadas, totalizando mais de 100 horas de gravação, com pessoas com deficiência, empregadores (e seus representantes), profissionais de reabilitação e órgãos governamentais de monitoramento. Com base no material gravado, as falas dos entrevistados foram analisadas para construir um banco de dados para testes estatísticos, demonstrando a consistência da pesquisa e dando suporte ao modelo bem elaborado.</p> <p>Concluiu-se que a maioria das pessoas com deficiência busca um tratamento diferenciado que se configura como um misto de assistência e autonomia. Ou seja, significa privilégio ao mesmo tempo em que lhes dá liberdade para tomar decisões.</p> |
| Sampaio (2005) | <p>Estudos de caso etnográficos foram empregados como estratégia de pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas com oito professoras de uma escola pública geral de ensino fundamental que tiveram alunos com deficiência intelectual em suas turmas de 2004.</p> <p>Essa análise confirmou a premissa de que o conhecimento pedagógico e a informação sobre a deficiência são importantes na formação em educação inclusiva, mas os aspectos subjetivos envolvidos nesse processo também devem ser considerados, pois é uma mudança de postura que implica em analisar viés, Repensar conceitos sobre educação e o papel das escolas, abordando inclusive a mobilização emocional e as limitações das intervenções pedagógicas que as deficiências podem trazer. Sugere-se que promover espaços que acolham e escutem possíveis angústias deve ser um aspecto importante da formação continuada inclusiva para que os professores mantenham uma postura imóvel diante da deficiência e adotem práticas pedagógicas efetivas e inclusivas.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Tanaka Manzini (2005)</p> | <p>Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, junto a seis responsáveis pelo setor de recursos humanos de empresas pertencentes aos ramos de comércio, indústria e prestação de serviços.</p> <p>Os entrevistados consideraram as pessoas com deficiência aptas para o trabalho, mas apontaram algumas dificuldades como: a) eles mesmos - falta de educação, interesse e preparo profissional e social; b) empresas - ambiente físico e social inadequado, falta de suporte para deficientes; c) instituições especiais - insuficientes programas de formação profissional e social, falta de articulação com as empresas para entender suas necessidades; d) governo - oferta de acesso a escolas e transporte, falta de incentivos para que as empresas promovam adequação ergonômica e desenvolvam responsabilidade social O ímpeto para o plano. Os cargos ocupados por empregados com deficiência exigem pouca qualificação e sua formação ocorre no local de trabalho. Predominou nas falas desses entrevistados a noção de que as dificuldades do trabalhador eram decorrentes de sua condição orgânica.</p> |
| <p>Amaral (2005)</p> | <p>Analizou a política pública de educação especial e inclusiva no estado de Minas Gerais entre 1990 e 2001 e faz uma análise comparativa entre o que está na legislação e a percepção dos professores do ensino fundamental nas séries originais, em uma base temática A rede nacional de escolas regulares funcionam.</p> <p>A análise de políticas mostrou que o país vem implementando ações para construir uma educação inclusiva, mas essas iniciativas precisam ser fortalecidas para chegar a mais escolas. A análise das percepções dos professores mostrou que os professores se sentiam inseguros sobre seu trabalho com alunos com deficiência, acreditavam que precisavam de conhecimento especializado para educar esses alunos e que precisavam de classes e escolas especiais. Esses serviços parecem indispensáveis, e o paradigma da integração em oposição à integração ainda é válido entre os professores.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nicácio (2005) | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.</p> <p>Apresentou a proposição das cooperativas sociais como um dos caminhos para a implementação de políticas públicas e de projetos inovadores que visem à criação de empreendimentos econômicos solidários e situem a inclusão das pessoas em situação de desvantagem na perspectiva da efetiva participação social e da produção de valores, de direitos e de emancipação.</p> |
| Almeida (2006) | <p>Para esta análise, procurou-se mapear as realidades da deficiência em Portugal e no Brasil, destacando semelhanças e diferenças através de uma revisão bibliográfica.</p> <p>Ao comparar a realidade do Brasil com a de Portugal, muitas diferenças podem ser observadas. As causas de invalidez em Portugal não diferem significativamente das de outros países europeus e têm origem no aumento da sinistralidade aeronáutica e dos acidentes de trabalho. Houve também uma elevada taxa de invalidez no exército, resultado da manutenção de Portugal nas linhas da frente em África ao longo dos anos 60 até meados dos anos 70. A etiologia no Brasil permanece fortemente associada à falta de acesso e qualidade da assistência, demonstrando a relação entre deficiência e pobreza.</p> |
| Gugel (2006) | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.</p> <p>As pessoas com deficiência procuram estar presentes em todos os setores da sociedade e isso exige que todas as organizações reexaminem suas práticas para garantir que sejam projetadas de forma que as pessoas com deficiência possam contribuir e se beneficiar delas. Exemplos de tais organizações incluem: organizações de consumidores, organizações juvenis, organizações religiosas, organizações culturais, outras organizações sociais que representam grupos específicos de cidadãos. Também é importante quando se trata de locais como museus, teatros, cinemas, parques, estádios, centros de convenções, shoppings e correios.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silva (2006) | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica e análise de políticas públicas destinadas a pessoa com deficiência como método para a pesquisa.</p> <p>Considerando os aspectos relacionados ao modo de produção capitalista, novos modos de produção têm sido necessários e demandados devido às diversas revoluções industriais e tecnológicas pelas quais a sociedade capitalista passou ao longo da história. Também são discutidos assuntos correlatos, como políticas públicas e legislação, e o reflexo dessas mudanças nos processos de inclusão/exclusão social.</p> |
| Soares (2006) | <p>Do ponto de vista metodológico, a APAE/Rural localizada no município de Ubá, região da Zona da Mata Mineira, foi escolhida como local de estudo porque nesta instituição está sendo desenvolvido o programa de preparação e inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiência. A população foi caracterizada por alunos matriculados na APAE/Centro de Especialização Rural que ingressaram no mercado de trabalho como aprendizes, empregados ou participantes do programa de inserção no mercado de trabalho, totalizando 23 pessoas com deficiência. Para realizar este estudo, a teoria do ecossistema de Deacon e Firebaugh e os modelos da teoria da gestão de recursos foram usados como fontes de apoio para o processo analítico do trabalho, instituições, sociedade e relações familiares. O método utilizado foi qualitativo, com técnicas de coleta e construção de dados baseadas em primeiro lugar na análise de prontuários de estudantes e em segundo lugar em entrevistas com pessoas com deficiência. As entrevistas basearam-se em roteiros semiestruturados, realizadas com alguns indivíduos na própria unidade e no domicílio de outros.</p> <p>O fato de as pessoas com deficiência aprenderem a lidar com as suas próprias limitações e a relacionarem-se com os outros permite-lhes adquirir um comportamento mais responsável, o que por sua vez ajuda a mudar comportamentos em contextos doméstico, institucional, laboral e social. Diante desses resultados, pode-se concluir que as pessoas com deficiência da APAE/Rural estão em processo de interação social, porém, não estão preparadas para assumir seus papéis na sociedade.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Buscou-se analisar a retórica e a prática do Estado e da sociedade civil no planejamento e gestão de parcerias para o atendimento educacional à pessoa com deficiência, no período posterior à Lei de Diretrizes e Fundação da Educação Nacional (LDBEN/1996). Os dados foram sistematizados. Os resultados apontam para períodos de maior ou menor proximidade e contração entre países e organizações especializadas, bem como tipos de expansão ou parcerias específicas.

Araujo (2006) Os resultados apontaram para períodos de maior ou menor proximidade e contração entre países e organizações especializadas, bem como tipos de expansão ou parcerias específicas. Identificam-se discursos convergentes sobre a redefinição da educação especial e do papel das escolas especializadas, a sobrevalorização da legitimidade constitutiva das organizações especializadas, o moralismo abstracto da inclusão e os instrumentos necessários ao processo administrativo e pedagógico. Conclui identificando os principais dilemas e desafios atuais dos Estados e da sociedade civil para mudar o cenário de parcerias que visam garantir o direito subjetivo à educação das pessoas com deficiência: visão educacional, conceito de inclusão, compreensão do espaço público, educação especial e inclusão, Relação entre interpretação legislativa, relações interdepartamentais, financiamento, política e gestão de parcerias.

Objetivou-se estimar a inserção social das pessoas com deficiência à luz das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal do Brasil, para as quais apresenta gastos e ações públicas federais nessa área nos últimos anos, até 2004, e apresenta a multiplicidade plano anual para o plano orçamentário 2004-2007.

Chagas
(2006)

Concluiu que os gastos nessa área eram irrisórios e que a existência de penalidades teria um efeito positivo para que a legislação fosse respeitada.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Mesquita (2006) | <p>Analizou as relações intergovernamentais existentes dentro do programa Bolsa Família, identificando avanços e desafios na busca pela coordenação federal. A primeira parte, sobre o federalismo brasileiro, baseia-se basicamente nas pesquisas do pesquisador Luiz Fernando Abrucio. Os dados e informações sobre o programa são fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</p> <p>Concluiu que, portanto, valeria a pena esperar para ver o rumo que o esquema tomaria nos próximos anos e se poderia progredir no apoio às famílias além dos benefícios. Nesse caso, o ideal seria que as coalizões cuidassem das diretrizes gerais e financiassem a assistência em dinheiro aos beneficiários; os municípios, trabalhando mais diretamente com as famílias, incluindo o cadastramento, gestão de condições e monitoramento domiciliar; e os estados, oferecendo programas complementares, em particular, o programa de geração de emprego e renda, desdobrando o compromisso dos três níveis de governo para atingir o objetivo do programa.</p> |
| Medeiros (2006) | <p>Este artigo analisou o Benefício da Prestação Continuada (BPC), transferência de renda incondicional que existe no Brasil desde 1993 para pessoas idosas ou extremamente pobres com deficiência. A informação utilizada para a avaliação provém da legislação e regulamentos relevantes para o regime desde 1993. Sua implantação; aplicação de questionários aos médicos especialistas que realizaram parte da seleção dos beneficiários; entrevistas com os gestores do projeto e aqueles diretamente relacionados ao seu funcionamento; análise das pesquisas existentes sobre o BPC.</p> <p>O número de beneficiários aumentou ao longo dos anos, e há algumas indicações de que esse crescimento pode continuar no futuro previsível. A expansão do programa no ritmo observado nos últimos dois anos, ou mesmo um pouco mais rápido, provavelmente não terá um impacto fiscal significativo. O ambiente político e os arranjos legais e institucionais que regem a operação do programa o tornam relativamente bem isolado de tentativas de cortar o orçamento no curto prazo.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Analisou-se uma coletânea de relatos de experiências em educação inclusiva apresentados por professores, diretores, supervisores e professores dos cursos de Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional da Indústria de Santa Catarina (Brasil), bem como participantes dos cursos de formação desenvolvidos em 2007 Formador de educação inclusiva equipe.

Fleuri
Schucman (2007)

e A experiência relatada refere-se, em primeiro lugar, ao caso da integração institucional de pessoas com deficiência, em que as escolas e as empresas necessitam de pessoas que se adaptem às estruturas atuais, mantendo a sua lógica organizacional tradicional. Dessa forma, constitui uma forma de inclusão-exclusão. No entanto, para alcançar uma inclusão séria e de qualidade, escolas e empresas devem desenvolver organizações institucionais e culturas de inclusão. Em outras palavras, há necessidade de superar barreiras físicas, metodológicas, formativas e atitudinais ao pleno exercício dos direitos e potencialidades das pessoas com deficiência para que sejam reconhecidas e interajam como cidadãos e trabalhadores ativos.

O modelo de qualidade de vida no trabalho articulado por Walton (1973) foi utilizado para analisar a satisfação de pessoas com deficiência em aspectos considerados relevantes para o seu trabalho. Além de adaptar e validar o questionário de qualidade de vida no trabalho para atender aos objetivos da pesquisa, construiu-se e validou-se um conceito de deficiência e um checklist de ações para adaptação às condições e práticas de trabalho.

Freitas
(2007)

Os dados de qualidade de vida no trabalho gerados pelos estudos de caso mostraram que as pessoas com deficiência estavam satisfeitas com a maioria dos fatores pesquisados, porém, aproximadamente 30% desses indivíduos estavam insatisfeitos com os fatores relacionados à remuneração e oportunidades de crescimento. Os setores empresariais da pesquisa não encontraram diferenças significativas. Além disso, verificou-se o impacto desses mesmos construtos na satisfação das pessoas com deficiência, sendo esses aspectos correlacionados com os construtos de qualidade de vida no trabalho analisados. Também é validado o potencial do modelo heurístico e ferramenta analítica propostos para estudar a inserção e gestão do trabalho com deficiência nas organizações.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

O estudo analisou o conceito de deficiência, destacando as formas como o tema vem sendo institucionalizado no plano internacional e inserido na agenda pública brasileira. A seguir, analisou as dificuldades técnicas surgidas durante a implementação do conceito e ilustra discrepâncias nas medições da incidência do fenômeno Betim comparando os dados do censo de 2000 com a pesquisa de levantamento realizada. Em 2005, financiado pela Fundação João Pinheiro do Município (FJP).

Souza
Carneiro (2007)

e

Com base nas informações fornecidas por este estudo, a relação entre pobreza e deficiência é descrita para destacar as consequências nefastas de políticas sociais como as implementadas neste país, que têm se mostrado incapazes de garantir o acesso universal aos serviços básicos. Essa relação é recíproca, ou seja, a deficiência também contribui para a pobreza, o que mostra que a atual política governamental de atenção aos deficientes os seleciona como um grupo-chave, mas mesmo as condições mínimas de vida não são garantidas. Em conclusão, chamou a atenção para a necessidade de uma formulação mais consistente e precisa entre objetivos e ações ou serviços de caráter geral.

Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.

Gurgel
(2007)

Existem várias maneiras de negar trabalho ou emprego a um trabalhador com deficiência e isso pode ser feito no momento da entrevista ou quando o profissional toma conhecimento da deficiência. Ressalte-se que o agente pode praticar o crime não apenas no momento da contratação do trabalhador com deficiência, mas também durante o contrato de trabalho, como negar-lhe promoção ou rescindir o contrato de trabalho.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ramos (2007) | <p>Superando a avaliação de classificação normativa tradicional constituição. Vale notar que a manutenção da classificação tradicional das normas constitucionais no imaginário dos juristas levou à invalidade da Constituição de 1988, e o conceito de deficiência foi exposto. Foi discutido o papel do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Comissão de Direitos na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.</p> <p>Concluiu que, desde que os conselhos sejam adequadamente equipados, compostos por representantes da sociedade civil e do Estado, comprometidos com a dignidade humana e suficientemente qualificados, constituem instituições efetivas de controle social e democrático capazes de facilitar Formar uma cultura de responsabilidade e uso recursos racionalmente.</p> |
| Tojal (2007) | <p>Como metodologia, foram utilizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa familiar.</p> <p>Concluiu, porém, que é preciso entender que nada exposto vale a pena sem considerar a importância dos fatores atitudinais na superação de todas as barreiras identificadas. Na verdade, esses fatores atitudinais se traduzem em vontade política de promover programas de inclusão social para públicos especiais. Por isso, foi dito que é preciso haver uma inclusão entre todos os participantes do processo. Esses fatores atitudinais estão enraizados em crenças em torno do princípio de que os direitos culturais realmente se estendem a todos, o que leva a uma obrigação moral e política de respeitar as diferenças, bem como de estar atento a elas.</p> |
| Silveira (2007) | <p>Utilizou-se uma abordagem intersetorial, já que ela permite uma investigação de forma mais ampla, ao considerar a possibilidade de que vários fatores, de diversas origens, estejam se somando e provocando uma cadeia causal que poderá, no final, levar à geração de pessoas com deficiência.</p> <p>Concluiu que a renda e a educação estão no início de uma cadeia causal, potencializando via fatores subjacentes, a instalação de doenças ou anomalias, que poderão vir a gerar pessoas com deficiência.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Magalhães (<i>et al</i> , 2007) | <p>Utilizou-se a revisão bibliográfica como método para a pesquisa.</p> <p>A complexidade das transformações contemporâneas envolvendo a desestabilização da condição salarial, a crise dos sistemas tradicionais de proteção social e a multiplicação de situações de precariedade como a segregação sócio espacial, a feminização da pobreza, as desigualdades de básica étnica e diferentes experiências de vulnerabilidade impõem uma profunda revisão analítica e a ampliação do debate sobre o campo da gestão pública. A adoção de estratégias seletivas e segmentadas não consegue responder às exigências e demandas sociais qualificadas em sua diversidade regional e local.</p> |
| Beck (2007) | <p>Para elaboração da monografia foi utilizado a pesquisa documental e bibliográfica.</p> <p>Avanços das organizações de pessoas com deficiência no Brasil. Também busca desenvolver no Brasil diretrizes para trajetórias de cidadania para pessoas com deficiência, como ferramenta/ferramenta de apoio ao desenvolvimento de pesquisas e ações para esse público, bem como informação e conhecimento sobre esse tema, além de estar presente no cotidiano da comunidade Além de explicar a necessidade de enfrentá-lo corretamente no âmbito do problema social, procura também conscientizar sobre a importância desse problema social na sociedade brasileira.</p> |
| Magalhães e Cunha (2007) | <p>A Escala Likert de Atitudes em relação à Inclusão Social (ELASI) foi aplicada a 44 profissionais para analisar suas atitudes sociais em relação à inclusão e discutir essas atitudes em relação às atuais políticas públicas nacionais e internacionais de inclusão.</p> <p>Portanto, é importante realizar pesquisas futuras para determinar as atitudes sociais dos profissionais de enfermagem e outros atores que trabalham em ambientes de inclusão, por exemplo, famílias, professores etc. vistas como geradoras de práticas inclusivas que desempenham um papel essencial na criação de um ambiente propício para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, capacitando-as para serem inclusivas como seus próprios agentes, a fim de construir uma sociedade efetivamente inclusiva.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Melo (2008) | <p>Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado e aplicado um questionário com 44 questões. Ficou evidenciado o quanto a lei 8.213/91 é importante para garantir vagas para a pessoa com deficiência no mercado de trabalho.</p> <p>Os resultados mostraram com clareza que existe uma tendência de mudança positiva, embora ainda se esteja numa fase embrionária do processo.</p> |
| Santana (2008) | <p>A pesquisa interpretativa, crítica e histórica é realizada por meio de investigações teóricas, análise de documentos oficiais e estudos de campo em três cidades do estado da Bahia: El Salvador, como capital e pioneira da política nacional; Serrinha, que vive um políticas compatíveis com o processo de inclusão; Vitória da Conquista, Política de Atendimento Razoável.</p> <p>Concluiu-se que os significados mudam quando as normas e dispositivos legais são subordinados às realidades expressas na prática social, o que leva à compreensão de modelos institucionais e formas construídas de processos inclusivistas e de difusão de ideias, até porque não garantem, as realidades económicas e materiais mudam e não são suficientes para garantir o seu sentido de pertença à sociedade.</p> |
| Teixeira (2008) | <p>Uma pesquisa qualitativa, de análise documental, cujo objeto de estudo é a legislação vigente sobre acessibilidade em três países da América Latina: Brasil, Bolívia e México, no período entre 1990 e 2005.</p> <p>Como possíveis resultados deste estudo, destacou-se a pesquisa em torno da relação entre o avanço legislativo e a incorporação de aspectos culturais da acessibilidade na realidade cotidiana dos países analisados, bem como o aprofundamento da contribuição do desenho universal e da ergonomia na promoção das escolas para pessoas com deficiência educar.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Maciel Júnior
(2008)

Por domínio empírico, empresas locais são obrigadas a cumprir políticas de cotas e representantes de instituições públicas DRT-MA, MPT-MA, SINE-MA, INSS e MPE, conselhos jurídicos, ONGs, movimentos sociais e trabalhadores com deficiência. O período até outubro de 2007 foi utilizado como recorte temporal. Partindo de um panorama jurídico e da abordagem da deficiência nas políticas públicas, o estudo analisa a aceitação pelo Brasil das Convenções nºs 111/58 e 159/83 da OIT e do Plano Nacional de Direitos Humanos, em consonância com a Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e por meio da cooperação com o contexto local é aprofundado em comparação com o paradigma brasileiro de atenção à deficiência. Em seguida, discute a Política de Cotas Corporativas como ferramenta da Política Estadual de Inclusão de Deficientes de St. Louis Massachusetts (Lei 7.853/89) e a visão de diversos atores locais.

O objetivo foi criar uma dinâmica interativa entre a UFS e as organizações de pessoas com deficiência, com vistas a criar um fórum permanente de discussão e encaminhamento de propostas que visem oferecer a essa população os serviços necessários para uma existência digna, especialmente ao público e referência social ao ensino superior. É uma tentativa de abstrair a experiência de convivência com grupos sociais deficientes, a relação dos sujeitos protagonistas em suas cenas específicas, a partir da perspectiva da análise contextual do movimento histórico.

Shimono
(2008)

Este trabalho propôs uma pesquisa sobre as histórias de vida de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. Apresenta depoimentos de pessoas bem-sucedidas em sua jornada de inclusão e suas trajetórias entre a vida escolar e profissional.

Os resultados confirmaram que o acesso à educação é uma garantia de entrada no mercado de trabalho formal. Destaca a importância do papel da família nesse processo. Trajetórias bem-sucedidas não excluem experiências de discriminação na escola e no trabalho. A autonomia das pessoas com deficiência as ajuda a se integrar ao meio ambiente, combatendo assim as barreiras do preconceito. A capacidade de resposta aos estereótipos de deficiência e o respeito pelas diferenças contribuem para a inclusão social.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| França (2008) | <p>Os dados foram coletados de livros, artigos de periódicos científicos, relatórios, teses, dissertações e artigos extraídos de bases de dados utilizando o seguinte descritor: Sistema Único de Saúde (BR).</p> <p>Concluiu-se que a acessibilidade física e comunicacional é um referencial de qualidade do serviço prestado e indicativo da satisfação do cliente. Para torná-lo utilizável, recomenda-se respeitar a NBR 9050/94, que dispõe sobre o acesso ao meio físico e edificado, bem como à informação e comunicação, como estratégia para a implementação prática do SUS.</p> |
| Toldrá e Sá (2008) | <p>A coleta de dados adotaram principalmente os meios de pesquisa institucional, contato telefônico, entrevista e assim por diante. Foram identificadas 13 instituições, das quais 2 desenvolviam programas de especialização específicos para pessoas com deficiência e 11 contemplavam esses usuários.</p> <p>As pessoas com deficiência têm acesso reduzido aos serviços em comparação com suas necessidades em termos de trabalho, renda e vida social. As instituições estudadas tinham uma grande variedade de atividades profissionais, sistemas de comunicação fracos e geralmente não estavam localizadas nas áreas mais vulneráveis e densamente povoadas da cidade.</p> |
| Oliveira (2009) | <p>Foi utilizada uma análise documental de três documentos legais, um documento nacional, um dos Estados Unidos e um da União Europeia. A análise do documento diz respeito aos seguintes itens: a) ano de publicação do documento; b) objetivos; c) definição de deficiência; d) estratégias de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.</p> <p>Pelas considerações anteriores, pode-se dizer que a política de emprego avançou e também divergiu, de acordo com as particularidades de cada contexto, mas há uma preocupação geral em garantir o acesso às atividades profissionais para pessoas com deficiência.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Silva (2009)

Realizou-se uma leitura transversal dos referenciais teóricos que fundamentam as políticas públicas brasileiras destinadas à formação docente, presentes nos documentos de caráter normativo/determinativo representados pelas leis e decretos e, aqueles de caráter orientador, referentes à temática da educação inclusiva no que tange ao processo de escolarização das pessoas com deficiências intelectuais, sensoriais e físicas; ainda, analisar aos currículos dos cursos de Licenciatura em: Ciências Biológicas; Geografia; História; Letras; Matemática; Pedagogia; e dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* nas referidas áreas e/ou equivalentes oferecidos pela UFG, UFMT, UFMS, UFU e UnB, buscando compreender a inserção desta temática nos mesmos. Investigou-se 29 projetos pedagógicos de cursos de Licenciatura, 32 de Programas de Mestrado e de doutorados, nas áreas afins aos das respectivas licenciaturas focos deste estudo. Ainda se analisaram os Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UnB, UFMT e UFMS e o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação da UFU

Em suma, no conjunto dos documentos analisados, a inserção da temática relativa à escolarização dos alunos com deficiência intelectual, sensorial e física nos currículos das licenciaturas das instituições lócus do estudo encontra-se em processo inicial, e é um espaço a ser construído em todos os cursos, sinalizando para a necessidade da inserção da temática nos debates institucionais, pois esta não é uma demanda relativa a um curso da instituição, mas o é de toda a instituição, de todas suas licenciaturas.

Colom (2009)

O estudo foi realizado por meio de entrevistas com dez trabalhadores com diferentes tipos de deficiência física e visual no mercado de trabalho. Como técnica analítica, utiliza-se o discurso do sujeito coletivo.

Esta legislação contribui para a concretização do direito ao trabalho e para a consciência social das necessidades das pessoas com deficiência. No entanto, a manutenção das leis deve estar vinculada a mudanças de valores e atitudes sociais e à oferta de condições de trabalho inclusivo para essa população.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Othero e Dalmaso (2009) | <p>O estudo foi realizado em três fases, de outubro de 2005 a janeiro de 2006. A primeira fase caracterizou-se por um levantamento bibliográfico na Base de Dados Literários da América Latina e do Caribe (LILACS), cabendo ressaltar que pouquíssimas bibliografias estão disponíveis. No tópico. Na segunda fase, foram recolhidos os principais dados para o estudo, de acordo com as normas éticas em investigação e análise de dados: foram realizadas entrevistas a profissionais nos centros de saúde e, de acordo com as normas éticas em investigação e análise de dados, os prontuários médicos foram investigados.</p> <p>Vale lembrar que a falta de ajuda que existia antes da criação do SUS ainda existe. Conforme mencionado por Almeida, Tissi e Oliver (2000), as instituições de caridade geralmente servem como a principal referência para algum tipo de atendimento à deficiência em termos de prática e ação. O acesso aos serviços continua difícil, e experiências negativas com programas e recursos existentes no sistema público continuam sendo relatadas. As famílias e as pequenas redes integradas de apoio são a principal fonte de cuidado para as pessoas com deficiência e deve-se ressaltar que não existe uma política ou ação mais ampla voltada para o apoio aos familiares e a essa rede.</p> |
| Pereira (2009) | <p>Foi realizado um estudo de caso com dados de pesquisa secundária da Rede de Assistência à Pessoa com Deficiência Física da Região Nordeste do Brasil. Documentos que sustentam práticas normativas e conceituais de reabilitação foram analisados antes de análises de conteúdo de grupos focais, entrevistas semi-estruturadas e documentos institucionais.</p> <p>Os resultados apontam para um modelo de reabilitação que vai além das concepções tradicionais de saúde e incapacidade, mas que enfrenta desafios na articulação com a saúde como um todo e na validade dos resultados esperados da reabilitação.</p> |

| | |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Simonelli (2009) | <p>A pesquisa qualitativa foi utilizada como método central para perguntas e pesquisas exploratórias, pesquisando organizações usando procedimentos de pesquisa temática e ação.</p> <p>Este estudo propôs um plano de propriedade municipal que compreende as necessidades das pessoas com deficiência e empresas locais. O plano também pode incluir ações para qualificar pessoas com deficiência para o trabalho, remover barreiras ambientais e ajudar as empresas a fazer adaptações benéficas para a inclusão.</p> |
| Rocha e Miranda (2009) | <p>Foi realizado um estudo de campo para analisar as condições de ingresso e permanência de alunos com deficiência em uma universidade federal localizada no Nordeste.</p> <p>Descobriu-se que nem as universidades nem os profissionais dentro delas estavam preparados para fazer o suficiente para atender às necessidades específicas desses alunos. Portanto, é necessário que as universidades promovam a igualdade de oportunidades por meio da tecnologia assistiva, investindo na definição de políticas institucionais que facilitem práticas inclusivas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência.</p> |
| Moehlecke (2009) | <p>Inicialmente, uma análise documental de planos, ações e relatórios de gestão identificou novos arranjos institucionais no MEC, além de vinte e quatro ações para a "diversidade". No entanto, pelo menos três significados distintos e por vezes conflitantes podem ser associados ao conceito de "diversidade": a) a ideia de inclusão social; b) ação afirmativa; c) política da diferença. Vale notar que, embora a chamada "política de diversidade" tenha se institucionalizado em maior medida no governo Lula, a filosofia que norteia suas ações permanece bastante divergente e é apropriação fragmentada por diversas secretarias.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Manhães (2010) | <p>Foi realizada uma análise documental para analisar as atuais ações da política pública de empregabilidade para pessoas com deficiência (PcD) no Brasil.</p> <p>Pelo menos três significados diferentes e por vezes conflitantes podem ser associados ao conceito de “diversidade”: a) a ideia de inclusão social; b) ação afirmativa; c) política da diferença. Vale notar que, embora a chamada “política de diversidade” tenha se institucionalizado em maior medida no governo Lula, a filosofia que norteia suas ações permanece bastante divergente e é apropriação fragmentada por diversas secretarias. Há evidências de que a definição de programas de educação tem sido contestada dentro do governo e que diferentes propostas têm sido feitas em resposta às demandas dos movimentos sociais pelo reconhecimento da diversidade.</p> |
| Geraldi (2010) | <p>Foram utilizados procedimentos metodológicos de base qualitativa: a pesquisa bibliográfica e documental.</p> <p>Engajamento dos alunos nos leva a investir em pesquisa Vamos responder suas perguntas juntos. Começar de Freire pensa que o currículo escolar preconcebido precisa substituída por “[...] a existência de situações capazes de desafiar os grupos, por meio de seus debates, os levam a posições mais críticas” (FREIRE, 1963, pág. 11), acreditamos que a prática efetiva da leitura é necessária, Assim a pergunta tem chance de ser respondida.</p> |
| Pedroso (2010) | <p>Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um roteiro de 14 questões que foi apresentado aos profissionais durante entrevistas semiestruturadas. Todas as entrevistas foram transcritas e submetidas à análise do conteúdo nelas apresentado, conforme a tecnologia proposta pelo Trivinos.</p> <p>Este artigo, portanto, revelou a situação geral e a evolução das ações nesses domínios que têm tido sucesso na construção de políticas horizontais. O texto revela que os gerentes de projetos que afirmam abordar esses temas de forma transversal, na verdade, empregam práticas de gestão bastante diferentes, às vezes até mesmo em oposição ao princípio da transversalidade. Ao final do capítulo, são discutidas algumas das dinâmicas que contribuem ou dificultam o sucesso da horizontalidade das políticas governamentais, observando os desafios e as perspectivas que o país e a sociedade brasileira enfrentam nessa área.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Toldra et al. (2010) | <p>O estudo foi realizado em 2007 por meio de entrevistas com profissionais de diversas instituições.</p> <p>É notória a atenção que esses órgãos dedicam à qualificação e renovação de projetos e operações, a fim de integrar seus usuários ao mercado de trabalho formal ou informal.</p> |
| Monteiro (2010) | <p>Foram realizadas entrevistas com participantes pertinentes ao tema, incluindo parlamentares, agentes do governo e representantes da sociedade civil que atuam na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. O estudo analisou notícias publicadas pela Agência Câmara de Notícias entre 2000 e 2008, anos da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada pela Organização das Nações Unidas em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008.</p> <p>A pesquisa mostrou que as discussões acontecem sob a influência de determinados grupos: as próprias pessoas com deficiência, suas famílias ou profissionais envolvidos em seus cuidados.</p> |
| Cardoso (2010) | <p>A análise documental foi utilizada para avaliar dois principais documentos da Secretaria de Educação Especial/SEESP/MEC relacionados à educação inclusiva. São eles: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e Documento de Orientação de Educação Inclusiva do Programa Federal: Direitos da Diversidade (2009, 2010).</p> <p>Concluiu-se que não existe um modelo essencialista de escola ou sistema educacional inclusivo, mas existem alguns referenciais que podem orientar olhares prospectivos inclusivos. Isso pode ser identificado a partir de “Inclusão Plena8” como “Educação Inclusiva” – que defende que a melhor colocação é sempre uma aula regular, embora reconheça a possibilidade de serviços de apoio e até configurações diferenciadas (como aulas de recursos, aulas parciais ou auto especiais) - escolas inclusivas, especiais ou internatos).</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Silva (2010)

Analisou as principais inferências históricas e equivalências constitucionais da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, com foco no alcance da Convenção, o último e a eliminação da deficiência de uma pessoa para colocá-la em uma mutação conceitual em contextos sociais.

Concluiu-se que as sociedades pluralistas são coloridas pela complexidade das relações, onde as pessoas com deficiência têm múltiplas barreiras à integração, estão em diferentes contextos econômicos, culturais e sociais, vivenciam seus próprios valores e padrões culturais, têm necessidades específicas para desenvolver plenamente suas individualidade e precisam de cuidados diferentes.

Almeida
(2011)

O estudo analisou o Estado, sua relação com a sociedade civil, o impacto das políticas públicas na sociedade, os reflexos sobre o Brasil a partir da Constituição de 1988 e o papel das organizações de pessoas com deficiência. Em segundo lugar, analisa-se o papel da sociedade civil no processo de construção da cidadania, com foco nos deficientes visuais, mostrando que essas pessoas são os sujeitos de seu tempo. Aborda os seguintes temas centrais: a) a relação entre o Estado e a sociedade civil, com foco em políticas específicas para pessoas com deficiência visual, em relação a leis, políticas, programas e atendimento a essas pessoas em diferentes espaços sociais; b) Analisar os limites da atuação do Estado e onde as organizações da sociedade civil estão exercendo pressão para a implementação dessas leis, buscando garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência em todas as esferas de suas vidas. Como estudo de caso, trata da luta pela implantação da audiodescrição no Brasil. Além da bibliografia específica, as fontes utilizadas incluem leis, decretos e diversos documentos de organizações da sociedade civil.

Conclui-se que os direitos das pessoas com deficiência são conquistados por meio de lutas hegemônicas e contra-hegemônicas, muitas vezes aliadas aos conceitos de caridade e protecionismo desenvolvidos na realidade das relações sociais brasileiras para garantir seu espaço, tanto como classes sociais quanto como pessoas.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bernardes (2011) | <p>O estudo discute os principais padrões de deficiência com base inicialmente na análise da legislação nacional e das políticas públicas para essa população. A partir de uma perspectiva empírica, um estudo descritivo e exploratório das opiniões de 21 administradores públicos e 29 consultores de direitos das pessoas com deficiência sobre esta questão. Para tanto, foram elaborados dois questionários contendo afirmações sobre padrões de deficiência, alocação de recursos escassos e direitos reprodutivos de aborto, eutanásia e pessoas com deficiência, com possíveis respostas: "concordo", "concordo parcialmente" ou "discordo", As inscrições são feitas pessoalmente, durante uma reunião da agência ou pela Internet. A análise quantitativa dos dados obtidos mostrou que os dois grupos eram distintos.</p> <p>Em conclusão, para os conselheiros, a deficiência é um problema social que deve ser partilhado com o resto da sociedade, enquanto para os gestores é sobretudo uma tragédia pessoal, circunscrita ao âmbito pessoal e familiar. Assim, pode-se supor que essa visão divergente decorre de diferentes pontos de vista relacionados à alocação de recursos públicos. Destaca-se também a importância do convívio com ou com pessoas com deficiência para subsidiar a avaliação da qualidade de vida e satisfação com pessoas com deficiência e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas. Recomendam-se estudos semelhantes, com amostras mais amplas e diversificadas, com métodos qualitativos e participativos.</p> |
| Santos (2011) | <p>Em relação a este trabalho, os paradigmas de pesquisa qualitativa, dentro da abordagem materialista histórica e dialética, foram escolhidos como base para este estudo poder analisar o impacto econômico, político e social dos rumos da política educacional formulada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principais fontes a legislação brasileira, os programas de desenvolvimento institucional dos institutos de Brasília, Pernambuco, Pala, São Paulo e Paraná.</p> <p>Concluiu que, diante das realidades contraditórias em que operam os entes federativos, refletidas nos processos de sua formação, a formulação de políticas não se limita a estabelecer metas e ações, pois estas tendem a reproduzir as demandas das ideologias dominantes. Existem profissionais qualificados e treinados que atuam na formação profissional para incentivar a formação para a vida que inclui o trabalho.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

A investigação tratou de conciliar a importância da cultura, educação e lazer no desenvolvimento sociocultural, focando algumas das implicações para o desenvolvimento individual e social. Bibliografia crítica e análise da literatura.

Mazzota e D'Antino (2011) e inclusão social e educacional desses indivíduos para atender ou ampliar suas necessidades particulares. Políticas nacionais e internacionais importantes e decisões regulatórias são discutidas. Enfatiza os valores e atitudes que de forma objetiva ou subconsciente criam e reforçam mecanismos de inclusão ou exclusão, concluindo que a educação, a cultura e o lazer são espaços estruturados com poder fundamental para mediar a inclusão social de pessoas com deficiência e, portanto, como qualquer outro espaço temático.

Os indicadores de efetividade do programa foram construídos a partir de pareamentos de dados obtidos a partir da relação entre o número de beneficiários com deficiência do BPC e o mesmo número de matrículas públicas, obtido por meio do censo escolar realizado pelo MEC. Este trabalho estuda e analisa os dados e a implementação do programa, bem como as políticas públicas implementadas no seu âmbito, com o objetivo de validar o alcance dos seus resultados e refletir sobre a sua importância, a complementaridade das suas ações e os números e dados obtido A evolução apresentada.

Costa (2011) Em 2008, constatou-se que entre os 340.536 deficientes beneficiários de 0 a 18 anos, 100.574 (29,53%) estavam na escola e 239.962 (70,47%) não recebiam educação no sistema formal. Além disso, identificou-se que a principal barreira para sua escolarização e atendimento permanente era a ausência de profissionais dedicados ao atendimento desses beneficiários enquanto permaneciam na escola - esta era vista como a base para a escolarização e atendimento permanente das pessoas com deficiência; Dificuldade de acesso à assistência social assistência Bens e serviços, especialmente serviços ambulatoriais e de reabilitação profissional, e preconceitos de situações como a crença de que não podem aprender ou podem ser discriminados em um ambiente escolar.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pereira (2011) | <p>Este estudo coletou dados para um estudo de caso envolvendo diferentes desvios da equação que une mercado de trabalho e deficiência. Além das questões históricas que acompanham a relação das pessoas com deficiência com o trabalho, também aborda o estigma que esses sujeitos enfrentam na sociedade e a legislação que os cerca e os protege em diferentes esferas. Além disso, a educação e o trabalho também são foco do estudo, traçando o caminho da escola ao mercado e a cultura organizacional dentro da empresa que abraça esse processo.</p> <p>Portanto, pode-se inferir que a adaptação ainda está longe do ideal e que o processo de inclusão enfrenta mais obstáculos do que o esperado inicialmente. No entanto, a pesquisa mostrou que a cultura organizacional muda lentamente através de indivíduos e grupos. A tecnologia permanece pouco utilizada, possivelmente devido à falta de compreensão das organizações sobre seu potencial.</p> |
| Rosa (2011) | <p>O trabalho, a partir da implantação da ação TECNEP na Rede Federal de Ensino Técnico, analisa a política pública de educação, os direitos sociais e a democratização do acesso, verificando como as pessoas com deficiência participam desse processo e se as condições proporcionam o próprio estado para o sucesso da ação.</p> <p>Este trabalho recomendou, portanto, a salvaguarda dos direitos civis, políticos e sociais, bem como os direitos à educação, ao trabalho e à cidadania, independentemente das diferenças.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Campeão (2011) | <p>Fez-se uma análise crítica do significado do termo deficiência e do impacto do estigma na vida das pessoas com deficiência nas ações de políticas públicas de atendimento a essa população. Realizamos uma revisão bibliográfica de pesquisas primárias e analisamos os fatores que impedem a relação entre saúde pública e deficiência. Muitos estudos têm mostrado que um dos fatores que limitam o desenvolvimento dessas pessoas está inicialmente no campo da saúde e depois se estende ao campo da educação e do trabalho. Então, por meio da prática de atividade e movimento, o investimento na promoção da saúde das pessoas com deficiência é utilizado como meio de desconstruir o conceito de deficiência como doença e incapacidade.</p> <p>A partir de uma compreensão da bioética da conservação, pode-se dizer que a proposta fornece as ferramentas para abordar questões morais relacionadas ao estigma e à saúde das pessoas com deficiência, para que a própria pessoa protegida no futuro lhe agradeça pelo que conquistou exercendo seu nível de autorização de habilidades.</p> |
| Moreira et al. (2011) | <p>Descreveu brevemente as políticas na educação básica e, mais especificamente, na educação superior. Aborda os principais dispositivos legais relativos à inclusão desse corpo discente no ensino superior, bem como alguns desdobramentos e implicações para as universidades públicas. Tendo como referência a trajetória da Universidade Federal do Paraná (UFPR), destaca os meios legais e as principais ações institucionais para apoiar a implementação da inclusão de alunos com NEE na universidade. Sete alunos foram entrevistados em sete cursos da UFPR com o objetivo de compreender as trajetórias desses alunos na universidade e sua relação com o ACT e órgãos de referência em seu processo de contenção.</p> <p>Após análise qualitativa dos dados, extraíram-se os seguintes eixos de análise: perfil do aluno, ingresso e permanência na universidade, política de inclusão na universidade. Os dados coletados destacaram as experiências e estratégias que os alunos desenvolvem para continuar no ensino superior e a importância do apoio e dos recursos para ingressar e permanecer na faculdade. Por fim, destacou-se a importância da implementação de políticas efetivas para garantir a inclusão desses alunos, e o papel fundamental das universidades na defesa dos direitos dos alunos com deficiência.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gonçalves (2012) | <p>A pesquisa realizada foi projetada para demonstrar a correlação entre educação inclusiva, treinamento profissional e conscientização sobre a participação na aplicação da lei e os resultados de emprego da cidade para pessoas com deficiência intelectual. Para tanto, foi utilizada uma revisão bibliográfica, bem como uma análise documental de uma amostra de dados populacionais dos anos de 1981, 1991, 2000 e 2010. A análise das informações do Inventário Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) também foi realizada com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (RAIS), com dados do Brasil e comparou-se com a RAIS, validada com a escolaridade.</p> <p>Nas considerações finais, em especial, foram resumidas as principais diferenças encontradas na contratação de pessoas com deficiência intelectual, mostrando o impacto do nível de escolaridade na contratação dessas pessoas, e a “importância” dos valores Uma perspectiva humana, e também discute se existem diferenças ou desequilíbrios em padrões de “fuga” quando a contratação de pessoas com deficiência é aceita em uma economia capitalista competitiva.</p> |
| Sousa e Ramalho (2012) | <p>Foram apresentadas reflexões em torno das ações das Instituições de Ensino Superior (IES) para alunos com deficiência, destacando a experiência do Programa Especial de Tutoria criado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), adotado pela resolução /UEPB/CONSEPE/013/2006.</p> <p>Na realidade brasileira, o modelo de educação inclusiva no ensino superior já dá os primeiros sinais de seu movimento, ações e iniciativas, porém ainda existem alguns entraves que impedem sua implementação. Além de superar as realidades específicas de nossa educação, sabemos que para criar espaços acadêmicos verdadeiramente inclusivos em nossa nação, ainda serão necessárias amplas mudanças pedagógicas, estruturais e culturais nas instituições de ensino superior públicas e privadas para atender às necessidades de todos os alunos (CARVALHO, 2005, p. 112).</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Rizzini Almeida (2012) | <p>Constatou-se que: (a) crianças e adolescentes com deficiência são encaminhados para instituições específicas e mistas e lá permanecem por longos períodos de tempo; (b) muitos deles vivem mais da metade de suas vidas; (c) muito poucos são reintegrados às famílias; (D) Algumas das principais causas identificadas foram: falta de recursos físicos na família para fornecer cuidados básicos, tratamento e medicação; abuso e alegações de abuso; condição clínica e psicológica da criança ou adolescente.</p> <p>Observou-se a vida nos abrigos levar ao apagamento das referências familiares: vínculos perdidos que não precisam ser perdidos ou enfraquecidos. Nos abrigos, crianças e jovens são “visitados”. É uma visita (no máximo uma vez por semana) e não uma festa, o que favorece o enfraquecimento da ligação. Por outro lado, notou-se que a maioria foi entrevistada. Isso significa que há uma ponte entre eles e o mundo de onde vieram.</p> |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

O estudo teve como objetivo abordar questões de acessibilidade urbana por meio da problematização para analisar os aspectos psicossociais subjacentes ao processo de criação de espaços acessíveis para pessoas com deficiência em ambientes urbanos. A atual pesquisa qualitativa de caráter descritivo-exploratório da abordagem multimétodo ou triangulação metodológica se propõe a compreender o espaço urbano de Manaus por meio de técnicas de observação sistemática, construção de matrizes de observação e composição de diários de campo em conjunto com a cidade dos cinco pontos da capital. A documentação fotográfica do mobiliário, nomeadamente: estradas, bairros, limites, nós e marcos, procura espaços de circulação acessíveis nas suas localizações representativas. Em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 50 (masculino = 27; feminino = 23) estudantes universitários de três instituições de ensino superior que concluíram cursos de arquitetura e urbanismo, civil. Na perspectiva dos profissionais, a acessibilidade é entendida em termos de importância e necessidade, e fazem da concepção e construção de novos espaços um pré-requisito para suas posições.

Carneiro
(2012)

O resultado permitiu uma profunda reflexão crítica sobre a acessibilidade urbana de Manaus. Constatou-se que, na cidade de Manaus, não existem espaços de circulação onde a acessibilidade seja uma característica inerente e sustentável, apenas pontos isolados onde intervenções pontuais parecem garantir a livre entrada de pessoas com deficiência com certo respeito aos critérios técnicos de projeto e construção do espaço. Da mesma forma, verificamos que as opiniões dos universitários estavam relacionadas ao descaso com a composição espacial urbana de Manaus. Também foi apontado que eles entendiam a garantia do livre acesso não apenas como uma condição específica para pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção, mas como uma conquista ampla para todos os cidadãos. Conclui-se, portanto, que é urgente uma revisão específica dos espaços de eventos existentes na cidade de Manaus, a fim de resgatar a acessibilidade como ferramenta de cidadania por meio da igualdade de direitos de acesso para todos os cidadãos, independentemente da deficiência, gerar uniformidade de comportamento e relações sociais de forma igualitária, possibilitando o estabelecimento concreto de relações adaptativas entre pessoas e ambientes e promovendo a saúde e melhor qualidade de vida dos sujeitos em contextos sociais, livres de discriminação.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Wanderer
(2012)

O trabalho surgiu da vivência profissional da pesquisadora com o tema violência doméstica no Serviço de Assessoria Judicial Criminal (SERAV) vinculado aos Tribunais do Distrito Federal e dos Tribunais de Justiça (TJDFT), e seu interesse pela inclusão de pessoas com deficiência e sua experiência subjetiva de deficiência visual. Pretende proporcionar um trabalho psicológico que forneça elementos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a redução da violência contra pessoas com deficiência, e acredita que a conquista de uma sociedade inclusiva é necessária para atingir esse objetivo. Parte de uma revisão crítica da literatura sobre deficiência, violência e seus possíveis vínculos, aborda importantes temas transversais como dimensões políticas, direitos humanos, relações familiares, pobreza e o papel do Estado na produção de conhecimento. A pesquisa foi qualitativa, fundamentada no conceito de psicologia materialista dialética de Vygotsky, que leva em consideração o diálogo permanente entre o pesquisador e o sujeito durante a construção da metodologia e demais momentos do processo. Foram analisados dez casos envolvendo situações de violência contra pessoas com deficiência atendidas pela equipe psicossocial do SERAV/TJDFT. As categorias de análise incluem discussão sobre a deficiência existente e tipos de violência; problematização das fontes de denúncias, que são em sua maioria realizadas por terceiros; complexa relação entre deficiência, violência e pobreza; especificidade da violência contra pessoas diagnosticadas como deficientes intelectuais; a dimensão sexual da deficiência e sua inter-relação com a violência; avaliar o alcance e as limitações do poder judiciário diante desse fenômeno, enfatizando a importância do trabalho em rede.

A consideração final apontou como uma perspectiva psicológica pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas no enfrentamento da violência contra a pessoa com deficiência, a partir da concepção de seu desenvolvimento como um processo contínuo, dinâmico e não delineado e diferenciado qualitativamente a priori, em quem para desempenhar um papel ativo. Também enfatizaram a importância dos direitos e da educação para a cidadania e o papel do Estado na criação de exemplos de cuidado, amplamente compreendidos, e mecanismos para que as pessoas com deficiência e suas famílias tenham acesso efetivo aos cuidados. Considerando que a pesquisa teórica e empírica sobre o tema ainda é incipiente no Brasil, sugere-se possibilidades de pesquisas futuras.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Santos (2012) | <p>O objetivo da dissertação foi analisar em que medida instituições privadas sem fins lucrativos contribuem para a promoção da educação de pessoas com deficiência na cidade de Maceió e realizar uma análise de organizações do terceiro setor.</p> <p>Observou-se que, na situação atual, tais organizações funcionam apenas como ferramentas para a implementação de políticas públicas planejadas e financiadas pelo Estado.</p> |
| Velden (2012) | <p>Procurou-se investigar o conteúdo dos cursos relacionados à temática da deficiência, ministrados nos cursos de formação em psicologia, e se as intenções expressas nos programas instrucionais se enquadram nos eixos estruturais que articulam conhecimentos, competências e habilidades, contidos nas diretrizes curriculares para cursos de graduação em psicologia Nacional. Para tanto, foi realizado um levantamento da documentação (cartas e ementas de disciplinas) dos cursos públicos de psicologia do país, em que foram pesquisados os temas de necessidades especiais, deficiência, inclusão e exceções. Material de 36 cursos de psicologia foi analisado de acordo com categorias previamente estabelecidas.</p> <p>Os resultados indicaram que a classificação e a intenção conceitual da deficiência permaneceram dominantes nos currículos das disciplinas, o que pode indicar uma disposição para compreender fenômenos biologicamente relevantes relacionados à deficiência.</p> |
| Badim (2013) | <p>O trabalho visou facilitar o debate ao introduzir duas críticas. A primeira tem a ver com a tradicional abordagem dogmática/consequencialista, que tem a ver com a crença geral nas faculdades de direito e nos tribunais de que os fins e os meios da política pública foram previamente dados no sistema legal.</p> <p>As críticas à capacidade institucional focam apenas nas limitações do judiciário e pouco nos dizem sobre qual órgão deve fazer escolhas sobre as variáveis fundamentais da política pública. Isso porque, dependendo das circunstâncias, o processo de adjudicação pode ser menos restritivo do que as imperfeições de outras instituições (especialmente processos de transação de mercado) que possam fazer a mesma escolha.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Didoni (2013) Este estudo avaliou a acessibilidade e a presença de informações sobre políticas públicas para pessoas com deficiência nos portais eletrônicos de 15 municípios da região administrativa do Estado de São Paulo: Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Paulo. A metodologia de pesquisa usa análise de conteúdo para validar informações de políticas públicas sobre deficiência em 14 categorias de avaliação: antecedentes, diagnóstico, objetivos, metas, recursos atuais, ações atuais, recursos planejados, ações planejadas, eficiência, eficácia, custo-efetividade, impacto, usuário satisfação e justiça.

Foram analisadas 73 páginas web, 20% do total, dentro da abordagem teórica do estudo, considerada necessária para uma descrição completa da política pública. Os municípios de Araçatuba, Araraquara, Marília e Registro não disponibilizaram informações sobre os assuntos analisados em seus portais eletrônicos. Para avaliar a acessibilidade de páginas web, foram utilizados o modelo de acessibilidade de governo eletrônico do Governo Federal Brasileiro e o software DaSilva, que detectou 1.419 erros de acessibilidade. Os resultados indicam falta de informações e recursos de acessibilidade nos portais analisados.

O artigo utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise documental.

Senna (2013) Concluiu que, dada a gravidade da deficiência no Brasil (dados do censo de 2010 indicavam que cerca de 24% da população brasileira tinha algum tipo de deficiência e 7% tinham deficiência grave) e o nível de desigualdade, opressão e discriminação Para as pessoas com deficiência brasileiras, o reconhecimento da cidadania plena para esse segmento requer a adoção de políticas públicas que integrem aspectos da justiça distributiva com o reconhecimento e respeito das pessoas com deficiência como iguais para que possam participar da sociedade em pé de igualdade com as demais pessoas. Na área da Assistência Social, conforme destacado por Medeiros et al., o BPC tornou-se uma das principais políticas de proteção social às pessoas com deficiência, constituindo-se em importante ferramenta para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais no país. (2007).

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Moura (2013)

O objetivo deste trabalho foi verificar se as políticas públicas de turismo para pessoas com deficiência podem atender às necessidades de inclusão dessa classe social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados. Participaram do estudo nove gestores selecionados entre representantes do poder público, associações representativas da indústria privada do turismo e associações de pessoas com deficiência.

Como resultado, a pesquisa aponta que o poder público tem se atento a essa questão e buscado desenvolver e implementar políticas voltadas para esse público, mas as pessoas com deficiência sentem que não tem sido feito o suficiente para incluí-las, de fato, nas atividades turísticas. Observou-se também que a iniciativa privada não considera a pessoa com deficiência como um grupo de consumidores e que não foram realizadas pesquisas para entender o perfil e as necessidades desse grupo.

Santos
(2013)

O objetivo deste trabalho foi contribuir para a reflexão sobre as trajetórias de programas e políticas voltadas para mulheres e mulheres com deficiência no Brasil e seus impactos na atenção à saúde de mulheres com deficiência. Os métodos que emprega: pesquisa descritiva, reflexão teórica.

Resultados: A Política Nacional de Saúde para a Deficiência serve como um guia para fornecer atenção integral à saúde das pessoas. Porém, percebe-se que embora as mulheres com deficiência constituam um percentual elevado do total da população brasileira, pouquíssimas delas conseguem aprovar leis que assegurem e garantam seus direitos com base no princípio da igualdade. Conclusões: Existem fragilidades na organização e funcionamento dos cuidados de saúde para pessoas com deficiência, especialmente mulheres com deficiência.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Jardim (2013) | <p>Este artigo analisou as limitações que o Judiciário deve observar no controle das políticas públicas implementadas para inserir pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. Para a apreciação do problema, adota-se um método dialético. O trabalho está dividido em três capítulos. Primeiramente, analisa-se a terminologia utilizada para tratar as pessoas com deficiência, o conceito de deficiência, os direitos desses trabalhadores e, principalmente, o direito ao trabalho como forma de inclusão social. A efetividade da política pública de cotas impostas pelos arts também é analisada. O artigo 93 da Lei 8.213/91 trata da habilitação de pessoas com deficiência por meio do sistema de reserva de vagas.</p> <p>O autor concluiu que, na ausência da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, o controle jurisdicional sobre a política pública de cotas implementada, ainda que inválido, é razoável e necessário. Esta intervenção não pode ser interpretada como violação do princípio da separação de poderes, uma vez que a tarefa de interpretar a lei não é legítima nem razoável para o judiciário. Tendo em vista que o poder é único e que há separação de funções, dada a ineficácia das políticas públicas e das novas realidades sociais, para a defesa dos direitos fundamentais, o judiciário deve ter o cuidado de adotar uma imagem de radicalismo porque, só assim, direitos serão consagrados em um país democrático governado pela lei.</p> |
| Melo Fumes (2013) | <p>Este artigo foi adaptado de um estudo qualitativo na cidade de Maceió em que 9 professores/treinadores de educação física de 4 associações/instituições promoviam esportes adaptativos e 2 representantes do governo (estadual e municipal) em Maceió/Alabama, responsáveis pelo movimento adaptativo no estado de Alagoas e a cidade de Maceió. Para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e, para análise das e transcrições, foi utilizada a análise de conteúdo.</p> <p>Os resultados mostraram que o esporte adaptativo em Maceió/Alabama ainda enfrenta muitas dificuldades, pois não existe uma política pública voltada para o desenvolvimento do esporte para deficientes, que se limita a uma atuação individualizada de indivíduos e/ou associações/instituições profissionais no atendimento do aspecto humano da deficiência.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pereira et al. (2013) | <p>O trabalho atual envolve a inclusão de pessoas com deficiência em ambientes escolares e as leis que regem essa prática. Os métodos utilizados são a pesquisa documental exploratória e a pesquisa bibliográfica.</p> <p>Este trabalho destacou a importância de um melhor entendimento das políticas públicas existentes para articular os direitos que as pessoas com deficiência possuem e aqueles que muitas vezes desconhecem. Esta situação resulta em sua atual ineficiência. A partir deste trabalho, pode-se mostrar que muito ainda precisa ser feito para implementar leis que afetam a prática do dia-a-dia nas escolas para fornecer acesso/presente adequado para alunos com necessidades educacionais especiais, certas deficiências ou altas habilidades.</p> |
| Vieira (2013) | <p>O objetivo principal deste estudo foi investigar se havia um movimento de inclusão para além da integração entre os alunos com deficiência matriculados na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental, com fase exploratória. Os administradores da agência participaram do estudo. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário.</p> <p>Finaliza enfatizando a necessidade de se discutir a inclusão na academia, pois os entrevistados demonstraram dificuldade em compreender conceitos relacionados à inclusão e inclusão e suas particularidades. Dentro da agência existe um Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão que promove ações para garantir essa política inclusiva, porém, poucos sabem que ela existe.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Este artigo teve como objetivo compreender e refletir sobre a deficiência no contexto social, cultural e político da última década por meio de uma análise de literatura; permear documentos relacionados à deficiência, saúde, esporte e lazer no contexto dos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

Andrade et al. (2014) Com base nos documentos analisados, concluiu-se que a legislação referente às pessoas com deficiência tem mudado devido ao crescente número de leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência em diversos campos. Além disso, assim como nos documentos analisados, as referências à pessoa com deficiência em documentos de diferentes áreas indicam uma preocupação em propor ações e políticas públicas integrais que possam atender à heterogeneidade da população e promover a inclusão social. Os documentos analisados se assemelham em vários aspectos, principalmente no que se refere à participação popular, o conhecimento científico-tecnológico e a intersectoralidade dentro das políticas públicas. Entretanto, os documentos apontam para a necessidade da coleta de informações mais precisas nas áreas de esporte, saúde e deficiência, para a elaboração de políticas públicas eficazes que se adéquem as necessidades de cada contexto sociocultural.

No documento, a agenda internacional - a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Relatório Mundial sobre Pessoas com Deficiência - é analisada e discutida. Este trabalho levanta questões sobre a relação entre a conformação da agenda de saúde nos territórios nacionais e as normas pactuadas em nível internacional, uma vez que as instituições multilaterais solicitam aos signatários respostas e alcance de metas.

Mefan (2014) O trabalho concluiu que no setor saúde brasileiro, apesar do respaldo de um amplo arcabouço legal, as iniciativas implementadas até o momento em todos os níveis de atenção têm sido fracas e incipientes dada a dimensão do problema em todo o território nacional, reproduzindo a falta de atenção observada internacionalmente serviço de entrega.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Com base em pesquisa qualitativa, este estudo buscou compreender a percepção dos alunos deficientes visuais da UFC sobre as políticas públicas inclusivas no ensino superior. Para a realização do estudo, foram necessários recortes históricos e entrevistas semiestruturadas com sete alunos deficientes visuais de graduação e um aluno de pós-graduação da instituição.

Sousa (2014) Ao relacionar os resultados aos objetivos específicos do estudo, concluiu-se que, a partir de uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977), os alunos tinham conhecimento da existência da Secretaria de Acessibilidade da UFC, inclusive acreditando que era essencial para eles serem capazes de concluir os estudos. Proclamam a inclusão do vestibular, ao mesmo tempo em que apontam que a relação com o professor é a que mais influencia as conclusões da pesquisa e, em alguns casos, gera oposição ou até mesmo bloqueio à disciplina.

Este artigo apresentou uma análise dos modos de gestão das políticas de inclusão social no mundo do trabalho, impulsionadas pela promulgação da Lei nº. 8213/91 de cotas para pessoas com deficiência nas organizações empresariais. A partir de um exercício etnográfico, busco compreender as concepções de deficiência e as moralidades que permeiam os discursos e as decisões cotidianas dos profissionais envolvidos na gestão destas políticas.

Aydos (2014) Como resultado preliminar e, apontando para o fato de que a coerção jurídica da lei frente aos custos da inclusão nas organizações gera tensões que se refletem não só nas escolhas de cargos e perfis específicos de pessoas com deficiência, mas também nas estratégias psicopedagógicas e de gestão adotadas no treinamento e avaliação destes trabalhadores.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

O estudo foi descritivo, utilizando métodos qualitativos, com dados obtidos por meio de análise documental. Quando o projeto se concretiza, os números alcançados pelo projeto têm muito a ver com a visibilidade das pessoas com deficiência por meio de políticas profissionalizadas de inclusão escolar.

Souza (2014) Destacaram-se também os resultados alcançados na formação de profissionais da educação especial, na produção de trabalhos e atividades científicas, na certificação profissional de pessoas com deficiência, na produção de materiais didáticos acessíveis e na tecnologia assistiva. O paradigma inclusivo empregado pelo projeto Curupira afastou-se de visões filantrópicas e médicas de indivíduos que precisam se adaptar ao seu ambiente e transfere restrições para objetos, espaços e atitudes inacessíveis. Se o ambiente for livre de escassez e acessível, todos podem entrar e sair quando quiserem.

O objetivo deste trabalho foi discutir o tema “Acessibilidade”, abrangendo os direitos das pessoas com deficiência nos privilégios legais vigentes; além das vias urbanas e logradouros públicos, na convivência familiar e social, na educação ambiental, todas as pessoas têm direitos. Gozem de plenas condições de autonomia, mobilidade, segurança e dignidade nas suas casas, escolas, estabelecimentos de saúde e outros edifícios, trabalho e lazer.

Neves (2014) Apontou que grávidas, crianças, idosos, obesos, pessoas que efectuam transportes de mercadorias, etc. também dependem das condições de acessibilidade. Apresentamos aqui uma revisão dos fundamentos legais e normativos, bem como uma breve história das mudanças de paradigmas sociais e de design que influenciaram os costumes da vida urbana. Ao tratar dos direitos das pessoas com deficiência, não se trata mais de atribuir-lhes a condição de “paciente” permanente, mas de estender o olhar médico para a percepção de princípios de desenho universal que, de fato, proporcionem inserção social. Nesse contexto, o Hospital Universitário Professor Edgar de Santos-HUPES realizou um estudo observacional analisando aspectos microscópicos de acessibilidade relacionados à estrutura das instituições de saúde.

Tratou-se de uma revisão de literatura sobre a temática inclusão no mercado de trabalho realizada através de consulta nas bases de dados SciELO, BIREME, LILACS e CAPES. Considerando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foram selecionados 20 artigos, cujos resultados compuseram a amostra deste estudo e subsidiaram as análises posteriores.

Ribeiro et al.
(2014)

Os resultados evidenciaram que somente a proteção legal não é capaz de incluir efetivamente as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Verificou-se também que a maioria das empresas contrata pessoas com deficiência apenas para cumprir a legislação, não tendo consciência da função social do trabalho. Assim, para que a inclusão realmente ocorra é imprescindível que haja um processo bilateral, no qual a sociedade ofereça condições para que as pessoas com deficiência exerçam a sua cidadania, com direitos a serem preservados e deveres a serem cumpridos, e as pessoas com deficiência busquem maior autonomia, independência a fim de que consigam participar ativamente da sociedade.

A pesquisa de natureza descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, teve como procedimento instrumental a aplicação do Inventário de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho (ICD-ST) e entrevista semiestruturada, em pessoas sem deficiência. A amostra foi composta por 37 alunos dos cursos presenciais de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté/SP que trabalham com pessoas com deficiência e aderiram à pesquisa.

Ré (2014)

Conclui-se que, a visão das pessoas sem deficiência, que prevalece sobre as pessoas com deficiência é a de que deveriam se manter segregadas, porém também foram relatadas a necessidade de adaptações e sensibilização para melhor recebê-las nas empresas, no que diz respeito a acessibilidade física. Foi abordado com entusiasmo suas contribuições e capacidades de desempenho. Portanto, a inclusão de pessoas com deficiência ocorrerá com êxito nas organizações, desde que o preparo do ambiente e das pessoas seja efetivo.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Silva (2014)

O estudo utilizou a pesquisa bibliográfica, com métodos qualitativos e quantitativos. O objeto de análise são os cursos Lattes dos grupos de pesquisa em lazer e lideranças cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa Brasileiros. Os resultados indicaram a existência de 73 grupos de estudos específicos e 92 grupos de estudos não específicos. Quanto aos dados demográficos, tanto grupos específicos quanto não específicos, a maioria está localizada na região sudeste; as lideranças são doutores, vinculados a universidades públicas, que disseminam o conhecimento que geram.

Conclui-se que a produção de conhecimento ocupacional é concentrada, o que leva em detrimento do desenvolvimento político e cultural em outros lugares, e que as investigações sobre a ocupação da deficiência são raras e requerem maior contribuição dos estudiosos ocupacionais.

Martins
(2015)

O estudo apresentou uma análise descritiva de documentos baseados em resumos técnicos e planilhas do Censo da Educação Superior de 2000 a 2011 e documentos do programa "Incluir" de 2005 a 2011, quinquênio em que foi implantado.

A análise dos dados possibilitou conhecer a evolução das matrículas de alunos com deficiência na graduação presencial e a distância - principalmente nas instituições públicas - após a criação do programa "incluir". De modo geral, a matrícula de pessoas com deficiência no ensino superior tem variado numericamente, mas ainda representa o menor estrato da população de pessoas com deficiência efetivamente matriculada naquele nível de ensino.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Oliveira (2015) | <p>Foi realizada por meio de pesquisas qualitativas como revisão de literatura, análise documental, entrevistas e observação participante. O desenho metodológico considerou três momentos de análise – o conceito de deficiência e as políticas públicas, as características do Comitê dos Direitos da Deficiência e a articulação das necessidades de saúde em espaços de engajamento institucional.</p> <p>Concluiu que o esforço das Conferências impõe o desafio de construir e consolidar de respostas sociais às PcDs articuladas e coerentes com as necessidades de saúde ali debatidas. Trata-se de compreender que as Conferências não se esgotam nas propostas, mas envolvem a constituição de novos processos cotidianos de articulação e pressão para incluir os anseios das PcDs, devidamente legitimados no espaço democrático, nos processos decisórios.</p> |
| Silva (2015) | <p>O estudo teve como objetivo investigar a contribuição da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Araguaína na formação de professores na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência. A UFT possui 69 (sessenta e nove) cursos de graduação, dos quais 42 (quarenta e dois) são ministrados em nível superior. Com um total de 24 (vinte e quatro) cursos de graduação no campus Araguaína, nosso local de estudo é o maior programa de formação inicial de professores do estado do Tocantins.</p> <p>A pesquisa concluiu que não existe um manual, uma fórmula que possa mostrar 'prontidão' por serem ambientes de ensino diferentes, porém, sabemos que as universidades têm um papel fundamental nesse processo de inclusão de alunos com deficiência, por meio do ensino, pesquisa e extensão.</p> |
| Agum et al., (2015) | <p>O artigo teve como objetivo apresentar uma análise conceitual da política pública, como maneira de possibilitar possíveis transformações por meio de uma revisão bibliográfica.</p> <p>Embora esta distribuição seja desigual, ela acaba gerando grupos com maior poder organizacional. Existem críticas a essa forma de organizar as formas aplicadas de ação do Estado, uma vez que os modelos pluralistas deixam</p> |

de lado o Estado redistributivo ao lidar com instituições sociais desiguais. Ao fazer essa crítica, Lindblom reconhece o poder da desigualdade nas sociedades orientadas para o mercado.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Gildas (2015) Este artigo teve como objetivo analisar a temporalidade da política pública constitucional de incapacidade na Argentina e no Brasil. A partir de uma abordagem trans-histórica, defendemos a visão de que a temporalidade constituinte da política pública nacional deve ser analisada à luz de sua interação com a temporalidade internacional da política de deficiência.

A aplicação desse método estimulou a confrontar a singularidade da trajetória das políticas públicas de cada país, que depende da ampliação do campo de possíveis conhecidos de especialistas plugados em redes transnacionais militantes - especialmente projetos de inovação social com.

Estudo qualitativo compreendendo análise da literatura de sete políticas públicas de saúde para a deficiência e entrevistas semiestruturadas com cinco representantes da deficiência como método de coleta de dados e análise de conteúdo como técnica de análise e interpretação dos dados.

Diniz (2015) Os dados sugeriram que as políticas públicas de saúde para pessoas com deficiência analisadas nesta pesquisa são antes de tudo um aspecto social inclusivo, revelando uma série de direitos à saúde que são relevantes para o indivíduo e não diretamente relacionados à deficiência. Considerou que estas políticas visam melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência e promover a sua integração, esta direção vai ao encontro das percepções das pessoas com deficiência entrevistadas. No entanto, esses mesmos temas também mencionam que essas políticas ainda estão longe de sua articulação para sua implementação efetiva.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Miranda (2015) | <p>A pesquisa teve como objetivo compreender o panorama atual dos programas e ações da Universidade do Estado do Paraná programas e ações de integração de alunos com deficiência em seu meio. Um quadro teórico de legislação e políticas públicas é estabelecido para apoiar o desenho dos seguintes estudos: Estudo 1, com o objetivo de coletar dados gerais e atuais sobre o ensino superior no estado do Paraná e validar os dados existentes sobre a existência desse ensino no nível desta unidade federal para alunos com deficiência. Estudo 2, para explicar a situação dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior estaduais do estado do Paraná; identificar as iniciativas da Universidade do Estado do Paraná para atender os alunos com deficiência e traçar os programas/núcleos institucionais da Universidade do Estado do Paraná para alunos com deficiência na educação superior Ações e recursos captados em perpetuidade.</p> <p>Os resultados confirmaram, como se pode inferir, que existem iniciativas voltadas para o desenvolvimento de políticas de admissão e permanência de alunos com deficiência nas universidades estudadas.</p> |
| Oliveira (2015) | <p>Foi realizada uma significativa análise documental de duas cartilhas institucionais lançadas recentemente pelo Ministério da Saúde sobre a assistência ao autismo no Sistema Único de Saúde. Uma delas se chama “Diretrizes para Enfermagem de Reabilitação de Pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, que elenca o autismo como uma deficiência e propõe o tratamento na via da reabilitação. Outro artigo intitulado “Linha de Atendimento a Pacientes com Transtornos do Espectro Autista e seus Familiares na Rede de Atendimento Psicológico Social do Sistema Único de Segurança” trata do autismo como um transtorno mental e pertence ao campo do atendimento psicológico social.</p> <p>A partir da análise dos documentos, pode-se argumentar que, embora as diferenças epistemológicas desempenhem um papel importante nos dissensos discutidos, essas diferenças não são um fator importante no conflito, pois se mostraram negociáveis. Aparentemente, o debate se intensificou à medida que diferentes grupos buscavam protagonistas e voz na elaboração de políticas públicas para o autismo doméstico a partir de disputas políticas.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

França
(2015)

Este artigo foi uma análise descritiva exploratória e estudo transversal de um documento emitido pelo Ministro para ampliar a acessibilidade para pessoas com deficiência. A documentação será revisada nos sites oficiais dos diferentes ministérios que compõem o sistema sócio-político brasileiro que explora o universo. Isso será analisado através de métodos qualitativos.

Notou-se que a acessibilidade não se limita ao uso dos serviços, mas também inclui a adequação dos recursos profissionais e técnicos de saúde para permitir que as pessoas com deficiência tenham oportunidades iguais à população em geral (ARAGÉO et al., 2011). No caso específico do enfermeiro, garantir o acesso do cliente é uma responsabilidade do profissional responsável por organizar as ações e gerenciar os recursos para prestar assistência aos usuários e desenvolver medidas preventivas contra acidentes no ambiente de trabalho (FRANÇA et al., 2010).

Granato
(2015)

Em 2013, um estudo de qualidade das informações sobre políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência foi disponibilizado nos portais de 27 unidades da federação e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Brasil, por meio de análise de conteúdo com base em 19 categorias de classificação.

De acordo com os achados, e dependendo do contexto teórico-metodológico do estudo, a amostra analisada contém aproximadamente um quarto das informações consideradas necessárias para uma descrição abrangente das políticas públicas na região. O estudo mostra que, com base nos dados coletados, a qualidade das informações sobre as políticas públicas voltadas para os direitos das pessoas com deficiência é insuficiente nos portais oficiais, o que exige melhorias na comunicação pública digital.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Alves (2016) | <p>Foi utilizada uma abordagem qualitativa descritiva. Com base nos dados do IBGE e do INEP, observou-se evolução no número de alunos com deficiência no ensino superior.</p> <p>Com base nos resultados, a UFPE tem se empenhado no ingresso e perpetuação de alunos com deficiência no meio acadêmico, ressaltando a importância da inclusão social em todos os níveis de ensino.</p> |
| Felix (2016) | <p>O estudo foi realizado por imersão no órgão e baseado na observação participante, entrevistas, análise de documentos e uma matriz de planejamento e avaliação. A política institucional passa por fases semelhantes aos ciclos de políticas públicas, de modo que o referencial teórico deste relatório vincula os itens analisados a aspectos da política pública existente e às discussões sobre deficiência e inclusão social.</p> <p>O Programa de Inclusão de Deficientes da PR visa melhorar não só a qualidade de vida das pessoas com deficiência, mas a qualidade de vida da organização como um todo, garantindo que os direitos das pessoas com deficiência sejam atendidos e atendendo à Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (Lei das Deficiências), julho de 2015 Lei nº 13.146, de 6 de março. As principais conclusões do estudo mostram que as pessoas com deficiência estão gradualmente integradas no PR e, portanto, na eficácia do programa.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Este artigo teve como objetivo apresentar um referencial teórico para a bioética relacionada à deficiência e discutir questões éticas polêmicas envolvendo essas áreas, como infanticídio e "aborto pós-natal", diagnóstico pré-natal e aborto seletivo de fetos deficientes; e saúde A alocação de recursos escassos na área . Uma pesquisa com 109 participantes, divididos em três grupos: pessoas com deficiência, gestores públicos e bioeticistas, teve como objetivo investigar a visão desses participantes sobre dilemas bioéticos envolvendo políticas públicas e deficiência, a fim de financiar pesquisas sobre a bioética humana analisa questões de deficiência e amplia a gama de elementos decisórios no processo de formulação de políticas públicas. As respostas foram categorizadas por frequência e média das respostas, e testes estatísticos foram realizados. Trinta bioeticistas, 45 gestores públicos e 34 pessoas com deficiência responderam ao questionário aplicado.

Bernardes
(2016)

Os resultados mostraram diferenças de percepção entre os grupos: a maioria dos participantes do grupo com deficiência respondeu que se opunha à legalização do aborto eletivo por causa de sua deficiência, enquanto metade dos participantes bioeticistas era a favor dos abortos do tipo, e os reguladores o público está em o meio. Em relação ao uso de recursos públicos para adequar equipamentos e ambientes utilizados por pessoas com deficiência, mesmo com recursos que pudessem atender às necessidades de outras pessoas, os três grupos tiveram percentuais de concordância semelhantes: 76,47% no grupo de deficientes, 77,77% no grupo de gestores públicos e 80% no grupo de bioeticistas, indicando que a maioria dos participantes vê o grupo de deficientes como um público para o qual as políticas devem ser direcionadas, mesmo que essas políticas não sejam mais para outros necessidades da população. A abordagem das capacidades tem sido proposta como uma proposta teórica de bem-estar, desenvolvimento e justiça para uso no campo da bioética para avaliar as desigualdades e desvantagens relacionadas à deficiência, a fim de tomar decisões mais informadas sobre a situação diante das desigualdades sociais. O julgamento apropriado é exercido por pessoas com deficiência, especialmente no acesso à saúde.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

O concurso promovido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS foi analisado para delinear como foi implementada a política pública do setor e avaliar se o seu objetivo principal, qual seja, promover a igualdade entre os mais desfavorecidos do público-alvo do material, fez com que aqueles com mais pessoas com deficiências graves.

Garcia (2016) As conclusões deste trabalho têm a capacidade de auxiliar os cientistas políticos a investigar a aplicabilidade das políticas públicas de cotas aos segmentos envolvidos na análise; e de auxiliar os agentes políticos na tomada de decisões políticas adequadas para manter, suprimir ou modificar os sistemas existentes de pessoas com deficiência. Fornecer ofertas de serviços públicos para apoiar a eficácia demonstrada através do desenvolvimento desta política pública.

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica.

Jales (2016) Concluiu-se que a história do movimento paraense brasileiro contém muitos fatos, retrocessos e conquistas e, sobretudo, muitas lutas. Contribui significativamente para a obrigação do Estado de garantir a ordem pública e a proteção, garantindo-lhes uma vida de educação, saúde, lazer e cultura, como qualquer cidadão. Neste trabalho, faço um breve histórico do movimento da deficiência e suas conquistas, trazendo à tona o processo de formação de pessoas com deficiência, a luta pela desconstrução dessa imagem de incapacidade da sociedade e as políticas inclusivas de garantia de direitos.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Trata-se de uma pesquisa monográfica realizada no ano de 2014 que usou como procedimento de coleta de dados a revisão bibliográfica e levantamento documental.

Quanto ao acesso ao mercado de trabalho por meio de ação afirmativa estadual, ele é parcialmente regulamentado pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (que regulamenta o regime estatutário dos servidores públicos federais). Estipula que os cargos serão compatíveis com as possibilidades de manifestação de cada deficiência e que poderão ser destinados no máximo 20% do total de vagas oferecidas no concurso (art. 5º, § 2º).

É incorreta a interpretação de que alguns cargos não podem ser alocados à reserva constitucional em razão da chamada necessidade de "plena função humana". Porque, na abstração da norma, designa o exercício de cargo público por empregado ou titular com exercício profissional, não discriminando a condição física, mas o fator de possibilidade oferecido pelo indivíduo. O fato de a administração pública estar obrigada à prestação de serviço público, que atende ao interesse coletivo e primazia do interesse público, não lhe permite justificar o desrespeito aos princípios constitucionais. Deve ser possível demonstrar que aproveitou ao máximo a sua vaga em determinados concursos públicos para poder atuar profissionalmente. Vale a pena que as pessoas com deficiência em espaços reservados tenham o caráter de avaliação e desajuda, pois todos os participantes do processo de avaliação têm expectativas de titularidade. Ressalte-se que a pessoa com deficiência não impede o acesso a concursos públicos, cargos públicos ou trabalho. Os concursos serão realizados em igualdade de condições com os demais candidatos, logicamente levando em consideração a necessidade de acomodar deficiências. A própria Súmula nº 684 diz que "é inconstitucional negar candidato a concurso público sem justa causa", e quando se refere a pessoas com deficiência, é comum sua exclusão na seleção de eventos públicos e exames de saúde em concursos públicos, sem qualquer razão razoável.

Silva
Guerra (2016)

e

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

A pesquisa teve caráter exploratório-descritivo, a presente pesquisa se vale da Análise do Discurso na ótica francesa de Pêcheux e Orlandi enquanto metodologia para compreender como o sujeito com deficiência tem sido subjetivado na educação superior.

Almeida
(2016)

Pela análise das falas, percebeu-se certa tensão que permeou sua participação, principalmente o silêncio do discurso sobre a deficiência, associando-a ao estigma, aliado à falta de compreensão das questões relacionadas à deficiência, e defendendo a não aceitação da deficiência. Estudantes universitários exemplares que são pessoas afetam o processo de ensino. De acordo com a análise, pode-se observar avanços e estagnações no processo de inclusão, sugerindo que além de criar espaços de discussão para repensar essas práticas para subsidiar o reconhecimento, são necessários mecanismos para disseminar mensagens positivas sobre as pessoas com deficiência e sua inclusão e articulá-las. É o tema da composição do espaço universitário brasileiro.

Magalhães et
al. (2016)

A pesquisa bibliográfica e exploratória foi realizada por meio de análise interdisciplinar e crítica de leis e textos relacionados, textos legislativos e constitucionais. Feito isso, realiza-se um estudo de caso com abordagem dedutiva por meio do exame crítico e aplicado da ação direta de inconstitucionalidade n. 5.357/2015, trabalhando com o argumento central de que a efetividade do direito à educação das pessoas com deficiência não pode ser tratada apenas em prejuízo da liberdade de locomoção econômica, mas como exemplo genuíno de justiça social.

Por fim, após analisarem os parâmetros do estado democrático de direito brasileiro e seu papel na implementação das políticas públicas relacionadas à educação, bem como as diretrizes dos princípios da iniciativa liberal na ordem econômica da Constituição Federal de 1988, foi observado que, seja pelo Estado, seja pela iniciativa privada, a vigência do direito fundamental à educação das pessoas com deficiência não pode ser tratada apenas com base em um preconceito contra a liberdade de ação econômica, mas como um verdadeiro exemplo de justiça social.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Napolitano e Martinez (2016) | <p>A abordagem foi baseada em uma revisão e análise indutiva da literatura relacionada ao tema.</p> <p>O trabalho concluiu que as administrações universitárias devem buscar aprimorar as práticas de comunicação com o objetivo de contribuir para a elaboração e análise de políticas públicas acessíveis e inclusivas.</p> |
| Gomes (2016) | <p>Pesquisa documental em normas técnicas, decretos, portarias, leis e políticas que abordam o tema.</p> <p>Confrontar a complexidade da população em situação de rua e a diversidade de serviços prestados pela assistência social garante que essa população tenha diferentes acessos aos serviços. A rede de serviços de apoio é composta por serviços para grupos socialmente vulneráveis e serviços específicos para pessoas em situação de rua.</p> |
| Pancotto (2017) | <p>A pesquisa foi de carácter qualitativo e utilizou-se o método da análise documental.</p> <p>Como principal resultado, a partir de 2004, em programas plurianuais, as discussões sobre a integração de pessoas com deficiência começaram a ganhar mais destaque, com foco na cidadania e nos direitos humanos. No entanto, seja em programas plurianuais ou em políticas públicas, a relação entre esporte, inclusão social e deficiência é vista como temas específicos e não como um todo. Ao longo da história, as pessoas com deficiência tiveram espaço na sociedade e, portanto, foram mais discutidas nas agendas governamentais, mas, na realidade, os investimentos e ações relacionadas ao esporte em grande parte não foram um meio para incluir as pessoas com deficiência.</p> |
| Mendes (2017) | <p>Foi realizado um levantamento nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Dissertações (BDTD) e do Repositório Coordenado de Dissertações de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na análise das publicações, as seguintes informações foram categorizadas: titulação, instituição, titulação, ano da defesa, objetivos, métodos, instrumentos de coleta de dados e métodos de análise dos dados.</p> <p>Os resultados obtidos mostram um aumento significativo no número de publicações e uma ampliação dos temas abordados nas teses e dissertações.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Antunes e Pimenta (2017) | <p>Abordar a acessibilidade da biblioteca como forma de incluir pessoas com deficiência no ensino geral e técnico. O objetivo do estudo foi determinar se a acessibilidade é considerada nas políticas e diretrizes da IFRO. Foi realizado um estudo bibliográfico da legislação e políticas públicas pertinentes ao tema, bem como das diretrizes do órgão.</p> <p>Pode-se considerar que, embora a instituição se proponha a oferecer educação inclusiva, é urgente reformular as diretrizes, inclusive sobre a efetividade da acessibilidade, principalmente os documentos normativos das bibliotecas, que fazem parte do processo educacional, trabalham diretamente com os alunos para um bom desempenho.</p> |
| Araujo (2017) | <p>Foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo para identificar e analisar a tensão entre a ideia de educação inclusiva que se difundiu amplamente desde a década de 1990, diretrizes governamentais voltadas para o desenvolvimento de políticas nacionais de educação especial voltadas para a integração na escola formal e ações concretas. Relações e contradições implementar tais políticas no estado de Minas Gerais.</p> <p>O primeiro eixo diz respeito a um conjunto de normas e diretrizes programáticas relacionadas à inclusão de crianças e jovens com deficiência nas escolas, editadas pelo governo federal, mas referenciadas em disposições emanadas de agências internacionais ou supranacionais; o segundo eixo contempla comunicados executivos. Disposições relativas à organização institucional inclusiva do Estado, tanto nas medidas emanadas do Governo Federal quanto nas medidas intermediárias do Estado de Gerais sob responsabilidade do Governo do Estado de Minas; o terceiro eixo diz respeito à forma como as condições institucionais reais são ajustadas, com vistas a implementar novas diretrizes no nível municipal e serem efetivamente cumpridas, neste caso focando na experiência de implementação e implementação de políticas no nível municipal. Três municípios do estado de Minas Gerais.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Vieira (2017)

Este estudo teve como foco a análise das iniciativas institucionais da Universidade Federal do Pará Sul e Sudeste/UNIFESSPA para garantir a permanência no ensino superior de alunos com deficiência, transtornos do espectro do autismo e alunos com altas habilidades/superdotação. Foram empregados métodos de pesquisa qualitativa, incluindo procedimentos de análise documental, entrevistas semi-estruturadas com supervisores de apoio, alunos com deficiência apoiados e coordenação do NAIA cujos papéis e experiências foram desenvolvidos.

Os resultados indicaram que o papel do supervisor de apoio está emergindo dentro da experiência coordenada pelo NAIA, dinâmica de interação, equipe principal, apoio aos bolsistas e apoio aos alunos e feedback contínuo. A prática de tornar os livros didáticos acessíveis, o acompanhamento das aulas e a participação no NAIA se aliam à garantia de acessibilidade a que têm direito os alunos com deficiência da Unifesspa. Conclui-se que medidas de inclusão na Unifesspa, tem buscado atender as diretrizes das políticas públicas.

Perez (2017)

Foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva. A área de estudo é a rede escolar de Tabatinga-Am composta por 07 (sete) escolas municipais, 06 (duas) escolas públicas e centros de educação especial. Em todas as instituições, foram pesquisados atores que atuam como diretores e professores, e cada escola respondeu a um questionário contendo perguntas fechadas e abertas. O procedimento metodológico foi realizado em quatro etapas. Após a revisão bibliográfica, procede-se à recolha dos dados junto das escolas e, por fim, a partir do tratamento dos dados, inicia-se a análise dos dados, cujos resultados subsidiam a elaboração de recomendações de ação a elucidar.

Os resultados mostraram que já existe um movimento de inclusão escolar para alunos com necessidades especiais, apesar de várias barreiras e desafios como falta de recursos humanos capacitados em educação especial, inclusão escolar, construção de recursos pedagógicos tecnológicos disponíveis, acessibilidade física sexo. A partir da análise dos resultados obtidos, recomenda-se atuar sobre a atuação das escolas nesse sentido, com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas em educação, especialmente para a atuação e especialização de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos VD sobre o atendimento da SB pelos cirurgiões-dentistas (CDs) em relação às recomendações de políticas públicas. Utilizando trabalho metodológico qualitativo realizado na Associação Catarinense para Integração dos Cegos (ACIC) e inscrevendo a DV como participante do estudo em 2017. A coleta de dados foi realizada após o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos aprovar o projeto de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para Todos os Seres (CEPSH) e os participantes aceitarem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, de resposta livre, gravadas e posteriormente transcritas. Para análise de conteúdo, foi utilizada a tecnologia Minayo.

Lima (2017)

Os resultados apresentaram seis temas agrupados em três categorias: VD e autocuidado em SB; relação entre VD e profissionais de saúde; relação entre VD e prestação de serviços de saúde. Identificou-se a necessidade de linguagem tátil para desenvolver habilidades de qualidade de escovação e ações orientadas para a saúde percebida frente ao conhecimento da DV sobre os cuidados com a higiene bucal. Na categoria que menciona CD e sua ligação com DV, identificou-se um bom relacionamento baseado em confiança e empatia, porém, ainda havia uma falha de comunicação entre as duas partes. O CD precisa entender a linguagem do DV e se expressar de forma compreensível para uma terapia e conexão adequadas. Com relação aos serviços de saúde, observou-se que os VDs têm flexibilidade para receber atendimento odontológico na rede básica de saúde no momento da consulta e serem atendidos em serviços de referência, considerando o atendimento resolutivo. Portanto, os resultados deste estudo sugerem que os DS vêm seguindo as diretrizes das políticas públicas para incluir a VD e garantir seu acesso aos serviços de saúde, porém, precisam de capacitação voltada para a melhoria da comunicação.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silva (2018) | <p>A pesquisa foi qualitativa na medida em que envolve a coleta de informações de forma exploratória e próxima e a realização de um estudo bibliográfico dos prontuários legais e médicos de cada pessoa protegida, que apresenta um perfil dos usuários do serviço. A literatura e os documentos da agência também foram revisados.</p> <p>Os principais achados da pesquisa apontaram para a necessidade de um olhar mais amplo para a institucionalização de pessoas com deficiência intelectual, cujas trajetórias de vida permitem revisitar e compreender as particularidades de cada indivíduo na instituição.</p> |
| Santos (2018) | <p>Este estudo teve como objetivo analisar a construção de registros de inclusão. Em seguida, discute-se uma abordagem qualitativa baseada na observação participante, análise de documentos e entrevistas com o Coordenador Geral do Sistema de Informação sobre Deficiência da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.</p> <p>Os resultados obtidos mostram que a ferramenta foi construída por meio da interação entre os participantes envolvidos na Comissão Interministerial do Cadastro e, assim, tornou-se importante para a promoção da política pública de deficiência.</p> |
| Santos e Goés (2018) | <p>Tratou-se de um estudo analítico explicativo que visa analisar a parte social da experiência de atuação horizontal da Comissão Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPEDE) do Município de Paulo Afonso-Bahia na implementação da política pública desse direito, enfatizando seu papel no processo decisório O papel do controle social e seu impacto na efetividade de serviços públicos como assistência social, educação, saúde e mobilidade urbana.</p> <p>Em suas considerações finais, destacou-se as ações conquistadas pela atuação ativa deste Conselho, que beneficiam diretamente o setor representativo, garantem o acesso aos serviços públicos, justificam a relevância de sua presença na gestão organizacional e na governança da administração pública na atualidade.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Os métodos de pesquisa consistiram em um estudo qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica e bibliográfica, coleta de dados e entrevistas semiestruturadas com diversos profissionais que atuam na coordenação e implementação de políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

Franco
(2018)

Os achados sugeriram que as políticas públicas e as práticas sociais permeiam as estruturas cotidianas, e que as instituições públicas e privadas contribuem de formas específicas para a reprodução dos valores hegemônicos e para a produção da contra-hegemonia. Desta forma, as contradições existentes nas fronteiras do público e do privado surgem diante de um contexto neoliberal, diante da construção de novos espaços públicos decorrentes da diversidade de formas comportamentais e organizacionais e formas de expressão. Interesses de classe. Assim, ao reduzir os gastos na esfera social, o Estado transfere para a sociedade civil sua responsabilidade pela solução dos problemas sociais, contribuindo para a retirada de direitos sociais duramente conquistados no Brasil.

Para a elaboração deste estudo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, método dedutivo, método processual temático e, quanto à técnica de pesquisa, é bibliográfico.

Dorigon
(2018)

Não é difícil entender que, para que a educação inclusiva seja implementada, é preciso sensibilizar toda a sociedade e fortalecer as políticas públicas voltadas para o atendimento educacional adequado aos alunos com deficiência.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Santos e Wechsler (2018)

Foi realizada uma revisão das publicações em periódicos entre 2006 e 2016 incluídos na base de dados eletrônica da produção brasileira listada no Index-Psi (SciELO e PePSIC). Um descritor composto usando duas palavras-chave: pessoa com deficiência e deficiente. Os resultados mostraram que (1120) artigos foram indexados no SciELO e (131) revisados por pares no PePSIC. Foram selecionados 46 artigos, sendo 39 do SciELO, 07 do PePSIC. Análise realizada considerando a afiliação do autor: universidade pública ou privada, situação da instituição de ensino, área de conhecimento, tipo de estudo: metodologia e tipo de pesquisa, terminologia, tipo de avaliação: As ferramentas utilizadas e o tema do estudo final.

Prevaleram artigos sobre os temas inclusão escolar e mercado de trabalho, seguidos de políticas públicas e estigma social. Quanto às questões menos interessantes, descobrimos sexo e adoção. Isso pode ser devido à maneira como as pessoas veem e/ou consideram as pessoas com deficiência.

Araujo (2018)

O estudo se baseou em uma pesquisa qualitativa semiestruturada, como estudo, foram entrevistados profissionais de três escolas públicas da cidade de São Borja, a saber: Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus, Colégio Estadual Getúlio Vargas e Instituto Federal Farroupilha- Campus São Paulo. Borja, use o formulário.

Os resultados mostraram que o atendimento às pessoas com deficiência nas escolas públicas está em consonância com o Projeto de Política Educacional, mas atualmente nenhuma das escolas possui profissionais engajados nas atividades de apoio escolar, tornando precário o atendimento às pessoas com deficiência. A partir da análise desse tema, as considerações finais mostram que uma das dificuldades enfrentadas pelas escolas é a resistência dos profissionais que atendem alunos com deficiência sob a alegação de “preparação inadequada”. Também foi confirmado que a estrutura de escolas e ambientes necessários para atender pessoas com deficiência ainda é incipiente.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Burger (2018) | <p>As técnicas de pesquisa foram bibliográficas - usando literatura e publicações impressas, bem como sites dedicados na Internet - e para estudos de caso, usa dados organizados em relatórios universitários. O estudo está vinculado à linha de pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social da Unisc LL.M. Tendo como referência a teoria do comunalismo, a pesquisa mostra que os dispositivos constitucionais e legais sobre o direito à educação da pessoa com deficiência atendem à premissa da inclusão social, e então verificar se a UNISC cumpre esses dispositivos com base no relatório Núcleo Centro de Atendimento ao Aluno (NAAC) 2012-2017.</p> <p>O trabalho apontou que as ações e os programas de inclusão da UNISC atendem a legislação e proporcionam condições para o acesso e a permanência das PCD</p> |
| Araujo (2019) | <p>Baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo da literatura crítica sobre as questões colocadas.</p> <p>Destacou-se, assim, os desafios e perspectivas da inclusão da pessoa com deficiência nas políticas públicas, bem como as barreiras no espaço político de decisão que impedem o controle social desses atores na busca pela efetivação de seus direitos.</p> |
| Martins (2019) | <p>Foi realizado um estudo qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas, que foram analisadas como referencial.</p> <p>Constatou-se que o número de alunos com deficiência matriculados nas instituições pesquisadas permaneceu baixo quando comparado ao total de alunos matriculados nas instituições pesquisadas. No entanto, políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão são implementadas, refletidas na reserva de vagas para pessoas com deficiência. Este documento normativo pode ser visto como um esforço para capacitar as instituições de pesquisa a considerar e empreender a inclusão da deficiência.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silva et al. (2019) | <p>O trabalho retratou o estado da arte da produção acadêmica (teses e dissertações) da Universidade Federal de Minas Gerais em pesquisas sobre inclusão e participação de alunos com deficiência no ensino superior. O trabalho sobre a implementação de leis de cotas em instituições federais de ensino superior (IFES) também foi considerado. A proposta enfatiza a pesquisa de resgate para auxiliar na organização de processos que incluam pessoas com deficiência em ambientes de aprendizagem e socialização. Foi realizada análise de 14 obras do banco de dados do sistema de bibliotecas da UFMG agrupadas tematicamente: 1. Métodos de ensino para pessoas com deficiência com e sem tecnologia; 2. Inclusão social de pessoas com deficiência no ensino superior/trabalho; 3. Aplicação das leis de cotas.</p> <p>Nas considerações finais, destacou-se que o trabalho metodológico pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias institucionais de atendimento aos alunos com deficiência. Por fim, destaca a necessidade de refletir sobre a historicidade vivenciada pelo público cotista para que esforços sejam feitos no sentido de fazer cumprir a legislação e incentivar a perpetuação desse público no ambiente universitário.</p> |
| Silva (2019) | <p>O método utilizou a aplicação de técnicas de observação de campo, questionários e entrevistas. Por meio da análise de conteúdo, buscamos discernir pontos de interseção ou conexão nas seguintes categorias: política de educação especial; gravidez de pessoas com deficiência; e práticas de atores sociais e estatais. A partir da análise de conteúdo, percebe-se que a formulação da política pública não é um dado, mas refere-se à própria consciência, à consciência dos outros e à lógica do sistema.</p> <p>Observou-se que o AEE da Unioeste é uma experiência única com avanços significativos no atendimento de alunos com deficiência e alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que é por meio da prática dos atores dentro da universidade envolvidos nessa política e ligados à economia política e às decisões sociais nas esferas da sociedade civil, do mercado e do Estado que no ambiente universitário a sociedade pode avançar ou recuo no processo de reconhecimento desse campo segmentado.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

O objetivo deste trabalho foi analisar a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior à luz dessa evolução histórica. Para tanto, utilizou-se como argumento a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ no programa "Incluir", programa governamental que visa promover o acesso efetivo ao ensino superior para pessoas com deficiência. Os métodos utilizados incluíram revisão bibliográfica e análise de documentos para entender o contexto histórico em que o direito à educação de fato se estendeu às pessoas com deficiência.

Fraga (2019)

O acesso pleno ainda é um tema novo e sua internalização depende de mudança cultural, por isso todas as políticas públicas e programas desenvolvidos pelos órgãos governamentais são fundamentais para convencer e persuadir a sociedade a aceitar essa nova forma de pensar e agir, superando todos os obstáculos porque a Educação é fundamental à busca da autonomia das pessoas com deficiência como cidadãos de direitos, proporcionando as melhores condições de aprendizagem, possibilitando o sucesso e o desenvolvimento de suas competências, e maior qualidade de vida e bem-estar a essas pessoas.

O estudo caracterizou-se por uma pesquisa exploratória, baseada em livros, artigos científicos, sites especializados e documentos sobre o tema, com viés qualitativo por considerar a percepção dos cidadãos com deficiência. O método utilizado é o método dedutivo analítico. A investigação das dificuldades relacionadas ao direito à inclusão laboral se baseia na análise da evolução histórica das pessoas com deficiência e sua entrada no mercado de trabalho. Como marco legal para esta análise foi utilizada a Constituição Federal de 1988 e a legislação geral dela decorrente, em especial a Lei de Cotas, que visa garantir os direitos de todas as pessoas com deficiência.

Concluiu-se que as políticas referentes à Lei de Cotas são fundamentais para a inclusão laboral e que somente por meio da aplicação desses instrumentos legais as pessoas com deficiência poderão efetivamente atuar no mercado de trabalho, exercer sua autonomia e escolhas na vida, contribuindo assim para uma plena Cultura Prejudicial mudar. Constatou que são necessários o compromisso e a ação conjunta da sociedade civil, administração pública e poder judiciário para garantir a implementação de mecanismos e igualdade de oportunidades que permitam às pessoas com deficiência se integrarem de forma autônoma na sociedade e no mercado de trabalho, garantindo assim a cidadania.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

O estudo foi desenvolvido em três fases distintas, utilizando métodos qualitativos, descritivos e transversais. Primeiramente, mapeamos e caracterizamos as instituições de abrigo para deficientes físicos no estado de São Paulo. A segunda fase consiste em uma pesquisa de perfil de usuário específica da instituição. Na etapa final, os dados foram desagregados e analisados para mensurar as internações hospitalares de crianças e adolescentes e avaliar o papel do atendimento institucional a pessoas com deficiência no âmbito da saúde mental.

Blikstein
(2019)

Resultados e Discussão: A partir da pesquisa pode-se confirmar que a internação prolongada de crianças e adolescentes é uma ocorrência frequente nessas instituições. Assim, a relação de distância, e ao mesmo tempo de complementaridade, entre instituição e Estado contribui constantemente para a institucionalização de crianças e adolescentes. Considerações finais: O estudo conclui que é urgente e fundamental tornar o atendimento institucional às pessoas com deficiência uma prioridade para novas pesquisas e ações em saúde pública. A coleta de informações que auxiliem na identificação de necessidades específicas é fundamental para garantir a efetividade e o fortalecimento das redes de atenção psicossocial e garantir que essa população usufrua de seus direitos previstos no Código da Criança e do Adolescente.

Silva (2019)

Resultados e Discussão: Utilizando métodos qualitativos por meio de pesquisa exploratória e bibliográfica, o objetivo deste estudo é analisar as ações e consequências da política de inclusão de pessoas com deficiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Norte (UFRN). Os dados foram coletados a partir da legislação brasileira vigente voltada para a educação inclusiva e da seleção e análise de normas aprovadas pelos colegiados superiores da UFRN. Para a análise, com base no referencial de Bardin (1977), foram propostas quatro categorias, intituladas Dimensões da Acessibilidade e uma classificação dos documentos institucionais sobre o tema: Acessibilidade Atitudinal, Acessibilidade Arquitetônica, Acessibilidade Comunicacional e Acessibilidade Instrucional.

Os resultados indicaram compatibilidade entre o discurso normativo sobre educação inclusiva proposto pelas políticas de nível nacional e a implementação da UFRN, porém, foram identificadas lacunas no desenvolvimento de ações de inclusão e acesso, que foram identificadas como em desenvolvimento.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Santos
(2019)

Tratou-se de um estudo qualitativo com finalidade exploratório-descritiva. Na fase de coleta de dados, foram estudados arquivos institucionais e informações coletadas por meio do Serviço Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC), além de entrevistas com 10 alunos surdos por meio de técnicas de grupos focais. A análise dos dados foi realizada a partir de três categorias previamente definidas: política e engajamento institucional; formação de servidores; atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto da formação acadêmica. Nesta fase, procure criar um diálogo entre a documentação, as opiniões dos alunos e as respostas dadas pelo Gestor da Política de Acessibilidade e outros órgãos que colocaram questões através do e-SIC.

Os resultados mostraram que a Ufar tem avançado nas políticas supracitadas, no entanto, algumas lacunas foram identificadas, como a necessidade de diálogo e esclarecimento com os principais atores e setores na formulação e implementação das políticas; os servidores públicos ainda estão em um estágio inicial de envolvimento Formação em Libras; São necessários mais recursos para cuidar de surdos, universitários, etc. Diante disso, recomendou-se medidas para complementar (re)programar ações já realizadas e/ou desenvolver ações adicionais.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Barreto e Silva (2019) | <p>O objetivo da realização deste estudo foi analisar o processo de inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho por meio de um estudo bibliográfico, analisando os sistemas históricos de emprego do país e documentos como: leis, decretos, regulamentos e normas, como as implementadas no sistema social sobre o papel dessa parcela da sociedade em Oportunidades de trabalho no setor público e programas e projetos permanentes, com destaque para a Secretaria do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo do Amapá (SETE-AP), além de entrevistas semiestruturadas de estudo de campo. Os sujeitos do estudo foram 16 pessoas, sendo dez homens e seis mulheres, entre estudantes e profissionais que atuam na SETE.</p> <p>Analisou-se sob a ótica da qualificação e do ambiente de trabalho com deficiência, é compreensível que a própria legislação apresente alguns problemas para os defensores dos direitos, um deles é a continuidade da prestação de benefícios na assistência social, que se convencionou ser um dos motivos para a falta de exigência de qualificação profissional nas pcds, pois os benefícios são pagos no mesmo valor que a empresa paga, equivalente a um salário mínimo. Para superar as barreiras atitudinais, a ação deve começar com a mudança dentro das instituições, incluindo métodos de conscientização, oficinas informativas sobre história, dificuldades e vantagens de construir atitudes respeitadas para pessoas com deficiência.</p> |
| Luz e Silva (2020) | <p>A pesquisa de campo foi realizada por meio de métodos qualitativos, apoiada em pesquisa bibliográfica e bibliográfica. Entrevistas pessoais semi-estruturadas, roteirizadas e observadas foram utilizadas como técnicas de coleta de dados. O método utilizado para processar os dados recolhidos é a análise de conteúdo.</p> <p>Resumiu a importância e a urgência de desenvolver políticas públicas para a perpetuação das DCP nas universidades.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar o conhecimento dos atores envolvidos na causa, resultando em informações importantes sobre a participação da pessoa com deficiência na gestão pública.

Por meio deles, notou-se que a participação dos atores envolvidos na política pública de Lavras é alta, mas a participação das próprias pessoas com deficiência não é alta. Como soluções para alguns dos problemas encontrados, recomenda-se incentivar a participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas e outras atividades inclusivas. Também foi identificada a necessidade de fortalecer as parcerias e apoiar as relações entre os atores, acompanhar e monitorar as ações e capacitar os atores envolvidos no tema por meio de cursos e capacitações. Nesse sentido, as contribuições trazidas por este trabalho podem servir de base para pesquisas futuras, além de mostrar aos gestores seus pontos fortes e fracos para que possam repensar, melhorar e corrigir.

Devido ao isolamento social causado pela pandemia, optou-se por realizar este estudo como um estudo bibliográfico e documental. Além disso, discute-se a inclusão com base no viés trabalhista, uma vez que o direito do trabalho é considerado detentor do princípio da dignidade da pessoa humana, além de ser um dos primeiros instrumentos jurídicos a contemplar o princípio da igualdade substantiva.

Rios (2020)

Conclui-se que, apesar de vários esforços para alcançar propósitos inclusivos, as estratégias empregadas pelos empresários para desvirtuar o cumprimento legal e retardar a entrada de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ocorrem repetidamente. Esses fatos mostram até onde temos que ir ideologicamente para aceitar e respeitar com sucesso a diferença. Eles demonstram que não apenas a lei de cotas de Juazeiro-BA foi ineficaz, mas que superar a dor ética e política do apartheid exigiu um esforço para mudar as relações sociais para além dos decretos legais.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

| | | |
|------------------------|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nunes (2020) | Neto | <p>Para fins deste estudo, foram analisados todos os litígios do Supremo Tribunal Federal envolvendo o sistema de proteção à deficiência desde 1988. Assim, observa-se o papel do Supremo Tribunal Federal como agente envolvido em litígios de alto impacto. As categorias doutrinárias de ativismo e autocontenção foram utilizadas para compreender o sistema decisório do tribunal e o impacto do litígio estratégico no padrão geral de tomada de decisões durante o período analisado. Os critérios propostos por Marshall Keenan Kmiec e Ernest Young, cuja análise está vinculada à realidade americana, e os propostos por Santiago Lima, voltados para outras realidades como a América Latina e baseados em eixos institucionais, ideológicos e metodológicos, são utilizados para avaliar o grau de ativismo do STF. Para determinar a existência e os mecanismos de funcionamento de quaisquer instituições informais encontradas neste cenário de litígio, usamos conceitos e definições de referências neo-institucionalistas - North, Helmke e Levitsky, Brinks, Voigt e Nóbrega.</p> <p>Para investigar as nuances envolvidas na atuação do Supremo Tribunal Federal, analisamos quantitativa e qualitativamente as sentenças coletadas pelo Tribunal para o intervalo amostral, estudando votos para cada componente do julgamento, além da análise de desempenho de atores em disputas de interesse público, como Defensoria Pública, Ministério Público e entidades representativas do Estado.</p> |
| Goés e Silva (2020) | Goés e Silva | <p>Concentrando-se no discurso de docentes, pesquisa documental e bibliográfica em dispositivos legais e obras consideradas esclarecedoras para o assunto e entrevistas semiestruturadas.</p> <p>Observou-se a falta de políticas institucionais de formação e a precariedade do trabalho docente, sugerindo a existência de políticas nas instituições que dificultam seriamente a participação e o compromisso com a inclusão. Concluiu-se que o debate sobre a inclusão da pessoa com deficiência precisa estar enraizado nas estruturas internas das universidades e nas políticas públicas do estado do Paraná, onde ainda existe uma onda conservadora que sufoca o movimento anti-hegemonia, onde a inclusão está lutando.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico
– Continuação.

Focalizou-se numa Política de Ação Positiva (PAP) que visa promover o emprego das pessoas com deficiência – o Sistema de Quotas, em vigor na Administração Pública portuguesa desde 2001 – analisa como esta lei tem sido recebida e apropriada em Portugal.

Neca (2020)

Com base numa abordagem de representação social que privilegia a articulação entre níveis de análise, foram realizados três estudos e identificados alguns processos que ajudam a explicar os problemas da sua implementação. O Estudo 1, através de questionário (n = 155), mostrou que a aceitação desta lei por pessoas com deficiência física (nível individual) é ambivalente - apelando para a diferença entre o apoio geral ao PAP e a desqualificação do sistema de quotas, em particular - a importância de ser e ver os grupos como tendo a capacidade de promover o cumprimento dessas leis e políticas. O Estudo 2 analisou, por meio de entrevistas (n=23), como o sistema de cotas foi recebido pelos responsáveis por sua implantação (nível contextual/institucional). Identificam-se basicamente dois tipos de aceitação: o apoio ambivalente, relacionado com a manutenção e melhoria das leis existentes, e o apoio ambivalente, relacionado com a sua tolerância e substituição. O estudo 3 (nível social) incluiu uma análise da mídia - generalistas (n=22) e associações (n=21) - ao longo do tempo (1999-2016), mostrando apoio contraditório na fase inicial (associações de mídia) e favorabilidade (médio generalista), ao longo do tempo, o sistema de cotas é representado como não implementado. As implicações desses resultados para a implementação de tais políticas públicas são discutidas.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Cruz (2021)

O procedimento foi desenvolvido aplicando métodos qualitativos, de forma a instrumentalizar a coleta de informações e levantamento de dados, tratamos de histórias de vida, bem como biografias, memoriais documentais e acompanhamento contínuo dos procedimentos dos sujeitos com o objetivo de validar os depoimentos destes sujeitos, Quando se aglomeram documentos, registos e depoimentos no ensino superior, resta investigar os desdobramentos intervenientes no sentido da proposição de um processo de mudança visando a reconstrução institucional, objecto desta investigação científica académica. No desenvolvimento do programa final de análise, tratamento e discussão dos dados da pesquisa, realizamos uma pesquisa pelo método de análise de conteúdo, analisando as categorias que emergiram das falas dos sujeitos, com o objetivo de identificar indícios, sinais da experiência de ser resgatado e pistas. lembrar. Temos como local de pesquisa uma instituição de ensino superior localizada no interior do estado de São Paulo, como objeto de pesquisa científica académica, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, lotados nos cursos de graduação dos referidos mencionadas universidades.

Os resultados mostraram que, por meio de políticas públicas direcionadas, emergiu uma multiplicação de ações voltadas para pessoas com deficiência, deficiência global do desenvolvimento, manutenção de processos de atendimento e acompanhamento de pessoas altamente qualificadas/superdotadas e abertura de novos caminhos.

Resende e
Balbino (2021)

Tratou-se de um estudo bibliográfico e documental baseado na análise qualitativa dos dados e na aproximação ao materialismo histórico dialético proposto por Marx (1978). Com base no referencial teórico elaborado por Garcia (2016), Libâneo (2012), Saviani (2015), Costa (2018) e Freire (1987; 1996).

Considerando a necessidade de aprofundar o debate em torno dos ideários educacionais que encontrou-se presentes nas leis de inclusão do Brasil, a fim de proporcionar uma educação verdadeiramente pública, gratuita e de qualidade para pessoas com deficiência.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Batone
(2021)

Este artigo discutiu a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho moçambicano através de duas (2) dimensões da política pública de emprego, nomeadamente políticas passivas que fornecem apoio ao rendimento dos desempregados através do seguro-desemprego e outros subsídios sociais, e políticas ativas destinadas a criar empregos diretamente nos setores público e privado e ajudar pessoas desempregadas com deficiência a retornar ao trabalho com novas habilidades. Embora ambas as abordagens tenham seus pontos fortes, elas serão utilizadas na prática para verificar em que medida as pessoas com deficiência estão inseridas nas políticas públicas de emprego e para identificar alternativas e desafios para sua implementação. Serão utilizados métodos mistos, consulta bibliográfica e estatísticas do IV Censo 2017, além de entrevistas com pessoas com deficiência pertencentes à organização TV Surdo, organização dedicada à defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

No entanto, a persistência de práticas discriminatórias e estigmatizantes limita cada vez mais o seu acesso ao mercado de trabalho, pelo que são necessárias medidas que promovam ações afirmativas para este grupo prioritário. O estudo conclui que a política pública de emprego moçambicana é largamente reativa, no entanto, não houve aumento dos subsídios atribuídos de 2018 a 2021, apesar do comportamento inflacionário apontar para um aumento do custo de vida elevado. Portanto, recomenda-se a continuidade das medidas reativas, pois são mais inclusivas e exigem a participação dos empregadores socializadores em programas de revitalização de políticas ativas para esse grupo vulnerável.

Vieira (2021)

Independentemente da natureza da literatura, o método adotado neste estudo foi a pesquisa bibliográfica qualitativa.

Compreendeu-se como essa nova configuração do capitalismo mundial afeta o processo de inclusão social das pessoas com deficiência e suas relações de trabalho social, bem como o desenvolvimento das políticas assistenciais brasileiras, em especial o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que visa proporcionar essas pessoas com limite mínimo social, na estreita relação entre o BPC e o mercado de trabalho.

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Almeida e Bicalho (2021) | <p>Este trabalho apresentou um estudo de literatura realizado a partir da análise dos sites de quatro instituições de ensino superior localizadas no município de Governador Valadares-MG.</p> <p>A análise revelou que não havia referências a pessoas com deficiência na página inicial do site. Em duas instituições, as iniciativas relacionadas à inclusão podem ser acessadas por meio de links na página inicial, em outras duas instituições essas informações não podem ser acessadas por meio de links diferentes na página inicial, por exemplo, com links para pós-graduação, ensino, serviço, alunos, aluno. Portanto, de acordo com os sites analisados, a inclusão da deficiência não é um elemento importante na imagem que as instituições de ensino superior procuram transmitir. Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, os conceitos de exclusão e inclusão permitem discutir os limites e as possibilidades futuras da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.</p> |
| Neves (2021) | <p>A pesquisa teve metodologia qualitativa, sendo realizada por meio da análise de documentos e entrevistas aplicados entre 2018 e 2019.</p> <p>Os resultados apontaram para a relação intrínseca entre a trajetória participativa desses sujeitos em movimentos sociais ou mesmo em partidos políticos e sindicatos e sua atuação nesses arranjos. Como conclusão, se destaca a consolidação do ativismo no terreno da sociedade civil, onde esses sujeitos se fortalecem e constroem sua mobilização e ação coletiva na luta por direitos.</p> |
| Fonseca e Dias (2021) | <p>Este foi o relatório de uma consulta governamental realizada pelo Ipea. Eles demonstram como os indicadores de monitoramento podem ser desenvolvidos em torno da implementação da Convenção Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência.</p> <p>O trabalho destacou os modelos de indicadores, como são construídos e por que são considerados para incentivar políticas que visem prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e promover sua plena inclusão na sociedade.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Calueio (2021)</p> | <p>Com base em uma abordagem qualitativa dentro da metodologia de estudo de caso, o estudo emprega uma abordagem descritiva e exploratória em que são aplicadas técnicas de entrevista semiestruturada e observação, os dados são coletados por meio de narrativas orais dos interlocutores e análise de conteúdo.</p> <p>A relevância da literatura neste estudo envolveu categorias de análise de documentos de domínio público, tais como: legislação e normas institucionais, e coleta de dados sobre a atribuição funcional de trabalhadores com deficiência por meio de recursos humanos, o que nos permitirá mapear o perfil de trabalhadores com deficiência, em O processo de inserção de profissionais com deficiência no mercado de trabalho enfatiza os direitos trabalhistas, com base em evidências de ações institucionais para garantir sua fruição.</p> |
| <p>Mendes (2022)</p> | <p>Este foi um estudo de revisão de escopo dirigido pelo Instituto Jonna Briggis. Entre 2011 e 2021, foram encontrados 10 artigos com base nos descritores “public policy”; “disability”; “sports”; “lazer” em inglês e português. Esses artigos tratam de dois temas, a regulamentação e implementação da política de esporte e lazer para deficientes físicos.</p> <p>Embora a pesquisa sugira progressos na legislação que subsidia essas políticas, houve lacunas na pesquisa sobre como essas políticas são concretizadas para atender aos direitos das pessoas com deficiência.</p> |
| <p>Lourau e Vasconcellos (2022)</p> | <p>A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a análise documental. Trata-se também de uma análise interseccional das normas e políticas públicas relativas à mobilidade em Salvador.</p> <p>A pesquisa aponta para um capacitismo estrutural interseccional ou seja, uma soma de fatores negativos sofridos pelas PcD negras da periferia tais como o capacitismo, o racismo institucional e a desigualdade territorial.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silva (2022) | <p>Teve como base teórico-metodológica a racionalidade dialético-crítica de Marx, a obra foi escolhida para propor uma análise histórico-processual do objeto a fim de alcançar uma visão geral da realidade.</p> <p>O estudo baseou-se em um estudo bibliográfico em que a autora examina e questiona sobre a trajetória histórica da deficiência no Brasil; a história da educação inclusiva; as desigualdades sociais e o impacto das epidemias na força de trabalho em relação às deficiências e sua relação com o mundo história. Também destacou a necessidade de pesquisa bibliográfica em leis, decretos e regulamentos, no que diz respeito a pessoas com deficiência, educação e assistência social. Assim, além da construção do percurso sócio-histórico da deficiência no Brasil e no mundo e da luta pelo direito à educação, foram obtidos dados sobre o desenvolvimento do projeto BPC nas escolas de Natal/RN.</p> |
| Brandão (2022) | <p>A metodologia utilizada foi um estudo de caso, socioeconômico e de prestação de serviços em duas regiões de saúde semelhantes, incluindo análise de documentos e entrevistas com atores-chave.</p> <p>Nessas áreas foram identificadas três coalizões, sendo que uma delas divergia do direcionamento das políticas públicas que constituíam a RCPD-SB. Apesar das semelhanças socioeconômicas e de prestação de serviços nessas regiões, a implementação, cognitiva ou não cognitiva, resultou em caminhos diferentes.</p> |
| Machado (2022) | <p>A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a análise documental.</p> <p>O estudo lançou luz sobre a importância intrínseca dos direitos de aquisição por deficiência no ensino superior e as contribuições institucionais para sua legitimação. Os resultados obtidos indicaram a necessidade de revisão de dois documentos orientadores para os dois processos seletivos. Na prática pública, eles nem sempre têm acesso a todos os candidatos e, às vezes, surgem distorções quando há temores de que o modelo social seja falho.</p> |

Quadro 4: Amostras analisadas com resultados negativos para o uso da AI como método – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Oliveira
(2022)

Para tanto, optou-se por um modelo de pesquisa misto: pesquisa qualitativa baseada no paradigma da síntese explicativa, realizada com entrevistas públicas por Rodrigues (2008), e baseada no paradigma positivista, defendido por Gill (2021), em Vieses quantitativos nas descrições e aplicações da pesquisa de questionários que considerem teoricamente as principais categorias analisadas (por exemplo, equidade, igualdade e justiça social) com base nas ideias dos autores citados, segundo os autores que nos deram suporte teórico, opinião ampliada da pesquisa.

Com base nas informações dos questionários e entrevistas realizadas, a análise da política visa identificar as modalidades de concessão de benefícios aos seus usuários, bem como as barreiras que impedem a obtenção de benefícios fiscais por pessoas com deficiência. Nesse sentido, a premissa originalmente apresentada, bem como as hipóteses propostas, são confirmadas por avaliações positivas da maioria dos entrevistados que reconhecem os benefícios e o impacto social das políticas estudadas, porém, apontando que a deficiência é dificultada ou mesmo o acesso humano aos principais aspectos das políticas analisadas.

Piccolo
(2022)

Este é um artigo teórico derivado de uma ampla revisão da literatura que se vale dos processos de autores clássicos para analisar a representação política democrática contemporânea, contextualizada com base nos direitos das pessoas com deficiência e no ordenamento jurídico nacional, formulado no Brasil e no mundo.

O texto iniciou suas anotações delineando a importância histórica de se operar a transformação radical do conceito de deficiência descrito no prisma da produção social, discurso que permite pensar a representação da deficiência a partir da perspectiva de protagonistas políticos. Concluiu enfatizando que os avanços mais notáveis nas políticas públicas para a deficiência ocorreram justamente quando se somaram pressões de movimentos sociais, comissões deliberativas e parlamentares com deficiência, o que reforça o fato fundamental de que as pessoas com deficiência ocupam esses espaços e arenas, para intervir no desenvolvimento de agendas públicas que vejam a transformação das estruturas sociais como um componente necessário para a criação de um mundo acessível e equitativo.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo descritivo explicativo, no qual utilizou-se do método de abordagem quali-quantitativo de pesquisa.

Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Resultados – A partir dos resultados, verificou-se que os fatores (itens) do inventário identificados como a maior motivação para os resultados adversos dos projetos das APAEs estavam relacionados a “planejar requisitos específicos para projetos de educação, treinamento e melhoria” e representaram 51,09% dos quais não foram abordadas ou não atenderam satisfatoriamente aos requisitos gerais. Limitações – As principais limitações do estudo prendem-se com a sua abrangência, uma vez que foram avaliadas apenas as opiniões negativas das Associações de Pais e Amigos com Deficiência (APAEs) publicadas entre 2018 e 2019, e as opiniões publicadas no projeto foram de outras instituições, no mesmo ano.

Ferreira
(2022)

Contribuições Práticas - Os resultados encontrados permitiram não só identificar os principais fatores que levam ao mérito desfavorável da maioria dos projetos encaminhados ao Ministério da Saúde na área de educação, formação e qualificação, mas também identificar as principais dificuldades da APAE, não -organizações lucrativas, instituições sociais, compreensão de projetos Requisitos regulatórios e resultados esperados. Contribuição Social - Esta pesquisa é importante para atingir o objetivo do programa, que incentiva ações de promoção da saúde e reabilitação/reabilitação de pessoas com deficiência, por meio do desenvolvimento de programas de educação permanente, capacitação de profissionais de saúde de recursos e capacitação, com base em planejamento e formulação. Originalidade - As revisões na plataforma de pesquisa não encontraram estudos temáticos para esta população de estudo, ou estudos/PCDs que visassem identificar os principais fatores que contribuem para o alto índice de insucesso de projetos na área de educação, treinamento e aperfeiçoamento do PRONAS.

Usando métodos de análise sócio-política dialética e teórica, usando uma abordagem de pesquisa dialética, tendo como quadro teórico a Agenda 2030: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 e seus objetivos.

Luiz Batista
(2022)

Concluiu-se que o teletrabalho revelou-se um importante instrumento de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois pressupõe uma integração efetiva e proporciona um ambiente eficaz e seguro, promovendo assim o desenvolvimento da disciplina.

Quadro 6: Amostras analisadas que utilizam a AI como metodologia, mas não contemplam o segmento das pessoas com deficiência – Base de dados Google Acadêmico.

Combinação de palavras-chaves: “Políticas públicas para pessoas com deficiência e a Análise Institucional”

Autor/a/es:

Método utilizado e resultados:

Silva (2006)

Adotou-se o modelo de pesquisa de Esman (1966), com seu conjunto de variáveis institucionais doutrina, liderança, estrutura interna, projetos, recursos, vínculos e transações, permitindo traçar o perfil institucional do QCO, no sentido de que o objetivo geral deste trabalho foi identificado, a saber, nos Fatores Facilitadores e Inibidores da Institucionalização da QCO no Ambiente Organizacional do Exército. Assim, o Exército é visto como um ambiente social institucionalizado, e o Quadro Complementar é visto como a organização formada dentro desse ambiente para atender às suas necessidades. O tipo de estudo desenvolvido é um estudo de caso, a coleta de dados é realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica, e analisados utilizando conceitos de inteligência artificial.

Através dos resultados, este trabalho mostrou que, como organização gerada por políticas de pessoal, a QCO se estabelece em seu ambiente institucional por meios técnicos, legitimados basicamente por fatores objetivos externos, que são transformados pela eficiência. Esta capacidade técnica para responder às necessidades organizativas confere-lhe também um estatuto meramente instrumental, que se confunde um pouco com os instrumentos organizativos e de serviço da administração militar. Os pesquisadores também recomendam mais pesquisas nessa área, pois tem havido pouco interesse nela.

Quadro 5: Amostras analisadas que utilizam a AI como metodologia, mas não contemplam o segmento das pessoas com deficiência – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Essa reconstrução da discussão em torno da análise institucional no campo profissional vem da bibliografia do serviço social, da recuperação das instituições, e não é mais um lugar onde foi rejeitada a priori, muito menos de suas preocupações acríicas. O percurso da pesquisa envolveu a seleção de três livros de uma bibliografia de serviço social que considerava as instituições como espaços de vivência dos assistentes sociais. Deve-se notar que esses livros não discutem diretamente a análise institucional, mas a apresentam incidentalmente. O que se pretende, portanto, apresentar é uma aproximação dos elementos que podem constituir uma análise institucional.

Oliveira
(2010)

A análise institucional também revelou os entendimentos e define a prática, pois ao mesmo tempo em que exige um deslocamento profissionalmente analítico dos espaços já estabelecidos, também demonstra sua leitura dos espaços socioprofissionais, possibilitando a ressignificação da prática profissional. A análise pode ler a mesma posição do todo. Faleiros (1991) disse que as correlações de forças definem os problemas, e por elas se pode elaborar as soluções, acaba por defender a necessidade da construção de categorias que permitam a apreensão da realidade, compreensão está também defendida por Weisshaupt (1998). É a partir da análise que se pode estabelecer as estratégias, como apregoadas pelo Código de Ética de 1993, privilegiando os interesses da população usuária através do exercício profissional. Perceber a instituição, apenas enquanto engrenagem de reprodução do Estado, vinculada necessariamente aos interesses de uma classe pode resultar em uma análise empobrecida, compreendê-la enquanto constituída pela existência de relações entre seus atores pode enriquecer o entendimento profissional, pois a instituição não é um fim em si mesma, autônoma e independente. Sem os sujeitos que nela habitam, ela deixaria de existir.

Isso vai além da visão estrutural da organização. Também é importante perceber múltiplos habitantes institucionais identificáveis desses espaços, além da polarização existente entre profissionais e usuários, para incluir diversas possibilidades entre esses eixos.

Quadro 5: Amostras analisadas que utilizam a AI como metodologia, mas não contemplam o segmento das pessoas com deficiência – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

O objetivo deste estudo foi estudar a dinâmica histórica do processo de institucionalização das políticas públicas de assistência social a partir do referencial teórico da análise institucional (AI). Literatura bibliográfica (incluindo legislação pertinente à política pública de assistência social) e bibliografias acadêmicas são revisadas por meio de dissertações, dissertações, livros e artigos científicos que tratam do tema da pesquisa.

O processo de institucionalização da assistência social foi sabidamente complexo, moldado pela institucionalização e momentos institucionalizados, o que pode ser detectado pelo discurso oficial que ocorre nos textos que regulamentam a instituição. A assistência social foi criada como resposta aos problemas e como forma de resolver os problemas, voltada para as necessidades sociais, com base na sociabilidade do capitalismo, quadro que lhe impõe muitos impasses. Essencialmente relacionada com a tensão existente entre capital e trabalho, pode ser entendida como dirigida a classes sociais empobrecidas e subalternizadas, sem condições mínimas de vida. A política social e pública de Assistência Social é uma área que emprega cada vez mais profissionais psicólogos; assim, buscamos contribuir com a formulação de coordenadas e de informações que podem ser orientadoras para esses profissionais que já atuam e também para os que eventualmente venham a ingressar na Assistência Social. Buscou-se produzir uma problematização institucional da Assistência Social visando subsidiar um trabalho mais crítico, avisado e implicado nos estabelecimentos institucionais que concretizam essa política

Com base nas ideias de análise institucional de René Lourau, estudaram-se as dinâmicas institucionais existentes em cada situação problemática e o jogo de forças opostas que expressam contradições na prática cotidiana. Além disso, os conceitos de Deleuze e Guattari são utilizados para pensar os modelos atuais e as linhas inventivas emergentes entre os profissionais.

Sousa e
Romagnoli (2021)

No processo, vem à tona a separação do corpo técnico do núcleo, que permeia o trabalho de gestão do CREAS e a própria atuação, aqui considerada como analisadora. As conclusões apontaram para a importância das leituras institucionais na atuação das equipes da política de assistência social na ação coletiva, uma vez que a atuação do psicólogo nesse contexto ainda apresenta diversos desafios.

Quadro 7: Amostras analisadas que utilizam a AI como metodologia, e também contemplam o segmento das pessoas com deficiência – Base de dados Google Acadêmico

Combinação de palavras-chaves: “Políticas públicas para pessoas com deficiência e a Análise Institucional”

Autor/a/es:

Método utilizado

Galvão
(2011)

Este trabalho examinou os padrões atuais de produção discursiva nas chamadas deficiências. Utilizou-se a análise do discurso institucional proposta por Marlene Guirado como referencial teórico metodológico para as diversas fases do estudo, em particular para a análise das entrevistas realizadas. Estas trazem à tona as falas de quatro pessoas (re)identificadas com deficiência e seus familiares, todas matriculadas na rede municipal de ensino de uma cidade próxima à cidade de São Paulo. O período em que as entrevistas foram realizadas (2008-2010) coincidiu com o momento em que práticas relacionadas ao modelo tradicional de ensino oferecido a esses alunos (educação especial) foram substituídas por outras que pretendiam abordar outro modelo de ensino denominado educação inclusiva. Também foram analisadas as apresentações de seis educadores e seis profissionais de outras áreas, todos relacionados direta ou indiretamente com as quatro pessoas com deficiência e em contato direto ou indireto entre si em seu cotidiano de trabalho. Analisando uma a uma, as entrevistas foram primeiramente agrupadas por fonte, a saber: personagens e familiares; educadores e terapeutas. Foram analisadas as singularidades destacadas em cada entrevista e as regularidades delineadas pela repetição de termos e expressões nesses cruzamentos discursivos.

Dessa forma, as categorias obtidas não apenas constituem domínios discursivos específicos do conjunto de entrevistas, mas também indicam tipos de discurso e formas específicas pelas quais o discurso sobre deficiência é

expresso e disseminado. A análise assim realizada permite dar conta da deficiência, denominada deficiência, limitação, dificuldade; manifestada como imperfeição, doença, bloqueio, que também está ligada à capacidade/incapacidade do sujeito por meio da negação. A transitividade das palavras de pronúncia é complementada apenas por palavras vagas e gerais, como artigos e pronomes indefinidos. Em comparação com as narrativas de experiências e histórias de vida concretas nos discursos, especialmente os das pessoas com deficiência e suas famílias, as dimensões conceituais e abstratas das categorias de deficiência parecem ser subdimensionadas na apresentação, dando lugar a experiências humanas indescritíveis.

Quadro 6: Amostras analisadas que utilizam a AI como metodologia, e também contemplam o segmento das pessoas com deficiência – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Rodrigues et al. (2012)

O levantamento bibliográfico realizado revelou que poucas pesquisas têm sido feitas sobre as condições institucionais envolvidas na escolarização de crianças com diagnóstico de autismo. Com base em seis entrevistas com professores, a análise do discurso institucional (AID) foi utilizada como método para investigar as concepções de desenvolvimento de alunos diagnosticados com transtornos do desenvolvimento infantil (TDP) globalmente e as posições dos professores. Essas crianças. Oposição encontrada para caracterizar o conceito recorrente de 'estudante problema'.

A colocação de alunos abaixo do padrão representa um enorme desafio para a inclusão, pois os trabalhos dos professores, das escolas e o tratamento e desenvolvimento dos alunos não são predeterminados. Às vezes, os professores desenvolvem a visão individualizada de um aluno e, às vezes, comparam com o aluno médio. 'Alunos problemáticos' descrevem situações 'sem conhecimento' que a inclusão confronta os professores.

Franceschi (2012)

Tratou-se de um estudo qualitativo e prático, situado no campo da psicologia clínica, que envolveu uma análise institucional da experiência de intervenção dos anos de 2009 e 2010 de uma escola especial para alunos com autismo da rede pública de um município do estado de São Paulo. Esta intervenção foi realizada por um coletivo de três profissionais autônomos (dos quais eu fazia parte) com o objetivo de criar dispositivos de análise coletiva do funcionamento institucional e padrões dinâmicos para atitudes autogeridas.

À luz dessa experiência, este estudo buscou primeiro compreender algumas das implicações historicamente construídas do autismo e o impacto do diagnóstico nas relações escolares. Em segundo lugar, tenta compreender as realidades das escolas que lidam com os desafios colocados pelo autismo e pelas políticas públicas atuais a partir de uma perspectiva de educação inclusiva. Por fim, procura compreender o papel do saber e da força nas escolas especiais para pessoas com autismo, a partir das intervenções realizadas e dos diários de campo.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados SciELO

Combinação de palavras-chaves: “Análise institucional, políticas públicas e saúde coletiva”

Autor/a/es:

Método utilizado

Brito, *et al.*
(2022)

Com o objetivo de identificar e sintetizar definições e práticas de apoio institucional implementadas no contexto da atenção primária à saúde no Brasil, segundo a metodologia Paidéia, que promoveu a democratização das instituições e a adoção de novos arranjos e equipamentos de gestão e processos de trabalho, foi realizado um levantamento foi realizada entre 2005 e 2019 Revisão abrangente da literatura.

O corpus analítico incluiu 24 publicações explicando os aspectos operacionais de definição e início, fragilidades de integração entre ampliação do escopo de clínicas e gestão compartilhada, o que deve acontecer na dialética entre apoio institucional e apoio matricial, a necessidade de fortalecer apoiadores institucionais funcionais, Atuar como facilitador metodológico e reformular mecanismos tradicionais de gestão e estratégias de educação em saúde de longo prazo no sistema único de saúde.

Quadro 7: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados SciELO – Continuação

Este artigo propôs um conceito de resiliência institucional baseado na combinação de quatro literaturas: todo o espectro dos estudos de resiliência, mudança institucional, participação institucional e ação coletiva, e a interação entre Estados e movimentos sociais. Também identificou fatores que contribuem para a resiliência de algumas instituições participantes. O trabalho assenta num estudo de caso da Comissão Nacional para a Saúde e os Direitos da Mulher, e recorrendo a técnicas de investigação qualitativa, nomeadamente entrevistas semi-estruturadas, observação participante e análise documental, examina as mudanças nas estratégias em relação às políticas nacionais, internas e comissões externas, e apresenta temas futuros relevantes de engajamento institucional no país.

Almeida
(2005)

Os resultados confirmaram o potencial do conceito de resiliência institucional defendido neste trabalho, que, além de manter as instituições, leva em consideração os esforços e ações deliberadas dos atores para preservar suas funções e objetivos, bem como adaptar-se criativamente às ameaças imediatas aos seu histórico de existência. A Comissão Nacional de Saúde pode ser vista como um caso típico que reúne múltiplas possibilidades de resiliência em relação a outras instituições de PI em nível nacional. O engajamento dos atores sociais vai além do caráter institucional dos conselhos e atinge as políticas públicas para influenciar a capacitação nacional na formulação e implementação de modelos de políticas de saúde. O acompanhamento do processo de institucionalização da esfera pública com base nos princípios do universalismo do SUS mudou a forma como o governo brasileiro tem abordado historicamente a saúde, sem romper completamente a tradição de parcerias público-privadas. A ajuda constitucional mútua entre o movimento de saúde e os atores nacionais nas três esferas de governo constrói esse pilar, tornando-os menos dependentes de instituições governamentais e coalizões que beneficiam diretamente seus projetos. No entanto, o subsistema político sofreu mudanças drásticas ao longo desses 30 anos, e o espaço de controle dos gestores gradualmente se fortaleceu e perdeu sua clara conexão com o controle social.

Quadro 7: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados SciELO – Continuação

Cardoso
(2017)

Foram analisadas as bases conceituais e organizacionais da política e realizadas cinco oficinas em escolas de diferentes regiões do país. Os pressupostos metodológicos foram norteados por uma abordagem reflexiva, pautada no diálogo entre a equipe de pesquisa e os participantes da escola, a partir da identificação e significado das experiências de educação de longa duração em saúde (EPS) nessas instituições.

O estudo constatou que os princípios e valores da EPS são aplicados nestas escolas e como prática pedagógica não só em instâncias educativas óbvias como o processo formativo mas também em ações de gestão e desenvolvimento institucional, bem como na sua atividade política. Destaca-se o importante papel dessas escolas como co-líderes da política de educação permanente em saúde no país e sua capacidade de mobilizar diferentes agentes sociais.

Leite (2012)

Este artigo explorou o tema dos processos de financiamento e descentralização com o objetivo de examinar a composição, direção e gestão de recursos no setor saúde. A amostra da pesquisa incluiu 14 municípios do Rio Grande do Norte. O estudo envolveu a coleta de dados sobre transferências, recursos próprios municipais e gastos com atenção básica. Na análise da gestão, foram pesquisados líderes e consultores locais.

Observou-se que o financiamento do sistema único de saúde ocorre às custas de transferências federais e receitas municipais, com pequena parcela de recursos estaduais. A direção dos gastos tem precedência sobre os cuidados primários. No processo de gestão, a atuação da prefeitura é centralizada. As secretarias e conselhos municipais cumprem parcialmente a legislação e têm dificuldades de autogoverno e controle social. Os resultados mostram que as ferramentas de planejamento e gestão são limitadas devido a contextos institucionais, políticos e culturais conflitantes no nível regional.

Quadro 7: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados SciELO – Continuação

Costa (2010) Tratou-se de um estudo descritivo, com análise quantitativa e qualitativa, com obtenção de dados primários a partir de entrevistas com profissionais de instâncias de serviço (38), comitês locais do PAIR (11) e informantes-chave da comunidade (78). A avaliação da capacidade de representação política e institucional do PAIR mostrou-se adequada, destacando-se o apoio estadual, federal e municipal. O processo formativo foi considerado estratégico para o desempenho profissional individual e engajamento com a rede (atitude, engajamento).

As conclusões dos três segmentos da comunidade apontaram para a necessidade de um continuum de ação empenhada que integre redes sociais (comissões de direitos e tutela), programas de intervenção e conservação, cooperação com os meios de comunicação (formação e informação qualificada), gestores e técnicos como resposta às Estratégias da Feira para Violência Sexual na Região de Santana.

Santos Filho et al. (2009) O objetivo deste artigo foi analisar as formas como são implementadas as funções de apoio institucional da Política Nacional de Humanização (PNH), a partir de diferentes dispositivos, diretrizes e princípios. O texto está dividido em três partes: a primeira, que reflete sobre os conceitos humanísticos e humanitários que fundamentam a análise, a segunda, que busca ampliar o debate sobre a indissociabilidade entre enfermagem e gestão e as formas de apoio institucional; e a terceira Aborda a indivisibilidade entre produção de serviços e produção de sujeitos, e encaminha discussões sobre esses três componentes desenvolvidos em outros programas de análise.

Os resultados destacaram o foco na inclusão de diferentes temáticas e na análise e gestão coletiva do fluxo de trabalho como estratégia para criar instabilidade produtiva e prática humanizada nos serviços de saúde.

Quadro 9: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico

Combinação de palavras-chaves: “Análise institucional, políticas públicas e saúde coletiva”

Autor/a/es:

Método utilizado

Filho (2000)

Este artigo foi uma contribuição ao debate sobre a relação entre interdisciplinaridade e intersetorialidade na saúde pública. Inicialmente, os autores discutem alguns aspectos históricos e epistemológicos da ciência contemporânea, sugerindo que sua organização disciplinar precisa ser atualizada por novos modelos de prática científica baseados na superação das formas de especialização-fragmentação do conhecimento.

Os autores propõem um modelo inicial de compreensão da saúde coletiva como domínios de conhecimento e escopo de prática, vinculando essa discussão conceitual a propostas alternativas de intersetorialidade aplicadas às implicações das realidades de saúde em transformação.

Nunes (2000)

Não pretendeu-se cobrir toda a literatura que trata dos aspectos históricos da saúde pública, mas sim enfatizar aqueles trabalhos que fornecem um panorama da saúde pública, destacando períodos históricos, em vez de estudos detalhados de doenças ou instituições.

Percebe-se pelos resultados que a pesquisa histórica é cada vez mais valorizada, com trabalhos que combinam o rigor da pesquisa histórica com uma perspectiva analítica, visando uma compreensão mais ampla do contexto sociopolítico em que as práticas de saúde emergem.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Teixeira
(2000)

A abordagem matusiana foi utilizada para planejamento e gestão intersetorial. Em linhas gerais, revisa a trajetória do enfoque contextual estratégico do planejamento e apresenta argumentos a favor da incorporação de elementos desse enfoque na programação da ação intersetorial para enfrentar os problemas de saúde e seus determinantes.

Sistematizou algumas das etapas consideradas necessárias para que o processo de planejamento municipal adote essa perspectiva, exemplificadas pela experiência adquirida em El Salvador através do desenvolvimento de planos de ação intersetoriais e modulares para promover a paz urbana e a qualidade de vida, por meio da Prefeitura de El Salvador e Convênio do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

Ceccim
(2000)

O artigo transpõe uma exposição verbal realizada na XIX Conferência da Associação Latino-Americana e do Caribe de Educação em Saúde Pública, realizada em Havana, Cuba, em julho do ano de 2000.

A exposição apresentou uma proposta sobre o sistema de monitoramento e avaliação da qualidade educacional realizado pelas instituições formadoras de saúde pública e sua importância em países em processo de reforma sanitária. Trata-se de aceitar a necessidade de expandir a educação em saúde pública para a pós-graduação lato sensu, mas reconhecendo os riscos da falta de monitoramento de qualidade e a necessidade de construir um sistema de confiança na sociedade como política pública de crescimento, para a implementação de um sistema unificado sistema de saúde Melhoria da qualidade e compromisso social na formação em saúde pública e saúde brasileira.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sampaio (2000) | <p>Utilizou-se uma revisão bibliográfica sobre a busca por estratégias em saúde coletiva.</p> <p>As informações obtidas permitiram desenvolver um programa baseado nas necessidades observadas e nas mencionadas no depoimento, porém, diante da dificuldade de fazer alterações na estrutura do hospital e propor um anexo para a maternidade, as propostas ficaram limitadas a um pequeno layout mudanças.</p> |
| Pinheiro e Camargo (2000) | <p>O autor analisou brevemente a importância dos programas de esclarecimento na determinação histórica, social e cultural da medicina ocidental como racionalidade hegemônica no planejamento e organização desses modelos. Em seguida, discutem o papel da tecnocracia estatal nessa produção e reprodução racionais.</p> <p>Os autores enfatizaram que esses modelos são insuficientes para abordar a saúde da população.</p> |
| Dienstein (2001) | <p>Buscou-se discutir de forma mais específica o lugar da psicologia e da prática na saúde pública e seu desenvolvimento em termos do compromisso social exigido atualmente pela categoria. Para tanto, servirão de eixo de análise os resultados de duas pesquisas realizadas com psicólogos atuantes nas redes básicas de saúde dos municípios de Natal/RN e Teresina/PI.</p> <p>Como pode ser observado neste resultado, 86% dos psicólogos são mulheres, número que condiz com o perfil ocupacional do país. Mapeamentos como Mello (1975), Rosemberg (1983;1984), não Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e CRP-06 (1984), CFP (1988) e Castro e Yamamoto (1998) observaram que a psicologia no Brasil é característica de ocupações femininas.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Souza (2001)

Os autores realizaram uma análise bibliográfica da construção e aplicação do Código de Operações Básicas (NOB) vigente de 1991 a 1996. Os autores valorizam essas três áreas de instrumentos orientadores do governo e sua 'concordância', mas também discutem suas limitações, principalmente relacionadas à complexidade e variabilidade na implementação do SUS por estados e municípios.

Com base na crítica da NOB-96, os autores recomendam enfatizar a lógica de garantir o acesso da população às ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção.

Melo (2001)

O estudo teve como objetivo identificar e analisar as inovações na gestão da saúde a partir de uma perspectiva microlocal, considerando um conceito ampliado de inovação definido pelos próprios participantes/gestores. As inovações estudadas são analisadas como fenômenos irregulares e irregulares e consideradas como alternativas à gestão formal. É apoiado por métodos qualitativos, estudos de caso e técnicas de análise de conteúdo adaptativo.

Resultados destacados: capacidade dos atores/gestores locais de identificar inovações de gestão, analisá-las e utilizá-las como espaços diferenciadores de ação, comunicação e relacionamento; onde os fatores de liderança estão fora da unidade/organização de saúde, mas são fortemente apoiados pelos envolvidos na criação e implementação das inovações gerenciais no contexto da situação; o papel relativo dos representantes dos chamados setores mais pobres da sociedade, que demonstram maior participação e até capacidade de reconhecer, compreender e utilizar as inovações; as características únicas das inovações estudadas, compreensão Para estratégias cotidianas e redes laterais de informação, a relação entre inovação e a presença de fontes e padrões inusitados em contextos locais, principalmente por seu caráter procedimental, ao mesmo tempo em que constituem movimentos que rejeitam a inércia.

Foi construído um referencial teórico para resgatar o significado da educação em saúde no contexto extensionista. Dentre os índices de extensão existentes, alguns índices de extensão são determinados para aplicação municipal e local, e sua viabilidade e aplicabilidade são discutidas.

Pedrosa
(2001)

As discussões levaram ao reagrupamento dos indicadores em três grupos: a) indicadores de condições objetivas de vida ou estrutura, b) indicadores de condições estruturadas ou probabilidade de mudança ec) indicadores de estado subjetivo de saúde ou aspirações e vontades coletivas. Concluiu-se que o desenvolvimento de ações de educação em saúde representa uma estratégia de promoção da saúde. As técnicas de ação participativa orientam a construção de indicadores que apontem setores da sociedade que demandam ações de educação em saúde. Eles também devem dirigir e implementar intervenções para analisar seu impacto.

Guimarães e
Medeiros (2001)

Este estudo teve como objetivo relatar a experiência docente da disciplina de enfermagem psiquiátrica na Faculdade de Enfermagem da Universidade Regional do Norte do Rio Grande (FAEN-URRN), de meados da década de 1980 a meados da década de 1990, a partir da desinstitucionalização e cidadania do doente mental, para a discussão saúde e sociedade, adota o método de discussão teórica, compilação de textos e performance ao vivo de confrontação teoria/prática.

A partir dos resultados obtidos constatou-se que a fundamentação teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético como ideologia norteadora para a captação do processo de ensino, além de, posteriormente, favorecer um exame crítico da enfermagem, leva a uma melhor compreensão da FAEN-URRN como um todo. currículo e o papel do enfermeiro na atuação em saúde mental.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Gerschman
(2001)

A primeira parte do artigo questionou como funciona o processo decisório nas secretarias municipais de saúde dos municípios estudados por meio de entrevistas com gestores municipais dos sistemas de saúde. A segunda parte utiliza os resultados relativos ao funcionamento dos serviços municipais de saúde, por meio da percepção dos profissionais de saúde em suas atividades diretas de assistência aos usuários.

Os resultados relativos aos profissionais de saúde refletem a falta de clareza ou aspectos conflitantes de como a política de saúde permeia as instâncias governamentais. Os resultados relativos aos profissionais de saúde refletem a falta de clareza ou aspectos conflitantes de como a política de saúde permeia as instâncias governamentais.

Paim (2001)

Tratou-se de uma reflexão sobre o modelo assistencial brasileiro, a partir dos anos 70, com a crítica à organização do serviço de saúde e, principalmente, com o desenvolvimento do projeto de reforma sanitária brasileira que possibilitou a definição de um conceito ampliado de saúde, consagrado na constituição de 1988.

As autoras concluíram que a reformulação do pensamento sobre os modelos de atenção numa perspectiva que conjugue a proteção e a promoção da saúde não deve fugir aos constrangimentos do conceito de saúde e doença (Almeida Filho, 2000), o que "implica uma mudança global na forma como a ciência o conhecimento é envolvido e utilizado na formulação e organização da prática de saúde" (Czeresnia, 1999: 701). Notou-se que, enquanto a prevenção é geralmente entendida pela saúde pública como intervenções destinadas a prevenir a ocorrência de um problema específico, a promoção da saúde é definida de forma mais ampla, pois não visa uma doença ou lesão específica, mas é usada para melhorar a saúde e bem-estar. Esta distinção é necessária para repensar e reorientar a prática da saúde pública para superar "áreas de inconsistência ou ambiguidade na implementação de programas promocionais que nem sempre conseguiram diferenciar-se da prática preventiva tradicional" (Czeresnia, 1999:701).

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Brant (2001) Este artigo visou demonstrar a necessidade de incorporar a construção teórica do sujeito do desejo no contexto da epidemiologia atual, que deve passar por uma mudança radical em seu modelo metodológico e ampliar seus objetivos para subsidiar ferramentas e práticas estatísticas em saúde coletiva. Afirma que a Psicanálise é uma ferramenta teórica privilegiada capaz de trazer contribuições significativas para esse processo.

Por fim, o autor propôs que a epidemiologia também deve incorporar os organismos da população em seu objeto de pesquisa - o novo estilo de vida contemporâneo, de modo a ir além dos conceitos de "população específica", "doença" e "doença". Não doente".

O estudo realizou uma análise quantitativa e qualitativa da prática de 233 enfermeiros da rede municipal de São Paulo em relação à política local de saúde.

Silva (2001) Cerca de 58% trabalham em serviços locais e 42% em serviços profissionais ao nível da administração regional e central. Os serviços de enfermagem estão organizados em seis áreas principais: administração, coordenação de recursos humanos, educação de pessoal, tecnologia da informação, administração de saúde e vigilância em saúde. As intervenções dos enfermeiros concentraram-se em diferentes áreas, mas mantiveram-se centradas na consulta médica, com pouca ênfase nas atividades grupais e na promoção da saúde.

Este artigo analisou por meio de uma revisão de literatura os processos de descentralização e descentralização associados ao federalismo emergente como fenômeno global e tendência marcante na reorganização da centralização e dos estados únicos estabelecidos na tradição napoleônica.

Viana et al. (2002) Identificaram-se os períodos e as questões surgidas durante a descentralização e reestruturação dos acordos federativos a partir da década de 1980 e avalia-se o impacto dessa nova ordem nas recentes reformas da política de saúde. Por fim, apresenta os constrangimentos e limitações da descentralização no setor saúde, destacando os riscos que enfrenta, dados os aspectos contextuais adversos caracterizados pelo conflito federativo e pela herança das desigualdades socioeconômicas.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Labra e Figueiredo (2002)</p> | <p>Buscou-se mapear o perfil sociopolítico da representação dos usuários no Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. O estudo foi exploratório e foi conduzido por meio de uma pesquisa por questionário com representantes de usuários do RM CS em 18 cidades, 16 das quais responderam. Esses representantes variaram de 122 facilitadores, dos quais 60 (49%) responderam. O questionário consistia em 73 questões fechadas e duas questões abertas sobre percepções de controle social.</p> <p>Nas considerações finais, destacou a hipótese de que a participação em conselhos de saúde tem o potencial de fomentar círculos virtuosos que tendem a desencadear o acúmulo de capital social e despertar valores típicos da cultura cívica, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia.</p> |
| <p>Senna e Cohen (2002)</p> | <p>Este artigo analisou o impacto da implementação de uma estratégia de saúde da família em organizações de serviços locais por meio de uma análise da literatura, a partir da experiência do Programa Médico de Família (PMF) em Niterói/RJ.</p> <p>A implementação do PMF através de uma estrutura paralela de redes de atendimento é uma opção estabelecida pelo conflito tecnopolítico que caracteriza todo o processo. Ao contrário de Cuba, onde a medicina familiar é a porta de entrada para o sistema de saúde cubano, a natureza do PMF em Niterói como um programa paralelo limita a abordagem de questões que envolvem toda a gama de serviços de saúde da cidade. Além disso, a falta de uma rede de referência impõe restrições ao acesso do usuário a outros níveis de complexidade.</p> |
| <p>Arretche e Marques (2002)</p> | <p>Com base na análise estatística de dados de 1.643 municípios localizados em diferentes regiões do Brasil, este artigo investigou a extensão e os determinantes do processo de municipalização da política de saúde no Brasil. Primeiramente, analisa o alcance dos projetos de municipalização da saúde em duas dimensões: a oferta municipal de serviços de atenção básica e a municipalização da gestão da rede hospitalar local.</p> <p>A conclusão foi que, no processo de municipalização da gestão em saúde, essas duas funções desenvolvem-se de forma totalmente independente, sendo o estágio de desenvolvimento da primeira muito superior ao da segunda.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Siqueira et al. (2002) | <p>Analisou-se o impacto econômico do envelhecimento da sociedade e discutem-se questões relacionadas à demanda por serviços de saúde e benefícios previdenciários. Numa perspectiva 'sociocultural', a velhice é compreendida como uma construção social e refletida nas formas possíveis de representá-la. A quarta perspectiva, "interdisciplinar", representa uma dimensão que busca pensar uma gama de aspectos (biológicos, econômicos, socioculturais) apontados nas perspectivas anteriores.</p> <p>O trabalho foi um impasse sobre qual perspectiva é melhor para analisá-lo e aponta para a necessidade de ampliar e aprofundar o debate sobre as implicações teóricas e práticas relevantes de cada perspectiva.</p> |
| Bahia et al. (2002) | <p>Com base nos dados da PNAD/98, o trabalho realizou uma investigação preliminar sobre a existência de seleção adversa e risco moral na demanda ativa por programas de saúde no Brasil, por meio da análise de dois modelos de regressão logística com controles múltiplos, em que a variável de resultado é um indicador devido a seleção ou risco moral, essas diferenças são atenuadas, exceto para gastos com saúde.</p> <p>Os resultados não revelam inquestionáveis assimetrias de informação, mas apontam para a necessidade de melhor compreensão da relação entre morbidade, uso de saúde, custos de saúde e tipos de cobertura.</p> |
| Cyril (2002) | <p>Foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos. A Saúde Coletiva III está organizada em três núcleos temáticos: Questões de Saúde Coletiva, Nutrição em Saúde Coletiva e Planejamento em Saúde. O modelo de ensino está centrado na problematização de situações específicas encontradas na prática da saúde pública, atuando em centros, serviços e organizações de saúde da região de Botucatu.</p> <p>O curso de Semiótica Pediátrica tem como foco o cuidado integrado da saúde infantil. A modalidade de ensino baseia-se principalmente na aprendizagem baseada em problemas e na aprendizagem prática em semiótica pediátrica, com ênfase no ensino ambulatorial. Em ambos os casos, privilegia-se o trabalho de grupo sob orientação do docente. A avaliação é uma preocupação permanente que apresenta diferentes aspectos dos dois cursos. As inovações nos cursos estudados são desenvolvidas por departamentos com autonomia e independência.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Jannuzzi (2002) | <p>Este artigo visou fornecer subsídios conceituais e metodológicos para a reflexão sobre o uso de indicadores sociais na formulação de políticas públicas.</p> <p>A disponibilidade de uma ampla gama de sistemas de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis certamente aumentará as chances de sucesso no processo de formulação e implementação de políticas públicas, pois teoricamente permite um suporte mais abrangente e tecnicamente melhor para diagnóstico social, monitoramento de ações, e avaliação de resultados.</p> |
| Freitas (2003) | <p>Buscou-se identificar os artigos mais diretamente relacionados a eles pelos métodos empregados e descritos no título e no resumo. Dos 305 títulos, foram encontrados 17 (5,6%), distribuídos pelos seguintes temas: Educação (3); Políticas Públicas (4); Percepção e Representação Social (3); Aspectos Históricos (2); Desigualdade Social (1); Geografia Crítica (1), Filosofia (1), Sociologia da Ciência (1), Participação Pública (1). O maior número de trabalhos concluídos foi em 1996, com 5; seguido de 2000, com 3; e, em 1990, Em 1992 e 1998, foram 2. Outros anos (1983, 1985, 1993 e 1999) apenas um é determinado a cada ano.</p> <p>Em termos percentuais, 5,6% das teses e dissertações relacionadas às ciências sociais podem ser consideradas muito baixas. Deve-se notar que os trabalhos relacionados à percepção e representação social representaram quase 1/4 dos 17 microcosmos.</p> |
| Lucchese (2003) | <p>Este artigo busca sistematizar alguns dos desafios e questões da gestão equânime da saúde pública na República Federativa do Brasil, a partir de minha interpretação do conceito de equidade na gestão descentralizada do SUS.</p> <p>Ainda há muito a explorar neste debate. O leitor é, portanto, convidado a refletir sobre as competências que precisam ser desenvolvidas no espaço administrativo descentralizado do sistema, para que, entre todas as unidades da federação, sejam selecionadas entre áreas cada vez mais ricas de oportunidades reais que melhor contribuam para o estabelecimento da equidade em saúde no Brasil.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Caldas (2003) | <p>A análise Baseou-se em autores e referenciais teóricos que têm realizado pesquisas sobre envelhecimento, dependência, políticas públicas e recursos comunitários disponíveis para a saúde do idoso. Os temas destacados nesta análise foram: Dependência e Envelhecimento, Questões Econômicas da Dependência, Cuidados Domiciliares e Necessidades das Famílias.</p> <p>Concluiu-se que, por se tratar de um processo dinâmico, a dependência deve ser abordada por meio de programas que vão desde estratégias de promoção da saúde até o estabelecimento de redes comunitárias de apoio ao cuidado de longa duração. Tais programas devem fazer parte de políticas públicas que envolvam todos os setores da sociedade e sejam capazes de atender idosos dependentes, com ou sem apoio familiar.</p> |
| Gadelha (2003) | <p>O artigo analisou a interação entre o sistema de saúde e o sistema econômico-industrial, mostrando como uma dicotomia emerge na relação entre ambos, manifestada na deterioração do potencial de inovação do país e nas crescentes e preocupantes vulnerabilidades externas da economia. Política da saúde.</p> <p>Sugeriu-se que as abordagens neoclássicas tradicionais da economia da saúde são insuficientes para lidar com o complexo da indústria da saúde, dada a intensidade do processo de mudança estrutural e a necessidade de uma abordagem teórica alternativa que combine a dinâmica da transformação econômica e institucional, da acumulação e inovação.</p> |
| Teixeira (2003) | <p>Este artigo apresentou as características do Sistema de Informações Orçamentárias da Saúde (Siops), faz uma breve revisão da estratégia de coleta e dos dados coletados por meio da análise da literatura.</p> <p>O sistema gerou informações regularmente e com maior qualidade, tornando-se um importante sistema de fonte de dados para institutos de pesquisa realizarem pesquisas, órgãos de controle para monitoramento e fiscalização e ações unificadas de gestão e avaliação em saúde. Essas informações podem facilitar melhorias na gestão, disseminação de experiências bem-sucedidas entre entidades conjuntas e adequada alocação de custos entre investimento e financiamento e entre esferas de governo, levando em consideração questões como o tamanho da rede de atenção.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

August
(2003)

Este artigo teve como objetivo ilustrar alguns conceitos básicos para entender a vigilância em saúde ambiental como área da saúde coletiva e subsidiar a construção de um sistema único de saúde (SUS) para atuação.

A importância da integração disciplinar para o processo de compreensão global das questões socioambientais é enfatizada em uma perspectiva interdisciplinar. O tema foi desenvolvido no âmbito da saúde coletiva, articulando elementos sociais, ambientais e produtivos no estudo da causalidade em saúde na perspectiva da complexidade para a compreensão dos processos saúde-doença. Uma bibliografia recente é usada para introduzir elementos-chave para conceitos comumente adotados, como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, risco, causa, contexto e interdisciplinaridade.

Campos e
Soares (2003)

O exercício foi realizado em agosto de 2001 na Faculdade de Enfermagem/Ministério da Saúde Especialização em Tecnologia em Saúde Mental da Universidade de São Paulo, durante o Módulo IV - Desenvolvimento de um Modelo de Assistência Técnica em Saúde Mental. Os participantes foram 18 trabalhadores divididos em 5 grupos de acordo com o tipo de serviço em que desenvolviam suas atividades (unidades básicas de saúde, hospitais psiquiátricos, enfermarias psiquiátricas de hospitais gerais, clínicas de saúde mental, centros de atenção psicossocial).

Em conclusão, pode-se concluir que a concepção multicausal do processo saúde-doença vem fundamentando a prática de diferentes serviços de saúde mental, estabelecendo processos de trabalho que visam principalmente o sujeito e a doença mental.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Guizardi et al. (2004) | <p>Optou-se por realizar uma análise retórica dos relatórios da oitava, nona, décima e décima primeira conferências, procurando identificar as questões de engajamento social que surgiram desde a criação do SUS, suas grandes continuidades e os principais deslocamentos argumentativos.</p> <p>Observou-se que, ao longo dos relatos da pesquisa, os temas relacionados aos princípios de engajamento comunitário apresentaram uma estrutura clara, alguns dos quais marcados por importantes descaminhos de sentido. No relatório da Oitava Conferência Nacional de Saneamento, a participação é considerada incorporada à constituição da política de saúde como seu sujeito identificado, sendo seus respectivos processos acompanhados e examinados em todos os níveis do sistema. Nesse sentido, o controle social é resultado desse engajamento, não estritamente para o setor saúde, mas para entender a interação desse campo com a política social e econômica.</p> |
| Cohen et al. (2004) | <p>Artigo realizou um levantamento bibliográfico.</p> <p>O conceito de uma casa saudável estava centrado num processo gradual que se centra na melhoria da qualidade de vida. O desafio é fortalecer as intervenções sobre os determinantes da saúde nos espaços construídos, entendendo-os como biologia humana, meio ambiente e estilo de vida. Na habitação, esses fatores são as principais causas de doença e morte. Para enfrentar esse desafio, é preciso articular as políticas públicas de habitação, saúde, meio ambiente e infraestrutura urbana com uma perspectiva holística, integrada e multidisciplinar e formar alianças intersetoriais. Assim, o programa de saúde domiciliar como estratégia de promoção da saúde no nível local torna-se o ponto de intervenção e a interface entre as duas abordagens: o programa de saúde da família e a moradia saudável.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Foi realizado uma análise documental.

Camargo
(2004)

Os autores identificaram uma rede complexa de lideranças locais que desempenham papéis fundamentais na proposição e implementação de medidas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Silva e colaboradores apresentam os resultados de um estudo que avaliou a percepção dos pacientes sobre o tratamento da hipertensão arterial. Vieira e colaboradores descrevem sua experiência na implementação de serviços de genética médica no SUS. Ao final desta seção, Arbex e colaboradores descrevem e analisam as implicações da readequação na perspectiva de professores universitários que passaram pelo processo.

Considerando a responsabilidade de atores e exemplos sociais no contexto contemporâneo da reforma psiquiátrica no Brasil, este artigo teve como objetivo traçar um panorama do discurso e da prática em torno do conceito de responsabilidade constituído no campo da saúde mental.

Silva (2004)

Os autores concluíram que a descentralização promovida pela política pública de saúde desencadeia um processo de transferência de responsabilidade para unidades locais centralizadas. Essa relação entre Estado e sociedade civil gera conflitos entre taxas administrativas e recursos, evidenciados nas parcerias com as comunidades. Com o advento da psiquiatria e das instituições psiquiátricas, fortaleceu-se a relação entre o indivíduo e os atores sociais no sentido de cuidar dos loucos, mas a medicina não assumiu a tarefa de controle social e legitimar a ação tecnológica contra os doentes mentais, tentando todos os custos para partilhar com a família e a comunidade a responsabilidade pelo grau de autonomia que os estatutos de cidadania e os doentes mentais possam adquirir.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Moyses et al. (2004)

O texto explorou questões conceituais e proposições de avaliação com foco na intersetorialidade e na promoção da saúde, a partir da experiência de Curitiba. A avaliação do processo como medida qualitativa das iniciativas urbanas de promoção da saúde revela a importância da participação social e da articulação intersetorial do poder público na execução das ações.

Concluiu que o comprometimento dos diversos atores envolvidos em projetos intersetoriais é uma questão fundamental para a sustentabilidade das políticas públicas de promoção da saúde, apontando para a necessidade da formação de redes colaborativas, além de uma base política e legislativa que permita a continuidade de intervenções.

Ceccim e Feuerwerker (2004)

Os autores buscaram, a partir da prática experimental como política de educação do sistema único de saúde, desenvolver uma caixa de teoria instrumental que permita a análise crítica do que fazemos no setor saúde e a construção de caminhos desafiadores.

Conclui-se que a imagem do quadrilátero formativo serve para a construção e organização da gestão da educação em saúde como parte da gestão do sistema de saúde, redefinindo a imagem do serviço como gestão e atenção à saúde, enfatizando o controle social.

Ceccim (2005)

A análise documental foi realizada ao longo de 16 meses e conseguiu reunir 1.122 entidades de acordo com a base local da organização, em consonância com o art. 14. A Lei de Organização da Saúde, conforme prevista na concepção da luta pela reforma sanitária no Brasil.

No plano da saúde, organizar coletivos e redes de formação e desenvolvimento nunca foi uma proposta governamental, mas uma experiência popular que desafia instituições e tradições.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Benevides
(2005)

Orientado pela análise foucaultiana do poder, o texto examina o conceito de humanização na relação entre Estado e política pública como uma experiência concreta, argumentando que uma política de Estado humanizadora saudável não pode ser garantida sem confrontar os temas humanistas no Estado contemporâneo.

Os programas públicos são construídos a partir da experiência de cada indivíduo. Humanizar a prática da saúde e da gestão é a visão da PNH de humanidade como um coletivo que impulsiona e orienta os movimentos das políticas públicas. Nesse sentido, na ausência de uma imagem definida e ideal do ser humano, só podemos aceitar a tarefa sempre inacabada de reinventar a humanidade sem o trabalho igualmente contínuo de criar alternativas de vida e novas práticas de saúde, o que é impossível.

Carvalho
(2005)

Este artigo foi um estudo bibliométrico comparativo entre duas das principais revistas científicas publicadas no Brasil na área da saúde coletiva: Cadernos de Saúde Pública (CSP) e Revista de Saúde Pública (RSP). Foram analisados 24 números de cada periódico publicados entre 1996 e 2003, construindo uma amostra de 819 artigos (496 da CSP e 323 da RSP).

Os dados encontrados indicaram que a maioria dos artigos publicados representava a subárea "Epidemiologia". Verificou-se que as autoras estão mais envolvidas do que os autores masculinos. Observou-se também que a grande maioria dos autores era de instituições acadêmicas. O padrão de citação em periódicos identificado foi de mais citações a artigos em periódicos, seguido de livros e/ou capítulos de livros. Variações sutis desses padrões foram observadas no subcampo das Ciências Sociais da Saúde. Diante dos achados, discute-se a possibilidade de que as informações oriundas de estudos bibliométricos subsidiem o desenvolvimento de políticas voltadas para a otimização dos processos editoriais de periódicos.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Gomez e
Lacaz (2005)

A metodologia deste trabalho incluiu uma revisão crítica de documentos e publicações da área para fundamentar o tom do debate e as questões levantadas. A base teórica de toda a argumentação são os textos sobre a reestruturação produtiva no Brasil, especialmente aqueles que analisam os efeitos deletérios desse processo, e a base do chamado "campo da saúde do trabalhador".

Também está claro que algumas prioridades requerem ação imediata e decisiva. As reivindicações indiscutíveis dos trabalhadores das indústrias tradicionais precisam continuar sendo atendidas. Destacaram-se os problemas emergentes, especialmente nos setores de serviços e agropecuário. No entanto, salientamos a urgência de compreender, diferenciar e servir o setor informal e o mundo dos trabalhadores dispersos e protegidos.

Luz (2005)

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema.

A restauração da relação médico-paciente, agora marcada pela transformação da medicina em biotecnologia, será resultado direto dessa restauração da situação. Nesse caso, a escuta de pacientes ou pacientes, se tomados em grupo, voltará a constituir o privilégio e fonte primária de levantamento e acúmulo de dados clínicos, novamente dando peso ao comportamento do médico, visto mais como terapeuta do que como paciente atual Pesquisadores da ciência.

Benevides
(2005)

Foi realizado uma revisão bibliográfica e análise documental.

A experiência na coordenação destas políticas no MS nos impôs, então, uma modulação daquilo que já afirmávamos anteriormente. Se antes falávamos da inseparabilidade entre a clínica e a política (ver Passos & Benevides, 2004), agora podemos dizer da inseparabilidade entre modos de atender, de cuidar e modos de gerir, inseparabilidade entre atenção e gestão, portanto. Aí está um caminho a ser traçado, percorrido, inventado, se queremos, também nós, psicólogos, nos aliar aos movimentos de resistência que apostam na construção de um outro mundo possível.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Van Stralen
(2006)

Este artigo investigou a participação efetiva dos conselhos municipais de saúde na gestão da política de saúde e avalia seu potencial para reestruturar a atenção à saúde por meio de uma estratégia de saúde da família. Utiliza como locais de estudo as nove cidades do Centro-Oeste incluídas no estudo de linha de base avaliado pelo Proesf. Começa com suposições sobre a forma institucional, pois define as oportunidades de participação e expressão. Revisão da legislação nos conselhos e entrevistado deputados usuários que são membros do conselho para discutir vários aspectos dos conselhos de saúde.

A análise dos dados enfoca questões-chave como a composição do conselho, as entidades representativas dos usuários e as regras formais de funcionamento, bem como o ingresso seletivo de entidades no conselho e a legitimidade da tomada de decisões. Os resultados sugerem que o comitê teve pouco impacto na reestruturação do serviço de saúde. Ainda assim, exercem o controle social sobre a gestão do sistema de saúde, incluem a participação de novos atores nas discussões de suas políticas e permitem que decisões legítimas sejam tomadas ao caber nas discussões sobre o SUS.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Risi Junior (2006) | <p>A rede adotou uma abordagem intersetorial ao abordar as condições de saúde e seus determinantes com a ajuda de instituições governamentais e acadêmicas. Baseia-se no interesse comum de definir e melhorar os conteúdos básicos da informação através do contributo de cada instituição, valendo-se das suas competências. O objetivo da cooperação é implementar o plano de trabalho conjunto aprovado por consenso.</p> <p>Esse modelo de cooperação teve limitações inerentes de adesão voluntária a premissas que exigem persistência em um processo legitimado pelo alinhamento de propósitos, respeito aos parceiros e conquista da confiança de novos líderes. Evite a pressão de possíveis desistências de parceiros estratégicos, mantendo propostas de prospecção que se tornarão viáveis oportunamente. O relatório da Ripsa e a apresentação da conferência documentaram a participação de 450 técnicos ao longo da década, refletindo a rotatividade de profissionais nas unidades de saúde, mas também sugerindo uma expansão do processo colaborativo. Uma pesquisa preliminar na Internet mostrou que, entre 1999 e 2005, a rede foi citada 79 vezes.</p> |
| Minayo (2006) | <p>O artigo procurou documentar sistematicamente a trajetória histórica da legitimação do tema acidente e violência no setor saúde. Mostro que esse é um processo incerto, acontece pela pressão dos atores e pela força dos acontecimentos. Inicialmente, o assunto aparece de forma simplificada através do conceito de “acidentes, lesões e traumas”.</p> <p>Desde a segunda metade do século XX, foram incluídos os direitos de diversos sujeitos sociais, desde a observação e notificação da violência contra crianças, mulheres e idosos, até a discussão da violência social, que em seu sentido mais amplo afeta a saúde dos a população. No Brasil, processo sem dúvida lento e intermitente, o Ministério da Saúde, com a colaboração e pressão dos movimentos sociais, acadêmicos e profissionais, teve várias conquistas e ações pioneiras: a documentação diagnóstica de todos os tipos de situações de morbimortalidade Violência; Documentos de política nacional e planos de ação nacionais para reduzir acidentes e violência.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Bittencourt et al. (2006)

O objetivo deste trabalho foi investigar a produção científica da aplicação dos dados do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) na análise de problemas relevantes de saúde pública. Para a busca de artigos publicados em periódicos científicos no período de 1984 a 2003, foram consultadas as bases de dados e sites de instituições que oferecem programas de pós-graduação estritamente em saúde pública para busca de dissertações. Foi encontrado um total de 76 publicações, que foram divididas em cinco categorias de acordo com diferentes direções de análise.

Apesar da cobertura incompleta do SIH/SUS e da incerteza sobre a confiabilidade de suas informações, a combinação de vários estudos com resultados que mostram consistência interna e coerência com o conhecimento atual reforça sua importância e compreensão de seus pontos fortes e necessidade da desvantagem.

Mendonça e Giovanella (2007)

Este artigo descreveu a experiência de desenvolvimento de áreas de concentração com base na análise de documentos produzidos por alunos de pós-graduação da ENSP e formadores de área, sistematizando ementas de disciplinas que traduzem objetivos, conteúdos programáticos e recomendações pedagógicas utilizadas ao longo do tempo.

No contexto do surgimento e desenvolvimento da função nacional de saúde no Brasil, há uma concepção de política pública voltada para o aperfeiçoamento da democracia e que aponta para a necessidade de renovação permanente na formação de especialistas nesse campo interdisciplinar. Acreditou-se que a modernização dos métodos e técnicas de levantamento é fundamental para o avanço da área de informática e informática em saúde. Observou-se a passagem de um certo isolamento e pouco diálogo nas áreas de foco do programa para um maior enfoque na saúde pública e uma abordagem complexa correspondente ao que foi construído.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Maciel Filho
(2007)

Este artigo buscou compreender que a alta concentração geográfica de profissionais e serviços dificulta a implementação dos princípios que regem os sistemas únicos de saúde, principalmente no que diz respeito à universalidade, integralidade e descentralização per se.

Também foram discutidas estratégias tentadas pelo governo brasileiro, mais especificamente o projeto Rondon, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS) e o Programa de Interiorização do SUS (PISUS). A análise é complementada por um estudo de caso de experiência recente no campo da política pública de saúde voltada para minimizar a distribuição desigual de médicos no país: o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (PITS), lançado pelo Ministério da Saúde em 2001. Atua como nacional A posição estratégica inédita na política de recursos humanos em saúde permite identificar aspectos relevantes de qualquer iniciativa voltada para o fortalecimento da distribuição dos profissionais de saúde fora dos grandes centros urbanos. Finalmente, o estudo constrói um quadro analítico para distribuição e retenção de médicos com base em elementos considerados na revisão da literatura, discussão teórica, contribuições da experiência nacional e internacional e resultados obtidos em estudos de caso.

Severo
(2007)

Usou-se como fundamentos a teoria da complexidade e os princípios do método de Edgar Morin e a lógica transdisciplinar proposta por Basarab Nicolescu, tendo como organizador central a interdependência entre Sujeito e Coletividade na construção da política pública em saúde.

A pesquisa trouxe o desvelamento da coexistência de duas lógicas que organizam os processos de trabalho na saúde: a lógica da doença/lógica disciplinar e a lógica da integralidade/lógica transdisciplinar.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Magalhães et al. (2007) | <p>Foi realizado uma revisão bibliográfica sobre o tema desigualdade social e saúde.</p> <p>As complexidades da transformação contemporânea envolvendo condições salariais precárias, crises nos sistemas tradicionais de proteção social e aumento da instabilidade como a segregação socioespacial, a feminização da pobreza, as desigualdades raciais subjacentes e as experiências diferenciais de vulnerabilidade exigem uma análise criteriosa. Revisar e ampliar os debates no campo da administração pública. O emprego de estratégias seletivas e segmentadas não responde às demandas e necessidades qualificadas da sociedade na diversidade regional e local. Perspectivas políticas 'horizontais' envolvendo diferentes compromissos públicos com a equidade entre estados, mercados e organizações comunitárias são, portanto, relevantes e priorizadas.</p> |
| Paim e Teixeira (2007) | <p>Este trabalho analisou os problemas "institucionais" do SUS, destacando algumas das questões-chave que serão enfrentadas na retomada do projeto de reforma sanitária brasileira. A reflexão trata da configuração institucional do SUS e também abrange aspectos relacionados ao processo de transmissão da gestão política do sistema, por meio de exame bibliográfico, parte da cultura organizacional do Estado brasileiro, hereditário, autocrático, burocrático e colonizado por privados interesses.</p> <p>Argumentou-se a favor da introdução e consolidação de inovações institucionais, como as fundações nacionais de direito privado, e discutem-se estratégias de fortalecimento da capacidade governamental nos órgãos dirigentes do SUS, em especial a especialização da gestão e a formação profissional nessa área.</p> |
| Pasche (2007) | <p>Tratou-se de uma revisão bibliográfica sobre a reforma sanitária.</p> <p>Gestão propôs, assim, construir novos modelos de gestão dos serviços próprios, autonomia e integração na rede através dos contratos de gestão, regulação e submissão ao controle público através da actuação das comissões de gestão, espírito de novos processos de contratação, etc. conselhos executivos com uma combinação de critérios e opções públicas é um mecanismo eficaz para minimizar alocações privadas de espaço público.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Muñoz
Sánchez E
Bertolozzi (2007)

Este artigo teve como objetivo revisar o conceito de vulnerabilidade, com base em um estudo sistemático de periódicos de circulação nacional e internacional, em prol do conhecimento e da prática em saúde pública.

Apresentou também como esse conceito vem sendo revisitado no Brasil, incorporando questões que sustentam as dimensões estruturais da realidade, articuladas como necessidades advindas de um único programa envolvendo usuários/pacientes de saúde e seus respectivos familiares. A importância de se estudar o conceito de vulnerabilidade é que ele pode subsidiar as práticas de saúde, neste caso a saúde coletiva, integrando programas relacionados aos indivíduos, programas e políticas de saúde.

Ayres (2007)

A pesquisa foi realizada por meio de análise documental, entrevistas com pesquisadores que coordenaram o curso durante seus 25 anos de existência e questionários respondidos por egressos.

O aspecto privilegiado foi a percepção que eles têm do currículo, sua relação com as políticas institucionais, de P&D, C&T e do Ministério da Saúde, bem como sua estrutura, fichas de seleção, avaliações, cursos, estágios, acesso à informação técnica ciência e ensino. Espera-se contribuir para o aprimoramento de práticas e conceitos no processo interno de gestão da inovação da Fiocruz.

Gerschman
(2008)

Uma análise comparativa de planos privados e apólices de seguro é realizada no contexto do sistema público de saúde, da União Européia e do Brasil. Foi realizada uma comparação das políticas dos países mencionados, o que permitiu estabelecer parâmetros e categorias analíticas que evidenciassem as semelhanças e diferenças trazidas por essas experiências.

Este artigo aprofundou a discussão dessas variáveis/categorias de análise a partir de achados recentes de pesquisas sobre o setor privado de saúde no contexto do SUS, tendo como exemplo o Brasil. Em conclusão, continua-se a discutir perspectivas teóricas conceituais na análise comparativa de políticas de sistemas de saúde e as contribuições que nossa pesquisa fornece.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Pasche e
Passos (2008)

A aposta ético-política da PNH foi discutida a partir dos desafios colocados no campo da saúde coletiva pelo Sistema Único de Saúde.

A implementação do Sistema Único de Saúde, o processo de sua afirmação, é luta, é disputa. Sua condição de política pública que afirma direitos desde uma concepção solidária, inclusiva e universal impõe a superação de desafios e contradições decorrentes dos distintos interesses que o atravessam, o que implica no fortalecimento de processos de gestão participativa.

Santos
(2008)

Esta tese teve como objetivo descrever e analisar o objeto/tema da redução de danos à luz da literatura brasileira, tendo como perspectiva teórica os fundamentos da saúde coletiva.

Apesar das críticas persistentes ao modelo por vezes rígido e intolerante de combate às drogas, o propósito da reabilitação das drogas permanece nos discursos de uma parcela significativa daqueles que eventualmente adotam uma orientação mais ou menos redutora de danos. A redução de danos era então vista como um "movimento" político destinado a fornecer respostas a essas contradições. Dessa forma, o desenvolvimento de práticas de redução de danos – apoiadas principalmente por ONGs e organismos internacionais – passou a ser tolerado pela sociedade civil e legitimado pelo Estado. Assim, abraçada pela nova saúde pública, passou a incorporar conceitos de estilo de vida e qualidade de vida e promoção da saúde, imprimindo mudanças nos destinatários dos cuidados. Nessa perspectiva, o que se busca é a melhoria do “estilo de vida” dos usuários, cuidando de sua saúde por meio da qualificação e preparo da “comunidade”. Dessa forma, esvazia-se o debate político, limitando a discussão sobre o uso de drogas a parâmetros específicos e responsabilizando indivíduos, famílias e comunidades por questões enraizadas no mal-estar contemporâneo. Alternativamente, a Saúde Coletiva sempre se apresentou como um campo importante para evitar que o caráter social e político da redução de danos se tornasse um mero apêndice dos interesses capitalistas. Portanto, propõe-se neste trabalho relacionar a construção de saberes e respostas sociais relacionadas ao complexo sistema das substâncias psicoativas com os processos globais da sociedade contemporânea e suas contradições, por meio de categorias analíticas integradas.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Paim (2008) Com base em pesquisa bibliográfica, foi realizado um estudo de caso em dois momentos, como componente descritivo do ciclo Ideia-Proposta-Projeto-Movimento-Processo, e como componente explicativo, uma análise do desenvolvimento da sociedade brasileira, utilizando a referência "gramses", especialmente as categorias de revolução passiva e transformacionismo.

Tentando discutir a relevância do elemento jacobino no caso da reforma democrática da saúde, a radicalização da democracia ajudaria a mudar a correlação de poder, desequilibrar o binômio conservação-mudança em favor de um segundo mandato e conferir um caráter mais progressista à múltiplas revoluções passivas.

Utilizando métodos qualitativos, desenvolvidos em oito atributos da Unidade Básica de Saúde e Icarai-CE. Os sujeitos foram dezessete pessoas divididas em três grupos: I (oito usuários de UBS); II (quatro agentes de controle de endemias); e III (cinco profissionais de saúde). Técnicas de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise da literatura. O método de análise é a hermenêutica dialética.

Sales (2008) Pode-se dizer que a prática da educação em saúde é desigual, e o efeito transformacional tem pouco efeito sobre a doença. Fraquezas e ações pontuais são apontadas como difíceis; conteúdo das mensagens educativas fora de contexto; táticas autoritárias e coercitivas, falta de políticas públicas, constrangimentos entre UBS e população; ênfase em campanhas de saúde; profissionais não ouvem a população e vice-versa. No entanto, o conhecimento técnico ainda domina o usuário. Enfatiza a necessidade de ações que fortaleçam a possibilidade de os sujeitos terem poder e responsabilidade sobre sua própria história e o processo de construção da cidadania.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Viana e
Machado (2008)

Este artigo partiu de um debate conceitual sobre a proteção social para a saúde, partindo da discussão da trajetória e das principais características estruturais históricas do sistema de proteção social brasileiro desde sua conformação até a década de 1980, com foco em sua atuação em saúde. A seguir, avalia 20 anos de SUS a partir da análise das mudanças e continuidades observadas em quatro dimensões da seleção de características da proteção social em saúde no caso brasileiro: organização institucional, financiamento, integração público-privada e modelo assistencial.

Poucos enfrentaram tais dilemas organizacionais e políticos na implementação do SUS até hoje, e poucas estratégias mudaram substancialmente a situação. Isso significaria uma mudança fundamental no estado do financiamento da saúde e do gasto público - que vai muito além da instabilidade ou inadequação - revelando a incapacidade dos gestores do sistema de desatar os nós da história, mesmo quando os padrões de saúde emergem. Mudança. Solidariedade e igual proteção social em saúde.

Loyola
(2008)

Este estudo levantou questões sobre o estado das ciências sociais na região, que estão relacionadas à implementação de políticas de fomento de instituições nacionais - Capes e CNPq, por meio de uma análise da literatura.

Concluiu que a lógica custo-benefício, de caráter amplamente econômico e quantitativo, empregada pelas instituições na concessão de recursos interfere na produção e na circulação do conhecimento, em detrimento das ciências sociais. A superação dessa situação é um dos desafios da ciência social na atualidade, especialmente no campo da saúde coletiva.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Aquino
(2008)

Este artigo discutiu a proposta de um "Consórcio de Pesquisa" no programa de pós-graduação em epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas, destaca algumas implicações pedagógicas do modelo e sugere estratégias empregadas em comparação com o programa de pós-graduação em saúde coletiva conduzido pela Universidade Federal da Bahia Formação em pesquisa epidemiológica.

A crescente desvalorização da atividade docente e da formação de professores não se reflete apenas no espaço e conteúdo dentro da estrutura do curso, em resposta à pressão para reduzir a duração dos cursos e supervalorização dos componentes de produção, e A divulgação científica no processo de avaliação da Capes, mas também refletida nos critérios de avaliação da Capes Produção, priorizando o produto, vendo maior valor na publicação em periódicos de língua inglesa, ignorando a produção de livros especificamente para fins de ensino

Campos et
al. (2009)

Tratou-se de um estudo avaliativo qualitativo realizado no município de Campinas (SP) em 2006-2007, apoiado na hermenêutica de Gadamer. Os dados foram coletados por meio de 20 grupos focais no CAPS III, com diferentes grupos de interesse (trabalhadores, gestores municipais, usuários, familiares e gestores locais). Após a transcrição do material gravado de cada grupo, foram construídas narrativas seguindo o referencial teórico de Ricoeur. Durante a segunda fase do grupo focal, essas narrativas foram apresentadas aos participantes para contestá-las, corrigi-las e validá-las.

Os resultados preliminares foram discutidos em um workshop para desenvolver as diretrizes de boas práticas do CAPS III. Resultados: Identificaram-se fortalezas e fragilidades ao nível do atendimento de crise, articulação a redes essenciais, desenvolvimento de programas de tratamento, gestão e organização de equipes de referência, formação educativa e sofrimento psíquico. Conclusões: A rede de centros de atenção psicossocial de Campinas destaca-se pela engenhosidade na implementação dos seis CAPS III e pela eficácia na moderação de usuários e familiares em momentos de crise e recuperação. Prevalece a organização por técnicos e/ou equipes de referência e construção de programas de tratamento. A redução dos turnos noturnos tornou-se um grande problema e fonte de estresse para os trabalhadores. Os profissionais têm se mostrado insuficientemente capacitados para enfrentar os desafios desses serviços.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Magalhães e Bodstein (2009) Destacou-se para análise a iniciativa de desenvolvimento local integrado e sustentável de Manguinhos (DLIS-Manguinhos), propostas territoriais e comunitárias relacionadas a estratégias de cooperação e negociação de baixo para cima e a experiência de implementação do programa federal de transferência condicionada de renda Bolsa Família (PBF). Nessa perspectiva, aspectos relacionados às redes de mobilização social, perfis de atores relevantes, tipos de incentivos e níveis de integração institucional são vistos como elementos-chave na análise para elucidar o alcance dos programas e iniciativas propostas entre os setores.

Concluiu-se que a interface e o diálogo entre pesquisa, avaliação e monitoramento dos processos decisórios constituem um eixo central para o aprimoramento da aprendizagem social e institucional na região.

Luz (2009) Este artigo abordou a crescente complexidade do campo conhecido como saúde coletiva de forma paradigmática, manifestada na atual coexistência de três paradigmas (multidisciplinar, interdisciplinar, interdisciplinar) que se baseiam em um histórico O período é de cerca de dois séculos (primeira metade do séc. século XIX ao século XX). Essa complexidade também se reflete na multiplicidade de disciplinas que compõem o campo, originando-se tanto nas ciências biológicas quanto nas ciências humanas e ambientais, passando por

Este artigo mostrou que a evolução do campo da saúde coletiva ao longo do último século aponta para uma complexidade irreversível, tanto em termos de produção de conhecimento quanto de intervenções nos estilos expressivos das diferentes disciplinas que o abrangem. Reduzir esta vasta complexidade a um único paradigma, tanto ao nível dos modelos disciplinares como das expressões que produz, significa reduzir o campo a uma única dimensão, ao nível da análise do trabalho.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Santos Filho
et al. (2009)

O objetivo deste artigo foi proporcionar um exercício analítico sobre a forma de realização das funções de suporte institucional da Política Nacional de Humanização (PNH), a partir de diferentes dispositivos, diretrizes e princípios, por meio da análise documental.

A indissociabilidade entre produção de serviços e produção de sujeitos leva a afirmar que o compromisso com a inclusão de diversos sujeitos e a análise e gestão coletiva dos processos de trabalho são estratégias importantes para a produção de práticas de serviços humanizadas e precárias e saudáveis. Fluxo de trabalho. Sabemos que as chamadas práticas de saúde humanizadas perdem seu poder disruptivo, ou seja, ao serem reduzidas a ações irrelevantes do acaso, perdem seu poder de efetuar mudanças significativas nos serviços de saúde na direção dos princípios do SUS. Fluxo de trabalho analítico. A PNH, por meio de seus equipamentos, parece-nos uma estratégia que se tornou uma forte aliada quando tomamos como princípio a expansão e afirmação do SUS vigente.

Moreira e
Escorel (2009)

Em dezessete anos, 5.564 municípios do país criaram comitês de saúde, recrutando cerca de 72.000 consultores. Os autores afirmam que a institucionalização dos comitês é importante para a democratização da política municipal de saúde porque amplia os atores envolvidos em seu processo decisório. Para compreendê-lo, foram utilizadas três dimensões analíticas (autonomia, organização e acesso) compostas por dezoito variáveis.

A análise dos resultados mostrou que há problemas de autonomia e organização no CMS, e baixo desempenho de acesso. A distribuição por porte populacional mostra que os melhores resultados do CMS são para cidades com mais de 250.000 habitantes e os piores para cidades com menos de 50.000 habitantes. As questões identificadas são respostas à institucionalização do CMS. Estes vêm de governantes que veem os atributos e a natureza deliberativa do CMS como uma ameaça aos seus interesses. Surgem pelo seu baixo custo, pois as regras do processo decisório não as impedem. Aqui tentamos entender as reações e regras, e fazer sugestões para superar o problema.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Entrevistas semiestruturadas com usuários e usuárias de um centro de atenção psicossocial (CAPS), analisadas na perspectiva das relações de gênero e no contexto das mudanças no sistema psiquiátrico brasileiro decorrentes da luta contra o manicômio.

Santos
(2009)

Concluiu-se que os desafios da sociedade brasileira contemporânea na construção de políticas públicas de saúde mental devem levar em consideração as questões colocadas pela perspectiva das relações de gênero. Incorporar as questões de gênero no contexto da saúde mental significa, portanto, questionar noções reducionistas e biologizadas sobre a saúde mental da mulher. Constatou-se que a doença mental feminina permaneceu fortemente correlacionada com a violência contra as mulheres e a repressão sexual que permaneceu na sociedade. Questões de estigma precisam ser confrontadas sobre as experiências dos homens com doenças mentais. Uma vez doentes, esses indivíduos são excluídos dos espaços públicos e enfrentam maior dificuldade de reintegração na sociedade e reconstrução de suas identidades anteriores.

Essa abordagem reviveu as análises que iluminam o exame simultâneo dos fundamentos materiais e políticos que redefinem permanentemente o escopo de ação do SUS.

Bahia (2009)

Dadas as limitações do âmbito empírico das análises, questionou-se os pressupostos subjacentes às tendências interdependentes delineadas de expansão da cobertura universal e reestratificação da oferta-demanda.

Este trabalho discutiu as mudanças no componente assistencial da proteção social nas duas décadas desde a Constituição de 1988. A política de assistência social do Brasil não produziu grandes mudanças nos padrões de prestação de serviços.

Vaitsman et
al. (2009)

Desde os anos 2000, os recursos e a cobertura de benefícios e serviços na área assistencial se expandiram significativamente. Argumenta que, embora os programas de transferência de renda tenham surgido e se difundido em um contexto internacional de políticas restritivas, no Brasil eles ampliaram muito o escopo da proteção social ao serem integrados ao sistema público e universal de assistência social.

Os dados foram coletados por meio da análise de conteúdo e estruturados em três categorias analíticas, as quais foram discutidas considerando: concepções de adolescência e juventude, perspectivas das políticas públicas de juventude e análise dos processos de saúde-doença e práticas de saúde dos jovens.

Horta (2010)

Do ponto de vista do risco, portanto, pode-se constatar que a abordagem do setor saúde centra-se no conceito de adolescência com pouco foco na juventude, o que tem implicações para políticas públicas estruturadas. No campo da saúde, as publicações analisadas demonstram compreender o processo saúde-doença de forma fragmentada, com pouco impacto na atenção integral à saúde do jovem. As evidências deste estudo apontam para a necessidade de integrar a saúde com outras políticas dirigidas aos jovens, a necessidade de dialogar com os trabalhos acadêmicos sobre juventude para melhorar a atuação para essa população e de incorporar essa referência ao campo da saúde.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa, comparativa e de campo. Os sujeitos do estudo foram docentes e discentes de enfermagem.

Pereira
(2010)

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas individuais e analisados por grupos focais usando métodos de análise institucional. Ambos os cursos identificam diferentes práticas de ensino, desde as mais tradicionais até as consideradas inovadoras. Acontece que as mudanças já estavam ali e faziam parte de uma concatenação de fatores causados por uma ruptura de valores que os próprios professores passaram a ver como inadequados ou insuficientes. A pesquisa mostrou que a atividade docente e a qualificação para a prática docente são transmitidas indelevelmente pelo desejo do sujeito docente.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Foi um exame estrutural das fronteiras administrativas e culturais dos agentes sociais públicos e privados como um teste de novas soluções sociopolíticas. Toma como referencial metodológico a complexidade das políticas, programas e programas e referenciais teóricos e metodológicos: Integridade, Redes Sociais e Práticas Sociais, construindo processos participativos de conhecimento para analisar a política para buscar mudanças nas abordagens sociopolíticas por meio de investigações de segunda ordem baseadas em redes locais o processo de.

Cordeiro et
al. (2010)

Concluiu-se que a ciência da complexidade contribui para a análise da política na forma de pesquisas e é apoiada pela prática social 3, tecnicamente, por meio de um processo de desencadeamento, oficinas usando métodos de triangulação, todas as redes sociais estão em "In Action" Assim, uma visão holística e programa de ação sinérgico é proposto. E, metodologicamente, com base na função dialógica, a partir da prática cotidiana, visa transcender a inversão ou transbordamento do percurso inicial, e promover a reflexão de segunda ordem, de modo a concretizar a construção coletiva de alternativas políticas. Além disso, ao responder epistemologicamente às questões "para quê" e "para quem", apresenta uma assimetria tática, mas uma simetria estratégica, fechando a abordagem e disseminando o engajamento analítico e criativo da política por meio da transdução, que é útil para construir mudanças e investigar processos sociopolíticos através de redes locais.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bernardes e Guareschi (2010) | <p>O texto utilizou-se de uma estratégia genealógica, considerando as ferramentas foucaultianas de biopoder, verdade e subjetividade.</p> <p>A pesquisa refletiu as mudanças na prática mental que ocorrem quando os fatos mentais deixam de ser domínio do organismo e passam a ser a influência da história de vida do sujeito. Esse deslocamento envolve a aproximação da prática psicológica ao domínio da política pública de saúde. Entende-se essa aproximação como um campo de luta em que opera a lógica da individuação, na medida em que a prática psicológica adapta a política pública à racionalidade tecnocrática, guardiã e privatista, e a saudável lógica de combate que resulta da prática psicológica adequada Direito e Cidadania.</p> |
| Lopes et al. (2010) | <p>Utilizou-se a análise de conceito, na perspectiva evolucionária de Rodgers, destacando os atributos essenciais, eventos antecedentes, eventos consequentes e conceitos relacionados.</p> <p>Os resultados mostraram que o conceito de promoção da saúde vem se expandindo sob a influência dos movimentos internacionais de redução das desigualdades. Até o último documento, a narrativa oficial de Ottawa foi enriquecida com estratégias fundamentais para a promoção da saúde, como a defesa da saúde, até que em Bangkok foram identificadas ações e compromissos para atingir os determinantes da saúde em um mundo globalizado. A utilização de modelos para análise de conceitos proporciona esclarecimentos que possibilitam a elaboração de formulações teóricas no campo da saúde, principalmente da enfermagem.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Pasquim
(2010)

Este artigo sistematizou conceitos relacionados à educação em saúde na graduação para professores de educação física da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Segundo o estudo, a saúde coletiva foi uma perspectiva marginalizada no currículo, isolada em disciplinas com baixa carga horária e difíceis conexões com a prática profissional. Embora constitua elemento de dissenso nos programas de ensino conservadores, não parece haver densidade suficiente nas disciplinas específicas das duas faculdades para produzir cursos que permitam a superação do desenvolvimento da própria saúde coletiva.

Schwartz et
al. (2011)

O objetivo deste estudo foi avaliar a utilização dos usuários das unidades domiciliares de saúde (USF) e os problemas enfrentados localmente. Trata-se de um estudo qualitativo exploratório desenvolvido pela USF Resistência em São Pedro, Vitória (ES), com dados coletados exclusivamente por meio de questionário semiestruturado.

Constatou-se que as principais necessidades da população estão contidas nos atributos das USF e os usuários enfrentam diversas dificuldades no acesso e utilização dos serviços. A principal crítica tem a ver com a dificuldade de conseguir especialização. A maioria dos entrevistados mostrou-se satisfeita com o acesso aos cuidados e não teve vergonha de apontar as dificuldades enfrentadas. Trabalho da US Resistência ajuda a melhorar a qualidade do atendimento aos usuários do atendimento da Estratégia Saúde da Família. A pesquisa também revela problemas e dificuldades de acesso, o que por si só demonstra o enorme desafio de remodelar os modelos assistenciais para enquadrar essa política pública.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Bodan et al.
(2011)

O objetivo foi compreender as percepções e a utilização do conteúdo grupal de saúde na prática por egressos do curso de odontologia da Universidade Federal de Goiás entre 2000 e 2002. Triangulação técnica foi usada. Verificou-se que 83,3% dos egressos trabalhavam como dentistas.

Os resultados indicaram que eles seguiram para pós-graduação e cursos profissionalizantes (68,1%). Eles têm dúvidas sobre as ações de saúde pública, mesmo quando as praticam. O engajamento no serviço público determina a realização de práticas de saúde mais coletivas. As principais barreiras para o desenvolvimento da ação de saúde pública são a falta de recursos materiais complementares e a dificuldade de valorizá-los pela população. O principal conteúdo do recordatório é a promoção da saúde (100%), o mais utilizado é a prevenção, seguida da educação em saúde. A prática fora do campus é altamente valorizada. concluíram que há necessidade de uma compreensão mais clara do que constitui a prática de saúde pública e de uma maior integração nos currículos de graduação em odontologia durante a graduação.

Recine e
Vasconcellos (2011)

Foi realizado um balanço da implementação das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) contextualizando as ações no cenário do Sistema Único de Saúde (SUS).

Conclui-se que o investimento político e programático no campo da alimentação e nutrição em Saúde Coletiva configura-se como uma janela de oportunidades importante em um cenário no qual explicações da realidade e busca de soluções precisam ser abrangentes para responder às novas complexidades da nutrição e da inserção da alimentação na esfera dos direitos humanos.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ferreira Neto et al. (2011) | <p>Foram analisadas questões relacionadas ao uso do conceito de subjetividade no campo da saúde pública e as condições históricas e institucionais que o exigem. As buscas em periódicos específicos e livros de referência da região constituem uma estratégia metodológica central. Identificamos três funções a partir do conceito de subjetividade, relacionando-as primeiramente com suas variáveis externas (a trajetória do movimento sanitário e a institucionalização do SUS) e secundariamente com suas variáveis internas (a lógica do campo conceitual teórico).</p> <p>As funções identificadas discutiram a subjetividade (1) como elemento de reflexão sobre a ação social dos atores políticos engajados em projetos de reforma sanitária; (2) como estratégia para traduzir questões assistenciais e gerenciais em prática intersubjetiva; (3) como sujeito e substrato para a geração de autonomia grupal. Entre suas variáveis externas, essas três funções se estabelecem como processos propícios à construção de estratégias micro e macropolíticas que consolidam as relações sul-americanas.</p> |
| Guimarães et al. (2011) | <p>Este artigo teve como objetivo analisar a satisfação dos trabalhadores de saúde mental que atuam em centros de atenção psicossocial (CAPS). A pesquisa é de natureza qualitativa. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada com 19 trabalhadores dos três Caps de Fortaleza (Ceará). O tratamento do material empírico é baseado na análise de conteúdo com ênfase nos eixos temáticos.</p> <p>Os resultados revelam determinantes da (in)satisfação presentes no cotidiano desses trabalhadores. O relacionamento estabelecido com os usuários foi citado como o principal motivo de satisfação, enquanto as condições de trabalho e salário constituíram os principais motivos de insatisfação. Além desses aspectos, as consequências da (in)satisfação no trabalho emergiram em domínios específicos, sociais e organizacionais da vida dos trabalhadores do CAPS, especialmente no que diz respeito à saúde física e mental. Por fim, apontam a urgência de que as administrações públicas implementem estratégias voltadas para a redução da instabilidade nos empregos de saúde, especialmente na saúde mental, a fim de reduzir os malefícios que os empregos acabam por causar.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Tratou-se de uma revisão bibliográfica sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que impõe uma estrutura assistencial baseada em redes de políticas públicas que, aliada ao modelo de financiamento empregado, resulta em falhas de mercado.

Pinheiro
Filho e Sarti (2012)

Concluiu-se que as características institucionais e a heterogeneidade dos participantes, associadas à existência de diferentes redes de atenção à saúde, criam complicações analíticas no estudo da dinâmica global das redes do SUS. Existem limitações no uso de métodos quantitativos baseados em análises estáticas e dados retrospectivos de sistemas públicos de saúde. Portanto, a partir da utilização de uma abordagem quantitativa inovadora baseada em simulações computacionais, propõe-se considerar o SUS como um sistema complexo. Este artigo tenta analisar os desafios e as potencialidades do uso da modelagem de autômatos celulares combinada com a modelagem baseada em agentes para simular a evolução das redes de serviços do SUS. Essa abordagem deve contribuir para uma melhor compreensão da organização, heterogeneidade e dinâmica estrutural da rede de serviços do SUS e ser capaz de minimizar o impacto das falhas de mercado no sistema de saúde brasileiro.

Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a saúde coletiva.

Camargo
(2012)

Fontanela e Gomes fornecem um subsídio importante para o desenvolvimento de estratégias de prevenção do HIV/AIDS, analisando as implicações dos homens jovens para a sexualidade masculina e sua sexualidade. Galvão e Souza exploram as visões político-pedagógicas expressas por gestores de escolas técnicas do SUS em diferentes regiões do país. Ruiz e Gerhardt discutem o papel do Estado na formação da cidadania solidária e na promoção da saúde, a partir de pesquisas em comunidades rurais do Rio Grande do Sul. Ao final desta seção, Silva e Moraes apresentam os resultados de suas análises sobre a visão da política de telemedicina em nosso país.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Este artigo analisou a implementação estadual do Pacto pela Saúde, estratégia para reconfigurar as relações intergovernamentais no setor, no período de 2006 a 2010.

Lima et al.
(2012)

A pesquisa envolveu a análise de documentos, dados oficiais e entrevistas com lideranças federais, estaduais e municipais dos estados brasileiros. Inicialmente, discutiu-se o conteúdo da proposta nacional e suas implicações para a política de saúde. Em seguida, analisam-se os diferentes tempos e graus de implementação do Pacto pela Saúde, bem como o cumprimento por estados e municípios e a formação de conselhos gestores regionais. Por fim, sistematizam-se os múltiplos constrangimentos empíricos observados no país e discutem-se os desafios do processo de descentralização e regionalização do sistema de saúde brasileiro.

Este artigo analisou o desenvolvimento da saúde coletiva no Brasil, um campo baseado em pelo menos três princípios semelhantes às policy sciences definidas por H. Laswell nos Estados Unidos na década de 1950: multidisciplinaridade, resolução de problemas e normatividade.

Vaitsman et
al. (2013)

Com a consolidação da democracia e grandes mudanças no setor saúde, o Brasil também integrou o conhecimento científico às decisões da política de saúde, destacando a produção de saúde coletiva e aproximando ação política e conhecimento. Nos desdobramentos do campo da saúde coletiva, discutiu-se, por um lado, o apoio do Ministério da Saúde à pesquisa voltada para políticas e da Abrasco, reconhecendo o caráter multidisciplinar e normativo da saúde coletiva. Por outro lado, no campo da acreditação acadêmica, as disputas epistemológicas e a competição por recursos financeiros dominadas por formas legalizadas baseadas em critérios biomédicos têm colocado em xeque os princípios normativos, multidisciplinares e orientados a políticas que dão origem ao foro da acreditação acadêmica.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

A partir de uma revisão de resultados científicos sobre o tema, analisou-se se a ESF poderia modificar os modelos de atenção. Quarenta e um artigos publicados entre 2002 e 2010 que atenderam aos critérios de inclusão foram encontrados na base de dados Scielo. Estes são analisados de forma abrangente em termos de instituições políticas, organizações ou assistência técnica.

Silva et al.
(2013)

Os resultados mostraram que, apesar das melhorias no fluxo de trabalho da atenção primária, a maioria dos estudos não demonstrou sua natureza substitutiva. Expandir o acesso universal aos serviços de saúde, aumentar a cobertura e o foco são centrais. Mudanças, como maior aceitação e vinculação, são validadas durante a análise focada nos requisitos. A limitação mais óbvia é a falta de atenção às necessidades de saúde, como territorialização, engajamento comunitário e abordagem intersetorial dos determinantes sociais. Vários graus de implementação da estratégia foram validados, mas ainda não levaram a uma reestruturação do sistema.

Com base no modelo desenvolvido por Walt e Gilson em 1994, o Plano de Saúde Ambiental do Recife (PSA) foi analisado como uma política baseada nos princípios do SUS de promoção da saúde e da Agenda 21.

Lyra (2014)

Os achados destacaram: no campo do contexto, a influência das eleições municipais, as características sociais da saúde do Recife, a escolha do Ministro da Saúde e da equipe gestora, a rigidez do corpo técnico e o crescimento fiscal. Quanto ao processo, os gestores têm destaque especial na captação de oportunidades. Quanto aos atores, destacam-se: gestores; técnicos da indústria; atores fora do setor com construções viáveis. O conteúdo do PSA é coerente com os princípios do SUS e da promoção da saúde. A implementação foi influenciada pela epidemia de dengue (2002) e também por fatores institucionais e culturais que pressionaram o sequenciamento das ações planejadas.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Rocha et al.
(2014)

Foi uma análise política realizada por meio de revisão de literatura e análise documental a partir de uma perspectiva de "triângulo interno". O processo de revisão utilizou: métodos múltiplos de coleta de informações (oficinas regionais e conselhos de saúde, Delphi intra/intersectorial e questionários eletrônicos), fontes de informação heterogêneas, diferentes contextos locais (cinco regiões do Brasil) e validação por pares.

Os resultados foram sistematizados com o auxílio de uma matriz de análise organizada em torno de objetivos, princípios, diretrizes, temas e ações, conduzindo a uma nova minuta da PNPS. Por fim, foi realizada uma oficina nacional para apresentar a síntese dos resultados do processo e o texto revisado, para que fossem definidos os benefícios do processo e os próximos passos para os participantes da nova PNPS.

Fernandes
(2014)

Para tanto, revisou os debates atuais em torno do conceito de capital social e apresenta dois argumentos principais para explorar esse conceito a partir da perspectiva do desempenho institucional: a abordagem associativa de Putnam e a abordagem da inserção da autonomia.

Observou-se que, apesar de muitos problemas, Estados e sociedades podem trabalhar juntos para gerar cidadania ou capital social. Nesse sentido, nenhuma das partes pode prescindir da outra. Como afirma Putnam (2000:413) em sua análise do caso dos EUA, "os papéis das agências locais e nacionais na restauração das comunidades americanas precisam ser complementares; nenhum deles sozinho pode resolver o problema. Outro falso debate é se o governo é o problema ou a solução." Do registro histórico, a resposta exata é que ambos são importantes."

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Oliveira
(2015)

Este artigo analisou a construção teórico-prática da metodologia do apoio matricial por meio de um estudo sobre apoio pediátrico (apoio institucional e apoio matricial), trabalho interprofissional e cuidado compartilhado na literatura recente e documentos oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS). Tentamos descrever estratégias conceituais e metodológicas. O apoio institucional e matricial também são analisados comparativamente através do referencial epistemológico de domínios e núcleos de saber e prática.

A breve discussão apresentada não esgota os temas cogestão, apoio, democratização institucional e prática de saúde, mas considera o objetivo de elucidar as consequências da utilização de conceitos e práticas incorporadas à política pública de saúde brasileira. Da mesma forma, pretende estimular novas investigações e debates por meio da adesão ao Método Paideia (da Roda) a fim de promover a não banalização do “tornar-se torcedor” e o resgate do ativismo democrático.

Dalfior et al.
(2015)

Este artigo apresentou uma discussão metodológica a partir da perspectiva da política institucional do Grupo Strategor francês. Propõe um método de análise da implementação da política pública, visando compreender os problemas existentes no ambiente institucional por meio dos determinantes da política institucional.

O arcabouço da Strategor foi amplo e abre um campo de oportunidade para a compreensão das instituições, possibilitando compreender o desenho de estruturas de incentivos e implementar arranjos cooperativos em redes. A adaptação metodológica desse referencial propõe focar seu foco na análise da implementação das políticas, e para isso são apresentados de forma sucinta os principais elementos dos determinantes institucionais das políticas, mas que demonstraram contribuir para a viabilização dessa ferramenta analítica.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Osmo e
Schraiber (2015)

Para compreender melhor o que a define como conhecimento e ação na sociedade, pesquisadores que trabalham para descrevê-la como campo da ciência e da sociedade resgataram teoricamente considerações históricas e epistemológicas. Primeiramente, com base nessa bibliografia, descreve-se brevemente o surgimento da saúde coletiva.

Notavelmente, surgiu no final dos anos 1970, quando o Brasil passava por uma ditadura militar. A saúde coletiva nasceu nesse período, associada à luta pela democracia e ao movimento pela reforma sanitária. Aponta-se a influência do prevencionismo e da medicina social em sua composição. Ao longo do estudo, são exploradas diferentes tentativas de defini-lo como um domínio de conhecimento e prática. Tentamos apresentar a saúde coletiva com uma definição única, mas dada a diversidade de estruturas descobertas, isso nos permitiu apontar para uma identidade difícil de detalhar e ainda em desenvolvimento.

Lotta et al.
(2016)

Este artigo analisou o programa Mais Médicos tomando como referência a noção de arranjos institucionais, entendidos como as regras, organizações e processos que definem o desenho específico de uma determinada política pública e estabelecem vínculos entre seus atores e interesses. O aprofundamento da análise se dá a partir de quatro categorias consideradas fundamentais para a compreensão dos arranjos organizacionais no caso brasileiro: intersetorialidade, federação, participação social e territorialidade.

Conclui-se, portanto, que a capacidade de construir clareza sobre o programa e suas soluções depende muito da prioridade dada ao programa, que tem conquistado espaço significativo na agenda do governo, ampliando seu nível de clareza e capacidade de engajamento dos atores. No entanto, o sucesso foi parcial em termos do nível de engajamento dos atores não estatais.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Ribeiro
(2016)

Este estudo teve como objetivo analisar as mudanças institucionais das contrapartidas exigidas do programa Bolsa Família, tendo como referencial teórico o novo institucionalismo histórico. Use métodos qualitativos.

Concluiu-se que o prognóstico era ruim para aqueles que apoiavam a mudança do programa de transferência condicionada de renda para uma política incondicional. A intenção de transformar o PBF em renda básica do cidadão está mais distante. Dificuldades macroeconômicas e a presença de um Congresso mais conservador colocam em xeque o aumento dos recursos previstos para a área social, pelo menos no curto prazo.

Dalfior (2016)

Este estudo analisou o processo de implementação das políticas públicas voltadas para hipertensão e diabetes no município de Venda Nova do Imigrante (ES), com foco em Strategor (2000). Durante essa implementação, buscamos identificar os problemas que levaram ao seu resultado satisfatório e o potencial de afetar outras experiências semelhantes.

Aconteceu que a implementação de políticas públicas é um vasto campo representado por redes complexas de diferentes atores que se pactuam e se expressam em um processo de aprendizagem porque, no processo, também criaram novas formas de fazer as coisas.

Silva et al.
(2016)

Com abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise de documentos e entrevistas com informantes-chave. A adoção desse modelo de gestão tem contribuído para a cobertura da atenção primária ao aumentar a cobertura potencial das ESFs, que passou de 7,2% em 2008 para 45,5% em 2015.

Os resultados sugeriram que algumas práticas da lógica contratual precisam ser aprimoradas, como negociação e prestação de contas com autonomia do provedor. A avaliação e o controle enfatizam o processo e não os resultados, e a transparência e o controle social não aumentaram. Um sistema de incentivo ao desempenho foi identificado como um incentivo para melhorar o fluxo de trabalho da equipe de saúde. Concluiu-se que a capacidade regulatória da administração municipal precisa ser aprimorada, mas um importante processo de aprendizado está em curso.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

O método de pesquisa-ação utilizado pressupõe que ações coletivas voltadas para a resolução de problemas são determinadas diagnosticamente a partir da situação elaborada pelos participantes. O diagnóstico é feito através de perguntas aos professores e estagiários e de um ensaio para os alunos.

Velloso et al.
(2016)

Os resultados obtidos com os professores indicaram que a saúde pública era compreendida como responsabilidade do Estado na prestação de serviços preventivos e assistenciais. A saúde coletiva está relacionada ao bem-estar físico, psicológico e social de uma população. Tanto os professores quanto os estagiários que já trabalharam no projeto interdisciplinar acharam a experiência positiva. Os alunos reconheceram que a educação priorizava as condições físicas e sanitárias nas escolas, mas foram identificados fatores de risco para o aprendizado nessas condições, impactando na saúde e na qualidade de vida.

O artigo adotou uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas, pesquisa bibliográfica e bibliográfica como ferramentas de produção de dados, e sua análise ocorre a partir de uma perspectiva teórico-metodológica pós-crítica de inspiração rizoma. A discussão sintetiza os fatores históricos da época (2003-2005), cuja ideia de prática formativa do VER-SUS se mostrou potente na análise empírica; intimamente relacionada aos protagonistas do movimento estudantil e à discussão daquele período.

Maranhão
(2017)

Acreditou-se que a turbulência gerada pelo VER-SUS possui múltiplos pontos fortes, entre eles o incentivo aos alunos para que tenham um papel central em sua formação, não apenas individualmente, mas, principalmente, coletivamente. É problemático com a capacidade de operar na análise do trabalho e do processo de formação, aliando o tecnicismo ao humanismo.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ribeiro (2017) | <p>Este artigo analisou as regiões de saúde do Brasil quanto à sua capacidade de prestação de serviços, à luz do debate sobre a crise do federalismo cooperativo do SUS decorrente do processo de descentralização definido pela constituição de 1988.</p> <p>Concluiu que soluções precisam ser encontradas para melhorar a capacidade do governo de reduzir as desigualdades regionais a partir de uma maior coordenação central.</p> |
| Silva (2018) | <p>Tratou-se de um estudo de caso qualitativo, baseado em entrevistas com gestores públicos e privados entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, e análise documental de instrumentos de gestão e contratos firmados entre eles, em um distrito sanitário.</p> <p>Os resultados indicam interdependência nas relações entre gestores públicos e prestadores privados; assimetrias de poder; interesses e interesses, dependendo do tipo de contrato entre municípios e prestadores; vantagens destacadas e práticas clientelistas.</p> |
| Ravioli et al. (2018) | <p>Uma revisão narrativa da literatura identificou a localização e natureza dos serviços, modelos de gestão, procedimentos metodológicos e achados em 33 publicações. A produção envolve principalmente as práticas conceituais, legais e de gestão do modelo, mas também contratos, aquisições, recursos humanos, financiamento e mecanismos de controle.</p> <p>Concluiu-se que a literatura analisada foi limitada, concentrada no estado de São Paulo, com baixa diversidade teórica, fracas contribuições metodológicas e conclusões inconclusivas sobre a superioridade de um modelo de gestão sobre outro. Novos estudos de avaliação que possam comparar diferentes modelos e julgar seu desempenho e impacto na qualidade da assistência prestada, na saúde da população e na organização do sistema de saúde são essenciais.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Menicucci et al. (2018) | <p>Utilizando uma abordagem institucionalista, com foco na relação entre federalismo e políticas públicas, é realizado um estudo qualitativo a partir de entrevistas com gestores e consultores envolvidos no processo e análise dos anais do congresso CIT (2004-2012).</p> <p>Os resultados mostraram que: as coalizões são o principal órgão para desenvolver iniciativas, mas são razoavelmente influenciadas pelos governos locais; longas discussões refletem altos níveis de dissensão entre os entes federados; e, na ausência de consenso, as questões de financiamento se deslocam para a expansão dos três poderes comprometido político do governo com as fontes de financiamento dos GAAP, a Convenção não altera a dinâmica das relações federativas quanto à composição das redes regionais de saúde.</p> |
| Pereira (2018) | <p>A pesquisa foi desenvolvida em três dimensões de análise: contexto estadual, trajetórias e instituições de descentralização e regionalização da saúde e condições. O estudo mostra que, em ambos os países, um contexto mais geral de redemocratização e descentralização do Estado constrangeu a reforma do sistema de saúde e sua organização político-administrativa. Além disso, fatores históricos, institucionais e políticos influenciaram, especificamente, em cada caso, a organização regional dos serviços, o equilíbrio de poder e a divisão de responsabilidades entre ministérios pela gestão, financiamento e coordenação da política de saúde.</p> <p>O estudo concluiu que a forma como esses fatores se relacionam ao longo do tempo é importante para a compreensão da descentralização e regionalização dos sistemas de saúde em diferentes contextos.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

O'Dwyer et al. (2019)

Este estudo analisou o impacto da crise financeira sobre receitas e despesas, produção de serviços e saúde e indicadores de desempenho na cidade do Rio de Janeiro de 2013 a 2018. Receitas, despesas, parâmetros de prestação de serviços e indicadores de desempenho e saúde, com base em dados de acesso aberto e restrito. Foi utilizada uma análise do regime de Giddens. A receita e a despesa diminuíram, enquanto o investimento e a renda livre aumentaram.

Concluiu-se que os serviços prestados diminuíram, com quedas na cobertura da atenção básica, atendimentos ambulatoriais, internações totais, número de leitos, médicos e agentes comunitários de saúde, número de cirurgias e ocupação hospitalar. Os tempos de espera para ambulâncias, exames e consultas ambulatoriais aumentaram, assim como o número de pedidos pendentes no estatuto. Os indicadores de saúde e desempenho permaneceram amplamente dentro dos parâmetros anteriores, confirmando a capacidade assistencial da atenção básica, apesar do impacto fiscal e estrutural da austeridade. A situação atual ameaça o direito à saúde, e as respostas do governo, como a remoção dos vínculos de renda, sugerem que esse risco aumentou.

Nunes et al. (2019)

Por meio da análise documental, foi possível explicar as tensões que surgiram durante esse processo e seu impacto na reforma psiquiátrica brasileira como um processo complexo, especialmente para as redes de atenção psicossocial. Como caso paradoxal de contrarreforma, discute-se o exemplo do estado da Bahia, que propôs recentemente o fechamento de instituições psiquiátricas em uma direção que declarava sua intenção de desinstitucionalizar os internados, o que é coerente com as mudanças na política de saúde mental no Brasil.

Concluiu-se que o risco de aprofundamento das crises sanitária, social e econômica em todo o país exige o reforço das medidas de advocacia e mobilização para evitar a perda dos mecanismos de proteção social, que incluem também a ameaça simultânea dos direitos humanos da saúde mental e a inclusão.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Aciole e
Pedro (2019)

O trabalho em saúde foi atravessado por uma forte dinâmica entre intencionalidade e postura, onde a construção de um sistema único de saúde agudiza questões relacionadas ao uso do trabalho e seu desgaste, suscitando o debate e a reflexão sobre a saúde de quem se preocupa com sua saúde.

Como ensaio sobre essa questão, este estudo aborda os domínios discursivos da prática da enfermagem e da gestão do trabalho em saúde, procurando identificar convergências e aproximações entre teorias da 'psicodinâmica do trabalho' e propostas que promovem a centralidade da subjetividade do trabalhador. A produção do trabalho em saúde e o cuidado humano integral pelo Ministério da Saúde Coletiva.

Burigo e
Porto (2020)

Além de revisão bibliográfica, análise de relatórios de conferências nacionais de saúde e políticas públicas, o artigo se baseia na experiência acadêmica e combativa da autora em diversas entidades, fóruns, redes e movimentos sociais que o Movimento atua como espaço de expressão entre coletivos saúde e agroecologia. Ao longo do artigo, discute-se o contexto histórico, institucional, político e epistemológico desse diálogo, que só se aprofundou nos últimos anos.

Por fim, foram discutidos alguns desafios e questões estratégicas para seguir em frente diante de graves contratempos.

Rodrigues
(2020)

Foram realizados seis encontros denominados Simpósio Saúde do Trabalhador, método investigativo que reúne trabalhadores e pesquisadores para discutir questões relacionadas ao trabalho e à saúde. A análise do material foi realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo na modalidade temática. Com base nas transcrições das conversas da oficina, foram identificados os temas principais, a saber: intensificação e extensão da jornada de trabalho; saúde do professor; jornada de trabalho e privação do sono; saída e estratégias de defesa da saúde.

Observou-se que as estratégias de defesa da saúde são individuais e grupais, por meio da colaboração e do tempo de convivência. Foram identificados temas de combinações intensivas e extensivas de jornadas de trabalho associadas a condições precárias de trabalho. Conclui-se que o tempo instrucional é estruturado por regras e valores sociais, ditados historicamente por novos padrões de governança no contexto das universidades públicas.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Massuda (2020) | <p>Este artigo discutiu o provável impacto de novas políticas, com base em uma breve análise de histórico das tendências globais no financiamento do sistema de saúde e pagamento por serviços de saúde, bem como progressos, desafios e ameaças na APS e no SUS.</p> <p>Com base na análise realizada, entende-se que a nova política parece ter um objetivo restritivo que limita a universalidade, aumenta as distorções de financiamento e leva a um foco das ações da APS no SUS, ajudando a reverter a histórica redução na conquista da desigualdade em saúde no Brasil</p> |
| Ceccon et al. (2021) | <p>Tratou-se de um estudo qualitativo realizado em 8 cidades brasileiras no ano de 2019. Participaram do estudo 190 sujeitos, cujas informações foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada e analisadas à luz do referencial teórico da hermenêutica dialética.</p> <p>Foram identificados problemas de acesso, atenção domiciliar, redes de atenção à saúde e trabalho interprofissional. Essas equipes realizam a prática de acordo com a lógica do modelo biomédico e são centradas nos profissionais médicos, embora sejam identificadas ações de promoção da saúde e prevenção da doença. Há necessidade de qualificar a APS e ampliar a prática para incluir um núcleo de saberes não tradicionalmente contidos na equipe. Além disso, o papel do Estado deve ser fortalecido e políticas públicas específicas devem ser desenvolvidas para os idosos dependentes e seus cuidadores.</p> |

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Para produção de dados, entrevistou-se informantes-chave de alunos e professores de sete instituições públicas de ensino superior no nordeste da China. As entrevistas foram gravadas, transcritas, categorizadas e analisadas por meio da análise temática de conteúdo. Além disso, foi realizada uma análise documental dos cursos lattes dos professores fonoaudiólogos responsáveis pelo componente curricular saúde grupal em instituições de ensino superior públicas brasileiras identificadas pela técnica "bola de neve". Essa análise permitiu determinar perfis de formação, atuação e publicações docentes.

Telles (2021) Os dados gerados foram organizados usando o software IBM SPSS versão 20, estatísticas descritivas foram geradas e análises de correspondência múltipla foram realizadas. Resultados: Na análise das entrevistas dos alunos, constatou-se que eles tiveram experiências formativas em saúde coletiva que favoreceram o aprendizado no SUS, mas apresentaram fragilidades na integração interprofissional e de conteúdo.. Na análise da formação, atuação e produção docente, é concebível que existam docentes que não possuem formação pós-graduada em saúde coletiva e publicada na área de clínica fonoaudiológica. Além disso, ao analisar essa realidade entre as regiões do país, observam-se diferenças na formação e no desempenho dos professores, com mais professores formados, atuando e publicando em saúde pública no Nordeste. Conclusões: No Nordeste, embora a saúde pública tenha um papel na problematização e inserção da formação do fonoaudiólogo no contexto do SUS, mas há necessidade de superar a lógica da fragmentação na formação discente, com outros componentes do curso também responsáveis pela formação de profissionais com competências para atuar no SUS. Além disso, em âmbito nacional, foi identificada a presença de docentes responsáveis pelo componente saúde grupal, mas que não possuem formação e divulgação na área, alertando para o conseqüente enfraquecimento da saúde grupal na fonoaudiologia.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Brito et al.
(2022)

Com o objetivo de identificar e sintetizar definições e práticas de apoio institucional implementadas no contexto da atenção primária à saúde no Brasil, segundo a metodologia Paidéia, que promove a democratização das instituições e a adoção de novos arranjos e equipamentos de gestão e processos de trabalho, foi realizado um levantamento foi realizada entre 2005 e 2019 Revisão abrangente da literatura.

O corpus analítico incluiu 24 publicações explicando os aspectos operacionais de definição e início, fragilidades de integração entre ampliação do escopo de clínicas e gestão compartilhada, o que deve acontecer na dialética entre apoio institucional e apoio matricial, a necessidade de fortalecer apoiadores institucionais funcionais, Atuar como facilitador metodológico e reformular mecanismos tradicionais de gestão e estratégias de educação em saúde de longo prazo no sistema único de saúde.

Levcovitz
(2022)

A metodologia de pesquisa seminal sobre o tema no período de 1974-2000 foi revisada para revisar livros publicados entre 2001 e 2018 nas revistas Cadernos de Saúde Pública, Ciência & Saúde Coletiva, Revista de Saúde Pública e Saúde em Debate, bem como livros escolhidos por intuição, coleções e ensaios.

Essa abordagem também conduziu a uma restauração da orientação metodológica das categorias de participação política e totalidade dialética na origem da saúde coletiva, entendida como "a visão da realidade social como um todo orgânico e estruturado no qual não se pode compreender um elemento, um aspecto." , uma dimensão, sem perder sua relação com o todo" 21 (p. 23-4), a rejeição da linearidade causal na explicação de fenômenos complexos e a pseudoneutralidade do positivismo na explicação desses fenômenos, na política baseada em evidências , não tem valor. Ele os entende como imbuídos de visões sociais do mundo como "coleções estruturadas de valores, representações, ideias e orientações cognitivas.

Quadro 8: Amostras analisadas que não utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google Acadêmico – Continuação.

Silva (2022)

Com base na teoria estruturada de Giddens, este estudo teve como objetivo analisar as estratégias adotadas por cinco municípios do Brasil para garantir os direitos dos pacientes com câncer, a partir da experiência de gestores e profissionais de saúde no contexto de um sistema único de saúde. Foram conduzidos estudos de caso múltiplos. A unidade de análise foi o município e a subunidade a unidade de atendimento oncológico elegível. A partir de entrevistas, analisou-se o comportamento estratégico de 10 gestores e 15 profissionais de saúde. Os resultados foram sistematizados em três dimensões: ajuda, justiça e sociedade.

Destacou-se: a necessidade de ampliar e organizar as redes de atenção diagnóstica e curativa; a preocupação com o alto volume de litígios, tanto para a sustentabilidade econômica do sistema de saúde quanto para a promoção de iniquidades; poucas soluções assistenciais porque não atendem a todos Servindo aos necessitados.

Aleluia et al.
(2022)

Foi realizado um estudo para avaliar o nível de análise regional e produção de dados, combinado com entrevistas com informantes-chave e análise de documentos. Fontes e dados são confrontados com as categorias analíticas do Triângulo do Governo, apresentando uma adaptação dos resultados e uma análise da capacidade do governo.

Conclui-se que quando os gestores e os espaços de cogestão não conseguem influenciar as decisões políticas regionais, as regiões interestaduais de saúde apresentam baixa capacidade de governança, limitando-se a estratégias normativas e sancionadas de governo. A incapacidade governamental do SUS é predominante nos distritos sanitários interestaduais, e seu desenho político muitas vezes torna-se um projeto indeterminado, confinado a um plano ideológico. Obter uma ampla apreciação da literatura por meio de um referencial teórico robusto é a contribuição metodológica deste estudo para a análise política da gestão do SUS em espaços pouco investigados, como as fronteiras interestaduais.

Quadro 10: Amostras analisadas que não utilizam a AI como método mas estabelecem um diálogo com os conceitos da metodologia – Base de dados Google acadêmico

Combinação de palavras-chaves: “Análise institucional, políticas públicas e saúde coletiva”

Autor/a/es:

Método utilizado

Luz (2000)

O artigo fez uma análise documental das políticas de saúde em diversas conjunturas, e destacando a progressiva diversificação de atores políticos que nelas intervêm.

O artigo concluiu pela existência de um processo de efetiva descentralização nas políticas na década de 1990, embora sem uma verdadeira desconcentração do poder político.

Campos
(2000)

Tratou-se de um estudo qualitativo em que são analisadas técnicas de planejamento relacionadas ao referencial teórico da saúde coletiva por meio de um estudo de caso no Serviço de Saúde Cândido Ferreira (Campinas, São Paulo).

Os resultados traçaram uma proposta de abordagem metodológica que visa subsidiar as técnicas de planejamento como meio de alcançar a mudança institucional. Enfatiza a importância do planejamento das regiões em diálogo com outras instituições teóricas: análise institucional, psicanálise, saúde pública, etc.

Quadro 9: Amostras analisadas que não utilizam a AI como método mas estabelecem um diálogo com os conceitos da metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

| | |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Campos (2005) | <p>Neste trabalho, procurou problematizar o tema dos encontros de cuidado entre usuários e trabalhadores de saúde. Usando a crítica hermenêutica e os métodos narrativos, linhas narrativas são traçadas brevemente para relacionar os tópicos estudados a elas.</p> <p>Os resultados forneceram algumas categorias da psicanálise e da psicoterapia institucional para repensar as dimensões da exposição profissional do usuário e sua relação com instituições, clínicas, acolhimento e administração. Finalmente, com base na elaboração de Kristeva, propõe-se a conexão metodológica entre narrativa textual e experiência.</p> |
| Spagnol (2005) | <p>Foi realizado uma revisão bibliográfica sobre a gerencia e atuação da enfermagem em saúde coletiva.</p> <p>Os resultados partiram do princípio de que a gestão em enfermagem hoje precisa ser vista e praticada com novos olhares pautados no campo da saúde coletiva. Aproximar-se desse campo, portanto, além de ajudar a ampliar conhecimentos e questionamentos sobre o tema, também ajuda a compreender a equipe assistencial como um coletivo de sujeitos sociais em ação, pois o trabalhador é um ser humano dotado de interesses, necessidades e aspirações próprias, que criam relações sociais, pois interagem constantemente com outros sujeitos e podem adquirir a capacidade de interferir em sua realidade. O principal objetivo desse coletivo organizado é prestar assistência integral à população, atuando de forma ética, digna, segura e humana.</p> |
| Onocko- Campos (2006) | <p>Trata-se de uma discussão preliminar de possíveis instrumentos metodológicos para o estudo de avaliação da rede dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do SUS.</p> <p>A aproximação desses dois campos foi considerada essencial para a constituição de um campo interdisciplinar de conhecimento e prática, e apontada a necessidade dessa fusão para desenvolver o processo avaliativo sistemático do CAPS.</p> |

Quadro 9: Amostras analisadas que não utilizam a AI como método mas estabelecem um diálogo com os conceitos da metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Pasche et al.
(2011)

A análise da literatura enfocou mudanças na composição e estratégia de ação, incluindo mobilização social, apoio às instâncias administrativas, serviços e equipes de saúde e desenvolvimento de processos de formação de apoiadores institucionais.

Considerando que a política humanizada do SUS constitui efetivamente um desafio de política pública, apresenta alguns dos resultados alcançados nos primeiros cinco anos de existência, bem como os limites e perspectivas, senão a mobilização das forças sociais para além do estado.

Périco (2014)

O objetivo deste artigo foi pensar a clínica de atenção psicossocial a partir de referenciais teórico-técnicos e ético-políticos psicanalíticos e marxistas, levando em conta a análise de paradigmas, a hipótese de Costa-Rosa, que define os paradigmas psicossociais como um passo além do aprendizado da psicose brasileira Organização da Reforma.

Acontece que a instalação Intercessor se baseou amplamente na psicanálise e no materialismo histórico – bem como na inspiração da análise institucional francesa e na filosofia da diferença – para definir dois momentos distintos de produção: o momento da prática clínica com o sujeito e a instituição do prática coletiva de trabalho; um momento de reflexão teórica que produz a posteriori no processo de produção realizado no primeiro momento.

Oliveira e
Silva (2016)

Tratou-se de uma revisão bibliográfica que trata da formação de profissionais de saúde pública na rede pública e nos sistemas únicos de saúde.

Concluiu-se que os egressos da saúde pública têm o setor público como principal campo de trabalho, que a saúde pública é considerada complexa e que seus participantes desempenham principalmente funções geradas pela pós-graduação, aliada à saúde pública que formam trabalhadores de saúde competentes Qualquer nível de complexidade é tratada profissionalmente no SUS, valorizando a qualidade do serviço prestado por equipes multidisciplinares.

Quadro 9: Amostras analisadas que não utilizam a AI como método mas estabelecem um diálogo com os conceitos da metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Ferigato et al. (2018)

Este foi um estudo qualitativo baseado na abordagem de estudo de caso comparativo, com foco na exploração dos dados disponíveis nas plataformas públicas e publicações de ambas as redes sobre as duas experiências. Com base em três eixos de análise, serão apresentados os dados Webométricos dos casos estudados, apontando as diferenças e semelhanças entre eles: (1) referencial teórico conceitual; (2) design da plataforma, função e seu processo de suporte diário; (3) unicidade de ligação da política.

A discussão desses pontos sugeriram que as redes sociais podem ser utilizadas como ferramentas de formação, de geração de acervos de experiências, de colaboração clínica e, principalmente, de criação colaborativa de espaços de compartilhamento de experiências e reflexão coletiva na construção cotidiana, políticas públicas.

Guizardi et al. (2019)

Tratou-se de um estudo bibliográfico realizado entre janeiro de 2016 e outubro de 2017 no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O corpus empírico do estudo contém 68 documentos.

Os resultados sugeriram que é um desafio ampliar a escala e a influência política e cultural dessa forma de intervenção para que não sejam moldadas e voltadas apenas para a qualificação dos processos de trabalho, e conseguir democratizar as instituições de saúde por meio de intervenções substantivas.

Quadro 9: Amostras analisadas que não utilizam a AI como método mas estabelecem um diálogo com os conceitos da metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

O objetivo foi analisar o perfil das dissertações sobre travestismo, transexualidade e saúde em programas de pós-graduação estritamente no Brasil por meio de um estudo baseado em um referencial teórico-metodológico de análise bibliométrica. Os 65 trabalhos selecionados foram extraídos do Catálogo de Artigos Coordenados sobre Cultivo de Talentos no Ensino Superior e da Biblioteca Digital de Artigos Brasileiros.

Lima et al.
(2020)

Verificou-se que a maior parte dos trabalhos é proveniente de programas de pós-graduação em saúde coletiva (27%) e dissertações (82%) de instituições federais de ensino superior (65%) das regiões Sul e Sudeste (70%). Os métodos qualitativos foram os mais utilizados (82%), sendo os processos transgêneros no SUS o tema principal (35%). Os trabalhos brasileiros sobre o trigêmeo transgênero-transgênero-saúde aumentaram nas últimas duas décadas, com menos foco em travestis e doenças transgênero e mais foco na sociedade, organizações, mostra estudo Fatores políticos que interferem no acesso dessas pessoas à saúde. Mesmo assim, há a necessidade de expandir as pesquisas sobre o tema para outras regiões do país para impactar positivamente na produção científica e em um sistema de saúde mais equitativo e universal.

O texto constituiu cinco platôs por meio de exame bibliográfico, pensado para dar visibilidade e dizibilidade em diálogo com a emergência de novas realidades socializadas no contexto atual.

Merhy et al.
(2022)

Com isso, acabou com a destruição do mundo pré-pandêmico, que não existe mais, e abre as portas para a construção de um “outro mundo” em que a diversidade da vida seja comum a todos, e geralmente equivalente a qualquer posição. Ética na ação em saúde.

Quadro 9: Amostras analisadas que não utilizam a AI como método mas estabelecem um diálogo com os conceitos da metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Sousa (2021) Na perspectiva dos alunos que abandonam a escola, teve consequências institucionais, afetando não só o indivíduo, mas também o desenvolvimento de toda a sociedade. Esta investigação teve como objetivo compreender os determinantes da evasão das aulas de saúde coletiva da Faculdade UnB Ceilândia. A amostra foi composta por alunos evadidos e não evadidos do programa entre o primeiro semestre de 2015 e o segundo semestre de 2019, e a coleta de dados foi realizada por meio de questionário enviado por e-mail, envolvendo um total de 151 respondentes. Com base na literatura nacional e internacional, foram consideradas três dimensões para analisar os motivos da evasão: (i) motivacional e pessoal, (ii) socioeconômica e familiar, (iii) institucional e acadêmica.

Os resultados foram analisados por regressão logística e análise de conteúdo. A partir dos resultados do estudo, concluiu-se que as variáveis que apresentaram significância estatística quanto ao abandono dos programas estudados foram: (a) idade; (b) sexo; (c) identificação com o programa; (d) escolaridade da mãe (e) Subsídios de longo prazo. Na abordagem qualitativa, a preocupação com o ingresso no mercado de trabalho, o desconhecimento do curso e os problemas pessoais foram destaque nas apresentações dos alunos.

Barbosa et al. (2021) Ele prevê a interseccionalidade de uma perspectiva pós-estruturalista. Seu objetivo é facilitar a construção de espaços problematizados a partir das contribuições da saúde para as ciências sociais e humanas, campo amplo e diversificado da saúde coletiva que reflete concepções ampliadas de saúde em suas diversas interfaces. Através desta perspectiva, buscamos substituir a causalidade direta entre isolamento social e violência contra as mulheres por uma análise sócio-histórico-política que liga microssociedades, sociedades idiossincráticas, a contextos macrosociais para revelar desigualdades e experiências passadas de violência.

Em conclusão, o fenômeno histórico da violência contra a mulher e sua exacerbação no contexto da pandemia de covid-19, uma perspectiva teórica interseccional combinada com o institucionalismo condena como a sociedade patriarcal brasileira organiza a violência para proporcionar um processo produtivo para abrir caminho para o livre, poderoso e subjetividade revolucionária, com e para que as mulheres construam outras possibilidades de ser/viver/agir em tempos de distanciamento e isolamento social.

Barata
(2022)

Este artigo apresentou os conceitos de esfera social, intelectual e científica propostos por Pierre Bourdieu para descrever brevemente a composição da esfera da saúde coletiva e sua institucionalização no Brasil, destacou os diferentes movimentos que antecederam sua criação, como a medicina preventiva e a medicina social e como o novo campo difere deles.

O texto mostrou que na formação e institucionalização do campo, vieram à tona seus aspectos teóricos, processos de formação e práticas políticas. O texto também destacou a importância da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) na consolidação da saúde coletiva no Brasil.

 Quadro 11: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico

Combinação de palavras-chaves: “Análise institucional, políticas públicas e saúde coletiva”

Autor/a/es:

 Método utilizado juntamente com a AI e resultados

Por meio de revisão de literatura e metodologia dialética, o artigo explorou o campo e o núcleo do saber e da prática da saúde coletiva, transcende o positivismo e o estruturalismo e critica sua tendência a ocupar uma posição superior no campo da saúde. A partir dessa análise, formulam-se propostas de debate, principalmente relacionadas à saúde coletiva entendida como construção sócio-histórica de temas específicos, tendo como base teórica a inteligência artificial.

 Campos
(2000)

Concluiu que inventar a saúde para Basaglia (1985) significava mais do que uma invenção técnica, pois ele vinculava esse conceito à reprodução social do paciente. A reconstrução da saúde coletiva passará por uma mudança de ênfase: antes da doença, depois da estrutura, e agora também do fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos. Porém, mudar o foco não significa abrir mão de outros aspectos. Como produzir sujeitos saudáveis sem considerar a doença ou a possibilidade de adoecer? Ou aspectos estruturais (ambientais, legais, normativos) não avaliados criticamente? O fortalecimento da perspectiva disciplinar difere da antidialética positivista da medicina, que assume a doença, irresponsável pela história de disciplinas específicas; e supera o estruturalismo da saúde pública tradicional, que delega quase toda a responsabilidade pela produção de saúde ao Estado e às instituições técnicas. Em conclusão, é necessário não só investir na dimensão física dos sujeitos em consonância com as tradições da saúde pública (como a vacinação), mas também vê-los como cidadãos de direitos e como detentores de capacidades criticamente reflexivas e críticas. Escolha um curso de ação mais autônomo. Vida.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a IA como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Este artigo refletiu, por meio de uma revisão bibliográfica, as origens, a história e os fundamentos conceituais da subjetividade do que é considerado sujeito da loucura.

Torre e
Amarante (2001)

Analisou a importância do conceito de alienação espiritual na formação do locus social da loucura na sociedade moderna, e assim a composição do sujeito alienado, sem subjetividade e desejo: “medicalizando” o não sujeito da loucura. Em continuidade, após articular a genealogia da subjetividade, reflete práticas atuais no campo da saúde mental que propõem uma construção coletiva do sujeito louco, não mais como sujeito alienado, mas como protagonista, ou seja, com loucas novas relações sociais.

Na história recente, a saúde coletiva foi institucionalizada em duas dimensões: teoria-prática e política-ideológica. Este artigo busca utilizar a revisão bibliográfica e os conceitos de IA para compreender a "saúde coletiva" como instituição.

L'Abbate
(2003)

Conclui-se que a análise institucional é um método que busca a transformação institucional a partir das práticas e discursos de seus sujeitos, e que o uso de suas ferramentas na saúde coletiva tem, por assim dizer, um enorme potencial de crescimento, levando em consideração as dimensões da investigação, intervenção e formação profissional. Além de tudo isso, a própria saúde coletiva é analisada como uma instituição complexa, contraditória, entrecruzada por muitas instituições.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Pedrosa
(2004)

Este artigo pretendeu tomar como referência a política de saúde brasileira para levantar algumas questões para debate em torno da perspectiva da avaliação em promoção da saúde. Baseia-se no conceito de análise institucional, encarando a avaliação e promoção da saúde como um campo complexo e ambíguo com diferenças conceituais, metodológicas e práticas, como analista do status quo.

Os resultados sugeriram que a avaliação é uma ferramenta de aprendizagem que emerge dos encontros dos participantes envolvidos nas propostas de mudanças e é essencial para a construção participativa da política de promoção da saúde.

L'Abbate
(2004)

Através de uma revisão bibliográfica, um levantamento histórico da inteligência artificial, uma discussão sobre educação em saúde e como o método contribui para isso.

Para os analistas institucionais, sempre que trabalham em equipe, é importante perceber que a equipe é um aparelho em si (Barros, 1994), interseccionando instituições e instituições, na verdade, diferentes tipos de vínculos entre os participantes. Mesmo com objetivos claros voltados para o controle de doenças, desconforto ou tecnologia de aprendizado, existem muitas outras "lateralidades" em jogo ao formar uma equipe.

Rodrigues
(2004)

Este artigo foi resultado de alguns debates ocorridos na disciplina eletiva do curso de graduação em psicologia "Psicologia e Comunidade" ministrado pela professora Heliana de Barros em 1994, que foi norteado pela análise institucional e seus conceitos.

A análise institucional insistiu em dar voz à nossa formação: incorporar o efeito Lurlau em nossas ferramentas pode nos ajudar a escapar dos constrangimentos que o limitam. Este artigo tanto contribui para a história da AI francesa ao mostrar a inegável vinculação entre as formas assumidas por ações, intervenções, teorizações e escritas e diagnósticos atuais. Porque se a IA intervir mesmo sob demanda, tal marca está vinculada a um determinado tempo.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Silva (2005) Este artigo teve como objetivo traçar um panorama do discurso e da prática em torno do conceito de responsabilidade no campo da saúde mental, à luz do processo de negociação, demarcação e delegação de responsabilidade pelo cuidado entre profissionais, familiares, usuários e membros da comunidade, uma estudo de campo realizado no CAPS do município do Rio de Janeiro Pesquisa.

Portanto, “o atendimento é responsabilidade do território” é um dos discursos. A implantação de "técnicos de referência" nos centros de atenção psicossocial é um exemplo dessas mudanças. Pode-se ver como as práticas relacionadas ao engajamento, conexão e sugestão são técnicas que iluminam suas funções terapêuticas e gerenciais.

Cunha et al. (2006) Os estudos sobre a história da prática psi no Brasil, quando se referem à IA, são adeptos de incorporar a trajetória desse paradigma ao processo de difusão da psicanálise. Este artigo é parte de uma pesquisa dedicada à construção de diferentes histórias. Com isso em mente, priorizamos os momentos e núcleos organizacionais em que hipotetizamos que a IA afeta diferencialmente os padrões de treinamento e intervenção dos agentes. Dentre esses centros destaca-se o Departamento de Psicologia Social da UFMG, que tem o IA francês como uma de suas referências desde a década de 1960 e que em 1972 hospedou Georges Lapassade, um dos idealizadores desse paradigma. Lapassade). Usando a entrevista de Rapasad como analista, buscamos uma compreensão analiticamente crítica do funcionamento do setor. Para o efeito, para além do recurso aos tradicionais documentos escritos, recolhemos também histórias de vida orais de antigos participantes.

A participação neste processo permite aos recém-chegados à Universidade trabalharem ao lado de colegas e professores mais antigos, proporcionando uma exposição precoce a conteúdos disciplinares, áreas de formação, múltiplos autores e teorias, temas de investigação e muito mais. Essa ligação entre militância e formação em pesquisa marcou de forma indelével uma geração de estudantes que começou com o envolvimento em movimentos estudantis e passou a trabalhar com movimentos populares e comunidades.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Fagundes
(2006)

Este trabalho relatou e defendeu a construção de uma pedagogia sugestiva que se propõe a configurar o ensino como gestão de processos de mudança em si e em seu entorno, encontrados na realização de currículos de aperfeiçoamento e especialização, componentes políticos dos projetos de saúde.

A saúde mental coletiva não existia antes desse caminho, ela se formou no úmido caminho do desejo através das vidas singulares de trabalhadores, gestores, participantes e seus familiares e formadores, que participaram do frenético processo de despsicotização e mudança na gestão de si e dos outros ' ambiente. Existe apenas uma pedagogia que pode sustentar esse movimento por causa de sua identidade coletiva, cidades, ideias, aprendizados. Não pode ser uma clínica individual de nossa miséria, pois isso fica aquém da era híbrida de coletivos, cidades, ideias e aprendizados. A dissertação emite uma carta náutica ou um mapa de leitura das intervenções educativas na política pública de saúde, cujos traços se entrelaçam por matrizes e lateralizações, com pontos de apoio, vazios de incompletude, devires produtores e outras vontades: um convite à participação. Nau da Liberdade Saúde Mental Coletiva Cartas Náuticas da Transformação Navegando em Águas Que Contém Pedagogia.

Abrahão
(2008)

O objetivo deste estudo foi analisar essa experiência, identificando os arranjos coletivos na perspectiva dos espaços de autogestão. Como foco da análise, focalizamos a dinâmica gerada pela subjetividade que permeia os comitês gestores dos hospitais-alvo do estudo. Os diários institucionais e a observação simples foram escolhidos como métodos de pesquisa.

Os resultados mostraram um mapeamento dos processos colegiados, sugerindo que a formação coletiva é conformada por um modelo centrado em experiências gerenciais compartilhadas, em que o desencadeamento de processos de responsabilidade compartilhada pode promover uma dinâmica homogênea com abordagem espacialmente gerida. O artigo também considera alguns dos elementos que compõem o movimento de autogestão que existem nos conflitos que surgem durante processos de gestão heterogêneos.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Barreto
(2010)

O estudo foi um estudo de intervenção em uma instituição odontológica com um grupo de dez dentistas realizado em seis sessões, cada uma com aproximadamente uma hora e meia de duração, sobre prática odontológica e relacionamento com pacientes e colegas. Sua proposta é investigar o impacto da análise do discurso institucional, método desenvolvido por Marlene Guirado. A mobilização das posições discursivas dos participantes e o acompanhamento de possíveis mudanças na relação entre os agentes da agência e os clientes são analisados especificamente nas dimensões da ação e do grupo.

A dissertação defende que a análise do discurso institucional é uma rica estratégia de pensamento que vai além das entrevistas e como muitas vezes ela opera, especialmente para o trabalho em grupo, como reconhecem nossos temas propostos. Este método também é sugerido como referência para novos estudos de intervenção no campo da psicologia e da psicanálise, não apenas estudos de grupo. A riqueza desse recurso refere-se à elucidação de áreas do conhecimento na ruptura das instituições mencionadas juntamente com outras contribuições epistemológicas, como a análise do discurso francesa, a análise de instituições específicas e o pensamento de Foucault.

Pezzato e
L'Abbate (2011)

Este estudo fez parte de uma pesquisa que analisou o trabalho de um grupo de profissionais de saúde bucal dispostos a propor estratégias inovadoras de cuidado no cotidiano da atenção básica do SUS Campinas-SP.

A realização desses registros permitiu aos trabalhadores diurnos refletir sobre suas próprias práticas, desnaturalizando-as, permitindo explorar as complexidades do trabalho em saúde bucal na atenção básica. Essa também se mostrou uma forma possível de dar sentido à sua “prática”, tanto individual quanto coletivamente.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Barros et al.
(2011)

Este artigo discutiu a estruturação de uma abordagem de análise/intervenção no contexto da política pública de saúde claramente delineada nos princípios da Política Nacional de Humanização Hospitalar Geral do SUS. Apresenta o apoio institucional como uma abordagem que se manifesta como uma forma de fazer que persegue a formação de equipes, a análise dos fluxos de trabalho e a problematização envolvendo os modelos de gestão.

A política de nacionalização aposta na produção saudável, ou seja, na produção do sujeito. A produção saudável é um processo em rede que envolve sujeitos, processos de trabalho, saberes e poderes. O desafio do apoio é estimular os sujeitos dessa rede a assumirem o papel de protagonistas e estimular o potencial criativo da vida para construir novas formas de gestão do trabalho e não novas formas de subordinação.

Peduzzi, *et al*,
(2011)

A contribuição do comportamento gerencial para promoveram a prática interprofissional é examinada. Trata-se de um estudo qualitativo realizado em 21 serviços públicos de saúde da região de São Paulo por meio de entrevistas semiestruturadas com 21 gerentes (supervisores), utilizando técnicas de análise temática.

Assim, para facilitar o trabalho em equipe, os gestores utilizaram as seguintes ferramentas: comunicação, construção do comprometimento da equipe e dos funcionários com os projetos institucionais, estímulo à autonomia da equipe, esclarecimento de responsabilidades e prestação de contas, promoção da mudança de cultura institucional e fiscalização externa. Concluiu-se que a comunicação e outras ferramentas, quando aplicadas para facilitar o trabalho em equipe, são voltadas para o trabalho, ou seja, voltadas de forma eficaz e eficiente para as necessidades de saúde dos usuários.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Melo et al.
(2011)

Este artigo teve como objetivo propor uma AI na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) por meio da análise de elementos das relações sociais e profissionais da instituição e da prática hospitalar, buscando desvelar os ambientes conflituosos necessários e inadiáveis para a mudança do cotidiano que se cristalizou a partir do hospital muitas vezes

Concluiu-se em leituras teóricas e relatos empíricos sobre intervenções institucionais, e mostra-nos que este caminho é possível, discutindo e enquadrando esta criticidade desde o grupo. Para este trabalho, convocamos os psicólogos que integram qualquer equipe institucional a estarem sempre atentos a contribuir para esta postura crítica, questionando o que há de natural nas relações pessoais e institucionais.

Filho e
Barros (2012)

Este artigo apresentou estratégias de análise da intervenção no trabalho em saúde, com base nos fundamentos teóricos e metodológicos da Política Nacional de Humanização/PNH.

No contexto dos desafios atuais do trabalho em saúde, são apresentados princípios e dispositivos para a humanização da enfermagem e da gestão no SUS, agregando conceitos em torno da compreensão do trabalho como atividade, serviço e subjetividade. Articulando esses conceitos referenciais, discutem-se as estratégias de apoio institucional como forma metodológica de analisar os processos de intervenção nas instituições de saúde.

Lobato et al.
(2012)

A implementação do SUS no Brasil precisa avançar. Os profissionais de saúde estão impulsionando mudanças na prática no mundo do trabalho. Este artigo busca compreender algumas das possibilidades de levar em conta as dimensões políticas na formação desses trabalhadores. A área de estudo é um programa de residência multidisciplinar em saúde no interior de São Paulo. Para a produção dos dados, além das observações, foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com residentes, tutores, tutores e coordenadores do programa. A análise divide-se em dimensões políticas do poder na prática docente e na prática da gestão residencial. O poder reside no ensino, na gestão dos espaços e na enfermagem. As tensões desencadeiam um processo de autoanálise dos sujeitos envolvidos e, em sua formação, oferecem novos arranjos.

Claramente, esses abrigos podem ser um espaço para a formação de trabalhadores da saúde em defesa do SUS.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

| | |
|-----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Archanjo e Schraiber (2012) | <p>Os resultados do estudo apresentado neste artigo visaram estudar a atuação do psicólogo em uma unidade essencial de saúde gerida por uma das coordenadorias de saúde do município de São Paulo. O desempenho ocupacional é analisado a partir do processo de institucionalização da psicologia clínica na saúde pública, discutido a partir do entrelaçamento de dois aspectos históricos principais: o status sócio-ocupacional conferido à profissão quando foi regulamentada e como esse status ocorreu em decorrência da Política de Mudanças na Saúde Mental no Estado e no Município de São Paulo na década de 1970.</p> <p>Concluiu-se que os pressupostos da psicologia social comunitária têm sido resgatados por meio de estratégias de pesquisa-ação, pesquisa psicossociológica, intervenções institucionalistas e engajamento com as comunidades, priorizando esforços educativos e sensibilizando as pessoas para criar seus próprios caminhos para melhorar as condições de vida (Rodrigues e Ronzani, 2006; Martins e Vecchia, 2009).</p> |
| Tamaki et al. (2012) | <p>O objetivo deste estudo foi desenvolver uma metodologia para a constituição de uma equipe de monitoramento e avaliação da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A utilização e implementação sistemática de um processo participativo possibilitou identificar uma estratégia efetiva de construção de ferramentas de gestão em parceria entre pesquisadores, instituições acadêmicas e gestores do SUS.</p> <p>O grupo de especialistas optou pela sistematização final dos indicadores de gestão do SUS em termos de necessidades, insumos, processos, produtos e resultados, a fim de proporcionar uma ferramenta simples, flexível e útil para a avaliação de qualquer instância de gestão, além de ser mais transparente e fácil de comunicar a todas as partes interessadas participar na tomada de decisões. Tratar a gestão do SUS como objeto desses processos e práticas em seus aspectos normativos possibilita um diálogo entre a teoria sistêmica e aquelas que consideram a centralidade dos atores sociais nos processos decisórios.</p> |

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Barros et al. (2012) Foi utilizado um levantamento bibliográfico que revelou poucas pesquisas sobre as condições institucionais envolvidas na escolarização de crianças com diagnóstico de autismo. Com base em seis entrevistas com professores, a análise do discurso institucional (AID) foi utilizada como método para investigar as concepções de desenvolvimento de alunos diagnosticados com transtornos do desenvolvimento infantil (TDP) globalmente e as posições dos professores. Essas crianças.

Verificou-se que a oposição caracterizava o conceito recorrente de "estudante problema". A colocação de alunos abaixo do padrão representa um enorme desafio para a inclusão, pois os trabalhos dos professores, das escolas e o tratamento e desenvolvimento dos alunos não são predeterminados. Às vezes, os professores desenvolvem a visão individualizada de um aluno e, às vezes, comparam com o aluno médio. "Estudantes problemáticos" descrevem as situações "sem conhecimento" que a inclusão confronta os professores.

A revisão bibliográfica foi utilizada para levantar a conversa sobre a inteligência artificial como ferramenta de compreensão da saúde e do SUS.

L'Abbate et al. (2013)

Além de ser uma forma de intervenção, a IA se tornou uma ferramenta, uma forma de entender o mundo. Investigar fracassos e sucessos no SUS. Compreender os mecanismos de dominação e resistência estabelecidos pelos atores sociais. Investigando a genealogia de modelos de atenção e cuidado e interessantes redes de poder e contrapoder no SUS e na sociedade contemporânea.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Pezzato et al. (2013)

O objetivo deste artigo foi refletir sobre as implicações e implicações de uma proposta institucional analisada por um grupo de profissionais de higiene bucal atuantes na atenção primária à saúde no município de Campinas (SP).

A partir de sua prática cotidiana, esses sujeitos buscaram repensar a forma de cuidar, direcionando-o para as reais necessidades dos sujeitos usuários desses serviços, ampliando o acesso. Para tanto, utilizaram uma abordagem de análise institucional socioanalítica, a partir de domínios estabelecidos e geradores de subjetividade das relações de poder, que revelaram a geração de micropolíticas no processo de trabalho em saúde bucal. O maior desafio dos programas de intervenção analisados pelos painelistas foi a superação dos saberes 'odontológicos' ainda presentes e presentes no cotidiano daqueles que vivenciam o cotidiano da saúde bucal no SUS, seja como profissionais, gestores ou usuários.

Sanches et al. (2013)

O estudo teve como objetivo compreender as percepções e dificuldades do acompanhamento hospitalar na Unidade de Internação Cirúrgica de um hospital público do município do RJ Niterói sob a ótica do usuário internado e discuti-lo segundo o conceito de Análise Institucional (AI).

Concluiu-se que a pesquisa sobre a presença de acompanhantes de usuários internados tornou fundamental incluir acompanhantes e integrantes da equipe assistencial nas discussões e desenvolver estratégias para concretizar os direitos desse usuário.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Barros
(2013)

O texto ilustrou a articulação entre psicanálise e saúde coletiva, partindo do pressuposto de que a saúde coletiva carece de métodos psicanalíticos para analisar os diversos problemas que enfrenta.

De forma crítica e ética, mas apontando soluções e formas já "testadas" de trabalhar e intervir com a Equipe da Rede Alternativa do CAPS, as autoras demonstram que uma articulação entre psicanálise e saúde coletiva não é apenas possível, mas absolutamente necessária. Também quero acreditar que depois de ler e refletir sobre as questões que o autor levanta neste belo livro, de forma tão corajosa, será impossível para os trabalhadores, acadêmicos e militantes da saúde mental, no SUS, ignorar o impacto da psicanálise no coletivo contribuição saudável.

Palombini et
al. (2013)

Partindo da experiência de estudar usuários de saúde mental (mais do que sobre eles, ou para eles), este artigo narrou um cenário de um estudo em que diferentes modos de articulação entre pesquisa e clínica intervêm, questionando seus limites e questões éticas. Reúne as áreas clínica e de pesquisa discutidas com as contribuições de autores que desenvolveram ideias para estudos de intervenção a partir da análise institucional e, no contexto da saúde coletiva, resgataram o conceito de clínica em expansão. A articulação entre esses dois termos – pesquisa-intervenção e clínica ampliada – fundamenta-se na noção de subjetividade operando no contexto da saúde coletiva, culminando no pensamento autônomo.

Os autores propuseram a cogestão como uma estratégia em que diversos atores envolvidos na pesquisa e na prática clínica trabalham juntos para estabelecer uma direção de trabalho terapêutica e ética.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Fortuna et al.
(2014)

Este artigo teve como objetivo apresentar e discutir a geração de um estudo clínico social sobre parentalidade realizado em Gennevilliers, França, em 2011 e 2012. Baseia-se no referencial teórico da análise institucional e dos percursos da clínica social. Os métodos utilizados para gerar dados de pesquisa foram observação participante, grupos de discussão com profissionais e pais, entrevistas familiares, entrevistas informais e reuniões de recuperação.

O estabelecimento e o desenvolvimento desse tipo de pesquisa revelam uma tensão perpétua e inexplorada entre as intenções dos requerentes e dos pesquisadores, o que torna a análise de vinculação essencial.

Rossi e
Passos (2014)

Este artigo revisou o percurso constitutivo da AI da França para o Brasil, trazendo alguns conceitos importantes para entender a forma como ela intervém e produz conhecimento.

Resumiu a importância da prática e dos conceitos de IA, apontando a variação dos estudos de intervenção no Brasil como propostas metodológicas para a geração de conhecimento tácito e intervenções em organizações, grupos ou subjetividade.

Felicio e
Benelli (2014)

Este trabalho foi parte de uma pesquisa de mestrado que visa problematizar criticamente o trabalho colaborativo no campo da economia solidária (EcoSol), a partir do marco da análise institucional e seus operadores fundamentais. Inicialmente, analisamos a composição institucional da EcoSol no Brasil. Para tanto, são estudados e analisados documentos de arquivos oficiais de políticas públicas e movimentos sociais da área.

Concluiu-se que era necessário que a EcoSol atuasse promovendo e privilegiando espaços de autogestão e autoanálise.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Silveira et al.
(2014)

O objetivo foi mapear as experiências das equipes de saúde da família (ESF) na construção de saberes e áreas de atuação em saúde bucal (SB). A análise institucional constitui um referencial teórico-metodológico sustentado nos conceitos de analista, análise de vinculação, territorialização e desterritorialização. A cartografia é um método de intervenção de pesquisa que sugere o processo e a geração de significado que acompanham os eventos. Os sujeitos são integrantes da ESF, que também serve como cenário de formação. A produção de dados ocorre no espaço de reunião da ESF, incluindo discussões administrativas e familiares. O caso apresentado constitui um dos analistas do estudo.

Como resultado, obteve-se um processo de construção de casos, revelando como a ESF cuida da família; um movimento para ampliar os horizontes do cuidado, para encontrar formas de interação disciplinar para constituir o domínio do SB coletivo, que emerge nas tensões do processo de trabalho cotidiano da ESF. Concluiu-se que o caso possibilita a apresentação de tensões no processo de desconstrução do cuidado odontológico e o movimento em direção à interação de saberes e práticas para a produção do cuidado sob o ponto de vista da preocupação com a SB.

Garcia e
L'Abbate (2015)

Este artigo teve como objetivo analisar o processo de institucionalização da vigilância sanitária em Campinas (SP) a partir de uma perspectiva sócio-histórica, dentro de um referencial teórico-metodológico de análise institucional. Os entrevistados foram selecionados com base na relevância do tema e vinculados a documentos que resgatam o contexto das políticas e modelos de saúde.

Concluiu-se que, apesar da importância da vigilância sanitária em Campinas, sua trajetória é pouco compreendida, e analisar esse tema na perspectiva dos sujeitos possibilitou resgatar o processo ainda desconhecido da vigilância campineira

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Slomp Junior
et al. (2015)

O objetivo geral deste estudo foi compreender o potencial de contribuição da homeopatia no contexto da atenção primária no contexto de oficinas multidisciplinares sobre educação em saúde de longo prazo para cuidadores para a construção de programas terapêuticos. Como analista, foram selecionados o desconforto expresso pelos trabalhadores da saúde com seu processo de trabalho e o tema da educação em saúde que surgiu no primeiro encontro com a equipe, que inspirou a criação deste artigo. O campo do ser "tornar-se profissional de saúde" é discutido como se constituindo a partir da concepção de educação como referencial importante e de certa missão intervencionista como valor transcendente.

À medida que o programa de tratamento de enfermagem foi desenvolvido, observou-se que o tema educação em saúde ao longo da oficina foi perdendo importância e, às vezes, até desaparecendo da discussão. Conclui-se que esse declínio inclui um processo de desterritorialização no sentido de um contrato com o usuário, visto em última análise como um interlocutor efetivo; essa preocupação vai além de um nível estritamente pedagógico.

Sousa (2015)

O presente trabalho propôs uma reflexão e posterior elaboração da experiência de estágio em um serviço de internação em uma rede pública de saúde mental de um município da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Descrevemos o trabalho realizado no serviço de tratamento residencial (SRT), o encontro com o residente do serviço e os resultados clínicos subsequentes. Indo em conjunto com análise de necessidades, analisadores e outros conceitos de análise institucional; propostas de gestão coletiva dos sonhos; do conceito de instituições, entre outros, apresentamos propostas para o trabalho de clínicas no território como SRT, reforma psiquiátrica brasileira e política de saúde.

Concluiu-se que, na clínica do território, a cartografia representou linhas de diferenciação de movimento, atravessando as singularidades visíveis no conjunto. É isso que pretendemos trazer para a construção da Clínica de Ocupação Territorial.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Amorim et al.
(2015)

Este artigo tratou das experiências de um grupo de usuários e trabalhadores de serviços de saúde mental de Natal (RN), alunos dos cursos de graduação em saúde, professores e pesquisadores da área interessados em discutir temas e experiências em saúde mental. Com base na análise da esquizofrenia e seu método de mapeamento, acreditamos que o grupo funciona como um conjunto de ideias, formando um espaço pela função do rizoma para a produção de ideias inerentes à vida. Para tanto, o mapa é desenhado em uma composição de três linhas, construída a partir das anotações do diário de bordo do autor. São eles: 1) a tensão entre a legitimidade da universidade como veículo de verdade intelectual e a construção de comunidades intelectuais; 2) novas formas de vivenciar a crise: 'dias de encontro' e grupos com funções de apoio e cuidado; 3) nova presença A Tecelagem de Caminhos: Da Demanda por Grupos Homogêneos à Explosão de Movimentos Heterogêneos.

A cartografia ajudou a gerar novas práticas de saúde mental que sustentam o poder da loucura e do encontro na invenção da vida.

Dobies e
L'Abbate (2016)

Este artigo analisou o movimento de resistência do Fórum de Saúde Mental da Universidade de Campinas (SP), cuja atual conjuntura põe em risco sua história de inovação e atenção em rede no campo da saúde mental devido às atuais rigidezes organizacionais e tensões entre o município e suas Entidades parceiras nesta área. Foram realizadas observações e entrevistas, e a análise institucional foi empregada como referencial teórico-metodológico.

Concluiu-se que o movimento de resistência foi de grande relevância para os profissionais dessa rede cuja análise embasou a elegibilidade do cuidado compartilhado para responder de forma mais efetiva às adversidades conjuntas.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Fortuna
(2016)

Pesquisa qualitativa fundamentada no referencial teórico metodológico da análise institucional com o objetivo de analisar a participação dos pesquisadores no processo de pesquisa-intervenção e as perturbações suscitadas por essa análise. O estudo envolveu pesquisadores dos cursos de medicina, enfermagem e odontologia das duas universidades, além de servidores da regional de saúde que acompanham a implantação da Rede Cegonha no interior de São Paulo.

Duas instituições se destacaram na análise: uma instituição de pesquisa com características predominantemente neutras e uma instituição administrativa com características tayloristas. Variação entre pesquisadores, dificuldades em identificar redes e ações de gerenciamento de pesquisa foram alguns dos fatores de confusão identificados. Conclui-se que a análise de implicação é uma ferramenta poderosa para tal pesquisa.

Maciazeki-
Gomes et al. (2016)

Este artigo discutiu as possibilidades e os desafios do agente comunitário de saúde (ACS) na perspectiva da política nacional de educação em saúde. Iniciou-se com a análise dos resultados de um estudo de intervenção realizado em um centro de saúde da família de um município de pequeno porte da região sul do Brasil. Nos resultados, destacam-se as posições entrelaçadas que o ACS ocupa na equipe. Ao situar-se entre o saber técnico e o saber popular, o trabalho do ACS constitui-se como catalisador da ação de educação em saúde coletiva, apontando simultaneamente para a necessidade de formação, consenso sobre a prática desenvolvida e aperfeiçoamento profissional.

Com base nesses achados, aproximaram-se e compreenderam-se os resultados da política nacional de educação em saúde para o acesso universal. A partir da análise gerada, recomenda-se estabelecer uma prática relacionada ao conceito ampliado de saúde apoiado no trabalho integrado em equipe que valorize o saber/comportamento do ACS e da comunidade inspirado nos princípios norteadores da PNEP-SUS.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

| | |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cardoso et al. (2016) | <p>O estudo foi realizado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal do Brasil, tendo como foco a inserção do apoio institucional como forma de ressignificar a compreensão do fluxo de trabalho e gestão da atenção básica. Nesse contexto, buscou-se mapear as práticas assistenciais da atenção primária à saúde no distrito administrativo do Recanto das Emas e vinculá-las à narrativa coletiva das prioridades de saúde do Distrito Federal por meio da pesquisa-intervenção, em um referencial qualitativo, utilizando métodos participativos e produção. Apoios proporcionados pelo julgamento: qualificação e alinhamento da ação institucional e prioridades de gestão; qualificação, humanização e melhoria dos processos de trabalho e gestão; implantação da gestão colegiada; intervenção na prática cotidiana dos serviços de atenção básica.</p> <p>Concluiu-se que as práticas solidárias podem aprimorar os processos de gestão democrática e contribuir para a qualidade da assistência.</p> |
| Fortuna (2017) | <p>Foi uma conversa com a bibliografia da IA e o tema da saúde coletiva.</p> <p>Nos resultados, há outras referências disponíveis para análise dos objetos de pesquisa e intervenção no campo da saúde coletiva, campo estruturalmente tensionado por forças institucionalizadas e institucionalizadas: campo aberto para a invenção de novos modos de vida e cuidado.</p> |
| Eidelwein e Paulon (2017) | <p>O presente trabalho apresentou um levantamento do processo de institucionalização da modalidade de apoio ao Sistema Único de Saúde - SUS no país. Vários pontos de aproximação e ruptura com o referencial analítico institucional da análise social emergem na composição dos diferentes arranjos constitutivos que sustentam a prática no campo da saúde coletiva.</p> <p>Essa abordagem institucionalista sustenta teórica e metodologicamente uma abordagem apoiada na prática no SUS, enfatizando contribuições para o debate sobre a democratização dos processos de trabalho nesse campo, e é o mote deste artigo. Por fim, no contexto da saúde coletiva, nota-se que a característica do apoio não cumprido é uma força constitutiva dessa técnica relacional.</p> |

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Freitas et al.
(2017)

Este artigo utilizou o referencial teórico da análise institucional discutido por Baremblytt com o objetivo de compreender a saúde do servidor público e suas implicações para as políticas públicas por meio de ferramentas de inteligência artificial e seus operadores fundamentais. A abordagem adotada é problematizar questões teóricas e refletir sobre pressupostos, concepções e concepções do movimento institucionalista, considerando sua contribuição para o estudo do serviço público de saúde.

Concluiu-se que a inteligência artificial possui ferramentas que podem aumentar a autonomia dos profissionais da área e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Pêsoa
(2017)

Realizou-se um estudo de caso exploratório que utiliza como abordagem teórica a análise institucional, considerando que os sujeitos do estudo se configuram como produtos e espaços nos quais os pesquisadores intervêm como suportes institucionais. As técnicas aplicadas são a leitura e sistematização de informações coletadas por instituições (reuniões, notas, e-mails e documentos jurídicos, etc.) e indivíduos (diários de apoiadores) e pesquisas em diários de campo observados pelos participantes nas reuniões do fórum.

Os resultados indicaram que o Fórum IP se caracterizou ao longo do processo como o espaço administrativo buscado pelas diversas secretarias, com foco na gestão, atendimento e controle sobre a implementação e cumprimento das políticas estaduais materno-infantis. No entanto, persistem desafios para torná-lo um coletivo mais democrático e inclusivo, principalmente entre trabalhadores da saúde e usuários do SUS.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Traceara et
al. (2017)

Este estudo teve como objetivo analisar as facilidades e dificuldades de implementação das políticas nacionais de humanização na perspectiva dos profissionais de saúde. Trata-se de pesquisa qualitativa com base na teoria das políticas públicas e é realizado na região sudeste do Brasil, envolvendo quatro atores-chave responsáveis pela implementação da política e atendimento ao usuário. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e adaptada às normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando os aspectos éticos de pesquisa envolvendo seres humanos, por meio do parecer CAAE: 02470212.2.0000.5243. Utilizou-se como método a análise institucional preconizada por René Lourau e George Lapassade. Como resultado, embora o conhecimento sobre a PNH tenha sido conceituado com dificuldade e incerteza, demonstrou-se que as estruturas previstas na lei foram implementadas.

Algumas questões, como a produtividade em números, foram identificadas como condicionantes que dificultavam a implantação das políticas na unidade. Concluiu-se, portanto, que predomina a gestão centralizada, com pouco envolvimento social, e que reuniões regulares entre profissionais e gestores são essenciais para identificar fragilidades, garantir a horizontalidade da gestão e buscar atitudes para mudanças. Descritores: Enfermagem Humanizante; Gestão em Saúde; Políticas Públicas.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Macedo
(2018)

O presente trabalho teve como objetivo analisar o grupo álcool e outras drogas (grupo AD) no Centro de Reabilitação Laércio Lúcio de Carvalho (CRLLC), localizado na cidade de Rio das Ostras entre agosto de 2016 e junho de 2017. O estudo do dispositivo tem como base a composição genealógica do Sistema Único de Saúde (SUS); a Psicologia como processo de institucionalização profissional e trata metodologicamente dos conceitos/ferramentas de análise institucional. A pesquisa a partir das observações do grupo foi realizada por meio de contrato de estágio supervisionado obrigatório entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Centro de Reabilitação Laércio Lúcio de Carvalho (CRLLC). As experiências de estágio são narradas a partir de diários de campo da pesquisa interventiva. Nesse sentido, esta monografia traz uma análise do papel do psicólogo no sistema público de saúde e das forças institucionais e institucionais existentes nos grupos e instituições, com foco nos grupos de álcool e outras drogas.

A análise institucional nos estimula a questionar e buscar conhecimento em fatos não representados, como ordens que recebemos com demandas. Quais são as necessidades das pessoas que precisam do SUS? Este é um tema que atinge todos os níveis da sociedade, e nos amparamos nos princípios da universalidade, equidade e integralidade das relações. É importante considerar o quanto não estamos imersos em políticas públicas e questionando a norma, estigmatizamos o nosso próprio SUS, sucumbimos a um projeto de reforma sanitária que propõe uma série de mudanças sociais em todos os setores da sociedade, na lei Decreto nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

L'Abbate
(2018)

A Saúde Coletiva foi uma invenção brasileira que se constitui em uma nova forma de expressão de saberes e práticas provenientes de instituições dos campos da saúde pública e da medicina preventiva e social. Surgiu no Brasil nas décadas de 1960/70 e certamente foi inovador em relação ao setor de saúde da época.

Seu desenvolvimento até então se deu por meio de programas de graduação e pós-graduação promovidos por universidades públicas, criados a partir do trabalho da Associação Brasileira de Saúde Coletiva/Abrasco, fundada em 1979. Além disso, a associação promove congressos nacionais e internacionais, além de publicar revistas, livros e newsletters. A Abrasco, em colaboração com outras entidades da sociedade civil, sempre atuou de forma crítica e ética diante dos fatos relacionados às políticas de saúde e educação e demais acontecimentos de natureza política, econômica, social e ideológica ocorridos no país.

Silva (2018)

Este estudo teve como objetivo compreender o fluxo de trabalho da vigilância em saúde em um município da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Visa analisar a institucionalização de tais processos – compreender os problemas da institucionalização e da institucionalização – e descrever sua lógica, e compreender como a vigilância vivencia seu trabalho. O referencial teórico metodológico escolhido é a análise institucional, em sua vertente de análise social. Os instrumentos utilizados neste estudo de intervenção foram observação participante e grupos de supervisores.

Presumivelmente, essa supervisão municipal está tentando desempenhar um papel na rede, pois tem havido várias interações entre serviços e trabalhadores. Além disso, a ação educativa faz parte do processo de trabalho desses profissionais, mas de forma normativa e verticalizada. No entanto, já é possível determinar o processo de estabelecimento nesse processo, principalmente na vigilância em saúde. Por fim, verifica-se a pouca visibilidade das ações de vigilância em saúde do trabalhador e a importância do estabelecimento de tais práticas.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Costa (2018) Normalmente, a pesquisa envolvendo documentos médicos é limitada à análise de documentos. Suas atividades dificilmente extrapolam o escopo da teoria científica da administração, por isso é difícil perceber que a produção de enfermagem pode ocorrer nessas atividades. Este estudo se propõe a analisar o processo de trabalho dos arquivistas médicos hospitalares desde a dinâmica micropolítica até a análise institucional. Como estudo qualitativo descritivo, referente à micropolítica dos processos de trabalho em saúde e análise institucional, o estudo identifica, por meio do analisador, os problemas cotidianos dos arquivos médicos que são capazes de revelar as estratégias desenvolvidas por sua equipe e o dia a dia.

Assim, foi possível reconhecer em ambos os hospitais que esses profissionais tinham uma compreensão importante da dinâmica do processo de trabalho em saúde. Como facilitadores do processo de cuidar do usuário, constroem suas estratégias na dinâmica de enfermagem que afetam diretamente as dimensões de enfermagem desses hospitais. Nessa perspectiva, introduzir novas investigações nesse processo de trabalho poderia diversificar o debate sobre a saúde e ampliar o escopo das pesquisas relacionadas à saúde coletiva.

Lago (2018) Este artigo teve como objetivo refletir sobre as possibilidades, limitações e desafios da utilização da análise institucional da prática profissional como forma de formação interprofissional em programas de residência multiprofissional em saúde. Realizou-se um estudo de intervenção com base num referencial teórico-metodológico de análise institucional, participativo, que permitiu satisfazer a subjetividade através da autoanálise, reconhecimento do desconhecimento e consciência das necessidades formativas, prática coletiva. Ouça e analise as possibilidades de compartilhamento de conhecimentos e funções.

Podem-se destacar contradições no ambiente de trabalho e aspectos das relações interprofissionais que, por vezes, impõem constrangimentos à prática colaborativa.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Moreira e
Rocha (2019)

O objetivo foi investigar as inter-relações entre os campos da saúde coletiva, da saúde mental e da psicanálise na gestão dos serviços de saúde mental no contexto de um sistema único de saúde. Trata-se de um estudo qualitativo realizado em quatro municípios do Rio Grande do Sul, Brasil, no qual foram identificados como psicanalisados seis gerentes de serviços de saúde mental. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram fichas de dados pessoais e sociodemográficos e entrevistas semiestruturadas. A análise temática foi utilizada para examinar os dados, resultando na identificação de três temas centrais: 1) formação e experiência em gestão e saúde pública; 2) clientelismo versus lógica reformista: os desafios de gerenciá-lo; 3) psicanálise: entre contribuições e limitações entre. Dada a coexistência de diferentes lógicas assistenciais em saúde mental no serviço, os resultados apontam para dificuldades e desafios em gerenciá-lo.

A psicanálise se posicionou como uma postura ético-política pautada na escuta dos processos inconscientes do sujeito que ocorrem no campo da transferência, auxiliando na compreensão do caso e no manejo dos aspectos relacionais e institucionais. Por outro lado, há necessidade de aproximar a psicanálise do contexto da saúde mental.

Severo e
L"Abbate (2019)

Do ponto de vista da atenção psicossocial, o acompanhamento facilita a mudança de serviço. A sua institucionalização dá-se nos domínios clínico, formativo e de gestão da saúde, exibindo as forças contraditórias da institucionalização e da institucionalização. A investigação que deu origem a este artigo analisou o processo de supervisão de instalações clínicas de duas equipes da Rede de Saúde de Cidades do Nordeste. O referencial teórico-metodológico utilizado é uma análise institucional numa perspectiva sócio-clínica. O processo ocorreu em 12 reuniões entre março de 2011 e fevereiro de 2012 e está documentado no diário institucional.

No processo, demonstramos que: a análise do pedido, principalmente a análise das necessidades, mobiliza o processo de acompanhamento; o uso de casos clínicos conflita com a construção de protocolos únicos de tratamento e a compreensão do processo de formação do acompanhamento; há colaboração e competição no cuidado construção; desafios surgem no atendimento à crise no contexto das redes regionais na perspectiva da atenção psicossocial. Os mecanismos de acompanhamento precisam ser ampliados e internalizados, continuamente revisados para se adequarem aos pressupostos da atenção psicossocial e oportunizarem a experimentação com o trabalhador como sujeito.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Santos e
Souza (2019)

Este artigo propôs uma abordagem da formação profissional em atenção obstétrica (AO) a partir de uma perspectiva que vai além da apropriação de competências específicas e possibilita mudanças de paradigmas na assistência ao parto e nascimento propostos pelo Sistema Único de Saúde. Pesquisa a partir de lacunas nos modelos atuais e cursos recentes para estimular a inserção da OE na perspectiva do trabalho em equipe. Neste contexto, propõe um percurso metodológico de formação-intervenção-avaliação, em que o eixo orientador da prática avaliativa é indissociável da formação, adaptando os conceitos que sustentam a proposta no quadro da investigação-intervenção. Dessa forma, estratégias, técnicas e ferramentas foram trianguladas e vinculadas a dimensões de análise do trabalho da assistência obstétrico-neonatal. A metodologia foi desenvolvida por meio de um curso de OS multicêntrico coordenado pela UFMG entre 2016 e 2018, abrangendo: 20 cursos descentralizados nos estados, 1.150 profissionais (estudantes e agentes envolvidos na implantação), 400 serviços (áreas de atuação).

Uma introdução metodológica sintetiza as principais influências da experiência afirmando a geração e qualificação de redes de enfermeiras para assistir e intervir nos modelos de atenção ao parto e confinamento.

Moraes e
Zambenedetti (2019)

O objetivo deste trabalho foi compreender as ações desenvolvidas por psicólogos na política de saúde dos quatro municípios pertencentes ao Quarto Distrito Sanitário do Estado do Paraná. Para tanto, a análise institucional servirá como base e método de pesquisa. Começa com uma perspectiva teórica para entender a sociedade como uma rede contestada de instituições que geram padrões institucionalizados ou institucionalizados de poder intelectual. Sete psicólogos foram entrevistados por meio de um roteiro semiestruturado. Este trabalho apresenta resultados parciais para modelos de desempenho profissional. Identificamos 2 psicólogos trabalhando em um centro de saúde da família, 2 na unidade básica de saúde, 1 em hospital, 1 na área de saúde e 1 em consultório particular.

Pode-se concluir que há uma grande demanda de atendimento clínico individual de psicologia na rede de saúde, tendo como referência os imaginários culturais e sociais dessa profissão. Metade dos profissionais relatou que mudou sua rotina para acomodar a política de saúde, mas em alguns casos notamos que a lógica clínica individual insistia em ler informações sobre o público em geral e áreas designadas. Uma das barreiras observadas para a mudança das práticas de trabalho é o vínculo empregatício.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Nas pesquisas no campo da saúde, analisou-se o referencial teórico-metodológico da análise institucional e a utilização dos conceitos institucionais em seus três momentos - institucionalização, institucionalização e institucionalização. Artigos de pesquisa originais publicados entre 2012 e 2017 foram incluídos na pesquisa usando uma revisão abrangente realizada nas bases de dados PubMed/Medline, LILACS, Scopus, CINAHL.

Kasper et al.
(2020)

Vinte e seis publicações foram analisadas. Foram identificados múltiplos sujeitos de pesquisa, mais comumente aqueles relacionados à saúde coletiva: saúde mental, violência, relações família equipe, saúde da família, atenção básica, saúde da mulher, criança e adolescente, saúde bucal, educação permanente, micropolítica do trabalho em saúde, vigilância em saúde, HIV , direito, prática docente, escolarização e autismo. Enfermagem e psicologia são as áreas mais analisadas por instituições selecionadas. A ambigüidade do conceito institucional foi confirmada nos achados, indicando uma riqueza na forma e uso do conceito. Conclui-se que a análise institucional apresenta o conceito de ferramentas que possibilitam a análise das práticas de saúde condizentes com um sistema único de saúde.

Com a expansão da Estratégia de Saúde da Família do Rio de Janeiro, as equipes médicas implantadas em áreas de conflito armado generalizado tornaram-se vulneráveis à violência urbana. O objetivo deste estudo foi analisar o impacto desses conflitos na saúde desses trabalhadores. Trata-se de um estudo de intervenção com métodos qualitativos, realizado com 13 profissionais de saúde seniores em uma unidade de saúde da família localizada no município do Rio de Janeiro, tendo como referencial teórico a análise institucional.

Santos
(2020)

Constatou-se que o estresse, sentimentos de angústia, irritabilidade, pedido de desligamento e outros achados vieram das falas dos participantes do estudo. O conflito armado é uma grande fonte de estresse entre profissionais de saúde, usuários e gestores, afetando não só a saúde desses profissionais, mas também suas relações dentro do serviço. Os riscos de saúde física e mental que esses trabalhadores enfrentam são contínuos e têm um profundo impacto negativo em sua saúde.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

| | |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Amorim et al. (2020) | <p>A pesquisa foi bibliográfica, exploratória e qualitativa, utilizando como referencial teórico-metodológico a análise institucional e seus conceitos de instituições, instituições e instituições. O levantamento bibliográfico foi realizado em duas fases: a primeira no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde e a segunda nos documentos oficiais que tratam dos cuidados paliativos, o que possibilitou ampliar a discussão sobre o tema.</p> <p>Os resultados evidenciaram a necessidade de mudanças na formação do enfermeiro, reconhecendo que a consolidação de novas práticas trazidas pelos cuidados paliativos impõe desafios aos cenários formativos estabelecidos em centros de formação ou ambientes de serviço.</p> |
| Máximo et al. (2020) | <p>Optou-se por analisar o material de uma pesquisa etnográfica realizada em sete unidades básicas de saúde no ano de 2014. Além disso, foi realizada oficina com participantes institucionais das unidades estudadas para aumentar a parcialidade dos resultados.</p> <p>Podem-se identificar cenários e discursos que se interconectam, e constatar fatores micropolíticos relacionados ao uso de drogas, autonomia profissional – o papel do médico na prescrição e do usuário na prescrição.</p> |
| Malaman (2021) | <p>O Sistema Único de Saúde (SUS) define a saúde como um direito de todos e um dever dos Estados. As ações do SUS nos municípios são realizadas pelo Ministro da Saúde para esclarecer, consultar, monitorar, avaliar e auditar os serviços e equipes de saúde sob sua responsabilidade.</p> <p>Diante dessa tensão de poder na gestão da saúde, o objetivo deste artigo teórico é refletir sobre a importância de analisar o conceito de significado, levando em conta a relevância das forças políticas e técnicas que se desenvolvem no cotidiano dos ministros da saúde e a angústia que essa situação pode causar, principalmente quando a sugestão se torna supersugestão. Para tanto, utilizamos um referencial teórico-metodológico de análise institucional, enfatizando a noção de implicação, que se refere aos nossos engajamentos emocionais, ideológicos e profissionais, que estão sempre presentes, mesmo intrinsecamente inconscientes. A falta de análise do impacto ou alienação no trabalho pode afetar a implementação da política de saúde, o que reforça a relevância deste estudo.</p> |

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Uma abordagem socioclínica institucional configurou esse processo investigativo como um estudo participativo no qual estudantes, professores e administradores indígenas expuseram “aspectos não falados do ensino superior indígena que podem facilitar a autoanálise” em quatro grupos focais e entrevistas semidirigidas. a nova conformação. Seguindo a análise de conteúdo de Bardin, os analistas institucionais foram capazes de verificar como o movimento contemporâneo para iniciar a "escolarização indígena" dialoga com as propostas de promoção da saúde, mais especificamente o empoderamento, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Ribeiro
(2021)

Ao analisar uma profecia institucional inicial que emerge de uma premissa política, o ajuste ou efeito Mullmann ocorre de forma hierárquica de acordo com as necessidades das organizações envolvidas. No entanto, o efeito Rapasad também se configura dentro das instituições de forma a favorecer os movimentos políticos e sociais desses povos. Avanços, dificuldades, contradições e contribuições culturais e de promoção da saúde na comunidade e no planeta são analisados e questionados sobre o tipo de educação oferecida aos povos indígenas do país. Para apoiar práticas acadêmicas mais democráticas em diferentes níveis institucionais, e para reconhecer como a diversidade potencializa a promoção da saúde nesses espaços e na Terra por meio da interculturalidade, este trabalho pode subsidiar a avaliação de políticas públicas de educação afirmativa e fornecer novos olhares A perspectiva processo institucional está bem desenvolvido. Palavras-chave: desenvolvimento sustentável. prática interdisciplinar. Políticas de Suporte. Promover saúde. Saúde dos indígenas.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

O objetivo deste artigo foi analisar a apropriação da análise institucional (IA) na atenção primária à saúde como contexto de saúde coletiva e as iniciativas de desenvolvimento de abordagens teóricas e referenciais conceituais em unidades básicas de saúde na pesquisa primária. Os três momentos das instituições - institucionalização, institucionalização e institucionalização. Trata-se de uma revisão de escopo dentro dos fundamentos e bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e do portal de periódicos disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico; publicados de 1987 a 2020 em português, Artigos originais em inglês, espanhol e francês foram incluídos na busca.

Gurgel Junior
(2021)

A busca resultou em 34 artigos publicados nacional e internacionalmente entre 2003 e 2020, e emergiram múltiplos estudos, mais comumente relacionados à saúde coletiva: saúde mental, violência, relações familiares e equipe, saúde da família, atenção primária à saúde, saúde da mulher, criança e adolescente, saúde bucal, educação permanente, micropolítica do trabalho em saúde, vigilância em saúde, HIV, direito, prática docente, escolarização e autismo. Em relação aos campos que mais optam pela análise institucional, estão a enfermagem e a psicologia. Os achados confirmam os vários significados do conceito institucional, mostrando que a forma e o uso do conceito são muito ricos. Conclui-se que os conceitos e instrumentos propostos pela análise institucional possibilitam a análise das práticas de saúde no contexto da saúde coletiva coerente com os sistemas de saúde, com base nos achados do artigo.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Vicari et al.
(2022)

O acesso aos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) tem grande impacto na vida e na saúde dos indivíduos e comunidades, sendo os profissionais de saúde os protagonistas, entregues e qualificados por meio de sua prática. Este estudo teve como objetivo analisar a promoção do acesso à atenção básica na perspectiva dos profissionais de saúde do SUS. Trata-se de um estudo qualitativo que examina os pressupostos da análise institucional a partir de uma abordagem teórico-metodológica. O desenvolvimento ocorreu na forma de entrevistas individuais e equipes de compensação.

Os resultados mostraram que o acolhimento do trabalho realizado pelos agentes comunitários de saúde e o trabalho em equipe foram realidades fortes e efetivas para a elegibilidade. A comunicação com os profissionais, a presença das equipes de enfermagem de referência, as visitas domiciliares na área e as questões relacionadas ao primeiro contato do usuário da busca com a rede impactaram a eficácia e usabilidade das visitas de atenção primária.

Silva (2022)

Portanto, tratou-se de um estudo analítico exploratório com métodos quantitativos e qualitativos a ser realizado no período de janeiro de 2022 a junho de 2022. Os sujeitos deste estudo foram 44 alunos do curso de saúde grupal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que vivenciaram o ensino a distância e foram participantes ativos do curso. Uma análise qualitativa dos modelos de educação a distância foi organizada em três categorias: pontos negativos, pontos positivos e o impacto da educação a distância na aprendizagem.

Portanto, essa nova pedagogia utilizando meios digitais está mais sujeita a iniquidades, pois um dos maiores desafios levantados neste estudo é a questão do acesso limitado à internet e aos aparelhos eletrônicos. Por outro lado, a localização, o deslocamento até a faculdade e a comodidade em casa são favoráveis. Portanto, mais pesquisas são necessárias para avaliar esse modelo de ensino. Portanto, é necessário coordenar o impacto do ensino a distância na formação acadêmica, e os professores de graduação e administradores educacionais relevantes devem realizar pesquisas aprofundadas.

Quadro 10: Amostras analisadas utilizam a AI como metodologia – Base de dados Google acadêmico – Continuação.

Campos
(2022)

Neste relatório, descreveu-se e analisou as práticas de formação em psicologia no setor da saúde. Observamos tensões entre as ordens baseadas em diagnósticos para a prática clínica individualizada e o questionamento dos alunos sobre essas práticas, bem como vínculos com a atenção primária, particularmente agências comunitárias de saúde. Em termos de organização médica, o desaparecimento do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) tornou-se um grande obstáculo para a formação aliada à saúde e ao trabalho em equipe na atenção básica. Neste caso, para garantir o atendimento, são organizados grupos de crianças e jovens e sessões de aconselhamento em conjunto com a escola. Os espaços coletivos, como os fóruns municipais e regionais com as redes de trabalhadores, principalmente na atenção básica, são fundamentais para facilitar o espaço de avaliação e planejamento coletivo da prática gerencial e de enfermagem. Esses espaços são críticos para os profissionais de saúde.

A análise de impacto observou o comprometimento dos alunos com os serviços de saúde domiciliar, as dificuldades emocionais que enfrentaram no contexto da pandemia e o desejo de continuar sua formação. Apontamos, portanto, a necessidade urgente de investir em discussões sobre educação em saúde a partir de uma perspectiva ético-política, iluminando ensino, serviço e comunidade, no contexto da transformação e instabilidade dos sistemas únicos de saúde causada pela pandemia de COVID-19. O impacto da pandemia no Brasil é crítico.

O objetivo da “Tabela 01 - Combinação De Palavras-Chaves E Número De Produções Encontradas” foi visualizar o cenário de trabalhos publicados relacionados aos temas abrangidos neste trabalho nos períodos dos anos 2000 a 2022. Percebe-se uma diferença expressiva no número de materiais entre as duas plataformas, como pode-se conferir nos Figuras 02 e 03.

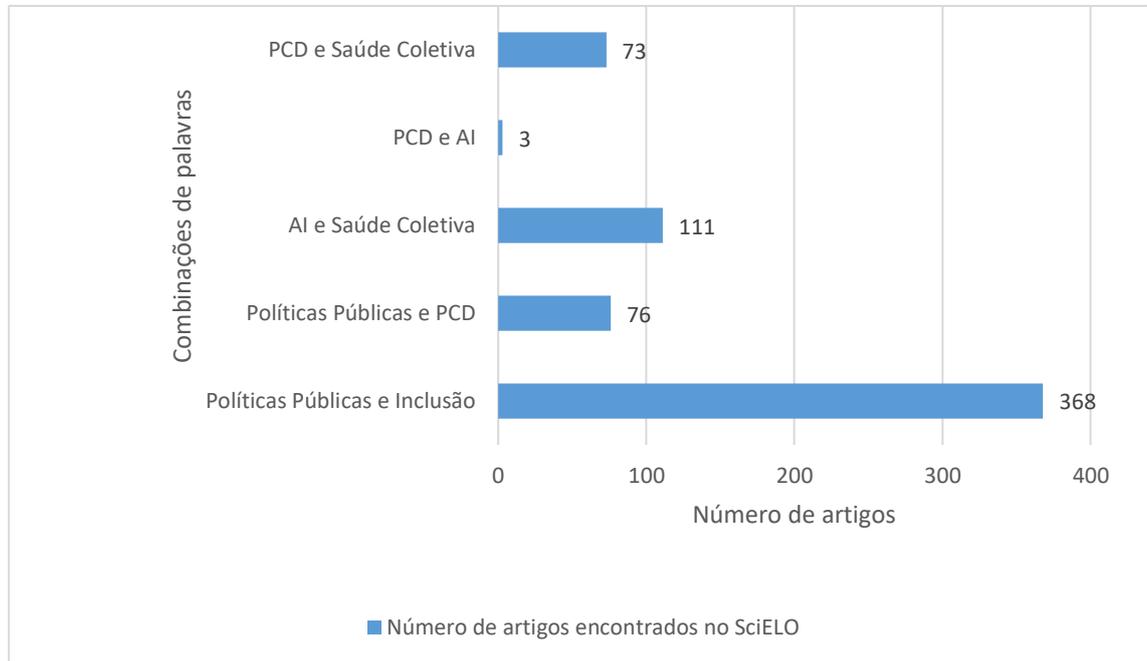


Figura 3: Número de artigos encontrados na base de dados SciELO

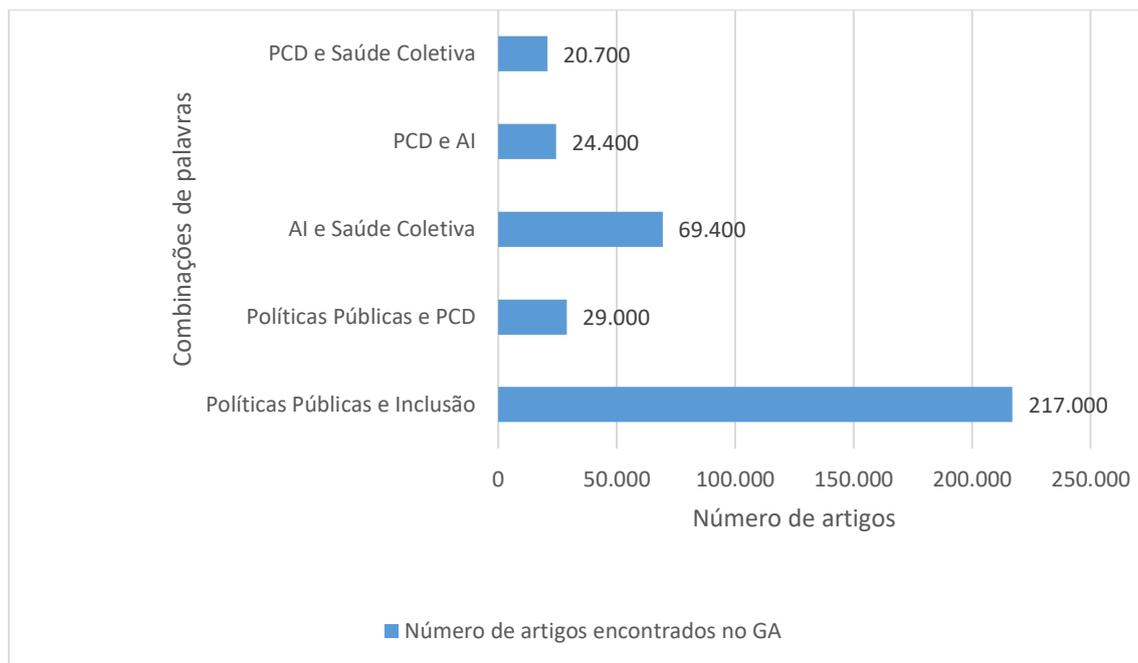


Figura 4: Número de artigos encontrados na base de dados Google Acadêmico – GA

Já na “tabela 02- Combinação de palavras-chaves elaboradas e número de produções encontradas” o objetivo foi entender o cenário geral das publicações relacionadas aos temas centrais desta pesquisa: o uso da AI e o processo de institucionalização das políticas públicas para pessoa com deficiência em saúde coletiva.

Mais uma vez o número de periódicos encontrado na plataforma SciELO é expressivamente menor do que no Google Acadêmico, como se pode perceber comparando as Figuras 04 e 05.

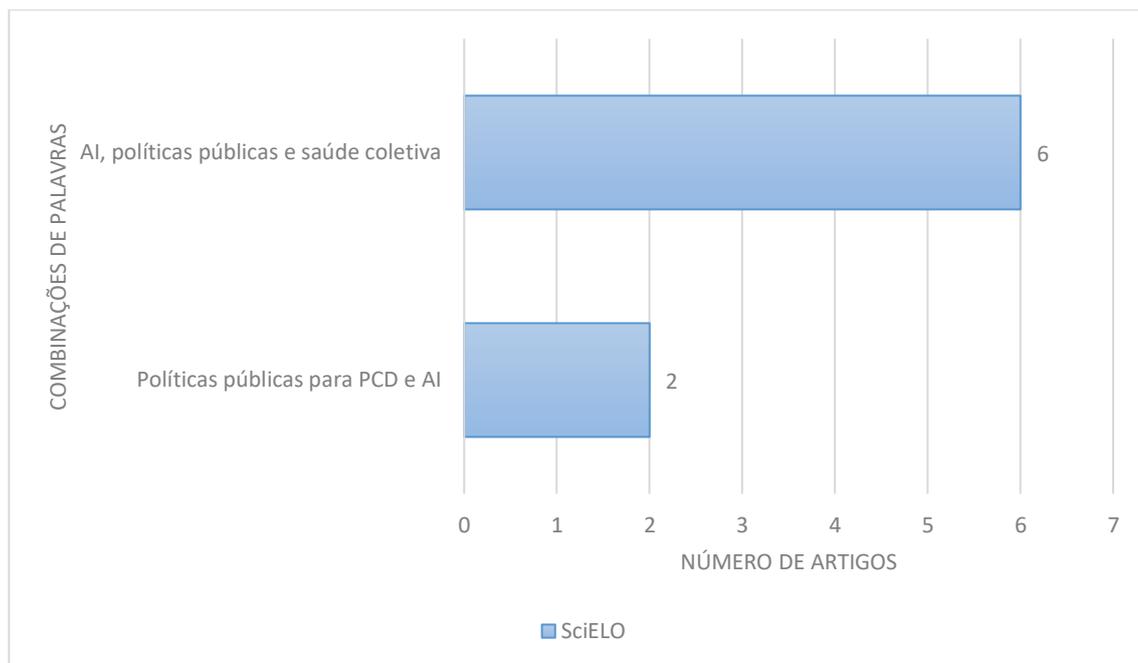


Figura 5: Artigos encontrados na base de dado Google Acadêmico - SciELO

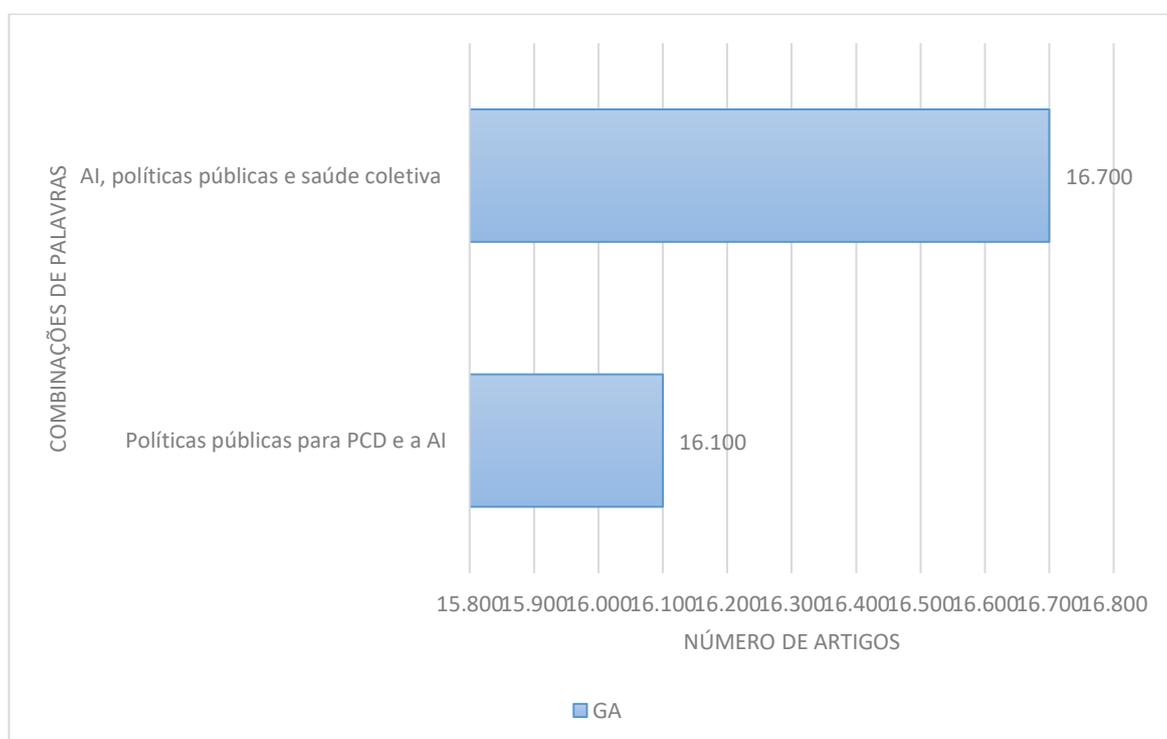


Figura 6: Artigos encontrados na base de dado Google Acadêmico - SciELO

A primeira combinação de palavras-chaves: “políticas públicas para pessoas com deficiência e a AI teve o objetivo de entender como foi o processo de produção acadêmica no presente século relacionados ao tema. Buscou-se compreender se a AI tem sido uma ferramenta útil para o desenvolvimento de novas políticas públicas para o segmento da pessoa com deficiência.

Com a amostra de 220 artigos publicados no período dos anos 2000 a 2022, pode-se perceber que houve poucas publicações utilizando o método, como pode-se conferir nas Figuras 06 e 07. Os anos foram separados para melhor visualização dos resultados.

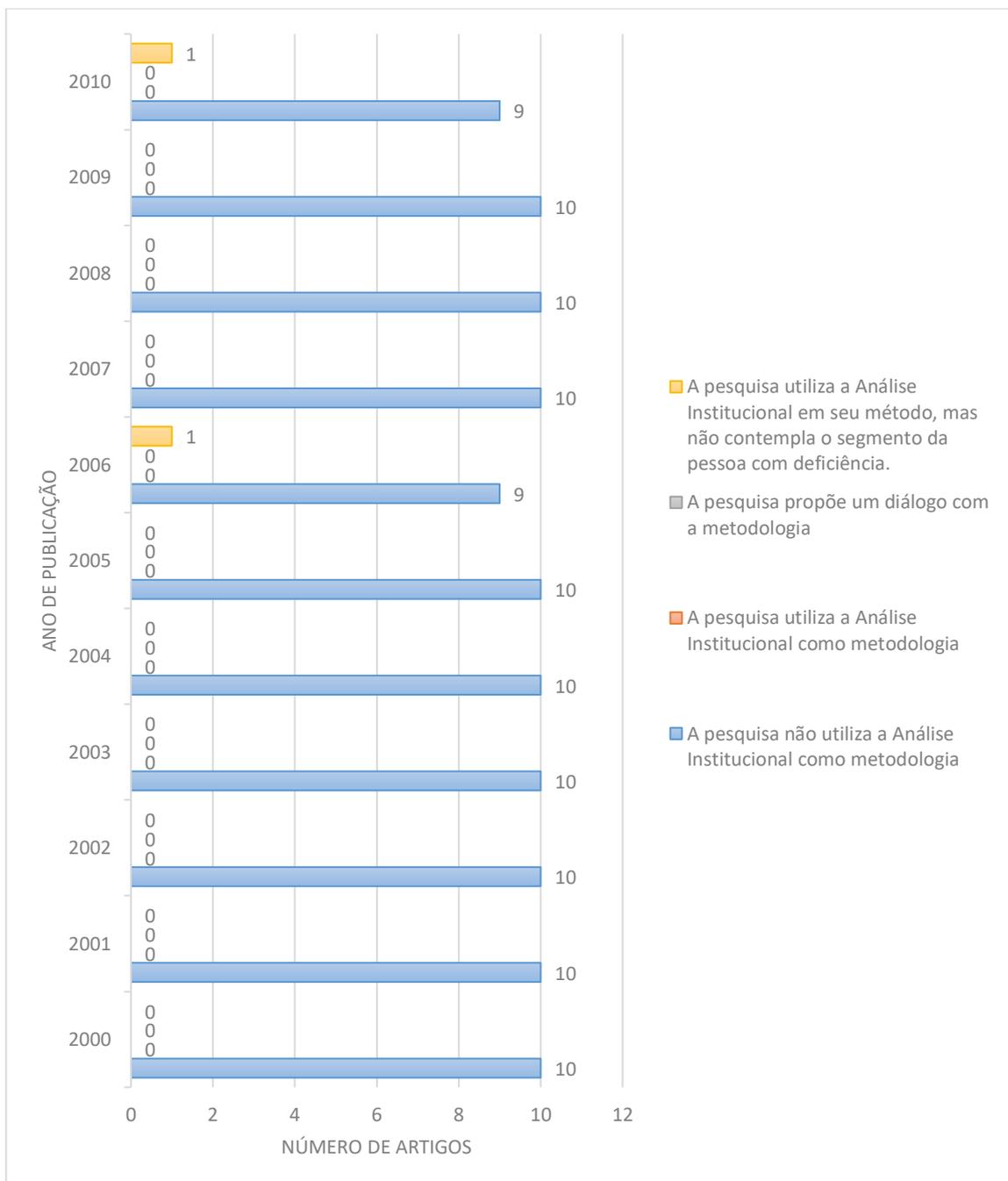


Figura 7: Análise dos artigos publicados nos anos 2000 – 2010, utilizando a combinação de palavras “Políticas públicas para as pessoas com deficiência e AI” na base de dados Google Acadêmico

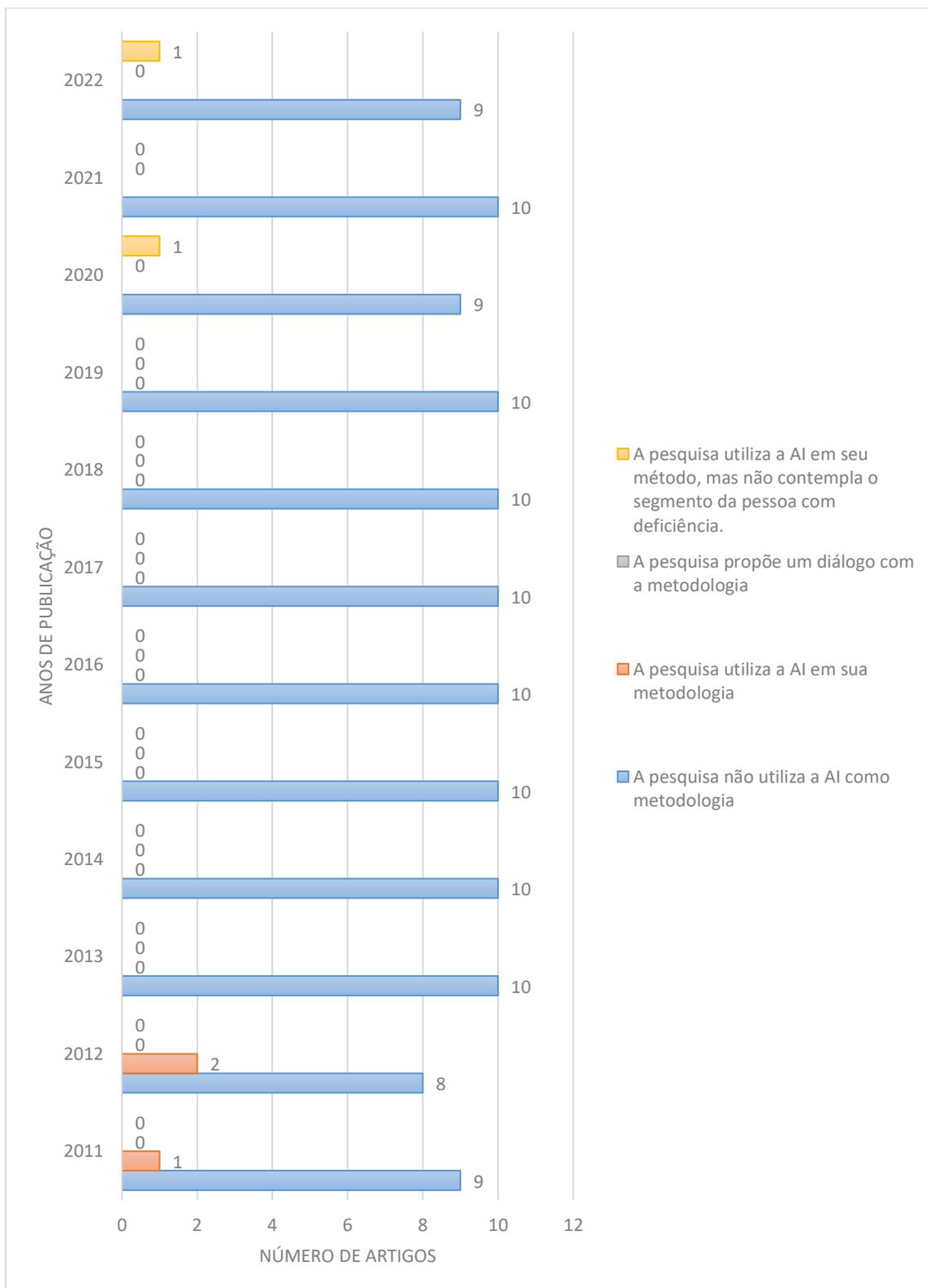


Figura 8: Análise dos artigos publicados nos anos 2010 – 2022 utilizando a combinação de palavras “Políticas públicas para as pessoas com deficiência e AI” na base de dados Google Acadêmico

A segunda combinação com o objetivo de comparar a utilização do método sem o segmento da pessoa com deficiência, focada nas políticas públicas em saúde coletiva apresenta os resultados observados nas Figuras 08 e 09.

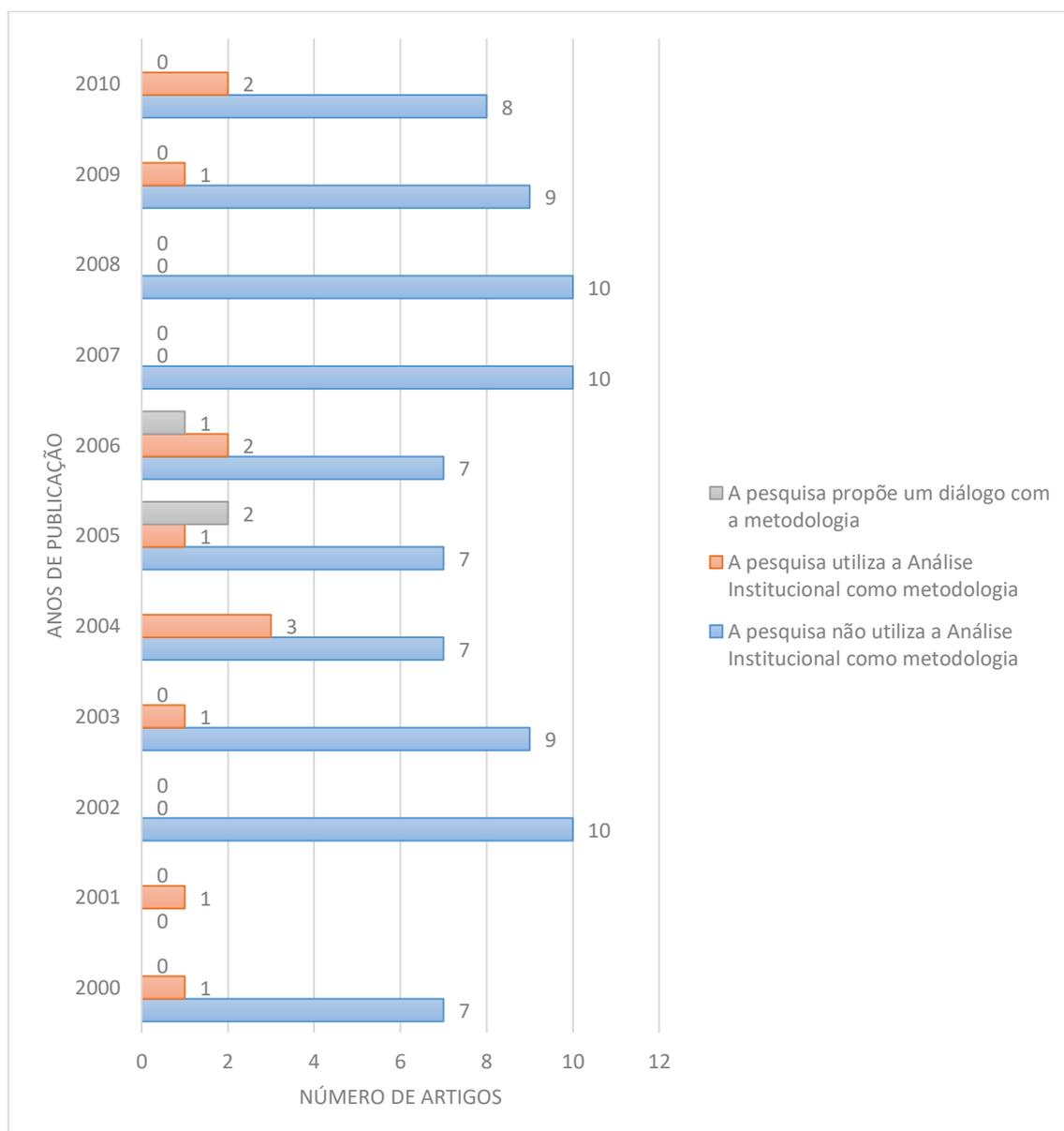


Figura 9: Análise dos artigos publicados nos anos 2000 – 2010 utilizando a combinação de palavras “AI, Políticas Públicas e Saúde Coletiva” na base de dados Google Acadêmico

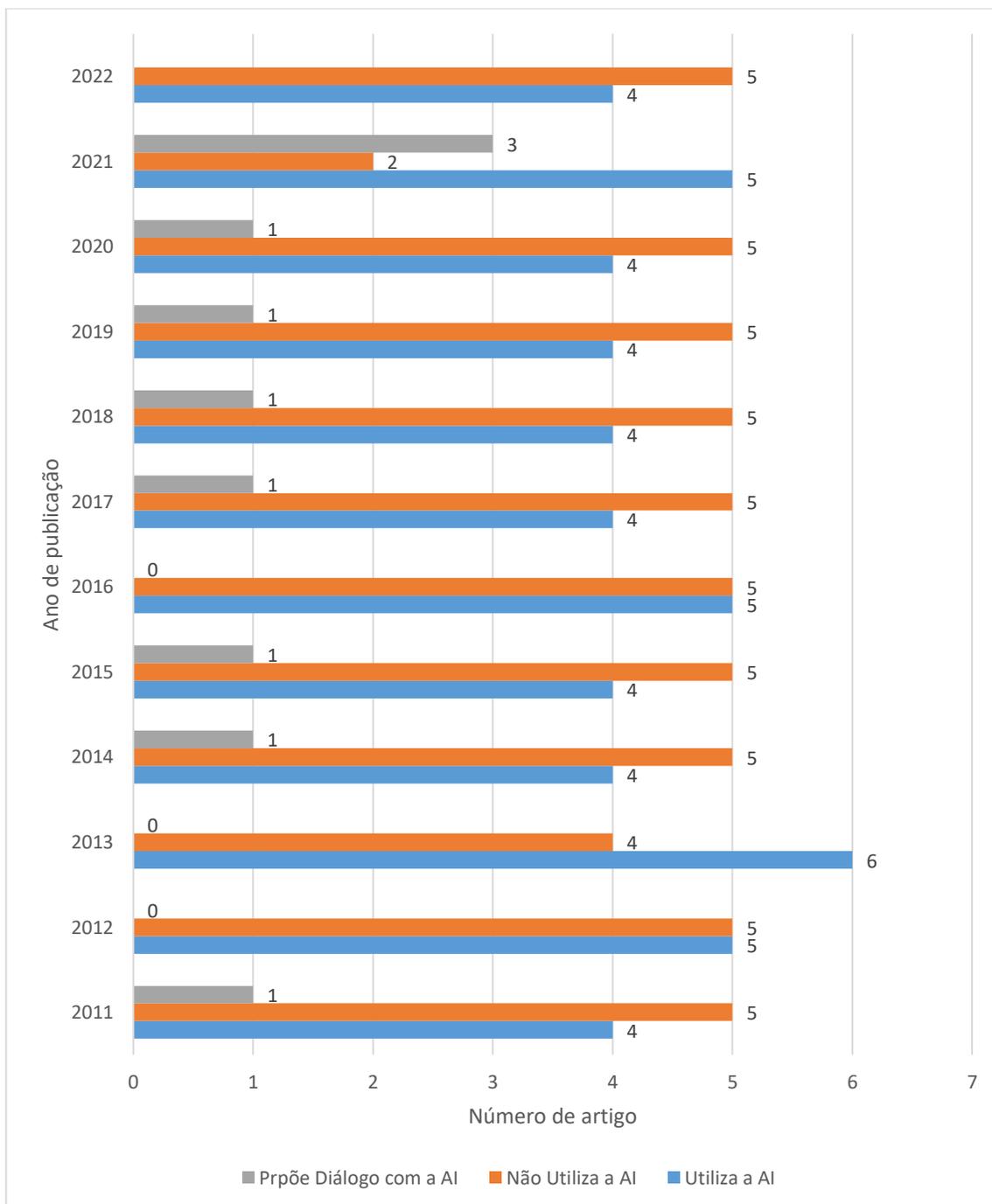


Figura 10: Análise dos artigos publicados nos anos 2010 – 2022 utilizando a combinação de palavras “AI, Políticas Públicas e Saúde Coletiva” na base de dados Google Acadêmico

Quando comparados as figuras 08 e 09, pode-se perceber um crescimento expressivo ao longo dos anos da Análise Institucional como metodologia na área das políticas públicas em Saúde Coletiva. Já em comparação aos resultados anteriores (figuras 07 e 08) percebemos que embora

a AI tenha crescido na temática saúde coletiva, não tem se desenvolvido tanto no segmento da pessoa com deficiência. Tais dados leva a refletir sobre a importância de utilizar essa importante ferramenta para compreensão e desenvolvimento de políticas inclusivas.

Durante a avaliação, percebeu-se que embora muitas pesquisas tivessem em seu título ou no corpo de seu texto o termo “AI” muitas vezes não referia-se sobre a linha teórica. Para L’Abbate (2003), é necessário esclarecer que a expressão “AI” não tem um sentido único, pois ela se constituiu a partir de um conjunto de disciplinas e movimentos que ocorreram na sociedade francesa. Para L’Abbate (2003) torna-se indispensável conhecer a gênese teórico-conceitual e histórica para a melhor compreensão desses campos.

Os resultados das figuras 05, 06, 07 e 08 mostra o crescimento do número de publicações utilizando a AI no Brasil na área da Saúde Coletiva, mas o segmento da pessoa com deficiência não acompanha tal crescimento. Neste contexto, podemos refletir, portanto, na proposta de L’Abbate (2003) que alerta os pesquisadores na necessidade de discutir o sentido da palavra “coletivo” como adjetivo de saúde. Ou seja, devemos pensar em saúde como um todo, valorizando as diferenças e incluído a todos. Em seu texto, L’Abbate (2003) defende que toda ação voltada a saúde deve ser pensada de forma coletiva, respeitando a pluralidade e individualidade das pessoas.

Tal reflexão vem ao encontro ao apontamento de L’Abbate (2003) quando ela cita, o desafio que a saúde coletiva tem tido diante da necessidade de incorporar novas abordagens teórico-metodológicas, valorizando as dimensões do indivíduo e dos grupos de minorias, bem como das representações sociais. O desafio consiste em aproximar das diversas maneiras pelas quais as pessoas experimentam o estar com saúde ou o sentir-se doente, sem esquecer das condições sociais mais amplas.

Jesus (2017) fala sobre a AI ser uma abordagem propicia não apenas para o levantamento e colheita de conceitos ou teorias, mas também um importante instrumento para orientação metodológica para a análise de situações em que o sujeito humano vive e percebe seus papéis sociais.

A AI também possui importantes ferramentas para compreender as instituições e seus atores tem colaborado com a elaboração das políticas públicas voltadas à saúde coletiva. Ela é e pode ser ainda mais explorada no segmento da pessoa com deficiência, proporcionando assim o desenvolvimento e criação de políticas públicas inclusivas, dando a essas pessoas autonomia. L'Abbate (2003) também fala sobre esse desafio em seu artigo, o de analisar como vem ocorrendo, a rotina de atividades médicas de caráter individual como a clínica, que desde alguns anos foi incorporada às unidades básicas de saúde, com as atividades mais tradicionais da saúde pública. Para ela, trata-se também de perceber o usuário como uma pessoa portadora de vontades e de desejos, capaz de agir e reagir diante do que está sendo oferecido a ela como resposta às suas queixas e aos seus incômodos.

A AI é uma importante metodologia para conhecer os atores envolvidos nos processos de institucionalização, ela traria a luz e possíveis resoluções para os instituintes apontados no capítulo 9 desta pesquisa.

Para Jesus (2017) deve-se valorizar a operacionalidade da AI e seus conceitos para a consolidação da pesquisa. Para ele, refletir sobre o conceito de instituição mediante aos três momentos (instituinte, instituído e institucionalização) além de implicação, transversalidade, analisador e restituição, colabora para a organização do que é investigado.

11. CONCLUSÃO:

O processo de institucionalização das políticas públicas destinadas ao segmento das pessoas com deficiência é um caminho percorrido de muita luta e de longa data. Uma construção e desconstrução de aspectos simbólicos que caracteriza a luta dessas pessoas. Este estudo demonstrou de modo inequívoco acerca da relevância de se debruçar sobre este tema, na medida em que oferece perspectivas de organização do conhecimento e subsídios expressivos para o aprimoramento das políticas públicas no contexto da saúde coletiva.

O trabalho mostrou que as políticas inclusivas atuais buscam a integração e a garantia da participação social da PCD, de forma que, a partir do momento que essas pessoas conseguem ter acesso a direitos sociais, há garantia do reconhecimento do status de cidadania. Contudo, viu-se ainda a necessidade de eliminar as barreiras sociais para que a participação social seja garantida plenamente. É importante refletir que as Políticas Inclusivas também são contraditórias, e dentre seus aspectos, muitas vezes, elas são responsáveis pela garantia de direitos sociais, como também pela manutenção da busca pelo corpo produtivo ao modo capitalista.

A Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência constitui política pública instituída em nosso país, assim, é compreensível que sua proposta de integração entre as equipes que atuam nos diversos pontos de atenção, ainda não esteja de fato articulada, o que revela uma política ainda carente de atenção e investimentos.

Sendo a AI um movimento com importantes ferramentas e métodos, mostrou-se grande auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas destinadas para a saúde coletiva, mas ainda distante do seguimento das pessoas com deficiência e das políticas públicas inclusivas.

Impactos decorrentes da histórica e trágica pandemia da Covid-19 abalaram estruturalmente toda a sociedade, em especial os mais vulneráveis na sociedade. Em particular, no âmbito das políticas públicas para PCDs, constatou-se uma ampliação das lacunas do processo de institucionalização, as

quais prejudicaram este público. A própria pesquisa sofreu alterações provocadas pela ocorrência da pandemia, uma vez que se buscou um método mais compatível com a contingência vivida.

Pôde ser verificado que há um potencial importante para emprego da AI no contexto da PCD, pois a constatação de pesquisas inexistentes na área não se configura como um desestímulo. Como instituintes, grupos ou coletivos de PCD têm um protagonismo histórico para contribuir na conformação das instituições na área.

Por isso, sugere-se que sejam realizadas mais pesquisas utilizando a metodologia da AI no contexto proposto pela pesquisa. Deve-se analisar o processo de institucionalização das políticas públicas inclusivas com a perspectiva de alcançar a subjetividade inerente ao processo, os atravessamentos constituintes nas decisões e o próprio processo de singularização do acontecimento político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, A. L. Colegiado gestor: uma análise das possibilidades de autogestão em um hospital público. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 95–102, jan. 2008.

ACIOLE, G. G.; PEDRO, M. J. Sobre a saúde de quem trabalha em saúde: revendo afinidades entre a psicodinâmica do trabalho e a saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 120, p. 194–206, jan. 2019.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015.

ALELUIA, Í. R. S. et al. Gestão do SUS em regiões interestaduais de saúde: análise da capacidade de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 5, p. 1883–1894, maio 2022.

AUGUSTO, L. G. S. Saúde e vigilância ambiental: um tema em construção. **Serv. Saúde**, v.12, n.144, Brasília, 2003.

ALENCAR, J. et al. **Políticas Públicas E Violência Baseada No Gênero Durante A Pandemia Da Covid-19: Ações Presentes, Ausentes E Recomendadas**. Disoc Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, nº78, 2020.

ALVES, G. C. **Políticas públicas para pessoas com deficiência: aparato legal e implementação no ensino superior**. Universidade Federal de Pernambuco. PE, 2016.

ALMEIDA, A. L. J. A pessoa com deficiência em Portugal e Brasil: desafios para ações em saúde. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde** – v.2, p. 47-56, 2005.

ALMEIDA, D. R. De resiliência institucional: para onde vai a participação nos Conselhos Nacionais de Saúde e dos Direitos da Mulher? **Caderno CRH**, v. 33, p. 10-12, 2020.

ALMEIDA, K. P. **"A gente quer é ser um cidadão": trajetória do movimento institucional das pessoas com deficiência e a luta das pessoas cegas pelo direito à informação no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

ALMEIDA, J. G. A. **A individualização do sujeito: deslocamentos na articulação das pessoas com deficiência a partir da educação superior.** Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2016.

ALMEIDA, L. P. S. R.; BICALHO, M. G. **Presença das políticas de inclusão de pessoas com deficiência nos sites de instituições de ensino superior do município de Governador Valadares-MG.** XV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", 2021.

ALMEIDA, M. C.; Campos, G. W. S. Políticas e modelos assistenciais em saúde e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência no Brasil: análise de proposições desenvolvidas nas últimas duas décadas. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, V.18, p.118-126, 2002.

ALTOÉ, S. **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

AUGUSTO, F. M.; AUGUSTO, M. S. O desafio da efetivação da curatela à luz da lei brasileira de inclusão. **Revista ciências jurídicas e sociais aplicadas**, v. 3, n. 1, 2020.

AMARAL, A. L. **Educação inclusiva: das políticas públicas às percepções docentes.** UFMG, 2005.

AMOEDO, H. **Dança Inclusiva em Contexto artístico: Análise de Duas Companhias.** Universidade Técnica de Lisboa (Portugal) ProQuest Dissertations Publishing, 2002.

AMORIM, A. K. et al. Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, 2005.

AMORIM, S. M. et al. Cuidados paliativos oncológicos na formação de Enfermeiros: reflexões sob a ótica dos conceitos de instituição, instituído e instituinte da Análise Institucional. **Research, Society and Development**, v. 9, n.8, 2020.

AMIRALIAN, M. L. et al. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. Rev. Saúde Pública, 2000 34(1), fev. 2000.

ANDRADE, A. C. et al. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio2016. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, 2014.

ANGELUCCI, C. B. **Uma inclusão nada especial: apropriações da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede pública de educação fundamental do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2002.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas Da Relação Da Sociedade Com As Pessoas Com Deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n21, 2000.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995.

ARAUJO, A. S. **A atenção à pessoa com deficiência nas escolas públicas no município de São Borja**. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2018.

ARAUJO, E. T. **Parcerias Estado e organizações especializadas: discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAUJO, L. A. Z. **Pedagogia da inclusão: a arquitetura institucional da política de inclusão escolar de pessoas com deficiência no estado de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARAÚJO, T. B; MOREIRA, C. A. L; MOREIRA, B. B. Controle social e políticas públicas: interface com o Movimento das Pessoas com Deficiência. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 1, n.15. 2019.

ARCHANJO, A. M.; SCHRAIBER, L. B. A atuação dos psicólogos em unidades básicas de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.21, n.2, 2012.

ARENDT, H. A vida ativa e a condição humana. In: **ARENDT, H. A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n.5, 2002.

ANTUNES, C. D; PIMENTA, J. S. Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Vol. 22, Nº. 3, 2017.

AQUINO, E. M. **Epidemiologia e Saúde Coletiva no Brasil: desafios para a formação em pesquisa**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 11, n. 2008.

AQUINO, E. M. Epidemiologia e Saúde Coletiva no Brasil: desafios para a formação em pesquisa. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. suppl 1, p. 151–158, maio 2008.

AYDOS, V. **Deficiência, trabalho e políticas públicas: os modos de gestão das políticas de inclusão social das pessoas com deficiência nas organizações empresariais**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 2014.

AYRES, M. F. D. **Análise institucional do curso técnico de pesquisa em biologia parasitária do Instituto Oswaldo Cruz visando ao desenvolvimento de indicadores de avaliação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

BACELAR, T. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais.** Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BADIN, A. **Controle judicial das políticas públicas: contribuição ao estudo do tema da judicialização da política pela abordagem da análise institucional comparada de Neil K. Komesar.** Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.2.2011.tde-12092012-151652. Acesso em: 2023-02-21.

BAHIA, L. et al.. Segmentação da demanda dos planos e seguros privados de saúde: uma análise das informações da PNAD/98. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 671–686, 2002.

BAHIA, L.. O sistema de saúde brasileiro entre normas e fatos: universalização mitigada e estratificação subsidiada. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 753–762, maio 2009.

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e217423, 2019.

BARATA, R. BARRADAS. O campo científico da saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 473–486, jan. 2022.

BARBOZA, S. F. **Incluindo a professora: subjetividade no contexto da inserção de crianças com necessidades educacionais especiais em classes comuns de ensino.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001.

Barreto, D. T. S.; Silva, E. F. Políticas Públicas e a Pessoa com Deficiência no Estado do Amapá: um estudo de caso na eep presidente roosevelt. **Inovação & Tecnologia Social**, v.1, n.1, p.80-89, 2019.

BARRETO, R. A. **Uma análise institucional do discurso em grupo com dentistas: cenas e posições.** Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.47.2010.tde-22032010-101808. Acesso em: 2023-03-01.

BARBOSA, J. P. M. et al. Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. e200367, 2021.

Batone, D. C. Inclusão da Pessoa com Deficiência nas Políticas Públicas de Emprego em Moçambique. **REVES - Revista Relações Sociais**, v.4, n.4, 2021.

BARROS, M. E. B. DE.; GUEDES, C. R.; ROZA, M. M. R.. O apoio institucional como método de análise-intervenção no âmbito das políticas públicas de saúde: a experiência em um hospital geral. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 12, p. 4803–4814, dez. 2011.

BARROS, I. V. M. et al. **Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 14, núm. 1, Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, 2012.

BECK, P. R. C. **A história da cidadania das pessoas com deficiência e o desenvolvimento da sua organização como movimento social no cenário brasileiro**. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 561–571, jul. 2005.

BENEVIDES, R.. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 21–25, maio 2005.

BERNARDES, L. C. G. **Bioética, deficiência e políticas públicas: percepção de gestores públicos e defensores de direitos**. Dissertação (Mestrado em Bioética)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. **Bioética deficiência e políticas públicas: uma proposta de análise a partir da abordagem da capacidade**. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BERNARDES, A. G.; GUARESCHI, N. M. DE F. **Práticas psicológicas: enfrentamentos entre saúde pública e saúde coletiva**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 15, n. Estud. psicol. (Natal), 2010 15(3), set. 2010.

BLIKSTEIN, F. **Políticas públicas em saúde mental infantojuvenil e filantropia: estudo sobre as instituições de acolhimento para pessoas com deficiência que atendem crianças e adolescentes no estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.6.2019.tde-06082020-123941. Acesso em: 2023-02-23.

BADAN, D. E. DE C.; MARCELO, V. C.; ROCHA, D. G. Percepção e utilização dos conteúdos de saúde coletiva por cirurgiões-dentistas egressos da Universidade Federal de Goiás. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1811–1818, jun. 2010.

BRANDÃO, C et al. A Implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Âmbito da Saúde Bucal a partir do Modelo de Coalizão de Defesa em Duas Regiões de Saúde no Brasil. **Administração Pública E Gestão Social**, 2002.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. DE S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 248–262, 2019.

UNESP - Campus de Botucatu. Biblioteca PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Os tipos de revisão bibliográfica**. Faculdade de Ciências Agrônomicas UNESP Campos de Botucatu. Botucatu. 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/#!/biblioteca/normas-tecnicas/tipos-de-revisao-de-literatura/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRANT, L. C.. O indivíduo, o sujeito e a epidemiologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 221–231, 2001.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH/PR). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. LANNA, M. C. M., Jr. (Org.). Brasília, DF. 2010

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Dialogo (bio)político sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS / Ministério da Saúde, secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas** – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Protocolo de manejo clínico para o novo-coronavírus (2019-nCoV)**. 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/11/protocolo-manejo--coronavirus.pdf>>. Acesso em 23 out. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio**. 18 fev. 2020. Disponível em <<https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>>. Acesso em 23 out 2020.

_____. Ministério da Saúde (MS). **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil** 2011-2022. Brasília; 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf>. Acesso em 23 out. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

_____. Ministério da Saúde (MS). O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional – Relatório 2014. Brasília: MS; 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.

BRAZUNA M. R., MAUERBERG-DECASTRO, E. **A Trajetória do Atleta Portador de Deficiência Física no Esporte Adaptado de Rendimento. Uma Revisão da Literatura.** Vol. 7, n.2, 2001

BRIZOLLA, F. **Educação especial no Rio Grande do Sul: análise de um recorte no campo das políticas públicas.** UFRGS Lume Repositório Digital. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2000.

BRITO, C. DA S. et al. Apoio institucional na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1377–1388, abr. 2022.

BRITO, C. C; MORAIS JUNIOR, J. I. **A Importância da Lei Brasileira De Inclusão (Lei N.º 13.146/2015) Para Avida Das Pessoas Com Deficiência.** 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília (DF, Brasil), 2019.

BURGER, L. J. **A inclusão de pessoas com deficiência na Universidade de Santa Cruz do Sul - 2012 - 2017: uma perspectiva comunitarista.** Programa de pós graduação. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2018.

CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 733–781, jun. 2003.

CALUEIO, R. C. W. **O processo de inclusão de trabalhadores com deficiência na Unilab Ceará/Bahia.** Projeto de pesquisa (Graduação) - Curso de Graduação presencial, bacharelado em Humanidades. Instituto de Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2021.

CAMARGO JR., K. R. DE. Saúde Mental: novas perspectivas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, p.10-13, 2013.

CAMARGO JR., K. R. DE. Editorial: saúde coletiva e circulação dos saberes. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 3, p. 849–851, 2012.

CAMPEÃO, M. S. **O esporte paraolímpico como instrumento para a moralidade das práticas em saúde pública envolvendo pessoas com**

deficiência: uma abordagem a partir da bioética da proteção. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

CAMPOS, C. M. S.; SOARES, C. B. A produção de serviços de saúde mental: a concepção de trabalhadores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 621–628, 2003.

CAMPOS, R. T. O. et al. **Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental.** Revista de Saúde Pública, v. 43, n. Rev. Saúde Pública, 2009.

CAMPOS, R. O. **Análise do planejamento como dispositivo mediador de mudanças institucionais com base em um estudo de caso.** Cadernos de Saúde Pública, v. 16, 2000.

CAMPOS, R. T. O. et al.. Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 16–22, ago. 2009.

CAMPOS, G. W. DE S.. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 219–230, 2000.

CAMPOS, R. O. **Psicanálise & Saúde Coletiva: Interfaces.** São Paulo: Hucited, 2012, disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7MLvWv67z9s7jRSh3MGnSyR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 de set de 2022.

CARDOSO, M. L. DE M. et al.. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1489–1500, maio 2017.

CARDOSO, J. R.; OLIVEIRA, G. N. DE; FURLAN, P. G.. Gestão democrática e práticas de apoio institucional na Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 3, p.15, 2016.

CARDOSO, A. P. L. et al. **Análise de políticas de educação inclusiva: parâmetros para a escolarização da pessoa com deficiência.** In: congresso internacional em avaliação educacional, Fortaleza, 2010.

CARNEIRO, C. R. **Análise da acessibilidade urbana em Manaus/AM: um olhar sobre a criação de espaços acessíveis para a pessoa com deficiência.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

CARNIEL, F. Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 83–116, jan. 2018.

CARVALHO, L. F. **Bibliometria e saúde coletiva: análise dos periódicos Cadernos de Saúde Pública e Revista de Saúde Pública.** Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D.. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 2029–2040, dez. 2008.

CARVALHO, K. V. V. **Encontrabilidade Da Informação Nos Repositórios Digitais Da UFRN: um enfoque na avaliação da acessibilidade digital junto aos discentes cegos.** Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte Centro De Ciências Sociais Aplicadas Departamento De Ciência Da Informação Curso De Biblioteconomia. Natal/RS. 2019. Disponível em: < [https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/9078/1/Encontrabilidade DaInformacao_Carvalho_2019.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/9078/1/Encontrabilidade_DaInformacao_Carvalho_2019.pdf) > Acesso em 17 jun 2020.

CAVALCANTE, F. G. et al. **Desafios da interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e prática profissional.** Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

CAVALCANTE, P. R; Lei Brasileira de Inclusão, curatela e tomada de decisão apoiada: buscando novos caminhos para as pessoas com deficiência. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.** São Paulo, v. 3 n.18, 2018.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 14, 2004.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 975–986, out. 2005.

CHAGAS A. M. R. VIOTTI, R. B. **Retrato da pessoa com deficiência no Brasil segundo o censo de 1991**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2003.

_____. **Avanços e impedimentos para a construção de uma política social para as pessoas com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CHEIBUB, Z. B. MESQUITA, W. A. B. **Texto para discussão 43:os especialistas em políticas públicas e gestão governamental: avaliação de sua contribuição para políticas públicas e trajetória profissional**. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). 2001.

CLASER, E. A. **Projeto de educação inclusiva (PR): propostas para a educação na diversidade**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Repositório Institucional UFSC., 2001.

COLOM TOLDRÁ, R. Políticas afirmativas: opinião das pessoas com deficiência acerca da legislação de reserva de vagas no mercado de trabalho. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, v.1, n.1, p. 10, 2009.

COHEN, S. C. et al.. Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 807–813, jul. 2004.

COSTILLA, H. G. et al. **Política de cotas e inclusão trabalhista das pessoas com deficiência**. FGV EPGE - Ensaio Econômicos., Rio de Janeiro. 2000.

CORDEIRO, J. C.; VILLASANTE, T. R. P.; ARAÚJO JÚNIOR, J. L. DO A. C. DE A participação e a criatividade como ferramentas de análise das políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 4, p. 2123–2132, jul. 2010.

CORRÊA, P. S. A. A reforma do Estado nos anos 90 e suas implicações para as políticas públicas educacionais na região amazônica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 3, n. 2, 2000.

COSTA, B. L. D.; BRONZO, C. Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no programa gestão pública e cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 28, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v8n28.43848>. Acesso em: 20 jan. 2022.

COSTA, D. et al. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 127, p. 11–21, jan. 2013.

COSTA, M. M; FERNANDES, P. V. Autismo, cidadania e políticas públicas: as contradições entre a igualdade formal e a igualdade material. **Revista do Direito Público**, v. 13, n. 2, Londrina, 2018.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

COSTA, M. C. O. et al. Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 563–574, mar. 2010.

COSTA, R. S. **O BPC na escola como política pública de inclusão das pessoas com deficiência. Escola Nacional de Administração Pública (Enap)**. Monografia apresentada como requisito para obtenção do Título de Especialista em Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social pelo Programa de Especialização da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. 2011.

COSTA, M. A.; ABRAHÃO, A. L. O processo de trabalho no arquivo médico: novas perspectivas na produção do ato de cuidar em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1211–1219, abr. 2018.

CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP.** Universidade de São Paulo faculdade de filosofia, letras e ciências humanas departamento de ciência política. 2002.

CUNHA, A. A. G; DORNA, L. B. H; RODRIGUES, H. B. C. Uma contribuição à história da Análise Institucional no Brasil através de depoimentos orais: o Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1960 e 1970. **Mnemosine**, v.2. n.1, 2006.

CRESPO, A. M. M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes.** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CRUZ, T. S. U. R. **Políticas públicas, processos de mudança, inovação e reconstrução institucional: memórias de inclusão na Universidade.** Repositório Científico Lusófona. 2021.

CYRINO, E. G. **Contribuições ao desenvolvimento curricular da Faculdade de Medicina de Botucatu: descrição e análise dos cursos de Pediatria e Saúde Coletiva como iniciativas de mudança pedagógica no terceiro ano médico.** Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2002.

DALFIOR, E. T. et al. Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. **Saúde em Debate** [online] v. 39, n.80, p.10, 2015.

_____. et al. Análise do processo de implementação de políticas de saúde: um estudo de caso baseado no enfoque da política institucional. **Saúde em Debate** [online]. v. 40, n. 111, 2016.

DAGNINO, R. et al. Metodologia De Análise De Políticas Públicas. **Gestão e estratégia em políticas públicas**, v. 39, n. especial, p.283-297, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens. **Artmed**, 2ª ed. Porto Alegre.

DIDONI, B. **Avaliação de acessibilidade e informações sobre políticas públicas para pessoas com deficiência em portais eletrônicos de governo paulistas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2013.

DAMACENO, et al. Implementação da Saúde do Idoso na Estratégia Saúde da Família: visão dos profissionais e gestores. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 24, n. 5, 2014.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **SérieAnis**, v. 28, p. 1-10, Brasília, 2003.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 57–63, jul. 2001.

DORIGON, N. A. **as políticas públicas e o direito das pessoas com deficiência à educação**. v. 1 (2018): Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade.

DOBIES, D. V.; L'ABBATE, S. A resistência como analisador da saúde mental em Campinas (SP): contribuições da Análise Institucional. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 110, p. 120–133, jul. 2016.

EIDELWEIN, C.; PAULON, S. M. Tecnologia do apoio e democratização na gestão do sistema único de saúde: reverberações da análise institucional no campo da saúde coletiva. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, MG. Vol. 23, n. 1, 2017.

FAGUNDES, S. M. S. **Águas da pedagogia da implicação: intercessões da educação para políticas públicas de saúde**. Lume repertório digital. 2006. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16185>

FELICIO, Rafael Gorni; Benelli, Sílvio José. A análise institucional como ferramenta para a atuação no campo do trabalho cooperado na economia solidária. **Diálogo**, n. 27, p. 25-37, 2014.

FELIX, B. P. **Inclusão de pessoas com deficiência em um órgão da administração pública federal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FERNANDES, A. R. **O capital social e a análise institucional e de políticas públicas**, EDUFRPE, PE, 2014.

FERRAZ, D. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, 2010.

FERREIRA, R. R. **Acessibilidade para pessoas com deficiência - Políticas públicas**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2015.

FERREIRA, S. S. **Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/ PCD): análise de mérito dos projetos de formação, treinamento e aperfeiçoamento em saúde**. FGV, sistema de bibliotecas, 2022.

FERREIRA NETO, J. L. et al. Usos da noção de subjetividade no campo da Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. Cad. Saúde Pública, 2011.

FERIGATO, S. H. et al. Potências do CiberespaSUS: redes sociais como dispositivos de políticas públicas de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 30, p 27-36, 2018.

FILHO, N. de A. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. **Revista De Administração Pública**, v.34, n.6, 2000.

FILHO, S. B.; Barros, M. E. B. O trabalho em saúde e o desafio da humanização: algumas estratégias de análise-intervenção. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, v.6, 2012.

FLEULI, R.; SHUCMAN, L. V. **Educação inclusiva: desafios e perspectivas na formação de educadores**. IX Congreso internacional galego-portugués de psicopedagogía / coord. por Alfonso Barca Lozano, Manuel Peralbo, Ana María Porto Rioboo, Bento D. Silva, L. Almeida, 2007.

FORTUNA, C. M. et al. Uma pesquisa socioclínica na França: notas sobre a análise institucional. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 255–266, maio 2014.

FORTUNA, C. M. et al. A análise de implicação de pesquisadores em uma pesquisa-intervenção na Rede Cegonha: ferramenta da análise institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. 156-168, 2016.

L'ABBATE, S. A análise institucional e a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 265–274, 2003.

FRANCESCHI, F. **Cartografias do encontro da escola com o autismo: análise institucional de uma intervenção**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRANÇA, I. S. X. DE .; PAGLIUCA, L. M. F.; SOUSA, R. A. DE .. Discurso político-acadêmico e integração das pessoas com deficiência: das aparências aos sentidos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n. 4, p. 24–33, dez. 2003.

_____. Acessibilidade das pessoas com deficiência ao SUS: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Rene**, v9, n2, 2008.

FRAGA, S. C. **Políticas públicas de inclusão social: uma análise do programa INCLUIR na UFRJ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FRANCO, K. S. **Políticas públicas de educação, saúde e assistência social: o atendimento à pessoa com deficiência no município de Niterói/RJ**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2018.

FREITAS, M. N. C. **A Inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras: um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho**. Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

FREITAS, C. M. DE. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 137–150, 2003.

FORTUNA, C. M. et al. A análise de implicação de pesquisadores em uma pesquisa-intervenção na Rede Cegonha: ferramenta da análise institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. 117-136, 2016.

FREITAS, A. R. R.; NAPIMOGA, M.; DONALISIO, M. R.. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, p. e2020119, 2020.

FLEURY-TEIXEIRA, P. et al. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 2115–2122, dez. 2008.

GADELHA, C. A. G.. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 521–535, 2003.

GERALDI, D. **Do estigma social à invisibilidade: a pessoa com deficiência física nas políticas públicas voltadas para a redução de desastres**. São Carlos: UFSCar, 2010.

GOMES, E. G. M. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições**. São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

GOMEZ, C. M.; LACAZ, F. A. DE C.. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 797–807, out. 2005.

GALVÃO, L. F. **Que(m) nomeia a deficiência?** Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.47.2011.tde-30112011-111315. Acesso em: 2023-02-24.

GARCIA, M. R. S. **Análise da efetividade da política pública de cotas para acesso de pessoas com deficiência aos cargos públicos no Brasil: estudo sobre a promoção da igualdade material dos indivíduos mais vulneráveis do grupo-alvo de 2007-2015**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. Tese (doutorado) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Repositório Institucional UFSC. 2004.

GARCIA, R. A.; L'ABBATE, S. Institucionalização da Vigilância em Saúde de Campinas (SP) na perspectiva da Análise Institucional sócio-histórica. **Saúde em Debate**, v. 39, n. 107, p. 997–1007, out. 2015.

GERSCHMAN, S. Municipalização e inovação gerencial: um balanço da década de 1990. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 417–434, 2001.

GERSCHMAN, S. Políticas comparadas de saúde suplementar no contexto de sistemas públicos de saúde: União Européia e Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 5, p. 1441–1451, set. 2008.

GILDAS; B. As temporalidades das políticas públicas da deficiência: uma análise cruzada entre argentina e brasil. **Revista de História Comparada**, v9, n2, p.10-23, 2015.

GLAT, R.; PLETSCH M. D. **O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. Benjamin Constant.** Benjamin Constant, n. 29, 2004.

à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira de Rosana Glat e Edicléia Mascarenhas Fernandes. **Revista Eletrônica do Polo de Niterói**, [S. l.], v. 1, 2012.

GÓES, E. P. DE; Silva, D. F. DA. **Inclusão da pessoa com deficiência na perspectiva dos docentes da universidade estadual do Oeste do**, v4, n 3, 2020.

GOMES, D. F; ELIAS, F. T. S. Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Brasília, v. 27, n. 2, 2016.

GOMES, R. B.; LOPES P. H.; GESSER, M.; TONELIMARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI. Novos Diálogos Dos Estudos Feministas Da Deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v27, n.1, p.148-156, Florianópolis, 2018.

GOMEZ, C. M.; LACAZ, F. A. DE C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 797–807, out. 2005.

GOMIDE, A. A. **Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2003.

GONÇALVES, E. F. **A concretização do direito ao trabalho e as pessoas com deficiência intelectual: uma análise a partir da situação da cidade de Osasco/SP**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.48.2012.tde-28112012-094309. Acesso em: 2023-02-21.

GRANATO, M. S. **Qualidade da informação nos portais eletrônicos governamentais brasileiros: análise da comunicação pública sobre os direitos da pessoa com deficiência**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015.

GUGEL, M. A. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta** Belo Horizonte, 2006.

GUIZARDI, F. L et al. Apoio institucional na Atenção Básica: análise dos efeitos relatados. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]** v. 28, n. 04, p.30-59, 2009.

_____. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Letras Contemporâneas - Oficina Editorial Ltda. Florianópolis. 2007

GUIMARÃES, J.; MEDEIROS, S. M. DE. Contribuição ao ensino de saúde mental sob o signo da desinstitucionalização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 97–104, 2001.

GUIMARÃES, J. M. X.; JORGE, M. S. B.; ASSIS, M. M. A. (In)satisfação com o trabalho em saúde mental: um estudo em Centros de Atenção Psicossocial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2145–2154, abr. 2011.

GUIZARDI, F. L. et al. Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das conferências nacionais de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 14, n.1, p.36-89, 2004.

GUHUR, M. L. P. Dialética inclusão-exclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp**, v.9, n.1, p.39-56. 2003.

GURGEL JÚNIOR, F. F., & Jorge, M. S. B. **Institutional analysis in the context of Collective Health, in the context of Primary Health Care: scope review**. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4838>, 2022.

HORTA, N. DE C.; SENA, R. R. DE. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 475–495, 2010.

JARDIM, L. B. **Controle jurisdicional de políticas públicas e a inserção das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2013.

JALES, A. C. A. **Avanços e desafios das políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência**. v. 2 n. 1 (2016): III SEADIS Revista INCLUDERE / CAADIS, ISSN 2359-5566.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista De Administração Pública*, 36(1), 2002.

JESUS, A. F. DE. **Saúde mental no contexto da realidade brasileira: as peripécias de uma equipe multiprofissional**. 2. Ed. Curitiba: Appris, 2017.

_____. **2020 o primeiro ano do resto de nossas vidas**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2022.

KASPER, M. et al. **Institutional analysis in scientific health production: an integrative literature review**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 54, n. Rev. esc. enferm. USP, 2020 54, 2020.

KEINERT, T. M. M. **Sistemas locais de informação: subsídios à formulação, gestão e avaliação de políticas públicas relativas à qualidade de vida nas cidades**. FGV SB. Sistema de Biblioteca – Relatórios Técnicos. 2002.

LAGO, L. P. M. et al. **A análise de práticas profissionais como dispositivo para a formação na residência multiprofissional**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]., v. 22, n. Suppl 2, 2018.

L'ABBATE, S. **A análise institucional e a saúde coletiva**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 8, n. Ciênc. saúde coletiva, 2003.

_____. **Análise Institucional e Educação em Saúde: Análise Institucional e Educação em Saúde: Análise Institucional e Educação em Saúde: um diálogo produtivo um diálogo produtivo**. BIS#34/Dezembro_2004.

_____.; Mourão, Lucia Cardoso; Pezzato, Luciane Maria. **Análise institucional e saúde coletiva**, São Paulo; 2003

_____. **A trajetória da Saúde Coletiva no Brasil: análise das suas dimensões políticas e educativas em articulação com a Análise Institucional**. Mnemosine. 4, n. 2, 2018

_____. **AI e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva**. Mnemosine v..8, n. 1, p. 194-219. 2012.

LABRA, M. E.; FIGUEIREDO, J. S. A. DE. Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537–547, 2002.

LANCILLOTTI, S. S. P. O papel das ONGS no encaminhamento de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 16, junho 2004.

LEITE, V. R.; LIMA, K. C.; VASCONCELOS, C. M. DE. Financiamento, gasto público e gestão dos recursos em saúde: o cenário de um estado brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 7, p. 1849–1856, jul. 2012.

LEVCOVITZ, E. **Contribuições da pesquisa sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde ao projeto político-pedagógico da Saúde Coletiva**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 38, n. 1 Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 2022.

LIMA, G. T. **Políticas públicas: um olhar para a saúde bucal das pessoas com deficiência visual**. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Odontologia. SC. 2007

LIMA, T. M. et al. **Pessoas portadoras de deficiências: formas de organização e políticas públicas**. A questão social no novo milênio. 2004.

LIMA, L. D. DE. et al.. Descentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 7, p. 1903–1914, jul. 2012.

LOURAU, René. **Implicação-transdução**. In: ALTOÉ, Sônia (org.). René Lourau: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004a: 212-223.

LOPES, M. DO S. V. et al.. Análise do conceito de promoção da saúde. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 461–468, jul. 2010.

LOURAU, J; VASCONCELLOS, M. S. Capacitismo Estrutural Interseccional: Uma Análise Crítica Da Mobilidade Para Pessoas Com Deficiência Física Em Salvador. **Diálogos possíveis**. Edição v. 21 n. 1, Temas Livres, 2022

LIMA, R. R. T. DE. et al.. Análise bibliométrica de teses e dissertações brasileiras sobre travestilidade, transexualidade e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. 130-147, 2020.

LOBATO, C. P.; MELCHIOR, R.; BADUY, R. S.. A dimensão política na formação dos profissionais de saúde. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, p. 1273–1291, 2012.

LOTTA, G. S.; GALVÃO, M. C. C. P.; FAVARETO, A. DA S. Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais: intersectorialidade, relações federativas, participação social e territorialidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 9, p. 2761–2772, set. 2016.

LOYOLA, M. A. R.. A Saga das Ciências Sociais na área da Saúde Coletiva: elementos para reflexão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, p. 251–275, 2008.

LUCHESE, P. T. R.. Equidade na gestão descentralizada do SUS: desafios para a redução de desigualdades em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 439–448, 2003.

Luiz Batista, P. Proteção das pessoas com deficiência na modalidade de teletrabalho ante a sua fragilidade contra ciber-ataques. **Perspectivas Em Políticas Públicas**, v. 15, n.29, p.01–24, 2020.

Luz, S. do S. M.; Silva, M. A. L. Políticas Públicas para a Inclusão de Pessoas com Deficiência na UNIFAP: perspectivas e realidade. **Inovação & Tecnologia Social**, v 2 n 5, 2022.

LUZ, M. T. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 15, n.1, p.523-563, 2005.

LUZ, M. T. Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas - análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 304–311, abr. 2009.

LUZ, M. T. Duas questões permanentes em um século de políticas de saúde no Brasil republicano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 293–312, 2000.

LYRA, T. M; ARAÚJO, J. L. A. C. Análise de política: estudo da política pública de saúde ambiental em uma metrópole do nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 19, n. 9, 2014.

MACIAZEKI-GOMES, R. DE C. et al. O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da educação popular em saúde: possibilidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1637–1646, maio 2016.

MACIEL JÚNIOR, J. S. **the politics of quotas in the work as affirmative action for the "person with deficiency" in Luís-ma**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

MACIEL FILHO, R. **Estratégias para distribuição e fixação de médicos em sistemas nacionais de saúde: o caso brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e

Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MAGALHÃES, B. D. S; FARIAS, L. S; CRUZES, M. S. S. **Estado, políticas públicas e o papel da iniciativa privada no cumprimento do direito à educação das pessoas com deficiência no Brasil: uma questão econômica?** v. 2 n. 2 (2016): Reflexões Econômicas. 2016.

MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.; SENNA, M. DE C. M.. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1415–1421, nov. 2007.

MAGALHÃES, R.; BODSTEIN, R.. Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 861–868, maio 2009.

MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.; SENNA, M. DE C. M.. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1415–1421, nov. 2007.

MALAMAN, L. B. et al.. Gestão em saúde e as implicações do secretário municipal de saúde no SUS: uma abordagem a partir da análise institucional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 4, p. e310408, 2021.

MANHÃES, V. S. Breve análise da legislação das políticas públicas de empregabilidade para pessoas com deficiência. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 57, 2010. DOI: 10.12660/cgpc.v15n57.3257.

MANTOAN, M. T. E. **O direito à diferença nas escolas – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências**. Revista Educação Especial, 2004.

MARANHÃO, T. M. **Vivências no Sistema Único de Saúde (SUS) como marcadoras de acontecimento no campo da Saúde Coletiva**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online], v. 22, n. 64, 2018.

MARQUES, U. M. **Atividade Física Adaptada: uma visão crítica.** Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, vol. 1, nº 1, 2001.

MARQUES, M. P. S. D. **O Acesso de Pessoas com Deficiência ao Sistema Público de Ensino de Manaus na Percepção dos Professores.** Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia. 2010

MARTINS, B. M. **Participação social nas políticas públicas para pessoas com deficiência: uma análise no município de Lavras-MG.** Universidade Federal de Lavras. 2020.

MAXIMO, S. A.; ANDREAZZA, R.; CECILIO, L. C. DE O. **Assistência farmacêutica no cuidado à saúde na Atenção Primária: tão perto, tão longe.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, n. Physis, 2020.

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. DE. **Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 23, n. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., 2015.

MARTINS, J. C. M. **Políticas para inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional: um estudo realizado em uma instituição da RFEFCT-MG.** Belo Horizonte, 2018..

MASSUDA, A. **Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso?** Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. Ciênc. saúde coletiva, 2020 25(4), abr. 2020.

MELLO, I. F. N.; SANTOS, A, O. Construção de uma Clínica do Território na Rede Pública de Saúde Mental. **Mnemosie.** V. 11, n2, 2015.

MAZZOTTA, M. J. DA S.; D'ANTINO, M. E. F.. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 377–389, abr. 2011.

MELO, F. A. P.; FUMES, N. L. F. **O Esporte Adaptado no Município de Maceió/AL: Des/Caminhos Traçados Pelas Políticas Públicas.** Associação

Brasileira de Atividade Motora Adaptada Continuação da Revista Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 2013.

MELO, S. V. S. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: análise das políticas públicas em Teresina**. Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008.

MELO, F. F. M. et al, Unidade de Terapia Intensiva: Diálogo Interdisciplinar com a Análise Institucional. **Mnemosine** Vol.7, nº1, 2011.

MENDES, M. et al. Política Pública de Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência: Um Gap entre as Garantias Legais e a Materialidade do Direito. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v25 n3. 2022.

MENICUCCI, T. M. G.; COSTA, L. A.; MACHADO, J. Â. Pacto pela saúde: aproximações e colisões na arena federativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n.5, p.89-96, 2018.

MESQUITA, C. S. Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003 – 2006. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 57, n. 4, p. 465-487, 2006.

MEDEIROS, M. et al. **Transferências de renda para a população com deficiência no Brasil: uma análise do Benefício de Prestação Continuada**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2006.

MEFANO, V. **Política pública para a pessoa com deficiência: Brasil e experiência internacional**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

MENDES, C. L.; RIBEIRO, S. M. **Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da produção acadêmica na área da educação**. Atos de Pesquisa em Educação, v. 12, n. 1, p. 189-206, maio 2017.

MELO, C. M. M. **Inovação e gestão pública em saúde: uma análise da perspectiva local**. (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) -

Faculdade de Saúde Pública, University of São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.6.2020.tde-26032020-104251. Acesso em: 2023-02-24.

MENDONÇA, M. H. M. DE .; GIOVANELLA, L.. Formação em política pública de saúde e domínio da informação para o desenvolvimento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 601–610, maio 2007.

MERHY, E. E. et al. Pandemia, Sistema Único de Saúde (SUS) e Saúde Coletiva: com-posições e aberturas para mundos outros. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, n. Interface (Botucatu), 2022 26, 2022.

MOURA, D. P. G. **Políticas públicas de turismo voltadas para a inclusão social de pessoas com deficiência**. Monografia (Bacharelado em Administração), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MOEHLECKE, S. **As políticas de diversidade na educação no governo Lula**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 461-487, 2009.

MONTEIRO, A. R. **Pessoas com deficiência: a trajetória de um tema na agenda pública**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MORAES, Z. **A Assistência Ao Usuário De Álcool E Outras Drogas E Suas Implicações: O Sus, A Análise Institucional E O Dispositivo Grupo**. Repositório UFF. Rio das Ostras. 2017.

MORAIS, A. B. et al. **Tensões e inovações na formação em saúde: os desafios da psicologia no contexto das redes de saúde de municípios do interior potiguar nordestino**. *Anais do 13ª Congresso Internacional da Rede UNIDA*. v. 4, Suplemento 1, 2018.

MOREIRA, M. R.; ESCOREL, S. **Conselhos Municipais de Saúde do Brasil: um debate sobre a democratização da política de saúde nos vinte anos do SUS**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. Ciênc. saúde coletiva, 2009 14(3), maio 2009.

MOREIRA, R. M.; ROCHA, K. B. O trabalho na gestão dos serviços substitutivos de saúde mental: aproximações entre Saúde Coletiva, Saúde Mental e Psicanálise. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, p. e290216, 2019.

MICHELS, M. H.. Caminhos da exclusão: a política para a educação e a educação especial nos anos de 1990. **Ponto de vista: revista de educação e processos inclusivos**. n. 3/4 (2002): Projeto pedagógico escolar, docência e avaliação na perspectiva da inclusão.

MINAYO, M. C. DE S.. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1259–1267, 2006.

MIOTO, T. C. R. et al. **Quem cobre as insuficiências das políticas públicas? :contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social**. Universidade Federal do Maranhão (UFMA): Portal de Periódicos. 2005.

MIRANDA, T. G. **Educação Profissional De Pessoas Portadoras De Necessidades Especiais**. Caderno CRH, [S. l.], v. 14, n. 34, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v14i34.18582.

MIRANDA, W. T. S. **Inclusão no ensino superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais**. 2014. 183 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

MOYSÉS, S. J.; MOYSÉS, S. T.; KREMPEL, M. C.. Avaliando o processo de construção de políticas públicas de promoção de saúde: a experiência de Curitiba. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 627–641, jul. 2004.

MUÑOZ SÁNCHEZ, A. I.; BERTOLOZZI, M. R.. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 319–324, mar. 2007.

NAPOLITANO, C.J; MARTINEZ, V. D. M. Políticas públicas de acessibilidade e inclusão no ensino superior Interfaces entre o direito e a comunicação social. **Revista de Estudios Jurídicos UNESP**, ISSN-e 1414-3097, Vol. 20, Nº. 31, 2016, págs. 147-164

NATALINO, M. A. C. **Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2009.

Neca, P. A. C. **Inovação legal para promover o emprego das pessoas com deficiência: Uma análise psicossocial da receção do sistema de quotas na administração pública** [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/20708>

Neri, M. C; Soares, W. L. **Idade, incapacidade e o número de pessoas com deficiência. Revista Brasileira De Estudos De População**, 21(2), 303–321. 2004.

NERI, M. C. COSTILLA, H. **Lições de cotas empregatícias para pessoas com deficiência. Econômica**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.171-185, junho 2004.

NEVES, A. V. et al. O associativismo e o ativismo da sociedade civil no Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, 2021.

NEVES, E. R. **Acessibilidade: análise conceitual e normativa no contexto das pessoas com deficiência**. Trabalho de conclusão de curso, UFBA, 2014.

NICÁCIO, F; MANGIA, E. F; GHIRARDI, M. I. G. **Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas**. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 2005.

NUNES B. F. A; LAMARTINE T. J. J. **Um modelo de avaliação da qualidade de vida no trabalho para a pessoa com deficiência**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

NUNES, E. D. **Sobre a história da saúde pública: ideias e autores**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2):251-264, 2000.

NUNES, A. S. **Tomo Direitos Difusos e Coletivos**, Edição 1, julho de 2020. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/376/edicao-1/politicas-publicas>. Acesso em: 1 de maio de 2021.

NUNES, M. DE O. et al.. Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4489–4498, dez. 2019.

NUNES NETO, J. **Litigância estratégica das pessoas com deficiência no Supremo Tribunal Federal: um diagnóstico dos arranjos institucionais**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

OLIVEIRA, C. B. Inclusão Educacional: Intenções Do Projeto Em Curso. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 2002.

OLIVEIRA, A. M. C.; IANNI, A. M. Z.; DALLARI, S. G.. Controle social no SUS: discurso, ação e reação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 8, p. 2329–2338, ago. 2013.

OLIVEIRA, M. M. DE .; CAMPOS, G. W. DE S.. Matrix support and institutional support: analyzing their construction. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 229–238, jan. 2015.

OLIVER, F. C; BARROS, D. D; Lopes, R. E. **Estudo sobre a incorporação da terapia ocupacional no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa com deficiência no Município de São Paulo entre 1989 e 1993**. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, SP, 2003.

_____. **Políticas educacionais inclusivas para a criança deficiente: concepções e veiculações no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1978/1999** Campinas, SP, 2003.

OLIVEIRA, E. T. G. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**. Repositório Institucional UNESP, 2003.

OLIVEIRA, B. D. C. **Análise das políticas públicas brasileiras para o autismo: entre a atenção psicossocial e a reabilitação**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, M. A. DE.; GOULART JÚNIOR, E.; FERNANDES, J. M. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. Rev. bras. educ. espec., 2009 15(2), maio 2009.

OLIVEIRA, J. C. **Política de isenção do ICMS e do IPVA na aquisição de veículos para pessoas com deficiência na cidade de Fortaleza: uma avaliação crítica**. Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLIVEIRA, R. **A análise institucional e o serviço social Florianópolis**, Florianópolis, 2010.

OLIVEIRA, S. **Para não ser o etcetera: Conselho dos Diretos da Pessoa com Deficiência, Democracia e Saúde**. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. ISC-UFBA. 2015.

OLIVEIRA, M. de L. S; SILVA, F. C. S. Saúde Coletiva: o olhar do egresso sobre a formação. **Revista Saúde E Desenvolvimento**, v7, n4, 2016.

O'DWYER, G. et al. A crise financeira e a saúde: o caso do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 24, n. 12, 2017.

OGURA, A. F. **Política pública de inclusão escolar no Estado do Paraná: e sua implementação no município de Cascável-PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

ONOCKO-CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1053–1062, maio 2006.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. Saude soc., 2015 24 suppl 1, abr. 2015.

OTHERO, M. B.; DALMASO, A. S. W. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. **Comunicação saúde educação**, v.13, n.28, 2009.

PASCHE, D. F.. A reforma necessária do SUS: inovações para a sustentabilidade da política pública de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 312–314, mar. 2007.

_____. PASSOS, E. A importância da humanização a partir do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008.

_____. PASSOS, E.; HENNINGTON, É. A. Cinco anos da política nacional de humanização: trajetória de uma política pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. Ciênc. saúde coletiva, 2011 16(11), p. 4541–4548, nov. 2011.

PANCOTTO, H. P. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões**, 15(2), 142–171. 2017.

PAIM, J. S. **Modelos assistenciais: reformulando o pensamento incorporando a proteção e a promoção da saúde**. Notas para discussão nos Seminários Temáticos Permanentes. ANVISA/ISCUFBA. Brasília, 2001.

_____; TEIXEIRA, C. F. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. Ciênc. saúde coletiva, 2007.

_____. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n.1, .23-40, 2008.

PALOMBINI, A. DE L. et al. Relações entre pesquisa e clínica em estudos em cogestão com usuários de saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2899–2908, out. 2013.

PASQUIM, H. M. A saúde coletiva nos cursos de graduação em Educação Física. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n.1, p.63-96, 2010.

PARISE, E. M. O papel do poder judiciário e do ministério público na implementação das políticas públicas. **De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, n. 5, 2002.

PEDROSA, J. I. DOS S. Planejamento e monitoramento das ações de educação em saúde através dos indicadores de promoção da saúde: uma

proposta. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 1, n. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., 2001.

PEDROSO, C; SHINOHARA, M. H. **Educação para e pelo trabalho: a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho**. Cadernos De Pós-Graduação Em Distúrbios Do Desenvolvimento, v10, n1, 2010.

PEDUZZI, M. et al.. Trabalho em equipe na perspectiva da gerência de serviços de saúde: instrumentos para a construção da prática interprofissional. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 2, p. 629–646, 2011.

PEDROSA, J. I. DOS S. Perspectivas na avaliação em promoção da saúde: uma abordagem institucional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. Ciênc. saúde coletiva, 2004.

PEREIRA, A. C. C. **Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e o movimento da cultura organizacional: análise multifacetada de uma organização**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2011. <http://hdl.handle.net/10183/29934>.

PEREIRA, J.Z; SCOTT, J. B; BARBOSA, T. M. **educação inclusiva: concepções acerca das políticas públicas e perspectivas de ação**. VIDYA, v. 33, n. 2, p. 111-119, jul./dez., 2013 - Santa Maria, 2013. ISSN 2176-4603

PEREIRA, W. R.; TAVARES, C. M. M. **Práticas pedagógicas no ensino de enfermagem: um estudo na perspectiva da análise institucional**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, n. Rev. esc. enferm. USP, 2010 44(4), dez. 2010.

PEREIRA, S. O. **Reabilitação de pessoas com deficiência física no SUS: elementos para um debate sobre integralidade**. Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva. 2009

PEREIRA, A. M. M. et al. Descentralização e regionalização da política de saúde: abordagem histórico-comparada entre o Brasil e a Espanha. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 23, n. 7, 2018.

PEREIRA, W. R. R. Algumas Contribuições Da AI Para Estudar As Relações Entre Os Serviços Públicos De Saúde e a Sua Clientela. **Bras. Enferm., Brasília**, Y. 53, n.1, p. 31-38, jan.I mar. 2000.

PEREZ, E. C. **Educação inclusiva e a estrutura institucional centralizada para o acesso da pessoa com deficiência nas escolas públicas no município de Tabatinga-Amazonas**. Universidade do Estado do Amazonas. 2017.

PÉRICO, W. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma Psicoterapia outra: a clínica do sujeito na saúde coletiva**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

PERRUCHO Filho, J. M. **Gestão social e políticas públicas: a Agência de Desenvolvimento Social**. dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2004.

PESSÔA, S. M. A. **Fórum Rede Cegonha Piauí: análise da produção de um coletivo de gestão de políticas públicas de saúde**. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher)-Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2017.

PENARIOL, M. P. **Análise institucional da prefeitura municipal: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública**. <http://hdl.handle.net/11449/149909>.

PEZZATO, L. M.; L'ABBATE, S.. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 21, n. 4, p. 1297–1314, out. 2011.

PEZZATO, L. M.; L'ABBATE, S.; BOTAZZO, C.. Produção de micropolíticas no processo de trabalho em saúde bucal: uma abordagem socioanalítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 7, p. 2095–2104, jul. 2013.

Piccolo, G. M. Participação e representação: a pessoa com deficiência nas arenas do poder. **Perspectiva**, 40(4), 1–22. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2022.e85394>, 2022.

PINHEIRO, R. **As Práticas do Cotidiano na Relação Oferta e Demanda dos Serviços de Saúde: um Campo de Estudo e Construção da Integralidade**. Os Sentidos Da Integralidade Na Atenção E No Cuidado À Saúde. CEPESC,IMS/UERJ, 8ª Ed., 2001.

PINHEIRO FILHO, F. P.; SARTI, F. M.. Falhas de mercado e redes em políticas públicas: desafios e possibilidades ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 11, p. 2981–2990, nov. 2012.

RAMOS, P. R. B. A defesa dos direitos das pessoas com deficiência: atribuições do Ministério Público, Defensoria Pública e Conselhos de Direitos. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2007 Universidade Federal do Maranhão São Luís, Maranhão, Brasil, 2007.

RAVIOLI, A. F.; SOÁREZ, P. C. D.; SCHEFFER, M. C. Modalidades de gestão de serviços no Sistema Único de Saúde: revisão narrativa da produção científica da Saúde Coletiva no Brasil (2005-2016). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. Cad. Saúde Pública, 2018 34(4), 2018.

RÉ, R. **Pessoas com deficiência no trabalho: análise da percepção de pessoas sem deficiência**. Dissertações - Gestão e Desenvolvimento Regional (Mestrado Profissional) - PPGA/MGDR. UNITAU. 2014.

REAL, G. C. M. **Educação infantil: políticas públicas e ação institucional**. UFMS Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro De Ciências Humanas e Sociais Campo Grande, MS., 2000.

RODRIGUES, I. B; MOREIRA, L. E. V; LERNER, R. Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 1, p. 70-83, 2012

RODRIGUES, A. M. S et al. A temporalidade social do trabalho docente em universidade pública e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**.v. 25, n. 5 2019.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2014.

RESENDE, C. de O.; BALBINO DA COSTA, V. Políticas públicas educacionais às pessoas com deficiência a partir do novo século. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 01–11, 2021.

RECINE, E.; VASCONCELLOS, A. B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 73–79, jan. 2011.

RIBEIRO V. P. **Uma análise Institucional Das Condicionalidades Do Programa Bolsa Família**. FDC 2016, 2, 206-224. 2017.

RIBEIRO, J. M et al. Políticas de saúde e lacunas federativas no Brasil: uma análise da capacidade regional de provisão de serviços. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 22, n. 4, 2017.

RIOS, R. M. **Políticas públicas para a inclusão social da pessoa com deficiência no município de Juazeiro – BA: uma análise no âmbito laboral**. Dissertação (Direito) - UNIFACS, Salvador, 2020.

RIZZINI, I.; ALMEIDA, N. C. **A institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: anotações para uma agenda de política pública**. Revista Saúde & DH, ano 7 nº 7. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

RIBEIRO, A. R. A. **Representatividade indígena no ensino superior para a promoção da saúde e alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável: uma análise institucional**. Franca, SP, 2021. 211 f. Tese (Doutorado em Promoção de Saúde) - Universidade de Franca. 2021

ROCHA, T. B; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, v22, n34. 2009.

ROCHA, D. G. et al.. Processo de revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde: múltiplos movimentos simultâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4313–4322, nov. 2014.

RODRIGUES, H. B. C. Análise Institucional francesa e transformação social: o tempo (e contratempo) das intervenções. **Revista de Psicoanálisis y Cultura**, v.23, n.5, p. 56-89, 2003.

ROSA, V. F. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola: uma visão à partir da implantação da Ação TECNEP**, na rede federal de Educação Tecnológica. 2011.

SALES, F. M. DE S.. Ações de educação em saúde para prevenção e controle da dengue: um estudo em Icarai, Caucaia, Ceará. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 175–184, jan. 2008..

SAMPAIO, C. T. **Convivendo com a diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual segundo professoras de uma escola pública de ensino fundamental**. Salvador; s.n; 2005. 148 p. Tese em Português | LILACS, Coleciona SUS, CONASS, SES-BA | ID: biblio-1353459

SANCHES, I. C. P. et al. **Acompanhamento hospitalar: direito ou concessão ao usuário hospitalizado?** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 2013.

SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. DE.; GOMES, R. DA S. **A Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde**. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 13, n. Interface (Botucatu), 2009.

SANTOS, L. F. M et. al. **Mulheres com deficiência: reflexões sobre a trajetória das políticas públicas de saúde**. *Rev. enferm. UFPE on line*, Recife, v. 7, n. 7, 2013.

SANTOS, R. S. DOS. et al. **O conflito armado e os impactos na saúde dos trabalhadores que atuam na Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro**. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. Saude soc., 2020.

SANTANA, N. V. **Políticas públicas e práticas sociais direcionadas a inclusão das pessoas com deficiência: retrato da realidade do Estado da Bahia, início do século XXI**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, A. P. N.. **Políticas públicas de inclusão: uma análise das políticas de atendimento ao surdo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL)**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional); Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Pós Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. DE.; GOMES, R. DA S. **A Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. Interface (Botucatu), 2009.

SANTOS, L. F. T; GÓES, C. P. Políticas públicas transversais para a pessoa com deficiência: experiências do controle social no município de Paulo Afonso-a. **RIOS - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**, v. 12 n. 202018.

SANTOS, M. A; WECHSLER, S. M. Análise da produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência na última década. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial** e-ISSN: 2764-644, ISSN (Impresso):2358-8845, ISSN L:2358-8845. 2018.

SANTOS, R. A. **O papel das instituições privadas sem fins lucrativos na promoção do ensino da pessoa com deficiência no município de Maceió**. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SANTOS, W. A. **Cadastro inclusão: a construção de um instrumento de gestão de políticas públicas para pessoas com deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas)— Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Y. B. **As políticas de educação para a pessoa com deficiência: a proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2011.

SANTOS, A. M. C. C. DOS. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n.2, p78-96, 2009.

SANTOS, S. B. et al. Metodologia para articular processos de formação-intervenção-avaliação na educação profissional em enfermagem. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 25, n. 1, 2019.

SANTOS, V. Z. **O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva da saúde coletiva**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) - Escola de Enfermagem, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

SENNA, M. **Proteção a pessoa com deficiência**. **ser social**, v. 15, n. 32, p. 11–33, 2013.

SEVERO, S. B.; SEMINOTTI, N. **O sujeito e a coletividade: um caminho transdialógico na saúde coletiva**. **Psicologia USP**, v. 18, n. Psicol. USP, 2007 18(4), out. 2007.

SEVERO, A. K.; L'ABBATE, S. **Uma supervisão clínico-institucional na reforma psiquiátrica na perspectiva da análise institucional**. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, n. Trab. educ. saúde, 2019.

SENNA, M. DE C. M.; COHEN, M. M.. Modelo assistencial e estratégia saúde da família no nível local: análise de uma experiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 523–535, 2002.

SHIMONO, S. O. **Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

SLOMP JUNIOR, H.; FEUERWERKER, L. C. M.; LAND, M. G. P. Educação em saúde ou projeto terapêutico compartilhado? O cuidado extravasa a dimensão pedagógica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p.185-230, 2015.

SILVA, A. Profissionalização e mercado de trabalho para pessoas com deficiência mental no brasil: o embuste neoliberal. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 231–259, 2006.

SILVA, C. R. F. F; GUERRA, T. M. S. **Políticas públicas e a ação interventiva – afirmativa.** v. 2 n. 1 (2016): III SEADIS. 2016

SILVA, A. K. da. **Políticas públicas de educação inclusiva e o papel da Universidade Federal do Tocantins para a formação de professores para o ensino de pessoas com deficiência.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2015.

SILVA, E. M. et al. **Práticas das enfermeiras e políticas de saúde pública em Campinas, São Paulo, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 17, n. Cad. Saúde Pública, 2001 17(4), jul. 2001.

SILVA, M. J. S. Estratégias adotadas para a garantia dos direitos da pessoa com câncer no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva [online].** v. 27, n. 01. 2008.

SILVA, F. C. et al, **A pessoa com deficiência no ensino superior: uma análise da produção acadêmica da UFMG.** IV Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior. 2019.

SILVA, J. O. **Política de inclusão para pessoas com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: o que revelam as normativas institucionais?** Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA, J. V. P. DA; MENDONÇA, T. C. F. DE; SAMPAIO, T. M. V. **Grupos de Pesquisas e Enfoque dado ao Lazer das Pessoas com Deficiência na Produção Científica no Brasil.** LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer, v17, n3, 2014.

SILVA, M. R. **O quadro complementar de oficiais: um estudo de análise institucional em ambiente militar.** 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, N. C. G. O. da. **O acolhimento institucional de jovens e adultos com deficiência intelectual: uma análise a partir da experiência de estágio junto ao Serviço de Acolhimento Institucional São Gabriel.** TCC

(Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Serviço Social. 2018.

SILVA, N. T. R. C. **Entre hefesto e procusto a condição das pessoas com deficiência**. Argumenta Journal Law, Jacarezinho - PR, n. 12, p. 99-130, fev. 2013.

SILVA, L. A.; CASOTTI, C. A.; CHAVES, S. C. L.. A produção científica brasileira sobre a Estratégia Saúde da Família e a mudança no modelo de atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 221–232, jan. 2013.

SILVA, S. **Educação especial: um esboço da política pública**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, M. E. **Implicações do ensino remoto na formação de bacharéis em Saúde Coletiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva), Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVEIRA, R. B. **Uma investigação sobre a associação entre os fatores saneamento, saúde materna, renda e a geração de pessoas com deficiência no município de Betim**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2007.

SILVEIRA, F. et al. The interaction of several fields of knowledge for the articulation of collective oral health actions: the mapping of a family health team. **Ciência & Saúde Coletiva [online]** v. 19, n. 12, 2014.

SILVA, L. C. **Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses da educação inclusiva**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SILVA, V. K. B. **Entre o passado e o futuro: trajetória da exclusão/inclusão das pessoas com deficiência e as políticas públicas de permanência para a educação no Brasil**. 2022. 63f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, V. L. R. R. **O estabelecimento de políticas públicas e a cidadania das pessoas com deficiência por meio do AEE na UNIOESTE/PR.** RDBU. Repositório Digital da Biblioteca da UnisinosO estabelecimento de políticas públicas e a cidadania das pessoas com deficiência por meio do AEE na UNIOESTE/PR. 2019.

SILVA, V. C. et al. Parcerias na saúde: as Organizações Sociais como limites e possibilidades na gerência da Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 21, n. 5, 2016.

SILVA, S. et al. **A análise institucional como possibilidades de ferramenta na atenção à saúde do servidor público.** Londrina PR, de 04 a 07 de Julho de 2017.

SILVA, M. B. B. E. Atenção psicossocial e gestão de populações: sobre os discursos e as práticas em torno da responsabilidade no campo da saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 15, n. Physis, 2005 15(1), p. 127–150, jan. 2005.

SIMONELLI, A. P. **Contribuições da análise da atividade e do modelo social para a inclusão no trabalho de pessoas com deficiência.** Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. 2009.

SIQUEIRA, R. L. DE .; BOTELHO, M. I. V.; COELHO, F. M. G.. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 899–906, 2002.

SCHWARTZ, T. D. et al. Estratégia Saúde da Família: avaliando o acesso ao SUS a partir da percepção dos usuários da Unidade de Saúde de Resistência, na região de São Pedro, no município de Vitória (ES). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n.2. 2010.

SOARES, F. **A reflection on the process of inclusion in the work force: the perspective of the handicapped.** 2006. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia familiar; Estudo da família; Teoria econômica e Educação do consumidor) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

SOUSA, C. M. M; RAMALHO, M. N., **A política pública de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: em tela o caso do programa de**

tutoria especial da UEPB. Editora universitária/UFPB. João Pessoa – Paraíba – Brasil. 2012.

SOUSA, S. C. **Determinantes da evasão no curso de graduação em Saúde Coletiva da Faculdade UnB Ceilândia.** 2021.64 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) —Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SOUZA, C. DE.; ROMAGNOLI, R. C. **Experiência de Gestão no CREAS em Interlocução com a Análise Institucional.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, n. Psicol. cienc. prof., 2021 41, 2021.

SOUSA, T. F. B. **Políticas públicas para a pessoa com deficiência na UFC: a percepção dos alunos com deficiência visual.** 2014. 93f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2014.

SOUZA, D. P. **Políticas Públicas e a visibilidade da pessoa com deficiência: estudo de caso do Projeto Curupira.** 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SOUZA, J. M. DE.; CARNEIRO, R. Universalismo e focalização na política de atenção à pessoa com deficiência. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. Saude soc., 2007 16(3), set. 2007.

SOUZA, R. R. DE. A regionalização no contexto atual das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2. 2001.

SOUZA, V. C. T. **Um estudo sobre o enfrentamento de pessoas com deficiências físicas e mentais no mundo do trabalho.** Repositório Institucional UNESP. 2003.

SPAGNOL, C. A.. (Re)pensando a gerência em enfermagem a partir de conceitos utilizados no campo da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 119–127, jan. 2005.

SUTIL, F. Z. **A Importância do grupo socioeducativo na fala dos sujeitos: uma experiência na Prefeitura Municipal de Chapecó/SC.** TCC

(graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Curso de Serviço Social. 2005.

STUCKY, R. M. **As políticas públicas e a exclusão na conquista do Direito Universal à Saúde.** In: Boneti, Lindomar Wessler (coord.). *Exclusão e Cidadania.* Editora Unijuí. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/gestao-e-controle/cursos/anexo-encontro-conselheiros/politicas-publicas.pdf> acesso em: 01 de maio de 2021.

TAMAKI, E. M. et al.. Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 4, p. 839–849, abr. 2012.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 11, n. 02, p. 273-294, ago. 2005.

TEIXEIRA, V. P.P. **Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola: análise de garantias legais em países da América Latina.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.48.2008.tde-16062008-111711.

TEIXEIRA, H. V.; TEIXEIRA, M. G.. Financiamento da saúde pública no Brasil: a experiência do Siops. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 379–391, 2003.

TEIXEIRA, C. F., & Paim, J. S. Planejamento e programação de ações intersetoriais para a promoção da saúde e da qualidade de vida. **Revista De Administração Pública**, 34(6), 63 a 80. 2000

TEIXEIRA, M.C.A. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2010.

TELLES, M. W. P. **A formação em saúde coletiva nos cursos de graduação em fonoaudiologia de Instituições de Educação Superior públicas.** 2021. 116f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

TOJAL, A. P. F. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus. 2007.** Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.27.2007.tde-19032008-183924.

TOLDRÁ, R. C; Sá, M. J. C. N. de. A profissionalização de pessoas com deficiência em Campinas: fragilidades e perspectivas. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, v.19 n.1, p.48-55, 2008

_____., Marque, C. B. D., & Brunello, M. I. B. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, v.21 n.2, p.158-165, 2010.

TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n.1, p.73-85, 2001.

TRACERA, G. M. P. et al. **Complexidades na implementação da Política Nacional de Humanização sob a ótica de profissionais de saúde.** Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2017. Localización: Revista Eletrônica Gestão e Saúde, ISSN-e 1982-4785, Vol. 8, Nº. 1, 2017.

QUEIROZ, C. M. B. **Qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana - Bahia.** 2002. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, University of São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.6.2002.tde-04062021-121000.

QUINTÃO, C. **Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego.** Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia. IS Working Papers, n.º 4, 2004, 24 p.

VAN STRALEN, C. J. et al. Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 621–632, jul. 2006.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B. DE .; FARIAS, L. O.. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 731–741, maio 2009.

VERSCHOORE FILHO, J. R. de S. **Metade Sul: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**. UFRGS Lume Repositório Digital. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2000.

VELLOSO, M. P. et al. Interdisciplinaridade e formação na área de saúde coletiva. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 14, n. Trab. educ. saúde, 2016 14(1), jan. 2016.

VIEIRA, E. R. et al. Deficiência e ensino superior: integração e inclusão na FECLESC. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, 8(28). 2020.

VICARI, T.; LAGO, L. M.; BULGARELLI, A. F.. Realidades das práticas da Estratégia Saúde da Família como forças instituintes do acesso aos serviços de saúde do SUS: uma perspectiva da Análise Institucional. **Saúde em Debate**, v. 46, n. Saúde debate, 2022 46(132), p. 135–147, jan. 2022.

Vieira, G., Carvalho, P., & Rabelo, L. (2019). **políticas públicas: a importância do programa de discente apoiador para inclusão acadêmica e a acessibilidade na unifesspa**. Seminário De Projetos De Ensino (ISSN: 2674).

VIANA, A. L. D.; LIMA, L. D. DE.; OLIVEIRA, R. G. DE . Descentralização e federalismo: a política de saúde em novo contexto - lições do caso brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n.3, 2002.

VIEIRA, J. F. E. **Inclusão social: uma reflexão crítica das políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência**. 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

WANDERER, A. **Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia**. 2012. x, 171 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

